

Vol. II

Coleção Pensamento Social-Democrata

Antonio Paim

O Socialismo Brasileiro

(1979-1999)



INSTITUTO
**Teotônio
Vilela** 

Brasília – 2000

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
1 - O SOCIALISMO BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS VINTE ANOS: MUDANÇAS EXPRESSIVAS.....	8
2 - O PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB).....	14
2.1 INDICAÇÕES DE ORDEM HISTÓRICA.....	14
2.2 O PROGRAMA DO PSB.....	16
2.3 ELABORAÇÃO DOUTRINÁRIA.....	23
2.4 AVALIAÇÃO CRÍTICA.....	34
2.5 TEXTOS DOUTRINÁRIOS: Ensaio das principais lideranças do PSB e Resolução do VI Congresso (novembro, 1997).....	37
- Texto 1: O PSB E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS <i>Roberto Amaral Vieira</i>	38
- Texto 2: TESES CONTROVERSAS <i>Roberto Amaral Vieira</i>	60
- Texto 3: ELEIÇÕES 94: PONTOS PARA AVALIAÇÃO <i>Célio de Castro</i>	77
- Texto 4: SOCIALISMO SEMPRE <i>Roberto Saturnino Braga</i>	81
- Texto 5: RESOLUÇÃO POLÍTICA DO VI CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO – PSB.....	107
3 - O PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT).....	113
3.1 INDICAÇÕES DE ORDEM HISTÓRICA.....	113
- Atitudes marcantes do PT.....	115
- As facções do PT.....	118
- Exemplos edificantes da atuação do PT	122
- Resultados eleitorais.....	125
3.2 O PROGRAMA DO PT.....	127
3.3 DILEMAS TEÓRICOS À LUZ DE ALGUNS TEXTOS.....	155
- Texto 1: O PLURALISMO É INEVITÁVEL <i>José Dirceu de Oliveira e Silva</i>	159
- Texto 2: A SOCIAL-DEMOCRACIA E O PT <i>Marco Aurélio Garcia</i>	172
- Texto 3: POR UMA ESQUERDA REPUBLICANA <i>José Genoio</i>	196
3.4 O SUBSTRATO AUTÊNTICO DO SOCIALISMO PETISTA.....	198
- O Modelo de Marx.....	198
- O modelo Lenin-Trotsky.....	200
- O modelo estalinista.....	200
- As revelações de Waack.....	202
- O socialismo petista.....	204
3.5 SIGNIFICOU O I CONGRESSO MUDANÇA SUBSTANCIAL NO PT?.....	208
4- O PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (PPS).....	213
4.1 DO PARTIDO COMUNISTA AO PPS.....	213
4.2 A VERDADE SOBRE 1935.....	219
4.3 O PROGRAMA DO PPS.....	222

4.4 RESULTADOS ELEITORAIS E CANDIDATURA CIRO GOMES.....	237
4.5 - ELABORAÇÃO TEÓRICA.....	245
- Nova e velha esquerda na visão de Roberto Freire.....	245
- A proposta de "segunda via".....	260
4.6 - AVALIAÇÃO CRÍTICA.....	263
5 HIPÓTESE RELATIVA AO DESDOBRAMENTO FUTURO DO SOCIALISMO BRASILEIRO.....	265

A N E X O S

I. PARA ENTENDER O PT

SUMÁRIO

I – TENTATIVA DE PERIODIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS CICLOS EXPERIMENTADOS PELO PT.....	272
II – O CICLO INSURRECIONAL (1980-1989).....	274
III – O CICLO ELEITORAL, MANTIDA A OPÇÃO PELO SISTEMA COOPTATIVO.....	277
IV – ALTERNÂNCIA NO PODER.....	279
V – A REVIRAVOLTA NO CURSO DA CAMPANHA ELEITORAL DE 2002.....	296
ANEXO.....	298
II- TRAÇOS MARCANTES DA GESTÃO PETISTA.....	308

APRESENTAÇÃO

A presente obra corresponde à complementação do livro clássico **O socialismo brasileiro**, de Evaristo de Moraes Filho, que abrange desde os primórdios dessa corrente, no último quartel do século XIX, até a década de setenta da passada centúria. Em muito boa hora, o Instituto Teotônio Vilela, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), decidiu incluí-lo na Coleção Pensamento Social Democrata. Para tanto, sua direção entendeu que deveria ser complementado para abranger as duas décadas subseqüentes, que se distinguem radicalmente do ciclo precedente, na medida em que compreende a abertura política posterior a 1985. Para tanto, patrocinou uma ampla pesquisa de modo a dispor de toda a documentação produzida pelas agremiações compreendidas no escopo do livro. O fato de que me haja incumbido dessa complementação prende-se à circunstância de que seu autor, Evaristo de Moraes Filho, haja declinado do convite que lhe foi dirigido pelo Senador Lúcio Alcântara que ocupava a presidência do Instituto. Aceitei o encargo comprometendo-me com Evaristo de Moraes Filho a seguir fielmente o esquema que havia adotado, com a condição adicional de que lhe submeteria o respectivo projeto, e desde que o aprovasse. Cumprida essa etapa, ocupei-me do assunto e espero ter correspondido à expectativa das duas personalidades --Lúcio Alcântara e Evaristo de Moraes Filho-- aos quais estava vinculado por velhos laços de amizade e admiração.

O socialismo brasileiro adotou a compreensão de que a denominação só cabia ao socialismo democrático. Além disto transcreveu a correspondente documentação.

Atendendo a tal exigência, o estudo abrangeria estas agremiações: Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Popular Socialista (PPS). Ponderou-se que o PT, embora abrigasse em seu seio facções totalitárias, a corrente majoritária vinha obtendo sucesso ao conduzir a agremiação a empreender o caminho da conquista do poder pelo voto. Por sua vez, propondo-se substituir o antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), o PPS assumira compromisso com o sistema democrático-representativo.

Evaristo de Moraes Filho não incluiu no seu texto clássico o

trabalhismo varguista, razão pela qual o meu projeto não poderia abranger Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Evaristo de Moraes Filho partiu da seguinte distinção entre anarquismo, comunismo e socialismo. Ei-la: “Apelava o primeiro para a violência, para o terrorismo, se necessário, e para a plena liberdade do indivíduo, com a total supressão do Estado, sempre opressor e de classe. O segundo reconhece na luta de classes a força propulsora da história, acreditando que a natureza e a sociedade podem dar saltos, fazendo da revolução o instrumento da ascensão do proletariado e seus aliados, instalando-se a ditadura como período indispensável ao desaparecimento das classes e advento definitivo do regime comunista. Só então o Estado se tornará desnecessário e inútil, por não haver mais classe dominante e classe dominada. O terceiro prega também a socialização dos meios de produção e da propriedade em geral, concorda com os anarquistas quanto à ação direta (greve) e quanto aos comunistas no que se refere à luta de classes, mas não concorda com a revolução como único caminho de mudanças e nem com a ditadura do proletariado. Quer acabar com as classes e instalar uma sociedade verdadeiramente socialista, mas que o seja também verdadeiramente democrática, livre, aberta, pluralista, mas desde que se respeite o princípio fundamental da socialização da propriedade privada. Como hoje, no regime capitalista, é tabu o respeito à propriedade e ao enriquecimento individual, o contrário se daria na nova sociedade.” (Introdução a **O socialismo democrático**).

No que se refere à exigência de instruir as análises com a inserção dos documentos referidos ou comentados, tornou-se possível graças ao levantamento patrocinado pelo Instituto Teotônio Vilela.

Ao preparar para inserção na página eletrônica do Instituto de Humanidades, como venho fazendo com os principais dos meus livros, optei por preservar integralmente o texto tal como figura na edição efetivada no ano 2000. Levando em conta a reviravolta empreendida pelo PT às vésperas das eleições presidenciais de 2002, tive que complementar a análise concluída dois anos antes e publiquei pequeno opúsculo intitulado **Para entender o PT**, optando por inseri-lo como anexo. E, ainda, o balanço do governo petista que, juntamente com Leonardo Prota e Ricardo Vélez Rodriguez, efetivamos, para o Instituto de Humanidades, e figura no Curso Autônomo intitulado “O

governo representativo no Brasil”.

São Paulo junho de 2009.

Antonio Paim

Capítulo 1

O SOCIALISMO BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS VINTE ANOS: MUDANÇAS EXPRESSIVAS

A mudança substancial no quadro político brasileiro, nas duas últimas décadas, corresponde ao término do regime de exceção, sob os militares, tendo sido criadas todas as condições para a reconstituição do sistema democrático representativo. Assim, regressam ao País as lideranças de oposição que se encontravam no exílio, beneficiadas por lei de anistia; suspendem-se as restrições ao funcionamento do Parlamento; reconquista-se plena liberdade de imprensa; o Judiciário é colocado a salvo de aposentadorias compulsórias, e assim por diante. Embora legislação correspondente não haja sido integralmente adaptada à nova circunstância, preservando-se restrições ao seu exercício, as greves não são reprimidas. Chega ao fim o bipartidarismo, e realizam-se eleições livres para os governos estaduais em 1982. Tudo isso ainda no último governo chefiado por um militar, o General João Figueiredo.

Supostamente, a tarefa primordial deveria consistir no reordenamento institucional e na reconstituição de convivência pacífica. Na transição espanhola do franquismo para o regime democrático, as diversas forças políticas firmaram um pacto segundo o qual as divisões que levaram à guerra civil, à derrota dos republicanos e a decênios de ditadura não seriam ressuscitadas. As regras do jogo seriam respeitadas por todos, e assim ocorreu. Evitou-se a caça às bruxas.

Ninguém contestava a restauração da monarquia, e os partidos políticos, entregues a si mesmos, trataram de fixar seu posicionamento na sociedade por meio da disputa do eleitorado.

No Brasil, nada disso ocorreu. Os que haviam aderido ao terrorismo e à luta armada não reviram aquelas posições nem reconheceram que suas ações só serviram para prolongar a existência, no seio das Forças Armadas, das facções que entendiam deverem ingerir-se diretamente na política. Quando o último governante militar recusou-se a convocar eleições diretas para a sua

substituição na Presidência da República, o desejo dos extremistas era "virar a mesa", pouco importando-lhes se gestos impensados pudessem precipitar o país na guerra civil. Em consequência, grande parte da oposição não valorizou a solução pacífica então negociada: as eleições seriam indiretas, como queria o governo, mas o eleito poderia sair das fileiras da oposição, hipótese que os militares, inicialmente, não admitiam. A morte do eleito no Colégio Eleitoral, o Presidente Tancredo Neves, tampouco sensibilizou os mencionados setores da oposição, que tudo fizeram para inviabilizar o governo José Sarney.

Em suma, progressivamente evidenciou-se que o socialismo brasileiro mantinha-se fiel à sua tradição autoritária, mais afeiçoada ao totalitarismo soviético que ao socialismo democrático ocidental. Assim, a tarefa magna de reconstituir a convivência democrática no País não lhes dizia respeito. Comportavam-se como se os militares tivessem abandonado o governo por fraqueza, e o governo Sarney não passasse de um fantoche da ditadura. Desse modo, não demonstravam qualquer empenho em respeitar as regras do jogo.

Houve, entretanto, outra grande mudança no quadro político do País, desta vez no próprio campo socialista. Pela primeira vez em nossa história, sindicatos livres da tutela governamental criam um partido político: o Partido dos Trabalhadores (PT), nova carta lançada no baralho. Contando com o apoio ostensivo da Igreja Católica a nova agremiação iria alastrar-se pelo País. Inicialmente, o seu discurso em nada se distinguia do daqueles segmentos oposicionistas que minimizavam o significado das mudanças introduzidas no governo Figueiredo, em termos de liberdade política, e continuavam falando em ditadura militar. O PT firmou-se abertamente no campo daqueles que preferiram soluções de força. Contudo, os êxitos eleitorais que viriam a experimentar forçaram-no a uma atuação dúbia, isto é, passam a admitir a conquista do poder pelo voto, mas para substituir, progressivamente, o sistema representativo pelo sistema cooptativo, invenção dos regimes totalitários.

Há, contudo, mudança vinda de fora que cria um raio de esperança no tocante ao reconhecimento, pelos socialistas, da superioridade do sistema democrático-representativo sobre as fórmulas totalitárias postas em circulação pelos comunistas. Temos em vista os acontecimentos de fins de década de 80 e início dos anos 90: a derrubada do muro de Berlim e o fim da

União Soviética.

Com o fim da União Soviética, pôde o Ocidente inteirar-se da verdade. Ao contrário do que alardeara pelo mundo, o regime soviético não retirou o povo russo da pobreza. Dados publicados pela revista francesa **Commentaire** revelam este quadro real: 10% da população encontra-se abaixo da linha de pobreza, cabendo de defini-los como indigentes, e entre 30 e 50%, segundo as regiões, é classificada como pobre. Fazendo caso omissos dos critérios para definir o poder aquisitivo dos pobres num ou noutro dos países, registre-se que, nos Estados Unidos, as famílias classificadas como pobres (renda atual em torno de US\$ 17 mil anuais) correspondem a 15% da população, enquanto a classe média alcança aproximadamente 75%. Dessa simples comparação, vê-se que a tão decantada distribuição de renda é uma invenção do capitalismo. Certamente que tal não se deu por qualquer espécie de incitamento moral, mas pelos ganhos incessantes de produtividade, resultantes da concorrência. O barateamento dos custos levou ao consumo

de massa. Quando Henry Ford (1863/1947) (1) preferiu aumentar os salários de seus operários - e reinvestir a parte restante dos lucros -, em vez de distribuir dividendos aos

acionistas, pôs em circulação a marca registrada do capitalismo: lucrar menos por unidade de produto e induzir à máxima expansão de seu consumo.

Além do fracasso no plano material, os crimes do comunismo soviético, agora tornados públicos com farta documentação colhida nos arquivos da KGB, estarrecem o mundo. Tornou-se best seller **O livro negro do comunismo. Crimes. Terror. Repressão**, de Stephanie Courtois. Enquanto os tribunais czaristas --incluindo as cortes marciais que funcionaram em tempos de guerra--, entre 1825 e 1917, isto é, ao longo de 92 anos, condenaram 6.321 pessoas, sendo que, nesse conjunto, as condenações à morte totalizaram 1.310, tão-somente no mês de agosto de 1918, os comunistas fuzilaram 15 mil pessoas. Há nesse livro relatos impressionantes. Apenas um exemplo: transcreve um documento firmado por Béria, o sanguinário chefe de polícia de Stálin, mandando constituir um "tribunal" para "julgar" entre outros, 14.376 oficiais e soldados poloneses, presos durante a invasão russa daqueles países, e ainda 11 mil bielorrussos e ucranianos considerados "contrarrevolucionários". Indica o nome dos membros do "tribunal" e o

veredicto: todos deverão ser fuzilados. O documento está datado de 5 de março de 1940, e corresponde a uma ordem para matar cerca de 36 mil pessoas.

Os eventos relacionados ao fim da União Soviética impuseram o aprofundamento da distinção entre socialismo e comunismo. O maior Partido Comunista do Ocidente, o PC Italiano, rompeu radicalmente com o comunismo e aderiu ao socialismo democrático, auto-dissolveu-se e constituiu uma nova agremiação, iniciativas todas que mereceram o mais amplo apoio da população, a ponto de que, a partir das últimas eleições, foi incumbido de organizar o governo.

É interessante assinalar aqui o que vem ocorrendo com os remanescentes comunistas.

Na Itália, reagindo à evolução descrita, criou-se o denominado Partido de la Rifondazione Comunista, ao mesmo tempo em que sobrevivem partidos comunistas na França, na Espanha, em Portugal e na Grécia. Para avaliar a situação desse grupo, realizou-se, na Universidade de Nanterre (França), em fins de 1996, um colóquio intitulado "Desagregação, estabilização ou retorno do comunismo na União européia". Análise circunstanciada do evento apareceu na revista **Esprit** (março/abril, 1997), da autoria de Marc Lazar. Os comunistas que permanecem em suas crenças, observa Lazar, admitem um certo pluralismo interior, mas querem aparecer unidos para efeito externo. Com vistas a esse fim, empenham-se na obtenção de questões essenciais.

O primeiro ponto desse acordo é deveras espantoso: **esquecer a União Soviética**, quando parecia devesse ser o contrário, isto é, balancear exaustivamente aquela traumática experiência. Como o assunto não pode deixar de ser referido, contentam-se com a atribuição da derrocada do fato de que Gorbachov teria cedido ao capitalismo. De todos os modos, enfatizam que desde há muito não mais estavam ligados à URSS. Além disso, não se pode falar unilateralmente em crise do comunismo, porquanto também estariam em crise a social-democracia e o liberalismo. Para esse tipo de tirada é o que os americanos inventaram a expressão **wishful thinking**.

A bandeira desfraldada pelos comunistas inclui quatro pontos: anti-capitalismo; antiimperialismo, anti-fascismo e anti-racismo. O inimigo principal é, entretanto, o capitalismo, porquanto dele é que decorrem os

outros. Escreve Marc Lazar. "Tem uma visão unívoca, apocalíptica e catastrófica do capitalismo que se mantém, a seus olhos, como a fonte fundamental do mal; assim, se reconhecem os progressos científicos e tecnológicos, os dissociam completamente do sistema econômico do qual ocorrem".

Todos pretendem romper com o mercado e ultrapassar o capitalismo. Mas, quando se trata de explicar em que consiste essa proeza, reina a mais absoluta confusão. O PCF não abdica da mais completa estatização; embora menos estatizantes, os italianos condenam enfaticamente a privatização. Como em prática econômica o terreno apresenta-se movediço, recorrem a esse artifício: o comunismo não se justifica pela economia, representando "um humanismo, uma exigência ética e uma necessidade histórica". Ora, a experiência soviética serve justamente para refutar as três premissas indicadas, que teriam sido formuladas por Marx; nunca a pessoa humana foi tão aviltada, tendo a moral sido reduzida à fórmula cínica de que os fins justificam os meios, enquanto a tal necessidade histórica foi para o espaço com a queda do Muro de Berlim.

Finalmente, como parte do empenho de **esquecer a URSS**, o comunismo agora tem origens nacionais. Fazendo caso omissivo da velha palavra de ordem "proletários de todo do mundo, uni-vos", entram em franca disputa para "provar" que o "seu" comunismo nasceu por ali mesmo. Nesse embate, os franceses são os mais desarvorados, ao colocar nada mais nada menos que a Revolução Francesa como a raiz autóctone do comunismo nacional.

Em termos eleitorais, os remanescentes referidos apresentam-se deste modo: o PCF teve 4,6% nas eleições de 1991 e 3,84% nas de 1995; o PC espanhol praticamente desapareceu como força autônoma, comparecendo às eleições sob a bandeira da "Esquerda unida" (menos de 10% do eleitorado); Portugal, 8,6% em 1995 contra 18% em 1983, e Grécia, 5,6% em 1996. A Rifondazione Italiana obteve 6,2% nas eleições de 1994 e 5,6% nas de 1996. Nesta, o PDS (Partido Democrático de la Sinistra, formado pelos que dissolveram o PC) alcançou 26,5%.

As breves indicações precedentes servem para evidenciar que a "refundação comunista" não tem maior fôlego. Na Europa Ocidental o comunismo voltou à condição que Marx refere no Manifesto, isto é, a de

simples fantasma.

Em síntese, embora a análise que se segue evidencie a prevalência do autoritarismo - do mesmo modo que a sobrevivência do totalitarismo (2) - não se pode descartar a hipótese de que acabe por firmar-se no país uma agremiação autenticamente socialista. Entre outras coisas, pelo imperativo de consumir a plena distinção entre **comunismo** e **socialismo**. O primeiro corresponde a variante russa do despotismo oriental, tudo indicando que talvez consista sobretudo numa virtualidade do Estado Patrimonial, se tivermos presente o parentesco do nazismo com o estalinismo e do Estado Prussiano com as estruturas estatais herdadas do czarismo. O socialismo, por sua vez, que teve um papel notável na história do Ocidente neste século, notadamente por seu substrato moral.

NOTAS

(1) O livro clássico sobre a disputa de Ford com os acionistas é de autoria de Allan Nevins e Franck Ernest Hill e intitula-se **Ford - expansion and challenge: 1915-1933**, New York, ed. Charles Scribner's Sons, 1957.

(2) O autoritarismo admite determinados níveis de atividades das oposições, enquanto o totalitarismo promove a eliminação física dos opositores.

Capítulo 2

O PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

2.1 INDICAÇÕES DE ORDEM HISTÓRICA

O Partido Socialista Brasileiro foi reconstituído em 1985, por iniciativa de um grupo de intelectuais do Rio de Janeiro. Seu primeiro presidente seria Antonio Houaiss (1915/1999), conhecido escritor e filólogo, membro da Academia Brasileira de Letras. Com a eleição de Roberto Saturnino - personalidade de conhecida tradição socialista, naquela altura filiado ao PDT - para a Prefeitura do Rio de Janeiro, Jamil Haddad assumiu, na condição de suplente, a cadeira que este mantinha no Senado. Tratava-se de outro socialista histórico que participara da reorganização do PSB e fez com que a cadeira se transferisse para essa legenda, possibilidade facultada pela legislação eleitoral. Devido a essa circunstância Jamil Haddad tornou-se Presidente do PSB.

Haddad permaneceu no cargo até 1993, quando escolheu-se Miguel Arraes para substituí-lo. Arraes havia ingressado no PSB em 1990. Afastado do governo de Pernambuco com o movimento militar de 1964, viveu no exílio até a anistia. De regresso ao Brasil integrou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e voltou à militância política, elegendo-se deputado federal por aquele Estado. Concorreu e venceu as eleições para governador em 1994. Candidato à reeleição em 1998, foi derrotado.

Desde a sua reorganização o PSB procurou desenvolver atividade doutrinária e interessar a militância no funcionamento permanente do Partido, entre outras coisas mediante a realização de Congressos Nacionais. O último desses conclave, o sexto, teve lugar em fins de novembro de 1997, na Câmara dos Deputados, em Brasília, denominando-se Congresso **do Cinquentenário**, por ter sido formalizada a criação do PSB a 6 de abril de 1947. Em que pese semelhante empenho, a agremiação não conseguiu enraizar-se em grande número de estados, logrando representação diminuta no Congresso.

Nas eleições de 1986 para a Câmara dos Deputados, o PSB obteve 440 mil votos em todo o País, equivalentes a menos de 1% (0,9) do eleitorado votante. Nos pleitos que se seguiram, sobre os quais o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou os resultados discriminados, melhorou aquela posição, mas sem que isso correspondesse a alterações substanciais. Assim, nas eleições de 1990, aquela votação elevou-se para 756 mil votos (1,9% do total) e, em 1994, para 995 mil (2,2% do total).

A representação do PSB na Assembléia Constituinte esteve circunscrita a um deputado (eleito pelo Amazonas) e ao senador Jamil Haddad. Nessa circunstância, não teve maior participação na elaboração da nova carta. Nos pleitos subseqüentes, a bancada na Câmara evoluiu como segue: 1990, 11 deputados (5 eleitos em Pernambuco, graças à mencionada adesão de Arraes) 1994, 15 deputados (7 originários de Pernambuco). No último (1998), alcançou 19 deputados. Em 1994, elegeu um senador, e, em 1988, três.

A representação nas Assembléias Legislativas estaduais tampouco alcança números expressivos. Em 1990, havia 17 deputados estaduais, sendo 4 de Pernambuco. Nesse ano é que Miguel Arraes venceu a disputa para governador, obtendo, no primeiro turno, 54,1% dos votos.

No pleito de 1986, conquistou a Prefeitura de uma capital (Aracaju), mas a perdeu subseqüentemente. Em 1992, elegeu os prefeitos de Maceió, Natal e São Luis. Em 1996, elegeu Acélio de Castro Prefeito de Belo Horizonte, liderança que conquistou certa nomeada no plano nacional, mantendo ainda a Prefeitura de Maceió.

Nas eleições municipais de 1996, o PSB conquistou, na Região Norte, cinco prefeituras no Pará, três no Amapá, e uma em Rondônia. Não obteve administrações municipais na região Centro-Oeste. Na região Sul: três no Rio Grande do Sul e nenhuma em Santa Catarina e no Paraná. No Nordeste, o desempenho deu-se como segue: Maranhão, quatro prefeituras; Ceará, três; Rio Grande do Norte, uma; Paraíba, quatro; Pernambuco, 79 (em um total de 184); Alagoas, dez; Sergipe, três; e Bahia, seis. Finalmente, na Região Sudeste: Espírito Santo, cinco; Minas Gerais, seis; Rio de Janeiro, cinco e São Paulo, nove. Nesse pleito, em todo o país o PSB elegeu 1.303 vereadores.

Do que precede, verifica-se que o PSB vem conseguindo algum enraizamento em determinadas unidades da federação, sem que semelhante

resultado se tenha universalizado. De todos os modos, nos quinze anos transcorridos desde a sua reorganização, conseguiu promover uma nova liderança, a de Célio de Castro, em Minas Gerais, e identificar com a sua legenda lideranças consagradas, como a de Roberto Saturnino, no Rio de Janeiro, e a de Miguel Arraes, em Pernambuco.

2.2 O PROGRAMA DO PSB

Muito apropriadamente, os reorganizadores do PSB resolveram adotar o mesmo programa que havia sido elaborado em 1945. Como poderá verificar o leitor, pela transcrição que se segue, trata-se de um documento primoroso, magnificamente escrito, que expressa grande prudência e sabedoria política. O intróito que lhe foi adicionado, em contrapartida, não tem estilo, além de confuso e redundante.

O Programa do PSB foi escrito por notável grupo de intelectuais, entre os quais sobressaíam João Mangabeira (1880/1964), escolhido presidente da nova agremiação, e Hermes Lima (1902/1978), eleito representante do PSB à Assembléia Constituinte de 1946.

O Programa do PSB reitera, sempre que oportuno, seu inequívoco compromisso com o sistema democrático-representativo. Antes de mais nada, deixa claro que a aplicação dos princípios que preconiza não se constituirá "em solução de continuidade na história política do País, nem violência aos caracteres culturais do povo brasileiro". Desse modo, rompe frontalmente com a tradição, inoculada no movimento socialista pela componente positivista de nosso marxismo caboclo, de que se trataria de "passar o País a limpo", "inaugurar os novos tempos" e outras tiradas messiânicas desse tipo.

O Programa expressa a intenção de preservar a Federação brasileira e a autonomia municipal. Todas as principais características da organização democrática do Estado são claramente referidas.

O PSB incorpora, como "patrimônio inalienável da humanidade", as conquistas democrático-liberais, embora as considere insuficientes para alcançar a almejada eliminação do sistema econômico que se baseia na "exploração do homem pelo homem".

Se chegar a alcançar o poder, o PSB preservará a liberdade de organização partidária.

As transformações que almeja introduzir na estrutura econômica do País também são apresentadas de forma equilibrada. Assim, preconizando a "gradual e progressiva socialização dos meios de produção", entende que somente deverão ser realizadas na medida em que as próprias condições do País o exijam. Ainda mais: a mencionada socialização não é identificada com a posse estatal, não poderá ser efetivada ao arrepio do Parlamento nem exclui a circunstância de que possam ser preferidas organizações cooperativas. Tampouco se cogita da completa eliminação da propriedade privada.

O documento evita a expressão "luta de classes", dando preferência a "antagonismo de classe".

Finalmente, o PSB não pretende identificar-se com nenhuma concepção filosófica nem circunscrever-se à defesa de determinado grupo social, dizendo-se comprometido com todos que vivem do próprio trabalho.

O inteiro teor desse documento é apresentado a seguir:

PROGRAMA DO PSB

Consoante se referiu, o Programa original (1946), adiante transcrito, na oportunidade da reorganização de 1985, foi precedido da introdução que se segue.

Ao reorganizarmos o Partido Socialista Brasileiro - PSB, quarenta anos após sua fundação- somos animados dos mesmos propósitos socialista e democráticos que motivaram seus instituidores.

O Partido foi reorganizado após a II Guerra Mundial e a vitória sobre o fascismo. Agora ele ressurgiu após mais de vinte anos de ditadura militar. Em ambos os momentos, as ditaduras foram enfrentadas e derrotadas, por ampla e legítima frente democrática. Hoje, como no passado, vencida a violência autoritária, impõe-se a organização de todas as forças políticas.

Os partidos devem revelar nitidez em seus programas e em suas práticas. O Programa que adotamos é o mesmo dos fundadores do Partido. É de dramática atualidade. Quarenta anos depois, o País se vê prisioneiro das mesmas formas de exploração. Ainda agravadas pela brutalidade da ditadura

militar. O programa é em si mesmo uma denúncia. Caberá à vida partidária incorporar ao seu programa a denúncia e o combate a antigas formas de exploração, agora mais bem identificadas. A comprovada discriminação racial, a opressão às minorias, às mulheres e às crianças, a violência contra manifestações culturais alternativas, a degradação da qualidade de vida e a depredação do meio ambiente e o genocídio das nações indígenas. Haverá também lugar para uma moderna declaração dos direitos do ser humano que contemple efetivas garantias de cidadania em face do controle exercido seja pelas grandes corporações, estatais ou privadas, seja mediante o uso da informática e dos meios de comunicação de massa, e agregue aos direitos individuais tradicionais: o direito social à educação, à saúde, ao transporte público, à habitação e ao saneamento básico; o direito de vizinhança, ao direito à privacidade, o acesso à informação e ao controle das atividades estatais e à mais ampla participação política. Finalmente, um Partido Socialista moderno haverá de estar aberto à descentralização mais completa do poder, aberto à interferência sistemática dos cidadãos, ao mesmo tempo em que buscará valorizar a soberania popular mediante o controle, pelo Legislativo, das atividades do estado numa economia progressivamente socializada. Este Partido, porque Socialista, não se conformará apenas com um programa democrático, mas também com uma organização democrática, avessa a máquinas partidárias, a clientelas e a oligarquias. No plano externo, o Partido Socialista lutará pelos princípios de autodeterminação dos povos, pelo fortalecimento dos organismos internacionais, contra todas as formas de imperialismo, colonialismo e belicismo, nelas incluídas as propostas hegemônicas das grandes potências. pela organização de países do Terceiro Mundo e pelo maior entendimento entre as nações latino-americanas em sua luta comum pela afirmação soberana de seus interesses nacionais, inclusive na negociação profunda de uma dívida externa contraída por governos ilegítimos.

O partido Socialista é um partido aberto, sua vontade será a vontade de seus militantes. Para a execução de seu programa convoca todos os setores e movimentos populares, democráticos e socialistas; mas para a defesa do regime civil e das liberdades públicas, dispõe-se a aliar-se com todos os brasileiros. A Assembléia Nacional Constituinte será o momento decisivo da reorganização democrática do Estado brasileiro. Convocamos todos os

socialistas para participarem de sua eleição e nela cumprirem seu papel. Liberdade e socialismo.

PROGRAMA

Considerando que a sociedade atual assenta em uma ordem econômica de que decorrem, necessariamente, desigualdades sociais profundas, e o predomínio de umas nações sobre as outras, o que entrava o desenvolvimento da civilização;

Considerando que a transformação econômica e social que conduzirá à supressão de tais desigualdades e predomínio pode ser obtida por processos democráticos;

Considerando ainda que as condições históricas, econômicas e sociais peculiares ao Brasil não o situarão fora do mundo contemporâneo, quanto aos problemas sociais e políticos em geral e às soluções socialistas que se impuseram;

Resolvem constituir-se em Partido, sob o lema SOCIALISMO E LIBERDADE, e orientado pelos seguintes princípios:

I. O partido considera-se, ao mesmo tempo, resultado da experiência política e social dos últimos cem anos em todo o mundo e expressão particular das aspirações socialistas do povo brasileiro.

II. As peculiaridades nacionais serão pelo Partido consideradas, de modo que a aplicação de seus princípios não constitua solução de continuidade na história política do país, nem violência aos caracteres culturais do povo brasileiro.

III. Sem desconhecer a influência exercida sobre o movimento socialista pelos grandes teóricos e doutrinadores que contribuíram eficazmente para despertar no operariado uma consciência política necessária ao progresso social, entende que as condições provocadas por essa influência nos vários grupamentos partidários estão em grande parte superadas.

IV. O Partido tem como patrimônio inalienável da humanidade as conquistas democrático-liberais, mas as considera insuficientes como forma política para se chegar à eliminação de um regime econômico de exploração do homem pelo homem.

V. O Partido não tem concepção filosófica da vida, nem credo religioso; reconhece a seus membros o direito de seguirem, nessa matéria, sua própria consciência.

VI. Com base no seu programa, o Partido desenvolverá sua ação no sentido de fazer proselitismo, sem prejuízo da liberdade de organização partidária, princípio que respeitará, uma vez alcançado o poder.

VII. O objetivo do Partido, no terreno econômico, é a transformação da estrutura de sociedade, incluída a gradual e progressiva socialização dos meios de produção, que procurará realizar na medida em que as condições do país e a exigirem.

VIII. No terreno cultura, o objetivo é a educação do povo em bases democráticas, visando a fraternidade humana e a abolição de todos os privilégios de classe e preconceitos de raça.

IX. O Partido dispõe-se a realizar suas reivindicações por processos democráticos de luta política.

X. O partido admite a possibilidade de realizar algumas de suas reivindicações em regime capitalista, mas afirma sua convicção de que a solução definitiva dos problemas sociais e econômicos, mormente os de suma importância, como a democratização da cultura e a saúde pública, só será possível mediante a execução integral de seu programa.

XI. O Partido não se destina a lutar pelos interesses exclusivos, mas pelo de todos os que vivem do próprio trabalho, operários do campo e das cidades, empregados em geral, funcionários públicos ou de organizações paraestatais, servidores das profissões liberais, - pois os considera todos identificados por interesses comuns. Não lhe é, por isso, indiferente a defesa dos interesses dos pequenos produtores e dos pequenos comerciantes.

Com base nos princípios acima expostos, o Partido adota o seguinte programa:

Classes Sociais:

O estabelecimento de um regime socialista acarretará a abolição do antagonismo de classe.

Socialização:

O partido não considera a socialização dos meios de produção e distribuição a simples intervenção de Estado na economia e entende que ela só deverá ser decretada pelo voto do Parlamento democraticamente constituído e executada pelos órgãos administrativos eleitos em cada empresa.

Da Propriedade em Geral:

A socialização realizar-se-á gradativamente, até a transferência, ao domínio social, de todos os bens passíveis de criar riquezas, mantida a propriedade privada nos limites da possibilidade de sua utilização pessoal, sem prejuízo do interesse coletivo.

Da Terra:

A socialização progressiva será realizada segundo a importância democrática e econômica das regiões e a natureza da exploração rural, organizando-se em fazendas nacionais e fazendas cooperativas, assistidas estas, material e tecnicamente, pelo Estado. O problema do latifúndio será resolvido por este sistema de grandes explorações, pois sua fragmentação trará obstáculos ao progresso social. Entretanto, dada a diversidade do desenvolvimento econômico das diferentes regiões, será facultado o parcelamento das terras da Nação em pequenas porções de usufruto individual onde não for viável a exploração coletiva.

Da Indústria:

Na socialização da riqueza compreenderá a nacionalização do crédito, que ficará, assim, a serviço da produção.

Das finanças Públicas:

Serão suprimidos os impostos indiretos e aumentados, progressivamente, os que recaiam sobre a propriedade territorial, a terra, o capital, a renda em sentido estrito e a herança, até que a satisfação das necessidades coletivas possa estar assegurada sem recurso ao imposto. - Os gastos públicos serão orçados e autorizados pelo Parlamento, de modo que assegurem o máximo de bem-estar coletivo.

Da Circulação:

O comércio exterior ficará sob controle do estado até se tornar função privativa deste. A circulação das riquezas será defendida dos obstáculos que a entrava, promovendo formas diretas de distribuição sobretudo através de cooperativas.

Organização e Trabalho:

O trabalho será considerado direito e obrigação social de todo cidadão válido, promovendo-se a progressiva eliminação das diferenças que atualmente separam o trabalho manual do intelectual. O Estado assegurará o exercício desse direito. O cidadão prestará à sociedade o máximo de serviços dentro de suas possibilidades e das necessidades sociais, sem prejuízo da sua liberdade, quanto à escolha de sua empresa e natureza da ocupação. - A liberdade individual de contrato de trabalho sofrerá as limitações decorrentes das convenções coletivas e da legislação de amparo aos trabalhadores. - Os sindicatos serão órgãos de defesa das forças produtoras. Deverão, por isto, gozar de liberdade e autonomia. - Será assegurado o direito de greve.

Organização Política:

O Estado será organizado democraticamente, mantendo sua tradicional forma federativa e respeitando a autonomia dos municípios, observados os seguintes princípios: constituição dos órgãos do Estado por sufrágio universal, direto e secreto, com exceção do Judiciário; - parlamento permanente e soberano; - autonomia funcional do Poder Judiciário; - vitaliciedade, inamovibilidade, e irredutibilidade de seus vencimentos; - justiça gratuita; - neutralidade do Estado em face dos credos filosóficos e religiosos; - liberdade de organização partidária, dentro dos princípios democráticos; - a política externa será orientada pelo princípio de igualdade de direitos e deveres entre as nações, e visará o desenvolvimento pacífico das relações entre elas. Só o Parlamento será competente para decidir da paz e da guerra.

Direitos Fundamentais do Cidadão:

Todos os cidadãos serão iguais perante a Lei em si, sendo-lhes asseguradas as liberdades de locomoção, de reunião, de associação, de manifestação, do pensamento, pela palavra escrita, falada ou irradiada; a liberdade de crença e de cultos, de modo que nenhum deles tenha com o governo da União ou dos Estados relações de dependência ou aliança. - Será assegurada liberdade jurídica do homem e da mulher.

Educação e Saúde:

A educação é um direito de todo cidadão, que a poderá exigir do estado, dentro dos limites de sua vocação e capacidade, sem qualquer retribuição. A educação visará dar ao homem a capacidade de adaptação à sociedade em que

vive e não a um grupo ou classe. O ensino oficial será leigo e organizado de modo que vise o interesse público e não fins comerciais. O professor terá liberdade didática em sua cadeira. O educador, no exercício de sua profissão, nenhuma restrição sofrerá de caráter filosófico, religioso ou político. - A manutenção da saúde pública é dever do Estado, que não só estabelecerá condições gerais capazes de assegurar existência e trabalho sadios em todo o território nacional, como ainda proporcionará a todos assistência médico-higiênica e hospitalar./f/

2.3 ELABORAÇÃO DOUTRINÁRIA

Ao assumir a presidência do PSB - e certamente louvando-se da experiência de participação nas eleições de 1986 e na Assembléia Constituinte, que apontava nitidamente a impossibilidade de, atuando isoladamente, exercer qualquer influência - Jamil Haddad passou a empenhar-se na constituição do que veio a ser denominado de **Frente Brasil Popular**, que concorreu às eleições de 1989 com a chapa Luís Inácio Lula da Silva (PT), para presidente da República, e José Paulo Bisol (PSB), para vice-presidente.

Na apresentação do livro **Prestando contas** (Brasília, 1990), em que Jamil Haddad resume a sua atuação no Senado, o jornalista Armando Rollenberg presta o seguinte depoimento: "No futuro, quando os historiadores forem recordar a formação da Frente Brasil Popular - a articulação que levou um operário a disputar pela primeira vez e com chances reais de vitória a presidência da República em nosso país - não haverá de passar despercebido o papel desempenhado pelo senador Jamil Haddad... Jamil Haddad foi dos primeiros a perceber a necessidade de as esquerdas se unirem em torno de um programa e de um candidato para disputar o poder central. E muito antes de serem iniciados os contatos entre os partidos, já não fazia segredo de que em sua opinião não havia ninguém em melhores condições do que Lula para encarar essa candidatura. Foi assim, com esse desassombro, que Jamil foi abrindo caminho. Primeiro, convenceu seu partido - o PSB - de que essa posição era a mais correta. Depois, devidamente credenciado pelo PSB a

prosseguir perseguindo o acordo, sentou-se à mesa do entendimento com os dirigentes do PT e do PC do B. Na costura dessa grande aliança, ele serviu de linha, de ponto de ligação, de aparador de arestas".

A postura capitaneada por Jamil Haddad correspondia a uma contradição flagrante em relação ao comportamento dos socialistas desde a reforma partidária de 1980. Ao invés de perseguir a formação de um grande partido socialista, venceu o afã e a vaidade personalistas. Todos os que imaginavam dispor de prestígio trataram de constituir a sua própria organização. Nunca é demais lembrar a disputa encarniçada entre Leonel Brizola e Ivete Vargas pela posse da legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de que resultou a formação de dois partidos, embora, em ambos os casos, não se tratasse propriamente de uma agremiação de índole socialista. Mas os que faziam jus à denominação tampouco comportaram-se de modo diverso.

Outra contradição consiste no empenho de preservar o rótulo de **esquerda**, quando semelhante esforço só serve para facilitar a vida dos comunistas e permitir que caudilhos do tipo Brizola posem de socialistas.

De tudo isso somente podia resultar uma sinalização errada ao eleitorado, que tende naturalmente a dividir-se em correntes de opinião com as quais, de uma forma ou de outra, os partidos políticos deveriam ajustar-se.

Coube a Roberto Amaral Vieira, na condição de secretário-geral do PSB, buscar uma justificativa teórica para as contradições antes enunciadas, no documento **O PSB e as eleições presidenciais de 1989**, adiante transcrito.

Começa com um trocadilho, buscando estabelecer distinção entre "partidos-frente" e "frente de partidos". Nesse documento, o autor avança uma conceituação de partido político que imagina seria distinta do modelo leninista, mas, na verdade, corresponde ao mesmo entendimento.

Como indicamos precedentemente, na apresentação do Programa do PSB, os seus fundadores recusavam modelos pré-fabricados, bem como a armadilha de identificar socialismo com estatização da economia, admitindo ainda que sua implantação seria progressiva, respeitadas as condições e tradições do País.

Em contrapartida, embora parece admitir que a "revolução socialista" possa efetivar-se sem recurso à força, a concepção de Roberto Amaral Vieira

é caudatária das famosas discussões suscitadas pelos comunistas acerca do "caráter da revolução brasileira". Para esse autor, o partido político é uma expressão de determinada classe, e a questão central que se coloca é a da classe hegemônica (nessa transição, naturalmente, está implícito que o partido é que fala pela classe). A única diferença do modelo leninista consiste em que admite a existência de tendências internas, "subordinada(s) todavia, nas questões fundamentais, à obediência às decisões partidárias coletivas." Exclui também que essa tendência disponha, formal ou informalmente, de direções próprias, tendo em vista, talvez, a situação do PT.

No texto em apreço, Roberto Amaral Vieira parte da premissa de que os reorganizadores do PSB, desde 1984, entenderam que "o momento político exigia a conformação do pluripartidarismo, ensejador das definições ideológicas e programáticas". É interessante que a vigência do personalismo seja apresentada como exigência do "momento político". Só depois dessas definições é que emergiria a questão da "frente". Apresenta o ponto de vista do PSB e a divergência com o PCB, por onde se vê que preconiza posições mais rígidas que este último. Senão, vejamos.

Escreve: "Os setores mais conservadores da esquerda combatiam tanto a emergência de partidos de esquerda-socialista quanto a conveniência de uma frente de esquerda, as teses da direção socialista do PSB. Defendiam, uns e outros, a constituição de um amplo partido de esquerda, mais democrático-burguês do que socialista, mais social-democrata do que socialista, que, conservando o que havia de 'charme' do PMDB adotasse uma linha programática que não ameaçasse a grande burguesia nacional. Era, na verdade, um projeto neoliberal cujo caráter ideológico se revelava numa segunda e substantiva divergência relativa ao caráter de Frente. Defendíamos uma frente de esquerda socialista, flexível, com núcleo representativo dos trabalhadores, disposta a ampliar suas alianças com os partidos progressistas e as amplas forças e organizações do movimento social".

Dessa vez, a divergência é com o PCB. Afirma: "Para esses companheiros, a Frente deve ser a mais ampla possível, não importando que sua hegemonia esteja com a direita, como tem ocorrido historicamente, inclusive na frente que se desdobrou na Nova República. (Daí a crítica deles à

'estreiteza' da Frente Brasil-Popular, que, para eles, só seria realmente uma Frente se, desde o primeiro turno, já incluísse, digamos, o PMDB...)"

Para que não parem dúvidas quanto ao referencial do autor (o partido único leninista e não a experiência do socialismo democrático europeu), veja-se o que afirma mais adiante: "O PSB entendia, desde então [isto é, desde as eleições de 1986], a necessidade de todos os partidos de esquerda crescerem como um todo, convencido que estava, e está hoje, mais do que nunca, que cessada estava a utopia européia da construção do partido único, farol da humanidade e construtor da revolução, caracterizada pelo assalto ao poder através de uma sublevação. Essa, a revolução, do nosso ponto de vista, dar-se-ia, dar-se-á, como conquista de uma política de frente que reúna todos os partidos de esquerda e possa ampliar seu arco de apoio ao conjunto maior da sociedade, onde se instalam forças outras democráticas, social-democratas e de esquerda sem vinculação socialista".

O autor apresenta ainda o "saldo da eleição presidencial" como consistindo na afirmação nacional do PSB e em ter contribuído, "estrategicamente, para o processo revolucionário brasileiro, cuja base ancilar é a organização da sociedade e a formação de seu bloco histórico renovador". No melhor estilo estalinista, segundo o lema de que "o golpe principal deve ser desfechado contra aquelas forças que podem desviar o proletariado do caminho revolucionário", Roberto Amaral Vieira desfecha uma crítica contundente contra os diversos aliados que só tardiamente (no segundo turno) aderiram à Frente Brasil Popular.

Roberto Amaral Vieira permaneceu à frente do PSB durante cerca de dez anos, desde a reorganização, em 1985, até o congresso realizado em fins de 1995. Nesse período, desenvolveu ampla atividade teórica. Além dos textos que divulgou em parceria com Antonio Houaiss, primeiro presidente da agremiação (entre outros **Socialismo e liberdade**, 1990, e **Variações em torno do conceito de democracia**, 1992), redigiu os "informes" aos congressos, visivelmente tendo por modelo o PCUS. A exemplo do partido soviético, também o Secretário Geral é que deveria ser a figura-chave. Para aferir o teor desses trabalhos, parece suficiente transcrevermos a parte final do documento **Teses controversas**, (Brasília, 1992).

O autor começa afirmando que o "PSB foi dos poucos partidos de esquerda, e particularmente da esquerda socialista, que não sofreu qualquer sorte de abalo sísmico" em face do fim do comunismo totalitário na extinta URSS. O esclarecimento tornava-se desnecessário, bastando verificar que não dá o menor valor à "democracia burguesa", (que não só chama de "ditadura", como escreve preciosidades deste tipo: "O autoritarismo claro, objetivo, é o estado latente do capitalismo, prestes a vir à tona, com toda a sua força, como arma de defesa do sistema de classe, ameaçado, em face das pressões sociais decorrentes dos momentos de crise (uma recessão prolongada, por exemplo) e de possível disfunção ou desmoronamento. Nesse ponto se nivelam Brasil, Bolívia, Chile, Alemanha, Itália, Suíça, Suécia..." Não falta nesse arrazoado o elogio da União Soviética e de Cuba. No fundo, o autor quer se valer das franquias democráticas para substituir o sistema democrático representativo pelo sistema cooptativo, em uma reafirmação de sua recusa do socialismo democrático do Ocidente. Supunha-se, entretanto, que tinha sido justamente essa espécie de socialismo que levou homens da categoria de João Mangabeira e Hermes Lima a afrontar a contundência do ataque dos comunistas e tentar firmar, em nosso País, um mínimo de tradição socialista autêntica, já que o nome daquela de que se louva chama-se **comunismo**.

Roberto Amaral Vieira dedica-se ainda a uma avaliação do processo industrial brasileiro, valendo-se das diversas categorias marxistas aparecidas para explicar como países atrasados da África e da Ásia, por um passe de mágica, transitaram diretamente ao regime socialista. Dispensamo-nos de proceder desde logo à análise de tais aspectos porquanto aparecem talvez com maior nitidez na atuação e na elaboração doutrinária do PT, de que nos ocuparemos no capítulo seguinte.

Na parte final do documento considerado, Roberto Amaral Vieira revê a defesa precedente da "frente das esquerdas" e empreende uma crítica demolidora a todas as agremiações que supostamente situar-se-iam naquele arco, crítica de que não escapa nem o próprio PT. Em uma arenga estalinista completamente despropositada diz, por exemplo, que "a social-democracia surge como desdobramento das dificuldades encontradas pelo capital monopolista europeu, em consequência da integração de suas economias no mercado internacional... O projeto social-democrata europeu foi e é

sustentado por uma associação das frações monopolistas do capital nacional com estratos superiores da classe operária..."

Devido a essa tese (que lembra Lenine denunciando a "aristocracia operária" e apostando, nos começos do século, que o capitalismo não teria condições de generalizar o bem-estar material, impossível de negar às vésperas do novo milênio, como faz o autor), que é aceita como um dogma no qual a realidade deve enquadrar-se, não faz sentido a existência do PSDB, já que o capital monopolista brasileiro não tem interesses próprios e obedece à batuta do capitalismo internacional. O autor não chega a advogar a necessidade do partido único, mas afirma, sem qualquer cerimônia, que só o PSB seria o detentor da verdadeira proposta socialista. Escreve coisas deste tipo, depois de demolir todos os eventuais parceiros: "Queremos dizer que para o PSB - partido que deve ter vivos e presentes projetos de curto, médio e longo prazos, distintos e nem sempre sucessivos - estão dadas as condições objetivas para tornar a si a bandeira do socialismo democrático. Só a história, derivada de nossa prática, poderá dizer se estamos ou não à altura desse desafio".

Quisemos insistir no caráter nitidamente estalinista do encaminhamento que o seu primeiro secretário-geral pretendeu imprimir à agremiação - ao arrepio do teor da mensagem imaginada por seus idealizadores e em franca contradição à iniciativa da adoção do mesmo programa de 1947 -, para fazê-la contrastar com a resolução aprovada no chamado Congresso do Cinquentenário (Resolução Política do VI Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, novembro de 1997), documento que igualmente transcrevemos.

Após reafirmar a continuidade do ideário dos fundadores, "que inscreveram em seu programa, em 1947, a associação do socialismo com liberdade, ideário que reanima nossas crenças e torna ainda mais atual nossa luta, pois a construção do socialismo com liberdade e democracia é tarefa contemporânea, possível e necessária", diz-se textualmente: "O Partido deve, em consequência, se afirmar como uma força política nacional e não como agremiação de uma classe, porém, como um Partido que vê o país a partir das perspectivas dos setores populares, e assim procurar se constituir em uma entidade que expresse a real necessidade e preocupações da maioria

substancial da população brasileira que ainda continua excluída do planejamento social e do processo político".

Depois de enfatizar o papel mediador do partido político, distingue partido de quadros de partido de massas, optando por buscar configurar-se em consonância com o último modelo. A arenga revolucionária é substituída por uma plataforma que enfatiza estes pontos:

- preservação da autonomia nacional, que estaria ameaçada pela globalização, o que requer, entre outras coisas, reforma do Estado e do sistema tributário;
- fortalecimento da federação;
- consolidação dos movimentos populares;
- solução das desigualdades sociais e regionais e, finalmente, uma aliança nacional que leve à construção de uma candidatura de centro-esquerda, "para derrotar o projeto liberal e executar um programa de governo que assegure a retomada do desenvolvimento e do emprego, a defesa da economia nacional, das conquistas sociais e impeça a destruição da Federação".

O novo direcionamento do PSB parece mais bem ajustado ao papel que seus fundadores pretendiam viesse a exercer no País. Ainda não mereceu a correspondente elaboração teórica, mas é provável que tal venha a ocorrer.

Desse ângulo, aprecem despontar duas lideranças que seriam Célio de Castro e Roberto Saturnino. Nessa suposição, transcrevemos textos desses autores, brevemente comentados nas notas que se seguem.

O texto, que selecionamos para expressar a orientação teórica seguida por Célio de Castro parece atender integralmente a esse propósito. Trata-se claramente da mentalidade maniqueísta simplificadoria que tem impedido os socialistas brasileiros de fazer uma clara opção pelo socialismo democrático, com todas as implicações daí decorrentes, única hipótese segundo a qual poderiam vir a constituir-se em uma alternativa de poder.

O texto escrito para balancear os resultados das eleições de 1994, parte deste reconhecimento: "Os partidos de esquerda e as Frentes Populares experimentaram uma severa derrota político-eleitoral tanto a nível nacional quanto nos estados. Os dados falam por si: derrota no primeiro turno nas eleições presidenciais, vitória em apenas seis estados nos pleitos estaduais e resultados sofríveis na escolha dos deputados e senadores. Acrescente-se que

aqueles estados da Federação onde as esquerdas conseguiram eleger os governadores não são os de maior peso econômico em significado político".

As razões da derrota consistem basicamente no fato de que um grupo oligárquico conseguiu neutralizar os demais, contando com apoio governamental, tendo a possibilidade de mobilizar a máquina do governo e obtendo sucesso na manipulação da opinião pública. De seu próprio lado, diz o seguinte: "É incorreto ignorar os erros políticos e eleitorais da campanha das esquerdas. Na sua maioria, são erros históricos que eclodiram na disputa eleitoral. No momento oportuno, deverão sofrer uma rigorosa avaliação. Quanto a mim, não desejo proceder a essa análise no momento. Momento em que as forças de esquerda exibem uma pseudo-crítica lamurienta e queixosa, eivadas de acusações e caça aos culpados pela derrota nas urnas, e de bodes expiatórios."

Em continuação, o autor apresenta o que seria o "Consenso de Washington", caricatura grotesca das políticas governamentais, da qual dificilmente poderiam resultar propostas alternativas, servindo apenas para transmitir a impressão de que se limita a defender o **status quo**. Só que, para setores crescentes da população, torna-se claro que os beneficiários da situação atual são pessoas de carne e osso, que se encontram encasteladas no próprio Estado, e não uma hipotética burguesia.

Como poderá verificar o leitor por seus próprios meios - pela leitura do documento que ora comentamos e adiante transcrevemos -, a partir dos resultados eleitorais que deu a vitória à "direita", o autor traça cenários catastróficos, dos quais poderão surgir "conflitos sociais abertos, quiçá violentos" ou, pelo menos, "conflitos setoriais parcialmente resolvidos, insatisfação social e turbulências políticas". O que se pode dizer de tais "esperanças" seria que, no caso brasileiro, das apostas no "quanto pior melhor" têm resultado simplesmente "quanto pior, pior mesmo".

O socialismo democrático ocidental - no qual se inspiram João Mangabeira e as principais lideranças que organizaram o PSB contrariando toda a tradição autoritária brasileira - sempre se manifestou solidário com o seu País, colocando os interesses deste acima de ambições político-partidárias. O ensinamento que flui da experiência de socialismo europeu é a de que, se para chegar ao poder, imprescindível se torna que o País seja lançado no

abismo e na desorientação, mais vale abdicar daquele propósito (chegar ao poder), e tratar de impedir que desastres de tal magnitude possam ocorrer. Enquanto os socialistas brasileiros persistirem na ignorância de ensinamentos dessa ordem, continuarão simplesmente a reboque do autoritarismo patrimonialista, que tem revelado grande capacidade de encontrar defensores de seus interesses, sempre adequados às circunstâncias. Num tempo, a ditadura Vargas. Noutra, a construção, se possível pelo voto, de um sistema autoritário que possa rotular-se como sendo "de esquerda".

Em suma, de lideranças do tipo de Célio de Castro, dificilmente poderá surgir uma agremiação socialista digna do nome, isto é, afeiçoada ao socialismo democrático ocidental.

O texto de Roberto Saturnino Braga, que se segue na transcrição, acha-se dotado de maior grau de sofisticação. Intitula-se **Socialismo sempre** e trata basicamente das relações entre ética e política, a partir do pressuposto de que o socialismo seria uma doutrina de índole moral.

Escreve Roberto Saturnino: "Sim, antes de tudo o socialismo é uma Ética; ninguém é socialista senão por um impulso que fala de justiça, de igualdade, de respeito e valorização do trabalho, de solidariedade e mesmo de fraternidade entre os seres humanos e que, por isso mesmo, é de natureza ética."

Em seu texto, Roberto Saturnino Braga repassa a meditação ética com ênfase no ciclo posterior a Kant, para concluir que o sentimento ético ("inconformidade absoluta com a injustiça estrutural") "caracteriza, distingue e anima o socialismo". Pondera: "Não se quer dizer aqui que os que não são socialistas não condenem a injustiça e não sejam tocados pela solidariedade humana. Não se trata disso, mas do fato de que sejam eles absolutamente tolerantes com as desigualdades estruturais constituídas pela propriedade, tida por eles como inevitáveis, em nome da realidade imutável do ser humano e do direito sagrado da propriedade. Como também do fato de que considerem que qualquer tentativa mais profunda de correção deste mundo real e injusto acaba por produzir resultados ruins, piores, em termos econômicos e políticos. E a solidariedade humana, para eles, deve ser louvada, exercitada, sim, mas antes no âmbito da iniciativa individual, da generosidade pessoal e mesmo da caridade do que no campo da política, dos deveres do Estado e das decisões

da esfera pública". Tendo sido possível alcançar-se a eliminação dos privilégios de casta e nobreza, das divisões intransponíveis entre seres humanos e da tortura; e a condenação definitiva da escravidão, pergunta: "Se foi possível uma evolução tão importante, por que não será pensável a sua continuidade até a sociedade justa, onde não haja desigualdades estruturais de classe nem instrumentalização do homem?" Enfim, o mundo pode ser mudado "mesmo ao longo de séculos ou milênios, desde que se lute por essa mudança no presente do dia-a-dia".

Roberto Saturnino não se furta de apontar o equívoco do marxismo, ao retirar do "socialismo a sua dimensão principal, a sua fundamentação ética", em nome do cientificismo, embora, considere acertada a sua crítica ao capitalismo.

Na consideração do complexo tema das relações entre moral e política. Roberto Saturnino reconhece que sempre tiveram "suas áreas de atrito, suas incompatibilidades". Estabelece: "Não me refiro evidentemente ao possível comportamento vil dos governantes, à corrupção e à roubalheira, mas a pontos de conflito que são inerentes a ambos os conceitos e próprios da atividade política. Situam-se estes conflitos nas questões da violência e da mentira." Sua discussão sobre esses aspectos é densa e profunda, explicitando por que pode se aceitar o que Weber denominou de "ética da responsabilidade", em que se pese a sua fundamentação liberal. Sua conclusão é clara e enfática: por se achar muito exposto à observação pública, o político "deve ser fundamentalmente ético, porque antes de tudo sua missão é dar o exemplo ao povo de comportamento moral".

Para Roberto Saturnino, a exigência de democracia decorre da base ética comum alcançada - em grande número de sociedades, e não em toda parte, qualificação que considero imprescindível, com a qual o autor certamente concordaria -, porquanto quer se fundem na razão ou no sentimento, "concordam em que o ser humano é um fim em si mesmo e, por conseguinte, é um sujeito de direitos essenciais. Decorrência direta desta vigência é a exigência da democracia como sistema de organização do Estado, conceito este cujo significado todos conhecem, mesmo admitindo variações na forma. Democracia é, pois, uma conquista definitiva da humanidade; veio para ficar. Estabelecida em nome da Ética, dos direitos humanos, ela mesma,

todavia, vem produzindo, de maneira crescente, paradigmas de política cínica, completamente desligados da Ética, praticados em nome da eficácia." Tem em vista sobretudo a influência que o dinheiro pode adquirir no processo eleitoral, diante da influência que os meios de comunicação passaram a exercer na vida social.

A análise da questão da propriedade também se reveste de alto grau de elaboração, fugindo às simplificações de praxe. Louva-se das proposições de John Rawls - autor pouco conhecido no Brasil, cuja obra principal passará a fazer parte desta Coleção "Pensamento Social-Democrata" -, razão pela qual conviria referir suas teses básicas. Segundo ele, o contrato social justo deveria basear-se nesta premissa: "Todos os valores sociais - liberdade e oportunidade, ingressos e riquezas e as bases do respeito a si mesmo - devem distribuir-se igualmente, a menos que uma distribuição desigual de qualquer e de todos esses bens seja vantajosa para todos".

Por essa via, o autor chegaria a este princípio básico que deve reger a vida social: "A justiça é a primeira virtude das instituições sociais, como a verdade o é dos sistemas de pensamento". Na concordância com as teses de Rawls, Roberto Saturnino não se atém à distinção liberal entre **igualdade de oportunidades** e **igualdade de resultados**, o que dificulta o entendimento do tipo de intervenção corretora que recomendaria, notadamente o tão desgastado princípio da "propriedade estatal dos meios de produção". Saturnino parece distanciado de proposições desse tipo, cifrando-se sua exigência no sentido de que "ao direito de propriedade deve corresponder, com a mesma efetividade, um outro voltado especificamente para os despossuídos, o direito ao trabalho, o direito ao emprego, condição necessária para a consecução da vida digna do ser humano qualquer".

Os tópicos finais do ensaio de Roberto Saturnino Braga estão dedicados, o primeiro, à refutação da tese segundo a qual o fim do chamado "socialismo real" significaria a inevitabilidade da permanência do capitalismo, como horizonte insuperável. No segundo, esboça alguns pontos de uma proposta socialista que, segundo supõe, contribuiria para a retomada do desenvolvimento sem submissões ao capital internacional, mas também sem isolacionismo autárquico. São estas as suas palavras finais: "A visão ética do Socialismo contempla algo de muita importância além do poder pelo poder,

embora de maneira alguma menospreze a conquista do poder para fazer valer sua Ética. Isso de tão importante é a formação de opinião, o desenvolvimento da cultura política do povo que se pode fazer avançar mesmo fora do poder formal, com razões sólidas, com palavras, com argumentos e principalmente com exemplos".

Parece óbvio que o esforço de Roberto Saturnino Braga dá-se no sentido de recuperar o espírito dos fundadores da agremiação, João Mangabeira à frente. Sem sombra de dúvida é um passo importante, mas sobretudo um começo. O encontro da fórmula segundo a qual o socialismo funcione como uma espécie de fermento moral no seio da sociedade requer um conhecimento de tal envergadura da realidade nacional, com suas arraigadas (e nem sempre favoráveis ao progresso) tradições culturais, que os socialistas brasileiros estão longe de suspeitar, mesmo uma personalidade da categoria intelectual de Roberto Saturnino Braga.

2.4 AVALIAÇÃO CRÍTICA

A análise precedente e os documentos que a instruem, adiante inseridos, evidenciam que, nos três lustros iniciais, a tentativa de renascimento do PSB fez-se em flagrante contradição com o legado dos fundadores da agremiação em 1947. Os que assumiram tal responsabilidade, mesmo sendo socialistas, a tanto não estavam obrigados. Podiam simplesmente iniciar uma nova experiência, como fizeram os fundadores do PT. Se preferiram identificar-se com o PSB - e até adotaram o mesmo programa -, o que se poderia exigir é que revelassem um mínimo de conhecimento de causa. Ao contrário, o empenho foi dirigido no sentido de estruturar uma organização do tipo estalinista. Nunca causou qualquer constrangimento ao PSB suas alianças públicas com o PC do B, que corresponde precisamente ao absoluto contrário de todos os princípios que norteiam o socialismo democrático.

E, mesmo depois da aprovação das novas diretrizes, no Congresso do Cinquentenário (novembro, 1997) - que revogam a linha até então seguida e dizem expressamente que o PSB não é uma agremiação de classe -, após as eleições de 1998, o PSB formou um bloco com o PC do B na Câmara dos Deputados.

No livro de memórias que nos deixou **Travessia** (Rio de Janeiro, 1974), Hermes Lima fixou com exatidão o problema enfrentado pela Esquerda Democrática, ao desligar-se da UDN e dar nascedouro ao PSB: distinguir-se tanto dos liberais (UDN) como dos comunistas (PCB). Logo adiante, devido ao clima de histeria anti-comunista que se instaurou no País após as eleições presidenciais, de que saiu vitorioso o general Eurico Gaspar Dutra - fechamento do PC: cassação de mandatos dos representantes comunistas. empastelamento de jornais e grande número de prisões -, o PSB, já então constituído, tratou de fixar a sua posição independente, sem fazer concessões à falta de liberdades na União Soviética, mas defendendo firmemente o Estado Liberal de Direito em face das sucessivas violações às liberdades fundamentais presenciadas no País. Apesar da complexidade da situação, a impressão que se recolhe da documentação existente é que aquela liderança soube orientar-se adequadamente.

A título de exemplo, vejamos como o próprio Hermes Lima, no livro mencionado, refere aquela situação: "À corrente udenista nos aliamos, um pequeno grupo aberto à filosofia socialista, liderado por João Mangabeira, a Esquerda Democrática, cuja personalidade ideológica fixamos em pontos programáticos que nos passaram a distinguir das demais parcialidades políticas. Separava-nos da UDN não só o pendor socializante, mas igualmente a inclinação udenista por um modelo econômico entregue ao livre jogo das forças de mercado e em que a intervenção do estado teria apagado caráter supletivo. Justificava-se a aliança pelo comum ideário democrático da UDN e da Esquerda Democrática que o regime democrático baseado no sufrágio direto e secreto, a liberdade de pensamento, a liberdade de crença e de culto, a autonomia sindical e o direito de greve simbolizavam.

De aliança realmente se tratava porque, desde o nascimento, a Esquerda Democrática afirmara que em partido se organizaria e, sem perda de tempo, caracterizou sua posição ideológica, que viria a ser, afinal, a do Partido Socialista em que se transformou. No documento inicial de sua existência, o da Esquerda Democrática, de 25 de agosto de 1945, em que figuram os nomes dos fundadores constituintes da sua comissão provisória, declarava-se que a Esquerda não adotava posição partidária nem concepção filosófica de vida nem credo religioso algum, reconhecendo a cada qual o direito de seguir

nessa matéria a própria consciência. Defende uma gradual e progressiva socialização dos meios de produção à medida que a exijam as condições objetivas do desenvolvimento material do País. Assim, de golpe, se esclareceria que nos diferenciávamos da União Democrática Nacional porque éramos um partido de orientação socialista, e, do Partido Comunista, porque éramos um partido popular e não de classe."

Deste modo, parece-nos, só resta ao PSB tentar adequar o núcleo programático herdado dos fundadores às novas circunstâncias. Nesse particular, tudo indica que a questão central corresponde à capacidade de distinguir-se do comunismo, tratando-se de agremiação que, a partir mesmo do seu nascedouro, identificou-se com o socialismo democrático ocidental. Subsidiariamente, teria de acompanhar a evolução do socialismo na Europa Ocidental. Na verdade, entre as maiores agremiações socialistas do continente, somente o PS francês mantém-se fiel à bandeira socialista. As demais fizeram uma franca opção social-democrata. Naturalmente, não cabe ao analista sugerir qual seria o posicionamento conveniente ao PSB, mas apenas registrar o dado novo que, de uma forma ou de outra, terão de considerar.

No que se refere a fatores intervenientes que proviriam diretamente da situação brasileira, o dado novo é que também aqui fez-se presente a opção social-democrata. Diante disso, o PSB não pode continuar fingindo ignorar que seu maior parentesco é com o PSDB e não com as demais agremiações socialistas que não se revelaram capazes de desatracar da tradição autoritária brasileira que os marca e singulariza.

Finalmente, uma outra questão teórica que a agremiação precisa enfrentar. Para sair do autoritarismo e reconstituir o sistema democrático representativo, a presença de lideranças carismáticas pode facilitar o processo. Mas não se pode ignorar a tensão que deve provir entre a feição assumida por aquela liderança e o núcleo programático da agremiação. Na medida em que seja fiel ao legado dos fundadores, o PSB não se deixará engessar por nenhuma espécie de rigidez programática. Mas também a flexibilidade que venha a ser exigida não poderá constituir-se em elemento desfigurador da opção socialista em que se baseia para justificar a própria existência.

2.5 TEXTOS DOUTRINÁRIOS

Apresentam-se, a seguir, os textos mencionados de Roberto Amaral Vieira, Célio de Castro e Roberto Saturnino Braga, além da Resolução do VI Congresso, realizado em novembro de 1997.

Texto 1

O PSB E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS (DE 1989)*

Roberto Amaral Vieira **

* Informe apresentado ao Diretório Nacional (Brasília, 21-22 de dezembro de 1989).

** Secretário-Geral desde a realização do PSDB (1985) até o V Congresso (Recife, novembro, 1995).

Introdução

O resultado das eleições presidenciais - a campanha em si e a eleição de Fernando Collor de Mello, afirmando-se como candidato da direita - aponta para a conformação de um outro eixo da política brasileira, ensejando papel novo às esquerdas. Para compreendê-lo, todavia, faz-se necessário um pequeno retrospecto do processo político brasileiro, do acaso da ditadura militar a esta parte, termo da Nova República.

O novo eixo da política brasileira

O final do governo Figueiredo mostrava a necessidade de manter unida a grande frente política e político-partidária construída a partir da palavra de ordem geral e unificadora das /i/Diretas-já/f/, alimentada por extraordinário movimento de massas, certamente o mais importante da República, abafado no Congresso Nacional pela derrota da Emenda Dante de Oliveira, parcial e aparentemente resgatada na Nova República, com a eleição indireta de Tancredo e Sarney. Quase todas as forças progressistas do País compreenderam a missão daquele momento, embora nem todas tivessem clareza quanto às limitações do processo. Findava a ditadura militar, instalava-se o governo Sarney tutelado pelas Forças Armadas, limitações

objetivas que não impediram, todavia, a real liberalização da política, a Constituinte e as eleições presidenciais.

Com a ascensão do governo da Nova República, composição política revelada velhíssima já no nascedouro, a nova realidade objetiva mostrava a necessidade de que na época se chamou "Novo realinhamento político". Cessara, com a derrocada formal da ditadura militar, a imposição histórica dos partidos ditos de frente; fundara a política plebiscitária que mecanicistamente dividira o País entre os que davam sustentação ao governo militar (os conservadores) e os que lutavam pelo seu final (os democratas, progressistas ou não). A fase dos partidos-frente abria lugar à frente de partidos definidos, e antes dela, ao pluripartidarismo. A esta evidência reagiam os mais variados setores do PMDB (a grande a Frente oposicionista) e o PCB, que aliás, não sem razão, foi o último dos partidos brasileiros a requerer seu registro definitivo, em convenção realizada entre o primeiro e o segundo turnos das eleições presidenciais.

A expressão "partido-frente" não é aqui empregada em oposição ao corrente conceito de "partido monolítico", tralha autoritária desautorizada pela história. Diz-se de "partido-frente" daqueles movimentos políticos com fins eleitorais organizados como condomínio de interesses conjunturais, jamais estratégicos, sem um programa comum aglutinador; donde a possibilidade de convergência em pleitos eleitorais determinados, de par com a divergência em face dos projetos nacionais de /i/Estado ou sociedade, diversificados; no mais das vezes, as questões paroquiais, municipais e regionais são determinantes, sobretudo sobre as questões nacionais, secundarizadas. Nada obstante o emprego da identificação "partido", a rigor, essas organizações não o são, pelo que as conceituamos como simples "movimentos" (tenham ou não essa expressão na sigla), ainda que como "partidos" atuem, política e igualmente. De igual modo, é irrelevante que a tradução da sigla possa sugerir uma definição política. /i/Contrario sensu/f/, chamaremos de /i/partidos àquelas organizações políticas caracterizadas pela auto-organização com vistas à conquista coletiva do governo e do poder político para nele realizar, de acordo com as condições objetivadas dadas, um determinado projeto estratégico de Nação, de Estado e de sociedade. Esse

projeto, e a exigida fidelidade a ele, é o fator aglutinador. A existência de projeto único, unificador, todavia, não é impeditiva da discussão interna, e mesmo de tendências. Relativamente a esse aspecto, os partidos, no quadro brasileiro de hoje, podem, /i/grosso modo/f/, oferecer dois "modelos" de democracia interna, a saber:

a) partidos nos quais a existência de tendência é admitida, subordinada, todavia, nas questões fundamentais, à obediência às decisões partidárias coletivas; e b) partidos nos quais ademais dessas tendências, é admitida a existência de tendências outras organizadas, autônomas, com direção própria, formal ou informal. O PSB busca alinhar-se no "modelo" a. Fora dessa tentativa de classificação estão os partidos leninistas e aquelas organizações que não assimilaram a via legal como instrumento de conquista do poder.

Duas concepções de Frente

Os reorganizadores do PSB compreenderam, desde 1984, que o momento político exigia a conformação do pluripartidarismo, ensejador das definições ideológicas e programáticas, entenderam que, ademais dos partidos definidos ideologicamente - através de seu programa, de sua práxis, de sua composição e até mesmo de suas lideranças e militâncias - o novo momento político impunha a política de frentes, mas de frentes não mais tão amplas. Os setores mais conservadores de esquerda combatiam tanto a emergência de partidos de esquerda-socialista quanto a conveniência de uma frente de esquerda, as teses da direção socialista do PSB.

Defendiam, uns e outros, a constituição de um amplo partido de esquerda, mais democrático-burguês do que socialista, mais social-democrata do que socialista, que, conservando o que havia de "charme" do PMDB, adotasse uma linha programática que não ameaçasse a grande burguesia nacional. Era, na verdade, um projeto neoliberal cujo caráter ideológico se revelava numa segunda e substantiva divergência relativa ao caráter de Frente. Defendíamos uma frente de esquerda socialista, flexível, como núcleo representativo dos trabalhadores, disposta a ampliar suas alianças com os partidos progressistas e as amplas forças e organizações do movimento social. Esse ponto revela uma divergência de fundo que nos tem separado da

concepção frentista da linha política até aqui dominante no PCB. Para esses companheiros, a Frente deve ser sempre a mais ampla possível, não importando que sua hegemonia esteja com a direita, como tem ocorrido historicamente, inclusive no caso da frente que se desdobrou na Nova República. (Daí a crítica, deles, à "estreiteza" da Frente Brasil-Popular, que para eles, só seria realmente uma Frente se, desde o primeiro turno, já inclusive, digamos, o PMDB...) Essa divergência não é de fundo ético, mas estratégico-político.

Dizíamos, e repetimos, que o caráter da Frente é determinado pelo nível da luta política, que, no primeiro turno das eleições presidenciais, já apontava para a Frente popular que, podendo ampliar-se haveria de ter sempre no seu núcleo a hegemonia de esquerda, único grupamento político capaz de concretizar as aspirações da classe operária e dos amplos setores assalariados, urbanos e rurais.

Precisemos esses três momentos.

Primeiro, não sem traumas, venceu a tese do pluripartidarismo, mesmo na esquerda socialista, e assim se reorganizaram o PSB e o PCdoB, e mais tardiamente, o PCB. No que diz respeito a essas considerações, organizou-se bem posteriormente o PSDB, com o clara opção partidária pela social-democracia, projeto que se deve assinalar como da maior importância para os partidos de esquerda, pois ensejador da definição desses dois campos distintos da política. Conservavam-se fortes o PDT (populista de esquerda) e o PT. O PMDB começava a viver sua previsível crise de decomposição política, tornando-o sem identidade, a partir da Constituinte, de cujo embate surgiu a sigla social-democracia, transformar-se-ia em crise de irrevogável desagregação de sua proposta progressista, crise que já assolava os partidos de direita, nomeadamente o PDS, que vira esgotada a missão de legitimador político da ditadura, a sua primeira cria, o PFL, reunido para compor com o PMDB a sustentação partidária na Nova República.

O momento seguinte ao da consolidação do pluripartidarismo seria o da afirmação do perfil dos partidos. No que diz respeito ao PSB, consolidou-se como partido da esquerda socialista, derrotando os que procuravam atrelá-lo à social-democracia. Essa definição objetiva com o I Congresso do PSB e, a seguir, em sua Convenção. É que, embora já definido do ponto de vista

teórico-programático, na prática ainda não pudera definir, também, o perfil partidário e sua política de construção.

Colocava-se, agora, na ordem do dia, a questão das Frentes, e de seu caráter.

O PSB defendia não apenas a política de Frente, como de uma Frente com hegemonia da esquerda socialista.

Vitórias da Frente da esquerda socialista

Na primeira eleição que disputou, ainda em pleno e incipiente regime de reorganização, o PSB liderou, em 1985, a Frente de esquerda (PSB - PSB - PCdoB) que concorreu ao pleito municipal da Cidade do Rio de Janeiro e terminou por contribuir para a reconstituição da Frente do Recife. (A traição política de Jarbas Vasconcelos não obscurece a competência e a grandeza do PSB no episódio, por maiores que tenham sido, e foram, as seqüelas). Aliança idêntica ocorreu em Vitória (ES), já com o PT. Nas eleições seguintes, de 1986 e 1988, o PSB lutou pela formação de frentes de esquerda em todo o País. Muitas vezes lutou só, porque, de um lado, nada obstante as experiências carioca e capixaba, os partidos comunistas tradicionais, talvez até pelo uso antigo do cachimbo, conservavam o hábito do alinhamento automático, às vezes até oportunístico, ao PMDB (assim, em Alagoas, por exemplo, enquanto, com PDT e o PCB, o PCdoB apoiou o candidato Fernando Collor; no Rio de Janeiro, tanto o PCB quanto o PCdoB apoiaram a candidatura Moreira Franco); de outro, o PT, ainda em 1988, mas, principalmente em 1986, resistiu à política de frente, priorizando o fortalecimento partidário único, ou, em caso de frente, impondo inaceitável relacionamento autocrático-hegemônico.

O PSB entendia, desde então, a necessidade de todos os partidos de esquerda crescerem como um todo, convencido que estava, e está hoje, mais do que nunca, que cessada estava a utopia européia da construção do partido único, farol da humanidade e construtor da revolução, caracterizada pelo assalto ao poder através de uma sublevação. essa, a revolução, do nosso ponto de vista, dar-se-ia, dar-se-á, como conquista de uma política de frente que reúna todos os partidos de esquerda e possa ampliar seu arco de apoio ao

conjunto maior da sociedade, onde se instalam forças outras democráticas, social-democratas e de esquerda sem vinculação socialista.

Mas o PSB também estende um e fê-lo antes que os demais partidos, o caráter novo e socialista do Partido dos Trabalhadores, com o qual intentou as mais diversas alianças, uma das quais, a primeira vitoriosa (outros experimentos haviam sido levados a cabo nas eleições de 1986, como no Ceará, em Alagoas e no Espírito Santo), no pleito municipal de Vila Velha (ES), quando o PSB se coligou com o PT e recebeu o apoio do PCdoB, derrotando, além dos partidos reacionários, o PDT, o PMDB e o PCB.

Mas, do ponto de vista, digamos, didático, a experiência que em mais avanços importou foi a aliança progressista dentro da Constituinte, reunindo num mesmo bloco os parlamentares do PSB, do PT, do PDT, do PCdoB, do PCB e a esquerda do PMDB, numa premonição do segundo turno das eleições presidenciais.

Ainda não estavam encerradas as atividades da Constituinte, e o PSB, coerente não apenas com suas experiências, mas, igualmente, com sua visão de mundo e de país, iniciava o trabalho de constituição de uma Frente, que, depois de muitas negociações, começa a consolidar-se, de nossa parte, na reunião o Diretório Nacional, em 14 de dezembro de 1988. Nascia o germe da Frente, ali denominado Frente Brasil, para a qual, já em janeiro, o PSB elaboraria um Programa Comum. Defendia, então, o PSB, um "compromisso histórico" das esquerdas brasileiras visando ao pleito presidencial de 1989, mas a ele não se reduzindo, pois pretendíamos uma aliança política em todos os níveis e sem limitação eleitoral, percorrendo o espaço social, orientando a atuação dos partidos na vida sindical, em todos movimentos sociais, na defesa das administrações municipais progressistas, visando à sustentação dos governos da Frente e as eleições de 1990. Lê-se naquele documento:

"... Buscando contribuir para esta unidade, o Partido Socialista Brasileiro, PSB, propõe a elaboração de um "Programa Comum" das esquerdas. Este programa deverá ser a proposta dos socialistas e democratas para retirar o País da crise a que foi levado por cinco séculos de administração conservadora. Neste sentido, além de ser o programado candidato único à Presidência da República, será também um programa e uma plataforma

política para além das eleições de novembro próximo, compreendendo desde logo um esforço unitário na defesa das administrações progressistas municipais, na atuação parlamentar em todos os níveis, na atuação comum da sociedade e na política comum para futura administração da União, preparando as alianças para 1990.

Com este esboço de programa mínimo, o Partido Socialista Brasileiro se dirige a todos os partidos de esquerda, os segmentos que atuaram na Constituinte na defesa dos interesses populares, à sociedade organizada, sindicatos, entidades e instituições da sociedade civil, convidando-os para um diálogo e um esforço visando à unidade, tendo como base um programa comum de ação..."

Pretendíamos, e o propusemos em diversas oportunidades e em diversos documentos, a institucionalização da Frente, sua organicidade mesmo, com direção e estatuto próprios.

Reiteramos agora a necessidade de sua consolidação, para comandar a oposição nacional ao governo Collor.

A política de Frente, e de Frente de esquerda, no caso específico das eleições presidenciais de 1989, consolidou-se, em nosso partido, com o II Congresso.

Dificuldades da política de Frente

Não foram, porém, pequenas, as dificuldades enfrentadas, tanto internamente, quanto dentro da Frente.

Embora fosse sempre e claramente dominante no partido, principalmente junto da militância, a política de Frente, e de Frente de esquerda, no caso específico a constituição da Frente Brasil-Popular, apoiando a candidatura Lula, do PT, não foram pequenas as dificuldades internas, no âmbito dos dirigentes, o que é assinalado com a simples lembrança de que, de nossos três prefeitos de capitais, apenas um acompanhou a decisão do Congresso, o companheiro João Capiberibe, de Macapá. Minoritárias eram as divergências internas e a resistência à política conduzida pela direção nacional, democraticamente decidida. Enquanto enfrentávamos essas dificuldades, todavia, tínhamos de fazer face, ainda, a

dificuldades na administração da Frente, decorrentes seja da inexperiência coletiva de convívio com essa nova política, seja dos traumas, nacionais e principalmente regionais, nos confrontos das eleições anteriores, nas relações das distintas militâncias no movimento social. Assinale-se, ainda, a desproporção de recursos entre os três partidos, desproporção de recursos humanos e materiais, de quadros e militantes. No nosso caso, essas deficiências foram agravadas pelas aberrantes carências estruturais, postas a nu, de forma dramática, as quais serão objeto de tratamento específico, neste Informe.

Os resultados político-eleitorais mostram, à saciedade, o acerto da condução partidária, seja no que diz respeito à constituição da Frente, seja na conformação da chapa. Para sua consolidação, o PSB defendeu, com firmeza, sua representatividade, num primeiro momento. E, a seguir, sua ampliação, recebendo em seus quadros, como candidato a Vice-Presidente, a figura digna do Senador José Paulo Bisol, cuja trajetória o levou às fileiras do socialismo democrático.

Em face do pleito, tinha o PSB projetos e objetivos claros, tanto do ponto de vista estratégico quanto do ponto de vista tático.

O saldo da eleição presidencial

Nosso projeto mais imediato, ademais do óbvio projeto de afirmação nacional partidária, era nossa afirmação como partido de esquerda socialista, assim reconhecido pelos demais partidos, pela opinião pública e pela militância, preparando nossos quadros para o embate de 1990. Ademais desses objetivos, contribuímos, estrategicamente, para o processo revolucionário brasileiro, cuja base ancilar é a organização da sociedade e a formação do seu bloco histórico orientador. A campanha da Frente Brasil-Popular, no que foi ajudada exemplarmente pela chapa Lula-Bisol, contribuiu decisivamente para a organização da sociedade, aumentou a militância dos três partidos, consolidou as teses da esquerda socialista, aprofundou a consciência política. É a partir desse ângulo que deve ser vista a eleição e nossa participação nela, as conquistas logradas pelas forças populares e progressistas que, se não alcançaram a Presidência da República, como poderiam, foram muito além das

análises, as mais otimistas, de quantas encaravam o processo com a visão da ortodoxia da esquerda, ou a conservadora, antes mesmo da campanha chegar às ruas.

De uma forma ou de outra, e no embalo do sucesso político da Frente, o PSB rompeu o casulo, fez-se presente em todas as praças, foi à televisão, levou suas bandeiras e seus oradores para os comícios, rompeu, enfim, o /i/ guetto a que lhe condenou a grande imprensa conservadora, Foram abertos ois sulcos para a sementeira de nosso proselitismo. É trabalhar.

Cabe, agora, ao Diretório Nacional, nesse período entre as eleições e o III Congresso, já convocado, estabelecer políticas visando à consolidação dos ganhos e sua acumulação para o grande salto orgânico que poderão representar as eleições de 1990, dependendo de nossa objetividade, de nossa real estruturação partidária, de nossa política de sustentação da Frente, agora também em suas versões regionais.

O pleito de 1989, ademais de tudo o que de óbvio encerra, simboliza ganho extraordinário representado pelo palanque de forças armado para o segundo turno.

Agiram corretamente o PSB e o PCdoB, quando - rejeitando a política de pretense crescimento individual, consubstanciada na candidatura própria de cada partido de esquerda socialista, e o oportunismo, que seria qualquer outra composição quando a candidatura de Lula marcava passo em amedrontadores 4% de preferência nacional apontadas nas pesquisas de intenção de voto - optaram pela coligação com o PT e a formação da Frente. O resultado do primeiro turno fala acima de qualquer análise. O segundo turno, consagrador, nada obstante a frustração emocional da derrota eleitoral, representa, além do resultado eleitoral em si, o grande salto político que foi a reunião, no mesmo palanque, na mesma campanha, de todas as forças progressistas do País, ao lado das forças da esquerda socialista. Ao lado da Frente Brasil-Popular perfilaram-se todas as correntes do comunismo, ali representadas por João Amazonas, Roberto Freire e Luís Carlos Prestes; a esquerda do PMDB representada por Miguel Arraes e Waldir Pires; o PDT de Brizola, os verdes, além da social-democracia de Mário Covas. Nossa competência revelar-se-á na medida em que soubermos conservar essa aliança, conjuntural mas histórica, repeti-la nos estados, aprofundando-a ou

adaptando-a às diversas realidades regionais, para avançar na acumulação de forças, ocupando espaços nos Parlamentos e nos Executivos estaduais.

Não se encerra nessas análises, todavia, a experiência que deve ser colhida do pleito.

Ademais da união de esquerdas, afirmada no primeiro turno e consagrada no segundo, serviram ainda as eleições para desfazer diversas teses do conservadorismo - e que, no passado, chegavam a ser pretextuadas para golpes de estado. A esquerda, numa eleição plebiscitária em que se transformou o segundo turno, disputando o pleito passo a passo, mostrou que não é nem minoritária, nem antidemocrática, nem muito menos o gueto com que nos ameaçava a propaganda da direita. No primeiro turno, a direita mais atrasada (Caiado, Maluf) foi virtualmente esmagada, e no segundo, mesclando o anticomunismo do final de campanha com a manipulação da informação e teses social-democratas de seu programa, o candidato conservador contribuiu para marcar, ideologicamente, o pleito e a votação, quando todo o esforço do establishment era assegurar, em proveito da direita e do conservadorismo, a morte da ideologia socialista.

O pleito contribuiu, ainda, e ainda não podemos inventariar seus efeitos, para sepultar as lideranças tradicionais da direita e os vacilantes que se serviam da esquerda para chegar ao governo, onde se aliavam aos conservadores. Embora - nada obstante o desfecho eleitoral - possamos dizer que saíram ora fortalecidas ora não, mas sempre sobreviventes, as lideranças de esquerda, pode-se afirmar o desaparecimento de antigas lideranças reacionárias e de direita, que se encaminham para o ostracismo, para o qual também caminham as siglas conservadoras e indefinidas, que escorregam para a vala comum que hoje recebe, a um tempo, tanto o PMDB quanto o PFL, os dois maiores partidos do País, os dois partidos que mais fundo foram afetados pelas eleições e pelo resultado do pleito.

No Brasil, a esquerda se afirma, pela vez primeira, se revelando em condições de chegar ao governo, consagrando, na política prática, a tática da conquista do poder, combinando a participação nas eleições com a organização e mobilização da sociedade civil, consolidando o processo democrático. esse pleito também confirma isso e deve consolidar, em nossos partidos, a convicção de que essa política está correta. A tal avanço

chamamos vitória e a essa vitória correspondem duas outras: uma, sobre a crença da inutilidade do pleito eleitoral, reduzindo-o a mero processo de afirmação doutrinária (e, dela conseqüente, a derrota da política que consagrava ora a luta armada, ora a tomada do poder pelo golpismo); outra, sobre a concepção burguesa, muitas vezes incidente nos partidos de esquerda, cuja política de construção aparece subordinada a políticas pessoais, seja a redução partidária a determinada liderança carismática, seja a subordinação da tática a projetos isolados, de levar esse ou aquele companheiro a esse ou aquele cargo, uma e outra tendências levadas a cabo sem que se tenha presente o projeto nacional, coletivo e substancialmente maior.

A nova esquerda

Nada obstante o inevitável risco do truísmo, há que se dizer, dessas eleições, que a derrota eleitoral estreita não empana a grande vitória política, até porque, pela primeira vez em nossa história, a esquerda disputou com a direita a Presidência da República, concorrendo com um quadro próprio, não tão-só para firmar posição, como em 1945, mas, já agora, para ganhar. e quase ganhando. Pela primeira vez vimos realizada uma política de alianças partidárias sem que tenha cabido à esquerda (como em 1950, em 1955 e em 1960) tão-simplesmente pendurar-se à cauda do projeto conservador.

Pela primeira vez a esquerda toda se uniu, e não foi na cadeia...

Há uma esquerda nova pensando o socialismo a partir da realidade brasileira, despida de modelos, seja de partido seja de revolução; essa, a nova esquerda que emerge vitoriosa do pleito. Essa nova esquerda, que ainda enfrenta dificuldades em adaptar o seu discurso àquelas camadas que mais pretende representar, aprendeu, e apreze haver incorporado ao seu ideário, que a liberdade é elemento essencial do humanismo socialista. Essa esquerda aprendeu que a democracia é valor permanente que deve atingir todas as classes e segmentos sociais. Essa esquerda aprendeu, espera-se, que o pluralismo partidário é a imposição da democracia e que, assim, não há como construir em nosso País, seja para a conquista do poder, seja para administrá-lo a velha política do partido único ou do partido hegemônico; a revolução

socialista e democrática, consagradora do humanismo e da liberdade, será a construção coletiva de todos os partidos de esquerda concertados em uma frente ampla. A esquerda aprendeu que nenhum dos nossos partidos crescerá simplesmente aditando-se a substância de outros partidos de esquerda, mas que todos crescerão se todos puderem crescer conjuntamente, respeitadas as diversas e naturais potencialidades que podem levar esse ou aquele partido a melhor aproveitar as condições objetivas. Sem nenhum trocadilho perverso: cai por terra a política do "Partidão" de esquerda (reincidente), substituída pelo pluralismo também de esquerda, concertado na Frente, de que é exemplo histórico a composição do palanque do comício com o qual, no rio de Janeiro, Lula encerrou sua campanha eleitoral.

Não se suponha, todavia, que o crescimento das esquerdas e dos partidos de esquerda seja um determinismo; ele haverá de ser buscado mediante uma política objetiva, que não descarte as condições subjetivas favoráveis. Propõe-se, concretamente, que cada partido de esquerda elabore sua própria política de crescimento, mas essas políticas não podem não devem ser, antípodas entre si; ao contrário, e esse poderia ser já um papel destacado da frente, essas políticas devem ser complementares entre si para que se revelem convergentes e jamais errem, como tanto no passado, na indicação do inimigo comum. Ao contrário do anunciado enfraquecimento dos partidos de esquerda, ou da fusão partidária, o processo histórico está a indicar a sobrevivência das siglas convivendo dentro de uma grande frente.

Essa a esquerda madura, amadurecida, que emerge das urnas eleita para representar a nação oposicionista, oposição que não mais será mera negação do governante eventual, mas a defesa de um novo projeto de Estado, de nação e de governo.

O espaço do PSB

No que diz respeito ao projeto particular do PSB é preciso, com realismo, identificar o nosso espaço social, que não é apenas aquele decorrente da superação histórica dos modelos clássicos do comunismo ortodoxo, posto que também compreende setores do PDT e setores da esquerda socialista do PSDB e do PMDB.

Sobre esse espaço não temos reserva de mercado, todavia.

Ele será ocupado pelo partido que melhor puder compreender o momento que todos estamos vivendo. Esses setores, no PSB ou em qualquer outro partido de esquerda, devem ser incorporados como integrações partidárias. Com isso queremos dizer que esses companheiros, de preferência no PSB, devem se integrar em uma nova forma de fazer política, típica de um partido de esquerda, e não realimentar, uma vez mais e tão a-historicamente, a velha política de partido-frente, descaracterização que não nos atende nem teórica nem politicamente, não tivesse sido ela, ademais de tudo, condenada, uma vez mais, nessas eleições, com a destruição a que foram inapelavelmente condenados, um a um, todos os partidos-frente de nossa história recente: PDS, PMDB, PFL.

O PSB, como todo partido de esquerda, não se conforma em ser mero instrumento para viabilizar a reeleição desse ou daquele companheiro de esquerda, perdido nas tricas partidárias brasileiras e por isso mesmo muitas vezes tropeçando nos valores e nos maus hábitos dos partidos tradicionais e conservadores. Os partidos de esquerda compreendem formas distintas de fazer política.

A nova direita

Com risco de toda a redução histórica, podemos afirmar que o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, posto a cabo principalmente a partir da revolução de 1930, teve, entre outras características - como o processo de urbanização acelerada - a concentração de poderes nas mãos do Estado, não apenas como agente de desenvolvimento mesmo antes das práticas do planejamento, mas, igualmente, como projeto do capital nacional, que, de um lado, exigia desse Estado-paternalista mais e sempre mais proteção em face de sua dependência diante do capitalismo internacional, e, de outro, requeria essa mesma proteção em face das regras mesmas da economia de mercado, de cuja sobrevivência dependia. Daí resultou, no Estado burocrático-autoritário brasileiro, a criação de um capitalismo burocrático-cartorial, dependente externamente, engendrando uma economia que, de mercado, recusava todos os riscos da chamada livre

iniciativa. Essa economia, para sobreviver, dependia de um Estado forte, armado de poderes políticos e econômicos que pudessem assegurar aos capitalistas, de par com a conservação da propriedade, os lucros, esses vacinados contra as intempéries naturais do capitalismo, e assim, as regras cegas do mercado foram substituídas pelas regras certas do Estado-burocrático administrando a economia cartorial, donde os subsídios, as reservas de mercado, a criação de infra-estrutura e de estatais destinadas a possibilitar não o investimento, mas o lucro empresarial. A correspondência, no plano político, desse Estado Leviatã, seria a aliança do capitalismo com o militarismo, donde os seguidos golpes de Estado substituindo a disputa eleitoral.

Nesse Brasil, em que pese o papel desempenhado pela UDN e pelo PDS e, mais recentemente, pelo PDS e pelo PFL, o Partido do capitalismo cartorial, notadamente industrial e financeiro, tem sido as Forças Armadas, pois só um regime de força, ainda quando legal, poderia e pode garantir a sobrevivência de um governo voltado a assegurar a acumulação do lucro ao lado da redução dos salários, com uma brutal concentração de renda. Por aí se explica o desamor da burguesia brasileira pela vida partidária e, dela decorrente, a fragilidade de nossos partidos, nenhum dos quais conseguiu mais de uma geração de sobrevivência continuada. O desenvolvimento da economia, consequência direta dos investimentos estatais, possibilitou o aparecimento de uma burguesia (tanto quanto de um proletariado de amplas camadas assalariadas) que já se dispõe a apartar-se do Estado, mais precisamente, livrar-se de seu controle e mais dele, porém, utilizar-se, na medida em que dele se autonomiza, para melhor continuar gerindo-o. Por isso, já agora, depois da administração burocrático-autoritária, o "novo" capitalismo se revela neoliberal, e, assim, vem requerer mais claramente a privatização do estado mediante seu gradual afastamento da economia, cedendo as estatais - que haviam palmilhado o caminho do desenvolvimento capitalista moderno - isto é, seu próprio espaço, para que, em substituição a elas, opere, reclamando o lucro ou condenando a "livre iniciativa". Para tal, porém, o capitalismo, a chamada iniciativa privada, teve de, por longos anos, ser antes cevada pela política clientelista que associava o arrocho salarial, o crédito privilegiado, as taxas de câmbio favoráveis, a reserva de mercado até

para multinacionais, os incentivos fiscais e, no caso dos bancos, um verdadeiro seguro contra perdas e má gestão. Esse neocapitalismo tardio parece ser a "nova" direita que emerge vitoriosa do pleito. Há que se reconhecer, todavia, que mesmo esse aspecto é positivo nos termos da política brasileira, embora não se possa esquecer a sobrevivência de outros setores da direita brasileira, mais tradicionais, ligados às forças militares, viciadas no golpe de estado e no paternalismo estatal.

Ao lado de uma e de outra tendências, emergiram, igualmente fortes, um novo proletariado e novas camadas assalariadas, que deram o contorno eleitoral da maioria das regiões metropolitanas do País com sua clara opção pela candidatura da Frente Brasil-Popular, que se legitima como seu real representante. Essa realidade, no que se confirme, poderá consolidar o pluralismo partidário, consolidando também a disputa eleitoral - ensejadora no futuro da real alternância no poder - como substitutiva dos /i/dictaks/ dos quartéis.

Não basta, porém, falar na vitória política, por maior que tenha sido ela. Há que se falar, igualmente, na derrota eleitoral.

O PSB e o desempenho eleitoral

É preciso dizer que a FBP alcançou, tanto no primeiro quanto no segundo turnos, patamares eleitorais que jamais foram suspeitados no início da campanha. A frustração se deve à consciência de que a derrota poderia ter sido evitada. Evidentemente, a FBP cometeu vários erros, e eles são mais notáveis no segundo, em face da derrota, embora muitos viessem, do primeiro turno. Mas esses erros não são tudo. Permaneceremos na superficialidade se não destacarmos a desigualdade da correlação de forças, ainda não superada.

Vários fatores que interferiram negativamente na campanha podem ser nomeados; nenhum deles, porém, é importante em si, nem responsável pela derrota no segundo turno; mas sua conjunção pode explicar muitas das dificuldades que se tornaram decisivas quando postas em face da correlação de forças desfavoráveis e a ofensiva final da direita. Aliás, nesse aspecto, deve-se registrar uma certa ingenuidade moralista esquerdista perante uma

direita disposta aos golpes mais baixos e sem princípios para atingir seus objetivos.

Sem a pretensão de pormenorizar fatos já conhecidos e analisados, recordaremos apenas as dificuldades e os conflitos para a escolha da candidatura a vice, só encerrados e de início não totalmente com a indicação do companheiro José Paulo Bisol. Pode ainda ser somado às dificuldades da FBP o sectarismo que em algumas oportunidades levantou vetos precipitados a apoios necessários, sobrepondo interesses localizados aos grandes problemas nacionais. A política impositiva da força majoritária da FBP também consumiu energias de dirigentes do PSB e do PCdoB em muitos Estados, energia que se voltou para dentro, quando deveria estar atuando na campanha. Além disso, particularmente no segundo turno o comando da campanha não conseguiu exercer o seu papel, não chegando sequer a discutir uma tática de campanha, com suas funções absorvidas quase totalmente pelo PT.

É preciso reconhecer com coragem, também, que o PSB enfrentou dificuldades para sua integração na FBP, desde os atritos regionais e municipais com o PT, até as debilidades da militância em ir às ruas. Na reunião de Belo Horizonte, o Diretório Nacional foi obrigado a dissolver os Diretórios Regionais do Amazonas e de Sergipe, porque nossos dirigentes locais desrespeitavam as decisões partidárias e se juntavam a candidaturas adversárias. Isso se deve a concepções partidárias equivocadas, conservadoras, que reduzem a política à ação de personalidades, às vezes a própria. Assim, enquanto o conjunto partidário, em sua quase unanimidade, caminhava com a política da Frente, algumas lideranças se preocupavam com seus projetos pessoais inescamoteáveis, ou alinhavam-se, conservadoramente, sob a liderança de personalidades como Brizola ou Covas. Esses não conseguiram enxergar o novo que estava pulsando sob a aparência das manipulações da Rede Globo, da imprensa burguesa e das ultrapassadas concepções políticas. Um novo que o Diretório Nacional começou a ver já na sua reunião do dia 14 de dezembro de 988, contra os profetas da objetividade e do "realismo" enganados pelo que não podiam ver a olho nu.

Com o crescimento da candidatura, todavia, e felizmente, verificou-se a maior integração de todas as militâncias, inclusive a nossa, que, a partir de

então, foi sujeito de notável desempenho; superando nossas limitações numéricas, fez-se o Partido presente em todos os atos da campanha. Ressalte-se, porém, como atenuante, o reconhecido despreparo estrutural, material e financeiro do PSB para a campanha, embora muitos companheiros nos idos do Congresso, tenham pensado que poderíamos, até, ter uma candidatura própria...

A política sectária de votos foi extremamente danosa no segundo turno, e se revelou mediante o mau hábito de condenações antecipadas e aleatórias a apoios somente pressentidos. Muitas vezes a "defesa de princípios" encobriu projetos menores, pessoais ou não. Grande parte do período de intermediação entre o fim do primeiro e o início da campanha do segundo turno, foi gasta pela direção nacional do PT para desautorizar vetos de suas direções regionais. Nesse episódio, é preciso dizer que o PSB atuou de forma competente, propiciando acomodações, em benefício da Frente. Tais vetos, aliás, deram pretexto à conduta oportunista de parte do PSDB que, em face de injustificadas restrições a "cardeais" seus - Richa e Tasso Jereissati, por exemplo - desgastou a FBP e sua candidatura com um combate conscientemente injusto ao programa dos 13 pontos, a ponto de atingi-lo mais fundamentalmente do que havia sido ele atingido em todo o confronto com a direita. Para no fim, quando a campanha crescia, quando já havia colhido o apoio do PDT, vir o PSDB apoiar a FBP, agora dizendo que não tinha mais tempo para discutir o plano de governo que condenara ou, como lembrava um seu "cardeal" ilustre, recorrendo ao sempre presente Conselheiro Acácio, o conseqüente (governo) vem sempre depois (eleição)... Mesmo assim foi um apoio reticente, que gerou insegurança nos apoiados e desestímulo na militância dos apoiantes, o que pode explicar a quase total não transferência de votos tucanos, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, dois de seus melhores desempenhos no primeiro turno. O mesmo não se pode dizer do apoio do PDT, mas a atitude de seu chefe provocou tal desgaste, premeditada e calculadamente, com os ataques, sabidamente injustos, ao nosso companheiro Bisol, que repercutiram até no segundo debate, como vimos. Não há dúvida de que Brizola transferiu para Lula suas votações no Rio e no Rio Grande do Sul, mas é igualmente inequívoco que, com a campanha contra

Bisol, nos fez perder votos onde não os tinha.

Depois de perder mais de dez dias costurando alianças que supunha naturais, mas que se revelaram dificultadas, o comando da campanha deixou-se intoxicar pelo triunfalismo, e o clima do já ganhou, comprometendo toda a tática até ali desenvolvida, passando à militância a lassidão dos que já venceram, antes de terminada a batalha. Simbólico disso foi a preparação insuficiente do candidato para o último - e tão importante - debate, subestimando o adversário.

Em todo esse processo, deve-se sublinhar o oportunismo do PMDB, enterrando as últimas esperanças de resgatar um passado de lutas democráticas. Enquanto sua Executiva Nacional manifestava apoio público e unilateral à FBP, algumas de suas mais expressivas lideranças, como o governador paulista Orestes Quércia, para citar uma só, mas a mais influente, colocava a máquina governamental a serviço da candidatura do PRN. Só exceções honrosas, como o comportamento digno do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, ou a coerência de outras lideranças, entre elas as dos governadores Waldir Pires, Pedro Simon e Max Mauro, evitaram o naufrágio melancólico da legenda que já abrigou as mais sentidas lutas da população brasileira.

Na verdade, todos esses problemas - e outros factuais, de interesse apenas episódicos para a imprensa diária - parecem menores diante da acumulação de forças em torno da candidatura da direita. Isso indica que a esquerda terá de se preparar com muito cuidado para enfrentar as eleições de 1990, procurando ocupar espaços, avançar, acumular forças mais ainda para viabilizar uma nova política de conquista do poder, para realizar as transformações sócio-econômicas que, perseguindo o projeto estratégico do socialismo, humanizarão nossa sociedade autoritária. A derrota que a direita sofreu no primeiro turno e a ameaça concreta que enfrentou no segundo certamente serão respondidas por uma grande ofensiva política para tentar desarticular a FBP, fazer recuar os partidos que a compõem, procurando esmagá-los na próxima eleição. Só a unidade e o fortalecimento da FBP poderão fazer face à provável investida da direita fortalecida contra as forças de esquerda, progressistas e democráticas.

Por uma nova República

Essas eleições presidenciais desenvolveram-se sob clima de relações internacionais favoráveis, se bem que complexo, tanto que muitos de seus avanços não foram convenientemente compreendidos por alguns segmentos de esquerda, ensejando, dessa forma, a exploração maldosa e o aproveitamento eleitoral da direita.

Para trabalhar com poucos parâmetros, diríamos que esse quadro internacional pode ser identificado a partir de duas que podem ser suas principais características, a saber, a destituição das últimas ditaduras na América Latina e a consolidação da Perestroika, com o notável rastro de transformações operadas no leste europeu. Nada obstante o ato de força dos Estados Unidos, invadindo o Estado soberano do Panamá, ao arripio de todas as normas das relações internacionais e o direito das nações, a tendência geral da política internacional é o entendimento e o diálogo, transformando em tralha obsoleta o discurso e a prática da guerra fria.

Para nós, brasileiros, uma e outra dessas características são substancialmente favoráveis ao nosso próprio desenvolvimento político, a chamada consolidação do projeto democrático. A reconstitucionalização do País e a realização das primeiras eleições presidenciais, após vinte e nove anos, dão-se, assim, contemporaneamente à queda das ditaduras paraguaia e chilena, ao avanço do processo representativo no Uruguai, à consolidação do regime argentino e aos avanços que se operam na Nicarágua, sem prejuízo da revolução sandinista.

Tudo o que ocorre hoje no chamado leste europeu nos diz respeito muito de perto, e influencia marcadamente o processo de nossa revolução. Quando a direita diz que o socialismo está em decadência, nós dizemos que ele avança invencível, ao associar a igualdade social às conquistas da liberdade individual, resgatando valores que não pertencem ao liberalismo, integrados que estão ao patrimônio comum da humanidade. Nós que sempre associamos o socialismo à liberdade, e nosso dístico vem de 1945, nos revelamos, todavia, tateantes, inseguros, quando essas conquistas se operam no leste europeu e são exploradas pela direita brasileira, quando deveriam ter sido erguidas como troféu de todos os socialistas do mundo. Os socialistas

brasileiros majoritariamente saúdam o processo político que se desenvolve no leste europeu e esperamos que os demais países socialistas e as forças populares de todo o mundo compreendam esse seu significado revolucionário e marxista, preparando-se para aprender com esse processo e apoiar esses países em momento de dificuldades. É preciso mais do que nunca que a bandeira da liberdade e da democracia clássica nos países do leste europeu sejam levantadas pelos socialistas. Caso contrário, uma vez mais essa bandeira será indevidamente empunhada pelas forças reacionárias do capitalismo, como o foram, pela direita brasileira, nessas eleições.

O projeto do Partido Socialista Brasileiro contempla a defesa da liberdade e da democracia e propugna a instalação de um regime socialista e democrático, fundado na liberdade individual. Tudo isso, para nós, é plenamente possível e alcançável mesmo sob o regime representativo burguês-clássico, nada obstante os recursos de que ainda dispõe a direita e certamente ainda mais disporá nas eleições de 1994. Entendemos que a questão da liberdade e da democracia deve ser aprofundada em nossos partidos e particularmente no PSB, que, no mesmo passo, não pode prescindir da bandeira da ética. O socialismo é a forma mais elevada do humanismo, que é, por seu turno, a manifestação mais perfeita da ética. A ética socialista não pode ceder diante do moralismo capitalista, e, por temer tomar uma posição só aparentemente atrasada, não pode recusar a bandeira da moralidade pública. A ética, tanto quanto a liberdade, são valores intrínsecos ao socialismo; nós é que purgamos sua ausência; sobre os trabalhadores é que se abate a imoralidade intrínseca do capitalismo.

O PSB precisa aprofundar o seu projeto nacional, cuja elaboração carece de uma clara revisão do caráter de nossa formação como povo, nação e Estado. O autoritarismo, que permeia nossa história e se faz presente em toda a vida social, está a exigir uma nova leitura dos nossos conceitos de Nação e de unidade nacional, para que tenhamos sempre presentes que sob o mesmo projeto estamos alinhando as "nações" desenvolvidas do sudeste e os bolsões de atraso e miséria do norte e do nordeste; que nosso cidadão é tanto o operário qualificado do ABC paulista quando o retirante nordestino, o caboclo amazônico, o gaúcho dos pampas e os povos das florestas, as nações indígenas sobreviventes a quatro séculos de genocídios; é preciso ter sempre

em conta que nosso País é a um tempo São Paulo e Teresina.

Conclusões

Tendo como referência, ademais dessa análise, as propostas aprovadas em nosso II Congresso, sugerimos ao Diretório Nacional promover:

1. encontro formal das executivas nacionais dos partidos integrantes da Frente visando a discutir, entre outras questões: a continuidade da Frente e sua ampliação; a operacionalização da Frente, sua institucionalização e direção; a extensão da Frente aos estados e municípios, a elaboração do Programa Comum e o planejamento de sua participação nas eleições de 1990;

2. a realização de um grande encontro nacional de todas as lideranças de esquerda e progressistas para discutir e elaborar um Programa Comum para um novo Brasil.

Essas propostas, todas elas de ordem política, da maior importância para estabelecer o roteiro da atuação do Partido até o III Congresso, não podem relegar a plano secundário as questões fundamentais relativas à estrutura partidária, cuja discussão deve ser aberta com a maior urgência.

É preciso que todas as regionais, todas as municipais, todas as zonais, todos os núcleos de organização, e, na falta de iniciativa da direção partidária, cada militante, procedam à mais realista análise relativa ao desempenho do Partido nas eleições presidenciais, tendo em vista as respostas dadas pela sua estrutura. De forma prospectiva é preciso avaliar que rendimento podemos esperar dessa estrutura nas eleições de 1990.

Essas discussões devem mesmo se antecipar ao nosso Congresso. recomendamos que cada núcleo partidário elabore sua própria estratégia de crescimento, visando a essa política coletiva de ampliação de quadros e militantes. É preciso fortalecer a estrutura partidária naqueles Estados nos quais realizamos convenções constituintes, e avançar no maior número possível de municípios já no pleito de 90, assegurando-nos um desempenho

consolidador nas eleições proporcionais, propomos mesmo um desafio-meta: nenhum Legislativo estadual sem representante do PSB.

Texto 2

TESES CONTROVERSAS*

Roberto Amaral Vieira

V - OS SOCIALISTAS E A SOCIAL-DEMOCRACIA

A crônica política não distingue - e parece intencionada a não fazê-lo - as diferenças de projetos políticos que tentam firmar-se no atual pluralismo partidário brasileiro. Assim, passa a nomear como de esquerda as mais variadas concepções, desde as que se revelam pelo simples desejo pessoal ou de grupo contrariado, até às que participam da oposição apenas para formar um espaço junto ao bloco dominante. Há, portanto, a esquerda que faz a opção pelo socialismo - ou seja, que pretende substituir o capitalismo por um sistema socioeconômico que solucione os graves problemas nacionais e internacionais - e a esquerda que pretende apenas reformar e bem gerir o capitalismo em suas diferentes feições, nacional, multinacional, transnacional.

Essa dupla tendência reflete, essencialmente, o fato de que a internacionalização do mundo moderno é, tendencialmente também, totalizante: a humanidade inteira, em termos de detenção e de fruição dos bens da Terra, materiais e imateriais, vai do pólo rico ao pólo pobre, incluindo-se entre esses dois pólos todos os seres humanos: isso faz com que um milionário ou meramente rico paquistanês - cujo país tem uma renda per capita vil, ou quase vil - se insira política, ideológica, culturalmente, no pólo rico, ou um pensador desalienado norte-americano ou japonês se insira no pólo pobre. Os ricos brasileiros são assim outra coisa que a massa brasileira: há os servidores (e beneficiários) do capitalismo nacional que, em crise, aderem gostosamente ao multinacional ou transnacional, pois que a solução capitalista dos problemas nacionais, por visar a todos e não apenas a uma grei, é extremamente mais complexa, exigindo sacrifícios não raro enormes, mas sempre menores, relativamente, para os já sacrificados. A história do Brasil se desdobra dentro desse esquema, que é, no presente, de ofuscante evidência.

Inviabilizando o projeto de transcrição corporificado na Aliança Democrática, revelada a verdadeira face do governo Sarney, com sua subordinação aos interesses oligárquicos e antinacionais, manifestados os efeitos da composição política do partido majoritário, alguns setores progressistas oscilaram entre uma opção socialista e um projeto de tipo social-democrata. Essa dúvida decorria da manifesta incompreensão da natureza da social-democracia.

A social-democracia surge como desdobramento das dificuldades encontradas pelo capital monopolista europeu, em conseqüência da integração de suas economias no mercado internacional. As condições de correspondência a que foram submetidos aqueles países levaram a uma coalizão de classe que assegurava, ao mesmo tempo, a formação de um grande mercado interno e uma elevada taxa de produtividade do trabalho.

O projeto social-democrata europeu foi e é sustentado por uma associação das frações monopolistas do capital nacional com estratos superiores da classe operária, representados pela burocracia sindical. Essa associação viabiliza a manutenção de elevadas taxas de produtividade e um mercado interno em permanente expansão. A crise do capitalismo no plano mundial é, justamente, a crise desse modelo, que nossos social-democratas querem, sempre discronicamente, implantar no Brasil.

É que a proposta do socialismo partia do pressuposto de que a sua consumação, ou pelo menos advento seria tanto mais factível quando mais rápido se mundializasse. As seqüelas da Primeira Grande Guerra Mundial barraram o advento do socialismo de duas maneiras: burocratizando-o e autocratizando-o, num país só - foi o caso da União Soviética - ou diluindo-o e subordinando-o ao serviço do capitalismo, castrando ao socialismo sua vocação internacionalizante original e insuflando ao capitalismo "morigerado" a redução da exploração do homem pelo homem intra muros nacionais, o que permitiu que o outro capitalismo, o "não morigerado", atingisse o auge da exploração colonial até após a Segunda Guerra Mundial.

Assim, quando afirma que "a social-democracia contemporânea é a síntese histórica que procura superar as limitações do capitalismo do século XIX e os aspectos discutíveis do socialismo", o programa do PSDB insiste no equívoco. Escrevendo antes dos teóricos de hoje, o poeta Hélio Pellegrino a

eles se antecipava em sua crítica irresponsável: "É cinismo sinistro apontar-se os Estados Unidos ou a Alemanha Ocidental como modelos a serem imitados - e atingidos - pelas nações pobres da Ásia, da África e da América Latina. Para tanto, seria necessário que as potências de primeira grandeza fossem colonizadas e esbulhadas pelos países subdesenvolvidos, invertendo a presente relação de forças".

Além disso, a social-democracia brasileira não conta nem com um setor monopolista do capital a quem interesse liderar uma coalização do tipo social-democrata e muito menos, ainda, com uma classe operária que tenha constituído uma aristocracia sindical capaz de tornar viável tal projeto. O capitalismo monopolista brasileiro - muito mais ligado aos interesses do capitalismo internacional do que a um projeto nacional - não se interessa (porque dele também não depende) pela formação de um potente mercado interno para seus produtos e muito menos investe na elevação da produtividade, pois enfrenta a concorrência internacional através da associação de subsídios financiados pela sociedade aos baixos salários que paga aos trabalhadores brasileiros.

Uma vez mais um truísmo de força didática, para revelar mais uma vez os equívocos históricos daquilo que procura ser a social-democracia brasileira: a nossa sociedade não é a europeia, nem a europeia mediana, nem a europeia desenvolvida muito menos. Sua estrutura social admite ainda - e por quanto tempo, quem saberá dizer? - uma classe operária grande - que vem crescendo muito desde os anos 50, e que cresceu ainda muito nos tempos milagreiros dos governos militares, e que continuou crescendo mesmo sob a recessão -, uma estrutura agrária que nada lembra as estruturas francesa ou alemã, ou mesmo espanhola, nada obstante a redução da população agrícola e do desenvolvimento do assalariamento rural, o trabalho agrícola aqui é diverso, negativamente distinguido, com a convivência de formas capitalistas adiantadas com outras que transitam do bóia-fria a formas torpes de escravidão, subescravidão e servidão. em outras palavras, país subdesenvolvido, o Brasil possui muitos dos problemas do capitalismo tradicional, e se isso é verdade, e o é obviamente, nós temos os problemas e principalmente muitas das tarefas da esquerda tradicional, e cumpre portanto, assumi-los e assumi-los sem pejo. Ou seja, cumpre organizar o movimento

sindical tradicional, sim, cumpre organizar partido em torno desse movimento sindical, sim, como cumpre construir uma linguagem e um projeto específico para população de classe média, sabiamente permeável a esse discurso, como o demonstrou exemplarmente a campanha 1989, cumpre ainda desenvolver uma política de unidade dos setores proletários e urbanos, ou de aliança, aliança operário-camponesa como dizíamos nos anos 60, de uma forma ou de outra integrando-os, ou seja, cabe-nos essa política que, por exemplo não cabe mais na Alemanha, nem na França, nem na Espanha, nada obstante o atraso relativo dela.

O que um certo pensamento que se chama presentemente de pensamento de direita "moderna" - encantados, porém, para certos setores social-democratas e de esquerda, sequiosos do novidadeiro - tenta nos impingir é a algaravia de que somos (direita e esquerda) tão "modernos" quanto eles (a panacéia da "modernidade" social-democrata, irmã siamesa do primeiro-mundismo de Collor, são herdeiros do Brasil-grande dos militares dos anos 70), os desenvolvidos, para convencidos, tornamo-nos compradores perdulários da idéia falaciosa de que ser "tradicional" como era a esquerda européia há 15 anos é um atraso! Ora, isso é uma tentativa de nos embutir um processo colonial de pensar. Ora, o PSB - e nenhum partido de esquerda brasileiro - vive os problemas do Labor party inglês, e tomara que os tivéssemos, afirmando aqui o que afirmado é lá, que 70% da população vai bem, mas 30% vai muito mal. Aqui, 5% da população, se tanto, vai de muito bem a muitíssimo bem e o restante vai de mal a pior. E, portanto, vários dos aspectos da política "tradicional" se impõem. Nos países que resolveram os problemas básicos da população, a política exige da esquerda a realização de seu ideário político, a luta pelos interesses dos outros 30%, a luta por mais liberdade, por mais igualdade. Mas, entre nós, 80% da população não conhece a cidadania e se depara diariamente com uma questão que se renova diariamente: a própria sobrevivência física, enfrentando a fome, o desemprego, a doença e todas as formas objetivas e difusas da violência. O "pós-moderno" brasileiro não tem encantos estéticos: é menos diarreia, é menos "meninos e meninas de rua", é menos cólera. O nosso "pós-moderno" é atraso mesmo, e portanto as nossas políticas têm que estar adequadas a essa realidade sem opções, Por esse efeito, a questão básica da esquerda brasileira,

do PSB portanto, só pode ser a emancipação social das massas brasileiras, das massas proletárias, urbana e camponesa. Nesse sentido, tudo o mais é subsidiário, inclusive o nacionalismo cuja pauta, vimos, deve priorizar a questão da dívida externa, casada com a dívida econômica. Ou seja, ou sítio aqui é um país que tem futuro, porque recuperou seu próprio povo, dignificando-o, ou o nosso futuro é um grande Gabão, depositário de pessoas pobres, de uma raça distinta, distinguida pela devastação genética da fome e da subalimentação. O novo proletariado de que nos falava Tonybee. A nova divisão internacional do trabalho não nos reserva outras opções.

A solução da crise de acumulação por que passa a economia brasileira não se dará mediante projetos de hegemonia do capital monopolista internacional instalado no País. Esta superação exigirá passos muito mais ousados, o que aumenta significativamente nossa responsabilidade histórica, principalmente para situar a participação de cada força política dentro do atual e futuro (re)ordenamento do quadro partidário. A alternativa brasileira sugere movimento aparentemente contraditórios como que parece ser hoje o panorama da correlação de forças internacionais.

Aqui se coloca a questão crucial das intermediações no quadro do estado burguês. É essa necessidade de intermediação que dá a sustentação política dos partidos que representam a social-democracia nos estados capitalistas europeus avançados.

Esses partidos, na Europa, atendem à necessidade de intermediar, em termos modernos, a hegemonia da burguesia sobre a classe operária, cooptada em seus estratos superiores, e a quem o estado de classes faz sucessivas concessões, muitas sustentadas pela sobre exploração a que é submetida a classe operária dos países periféricos. Mas, nesses estados, essa intermediação necessária, que nos países subdesenvolvidos, no Brasil e na Argentina de particular, vinha sendo desempenhada pelo populismo, requer que o porta-voz da classe dominante, o partido social-democrata, tenha condições de representatividade junto ao proletariado. Em outras palavras, só um partido inserido no movimento sindical, como por exemplo o Partido Socialista Francês, pode, no estado capitalista industrializado, proceder à intermediação entre a burguesia e o proletariado.

Por óbvias razões, no Brasil, ademais de tudo o que foi exposto, não pode desempenhar esse papel de intermediação aquele partido de parlamentares que não dispõe de inserção no movimento sindical, nem presença no movimento social. A burguesia exige de seu interlocutor a capacidade de parar as fábricas. Quem não pode pará-las, também não pode acioná-las.

Se, de nosso ponto de vista, pelas razões de fato acima arroladas, não é histórico, entre nós, o pleito social-democrata, não há espaço no Brasil de hoje para o projeto da social-democracia, muito menos a este pleito está habilitado o partido que em seu nome se oferece à intermediação.

Observa-se, por igual, o desgaste da alternativa populista-partidária. Não há por que a burocracia intentar o diálogo intermediado, se ela já pode, hoje, no Brasil, conversar diretamente com o proletariado organizado.

Esse quadro parece-nos animador para os partidos que, recusando o papel da intermediação, ousem assumir a missão revolucionária da defesa da luta operária, da abolição da sociedade de classes, da radical transformação da sociedade capitalista, substituída pela justiça social e pela liberdade que só se realiza em uma sociedade socialista.

Abre-se, dessa forma, para os partidos da esquerda socialista, isto é, aos não-comprometidos com o projeto da intermediação, e por isso partidos revolucionários, espaço o mais amplo possível, caminho o mais fecundo. esse espaço será ocupado pela organização moderna, contemporânea, histórica, democrática, que se identificar, diante da sociedade, dos trabalhadores, dos assalariados em geral, como habilitada, pela sua militância e pelo seu programa, pela sua inserção social e pela sua presença no movimento sindical, como capaz de empunhar a bandeira do socialismo e da revolução.

Se o Partido Socialista Brasileiro não tivesse, e tem, todas as razões históricas, éticas e estratégicas para negar a alternativa social-democrata e afirmar-se com o partido radicalmente revolucionário e socialista, teria ainda todas as razões da conveniência tática, ditadas pelo quadro de realidade da política brasileira.

É o que intentamos demonstrar.

* Texto submetido à Convenção Nacional do PSB em Brasília, em junho de 1992, A transcrição abrange apenas os últimos capítulos.

VI - ESPAÇO DO PSB

1 - Introdução

Nossa tese é esta: não tivéssemos todas as razões estratégicas para radicalizar a opção socialista (e como as temos!), ainda assim nos sobriariam razões táticas. Delas trataremos a seguir.

O PSB reafirma sua opção tática pela política de frente, de frente popular e democrática com a hegemonia de esquerda. Se esta tese exigisse um modelo, indicáramos a Frente Brasil-Popular transitando para o palanque do segundo turno da campanha de 1989. Esta tese reforça a compreensão da necessidade do crescimento conjunto de todos os partidos de esquerda, condenando e jamais praticando a política, ainda vigente na esquerda, de políticas isoladas de crescimento que muitas vezes têm como pressuposto o enfraquecimento das demais organizações.

O PSB também reafirma a condenação de todos os projetos exclusivistas, políticos e ideológicos. Assim, não pretende ser um "partido-único" nem reivindica qualquer sorte de exclusivismo, seja da militância, seja da teoria e da prática socialista.

Nada obstante, cumpre-lhe atuar de acordo com os dados da realidade, que revelam um enfraquecimento, senão mesmo, em alguns setores, o abandono das teses do socialismo.

2 - Quadro partidário no qual operam nossas escolhas

Em que pesem as críticas tradicionais e esquerda à social-democracia e, no nosso caso, ademais da crítica, a denúncia da intempestividade do projeto social-democrata brasileiro, verifica-se, em seu sentido, uma inflexão da

esquerda historicamente socialista. De especioso registre-se que essa inclinação não considera o desvanecimento da única opção partidária nomeadamente social-democrata.

2.1 - Do PCB ao PPS

O Partido Comunista Brasileiro, herdeiro das lutas a que tanto nos temos reportado neste ensaio, renunciou ao peso dessa responsabilidade. O seu processo de crise, da crise de interpretação do processo revolucionário brasileiro, e da crise de identidade dele decorrente, a crise que diremos instaurada a partir da catástrofe teórico-prática de 1964, alcança concomitantemente seu clímax com os reflexos, internos, da implosão do leste-europeu e da visão do socialismo a ele imanente. O fracasso de um e de outro aprofundou, apressando seu desfecho, a crise da organização comunista brasileira. Não estamos fazendo qualquer sorte de crítica aos companheiros do PCB quando afirmamos que a decisão de extinguir o antigo partido e organizar o PPS significou, numa ruptura histórica, tanto o abandono do socialismo quanto a opção pela social-democracia, como veículo e vim. esta opção, se não está clara no discurso partidário programático, está evidente no discurso de seus principais líderes e, principalmente, em sua práxis política.

Queremos dizer que o PPS, seja porque não mais se proponha a tal, seja porque perdeu condições objetivas para tal, não empunha mais a bandeira do socialismo.

2.2 - O populismo de esquerda

Também não a empunha, se em algum momento, depois do encontro de Lisboa, realmente desejou empunhá-la, o PDT, esquecido, até mesmo do "socialismo moreno". Seus líderes, mais precisamente seu grande líder, apegando à denúncia das perdas internacionais (pleito que pode ser levantado por outras correntes políticas, mesmo não socialista ou da esquerda), não apenas arquivaram o projeto socialista, como fazem questão de afirmar seus vínculos nacionais e internacionais com a social-democracia alemã, preferentemente.

Não é sua, portanto, a bandeira do socialismo. Não o é, e os pedetistas não desejam que o seja mais. A rosa vermelha pode ser trocada por um CIAC.

2.3 - O socialismo dificilmente "democrático"

Empunha-se, ainda, a bandeira socialista, o PCdoB, mas lhe faltam condições histórico-objetivas, biográficas mesmo, para a defesa do socialismo democrático. Seus vínculos honestamente exposto, até ontem, com o stalinismo e a via albanesa, impõem uma revisão que, ademais do tempo, exige uma autocrítica que pode levar a uma auto descaracterização cuja conclusão, se não aponta necessariamente para o caminho adotado pelo ex-PCB, pode levar ao enquistamento político, valer dizer, a uma sobrevivência sem condições de expansão, sem a qual o projeto político, que não pode dissociar-se de condições objetivas de conquista do poder, perde também suas condições subjetivas e objetivas de sobrevivência.

2.4 - O novo petismo

O Partido dos Trabalhadores, o maior partido de massa do País e o maior partido de esquerda brasileira, não se apresenta disposto a empunhá-la. Sua opção parece mais tática do que estratégica, a governabilidade, construída a partir da tese de que Lula será inevitavelmente o futuro Presidente da República. Derivada dessa tese, ao nosso ver de factibilidade ainda carente de demonstração, vem o estabelecimento de uma tática que, a) não prejudicando a tese, b) facilite o governo, seja i) viabilizando-o eleitoralmente (afirmando a tese de sua capacidade governística, calcanhar-de-aquiles da campanha passada), ii) viabilizando institucionalmente (isto é, premunindo-se dos anticorpos do golpismo). O que quer que seja está a exigir compromissos objetivos com a burguesia.

Este projeto, por óbvio, teria conseqüências tanto programáticas quanto em sua política objetiva, e, portanto, na política de alianças. É emblemático, portanto, que esse PT, reafirmando-se oposicionista, privilegie, nas relações orgânicas de cúpula, partidos como o PMDB e o PSDB, e liderança como Quéricia e Jereissati (enquanto nas bases as alianças se dão com os partidos de

esquerda) e que, no Congresso, privilegie as questões exageradamente superestruturais, adotando mesmo o discurso, originário da direita, formulado por Sarney e repetido por Collor, da ingovernabilidade decorrente do estatuto constitucional de 1989. preocupados com a crise institucional - crise que é o cavalo-de-batalha da direita para a reforma constitucional na qual as massas nada têm a ganhar -. esse importante segmento da esquerda brasileira ignora a crise constituinte, a crise decorrente da natureza do poder.

Se, a longo prazo, nós, as pessoas, estaremos mortas, como há tanto tempo nos lembra a sentença de Keynes, as instituições correm o risco de se surpreenderem com os resultados de determinadas políticas de curto prazo. O oportunismo político do PMDB em 1984 - a ansiedade em fase do poder imediato - pode estar afastando-o do poder definitivamente. Ninguém parece colher a lição.

Os resultados do Primeiro Congresso do PT apontam para essa revisão de conteúdo e objetivos, donde também revisão de meios. A inclinação mais ao centro implica, a um tempo, o afastamento das teses do socialismo e uma aproximação pragmática no rumo da social-democracia. Como bem esclareceu a lucidez de Florestan Fernandes (Ver, no BS nº 4 seu artigo 'Congresso mostrou força do centro'), a "promessa de 'construção do socialismo' passou por uma deflexão. Prefere-se a luta pela hegemonia à 'luta de classes', como se aquela pudesse ser dissociada desta. Em conseqüência, o socialismo equaciona-se aberta e sistematicamente como uma seqüência de sucessivas 'melhorias' desencadeadas de cima para baixo. O requisito dessa orientação consiste na permanência do poder estatal".

O que parece demonstrado é que, à renúncia socialista, por esses partidos, corresponde o engarrafamento da via social-democrata, nos impedindo, ao PSB, a disputa nesse espaço, se em face dele não nos movessem antes outras opções estratégicas. Isto é, se pudéssemos ser outra coisa se não socialista. Queremos dizer que, para o PSB - partido deve ter vivos e presentes projetos de curto, médio e longo prazos, distintos e nem sempre sucessivos - estão dadas as condições objetivas para tomar a si a bandeira do socialismo democrático. Só a história, derivada de nossa prática, poderá dizer se estamos ou não à altura desse desafio.

VII - ALGUMAS POUCAS QUESTÕES TÁTICAS

1 - Introdução

A esquerda brasileira, e aí nos referimos ao seu conjunto, donde não haver absolvição para o PSB, tem sido presa, em sua atividade política, por toda sorte de armadilhas. Todas elas de origem ideológicas, e muitas já foram referidas neste texto. Por sem dúvida que todas essas armadilhas têm conseqüência na atividade política prática. Já tratamos de questões como a "modernidade" e o "socialismo acabou". No geral, elas representam a infiltração, no pensamento de esquerda, originariamente marxista, de categoria antiesquerdistas,, originárias do liberalismo. Donde os nossos "desvios" na apreciação de questões outras como a democracia e a institucionalidade, sistemas de governo, processo eleitoral-representativo etc. Uma das questões graves, a tal respeito, é a atividade parlamentar.

Tirante aqueles partidos cujas bancadas, de composição exageradamente corporativa, têm insuperáveis dificuldades para entender o papel em si do parlamento, perdidos que estão para uma atuação conseqüente, nossa crítica se volta à incompreensão, pela esquerda, do papel, de um seu papel no Congresso, e do próprio papel do Congresso.

2 - A armadilha parlamentar

A primeira armadilha, ou contaminação ideológica, seria essa de não perceber papéis diferenciados no congresso, como se existisse essa figura única do "parlamentar", e, dela determinante, a suposição de existência de um só papel para todos os parlamentares.

Queremos dizer que os partidos de esquerda em geral - e o PSB em particular - ainda não souberam definir o papel do parlamentar de esquerda, de particular socialista, no Congresso brasileiro, para assim tratarmos da questão de forma a mais objetiva possível. Ou seja, a esquerda, ou seja, para o que nos diz respeito de forma mais particular, o PSB, aceita o script

conservador segundo o qual existiria o parlamentar brasileiro, donde um papel, um determinado papel a desempenhar.

Propomos a ruptura radical dessa compreensão que põe no mesmo plano, paralisando o primeiro, o parlamentar de esquerda e o parlamentar reacionário, o socialista e o liberal, como se a cada um não correspondesse uma natureza distinta de representação, e, portanto, uma natureza distinta de mandato.

O parlamentar socialista no parlamento burguês, nomeadamente quando minoritário (o PSB tem 11 parlamentares, e todas as forças progressistas vão um pouco além de uma centena de parlamentares em um colégio superior a 500 votos), tem que ser consciência da importância, mas igualmente das limitações, de seu espaço, importância e limitações que exigem uma atuação diferenciada, basicamente de classe em função dos interesses e dos segmentos sociais que representamos. Para esses segmentos, pode não ser fundamental nossa atividade legiferante, e nós próprios devemos permanentemente pôr em questão o próprio papel legiferante do Congresso, e nele nosso papel. Tanto uma como outra coisa visam à despolitização da política.

Essa atividade legiferante, quando exercida, quando necessariamente exercida, não pode sê-lo despartada de sua preeminência política, que menos visa à correção de uma determinada anomalia da sociedade de classes (embora não desprezemos essa possibilidade quando se apresente) e mais reforça o seu papel didático, pedagógico, estratégico. Mais do que permanentemente derrotado no colégio de líderes, no controle das comissões e no plenário, nos vetos deveremos ser vitoriosos aríetes do sistema.

Parece-nos evidentemente claro que o eleitorado fluminense, para tratarmos a questão pelo método exemplar, faz uma escolha de condutas e produtos quando, deixando de votar em um Dornelles ou em um César Maia, vota em Jamil Haddad. Deste não está esperando nem a defesa do monetarismo nem a "correção" de rumos dos "pacotes" econômicos, mas a posição de vigilância ativa em defesa dos trabalhadores.

Queremos resgatar, com tudo isso, um certo papel de eminência política, característica da vida parlamentar brasileira, cassado pelos governos militares. Queremos, enfrentando toda a ideologia dominante, que a atividade parlamentar não se encerre nas quatro paredes dos túneis do Congresso nacional. Queremos dizer que a atividade parlamentar se exerce dentro do

Congresso (e nem sei mesmo se nele se exerce a sua melhor parte), mas se exerce também fora dele, quando o nosso parlamentar está representando os interesses que o levaram ao Congresso, quando está atuando junto à sociedade civil, contribuindo para sua organização e sua defesa, quando está, com sua presença, garantindo a mobilização das massas, quando nos confrontos sindicais, contribuindo para a construção de maiores vínculos de solidariedade de classe. estamos convencidos de que os camponeses e pequenos proprietários rurais de Pernambuco, as massas do Recife, quando votaram em Miguel Arraes, não estavam esperando desse líder que se rivalizasse com Roberto Magalhães em iniciativas diferentes, ou que se deixasse seqüestrar no plenário, preso a horários de inutilidade política, votando o que antes o colégio de líderes decidiu que seria votado e como. E quando a bancada do nosso partido se reúne para decidir como votará nesta ou naquela questão, espera-se, não pode estar sendo movida pelo processo legislativo congressual, mas pela oportunidade de, nele, definir-se para a sociedade. As massas desprotegidas de Pernambuco e do Brasil precisam de Arraes valendo-se do peso de sua biografia para ajudar o processo social, onde quer que ele se trave, e não poucas vezes ele se trava fora do plenário de nossas casas legislativas. Livre, caminhando pelo país, ouvindo e falando, viabilizando projetos políticos, possibilitando o diálogo entre as forças políticas. Ao contrário, esse nosso líder é obrigado a ficar preso em Brasília, precisamente no Congresso, de terça a quinta-feira de toda semana - preso na abstração da cúpula metafórica do gênio arquitetônico Oscar Niemeyer, enquanto o mundo, lá fora, é palmilhado pelas massas agônicas, apartadas de suas lideranças. Tudo isso porque a direita decidiu, e a grande imprensa por ela ditou, que papel de parlamentar, de todo parlamentar, portanto até do parlamentar socialista, é nenhum, isto é, votar em votações já decididas.

À armadilha ideológica segue-se a armadilha física.

3 - Parlamentarismo

A questão, evidentemente, não pode ser resolvida nos limites deste texto, até porque envolve questões programáticas, de solução já incorporada pelo conjunto da militância.

O PSB, para que não corra o risco de cair numa armadilha idealista, não pode definir-se como simplesmente parlamentarista, sem definir que parlamentarismo propugna para as condições objetivas brasileiras, e sem definir também suas condições de implantação e exercício. Porque o "parlamentarismo" não é uma categoria científica, incontroversa, mas uma ideologia, e, nestes termos, definível /i/ad nauseam/, havendo definições e conceitos para todos os sabores do espectro político.

Esta definição é urgente, pois estamos às portas do Plebiscito de 1993, se não estivermos mais próximos da repetição de golpes legislativos como aquele do Ato adicional de agosto de 1961.

Afinal é possível que o PSB, o PSDB e o Dr. Ulysses defendam o mesmo sistema de governo?

4 - A via parlamentar

A última questão tática a aflorar, talvez perdidamente atrasada em face do adiantado do processo eleitoral nos municípios, é a reafirmação da opção eleitoral partidária nos termos hoje presentes, e nesta opção privilegiar a eleição do maior número possível de vereadores, e vereadores orgânicos, isto é, comprometidos com a programática e a organização partidárias. As eleições majoritárias, principalmente nos pequenos e médios municípios, devem ser vistas de forma crítica, considerando as condições objetivas de sua contribuição para a construção partidária, as condições objetivas de realização em administrações diferenciadas e que se processem dentro de um complexo de coalização política que contemple o maior número possível de partidos progressistas. O apoio político e parlamentar, e o apoio político-popular devem ser vistos, igualmente, como instrumento valioso na conservação dessas administrações no campo popular, resistindo ao assédio e às chantagens dos governos estaduais conservadores.

VIII – APOSTANDO NO FUTURO

1 - Introdução (ou o Catastrofismo nº 2)

O catastrofismo, no plano caboclo, tem duas versões, perversas, mas, nada obstante, fáceis de serem destruídas. Uma fala, como desdobramento do "fim do socialismo" lá na Europa, no fim da opção eleitoral socialista entre nós. Talvez seja essa uma explicação para determinadas guinadas de determinados partidos e líderes populares. Uma outra, sem vínculos necessários com esta, fala não para combatê-las, nas dificuldades que estariam bloqueando os passos futuros de nosso partido. A tentativa de refutação a essas duas deturpações deverá concluir estas teses, crescentemente controversas. Menos nestes pontos, esperamos.

2 - O fim da perspectiva eleitoral socialista

A perspectiva de retrocesso do voto socialista de esquerda pode ser refutada de plano com a simples lembrança do quadro eleitoral de 1989, com o desempenho dos candidatos de esquerda nos dois turnos, e com o avanço que imaginamos haver sido observado em 1990, este em relação ao desempenho de 1986, quando crescemos, comparativamente, tanto nas eleições proporcionais quanto majoritárias.

O avanço de 1989 vale por si, mas não seria nada mal também sua comparação com o quadro político anterior, e os pleitos presidenciais antecessores.

Estamos a ver avanços eleitorais e políticos.

Lembremos que até o colapso do regime de 46, com a ascensão do militarismo, os partidos comunistas estavam proscritos, legalmente, e, a rigor, não existiam partidos de esquerda no País. O PTB, onde militavam políticos de esquerda, era um partido que, no máximo, poderia ser considerado como majoritariamente progressista. E a aliança progressista do País, no Catete e no Congresso, reunia o petebismo ao pessedismo, conservador e rural. À sua direita a UDN, liberal-conservadora-castrense.

No Congresso, "avançada" politicamente era a Frente Parlamentar Nacionalista, opositora do IBAD, o "Centrão" da época. Mas se era a esquerda de então, não era esquerda que se possa comparar com a esquerda de hoje, pois chegava a reunir a frente nacionalista, os conservadores da "Bossa Nova"

udenista - Sarney, Seixas Dória, Edilson Távora -, pessedistas como Dagoberto Sales, e petebistas e os poucos comunistas disponíveis, eleitos pelas mais diversas siglas.

Não se conheciam governadores de esquerda, e como tal não se poderia considerar o Governador Brizola eleito em 1958 no Rio Grande do Sul, numa campanha em que, apoiado pelos integralistas, renegava o apoio e os votos dos comunistas gaúchos.

Havia, sim, Miguel Arraes de Alencar, Governador de Pernambuco, submetido a um regime de quarentena pela burguesia nacional, isolado dentro do governo Goulart, e fisicamente sitiado pelo III Exército. A fúria repressiva que se abateu sobre aquele Estado, em 1964, é por si uma explicação.

Os únicos temas ideológicos possíveis eram as teses gerais do nacionalismo, já vimos, e a reforma agrária, essa argüida mais intensamente nos anos que precederam o golpe militar.

O movimento sindical era controlado pelo que então se denominava de "peleguismo", uma liderança organizada à sombra do Ministério do Trabalho. À sua direita, o resto. Entre um e outro, uma pequena faixa onde atuavam os comunistas, com alguma independência, mas, no processo de radicalização política, que foi também um processo de cooptação, crescentemente próximas dos interesses do PTAMBÉM, isto é, do Ministério do Trabalho.

Por então, nada obstante os governos democráticos de Juscelino e Jango, inexístiam as centrais sindicais. As greves eram ilegais, e os sindicatos submetidos à burocracia federal.

Por fim, se ainda necessário, lembremos a diversidade das questões que encerraram as características do pleito e dos candidatos das duas últimas eleições, Jânio x Lott em 1960 e Lula x Collor em 1989.

Os partidos comunistas foram legalizados (se o PCB renunciou à saga, isto é outra história), o movimento sindical apartou-se do Estado, as centrais sindicais se firmaram, e se firmaram os partidos de esquerda, nos legislativos e nas eleições proporcionais, empolgando prefeituras municipais, governos de Estado e podendo caracterizar-se, no Congresso nacional, como uma bancada que reúne um mínimo de cem parlamentares. Tudo isso de 1988 para cá, portanto após a queda do "muro".

3 - As perspectivas eleitorais de 1992

Em 1990, o PSB elegeu 11 parlamentares federais, após haver incorporado aos seus quadros o ilustre Senador José Paulo Bisol. Em 1986, havíamos elegido, e elegido mal, um só deputado. naquelas eleições havíamos elegido parlamentares estaduais tão-só em Alagoas e no Rio de Janeiro. Em 1990, elegemos em Rondônia, Amapá, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Hoje, temos parlamentares estaduais em Rondônia, Amapá, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Tocantins. Em 1988, havíamos elegido vereadores em Manaus, Macapá, Fortaleza, Recife, Aracaju, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Hoje, falando só das capitais, temos vereadores em Macapá, Manaus, Belém, Fortaleza, João Pessoa, Recife, Maceió, Rio de Janeiro e São Paulo. Disputaremos, com candidaturas próprias, as eleições de Porto Velho, Belém, São Luís, Natal, Recife e Maceió. Compondo a chapa majoritária com a indicação do vice-prefeito disputaremos as eleições de Belo Horizonte, Macapá e Aracaju. Sem nenhum baluartismo, podemos afirmar que o partido tem todas as condições para eleger vereadores (ainda tratando só das capitais) em Porto Velho, Boa Vista, Macapá, Manaus, Belém, São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Vitória, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Palmas. Tem condições favoráveis em Salvador, Aracaju e Belo Horizonte, e possibilidades em Florianópolis, Curitiba, Goiânia e Cuiabá.

E, na sua bancada federal, a figura Miguel Arraes de Alencar, o Deputado Federal que conquistou a maior votação da história do País, em termos não só relativos como absolutos. E uma das mais notáveis lideranças deste País, em toda a história republicana. Nós apostamos no avanço das idéias socialista e do PSB.

Quem viver verá.

Texto 3

ELEIÇÕES 94: PONTOS PARA AVALIAÇÃO*

Célio de Castro

A pretensão é fazer apenas comentários sobre as eleições passadas.

Serão anotações preliminares e por conseguinte precárias e provisórias.

Primeira observação: Os partidos de esquerda e as Frentes Populares experimentaram uma severa derrota político-eleitoral tanto em nível nacional quanto nos estados. Os dados falam por si: derrota no primeiro turno das eleições presidenciais, vitória em apenas seis estados nos pleitos estaduais e resultados sofríveis na escolha dos deputados federais e senadores. Acrescente-se que aqueles estados da Federação onde as esquerdas conseguiram eleger os governadores não são os de maior peso econômico ou significado político.

Algumas razões dessa derrota podem ser levantadas:

1º) no plano político, a aliança entre os liberais-democratas e as elites conservadoras, configurando a coligação PSDB, PFL, PTB. A aliança conservadora desestabilizou alternativas do campo tradicionalista como Maluf, Quéricia, Flávio Rocha e imobilizou as oligarquias restantes. A desestabilização das outras candidaturas o campo conservador e o apoio maciço das oligarquias criou a base política da candidatura PHC;

2º) no plano econômico, a união entre as finanças internacionais (Banco Mundial, FMI, Credores da dívida externa), os oligopólios e os setores majoritários do empresariado nacional sustentou a base financeira e operacional da campanha de FHC;

3º) no plano institucional, foi utilizada a máquina do governo tanto no nível federal quanto no da maioria dos estados em benefício de FHC. É exemplo sob esse aspecto o episódio Ricúpero;

4º) no plano social, promoveu-se uma gigantesca manipulação da opinião pública utilizando todos os meios de comunicação à procura de uma unanimidade em torno de FHC.

Acrescente-se a tudo isso o Plano Real com um calendário estrategicamente elaborado e fielmente seguido com objetivo de capitalizar eleitoralmente os resultados positivos do Plano. O imaginário popular foi trabalhado para reforçar o preconceito contra Lula, existente em parte dos setores médios e nas massas desorganizadas. Esses setores absorveram um dos efeitos do Plano Real, aquele que assegura: moeda que não derrete no bolso é uma defesa contra a expropriação inflacionária do povão.

É incorreto ignorar os erros políticos e eleitorais da campanha das esquerdas. Na sua maioria são erros históricos que eclodiram na disputa eleitoral. No momento oportuno deverão sofrer uma rigorosa avaliação crítica.

Quanto a mim, não desejo proceder a essa análise no momento. Momento em que as forças de esquerda exibem uma pseudocrítica lamurienta e queixosa, eivada de acusações e caça aos culpados pela derrota nas urnas, e dos bodes expiatórios.

Concluo essa primeira observação assinalando que em torno da candidatura FHC construiu-se uma das maiores coalizões de forças poderosas heterogêneas associadas a um único objetivo: impedir a vitória de LULA e eleger FHC.

Segunda Observação: Apesar da profissão de fé social-democrática de FHC, o conteúdo político de seu projeto tornou-se paulatinamente cada vez mais claro à medida que transcorria a disputa eleitoral.

O chamado ajuste neoliberal torna-se a essência do projeto modernizante de FHC. Conseqüência das decisões do chamado Consenso de Washington, o ajuste neoliberal propõe as seguintes medidas:

- 1° implantar de forma radical a política de mercado;
- 2° reduzir drasticamente as atividades do Estado;
- 3° privatizar de maneira radical o patrimônio público;
- 4° adotar o modelo industrial do fordismo atrasado;
- 5° eliminar qualquer tipo de restrição ao capital estrangeiro;
- 6° implementar políticas sociais compensatórias;
- 7° substituir a denominação via força militar pela domesticação política;
- 8° prever um cronograma de implementação de no mínimo 10 anos.

Algumas conseqüências da aplicação prática das metas do ajuste neoliberal podem ser pensadas. Apontemos algumas:

- 1° empobrecimento da Nação pela alienação de seu Patrimônio;
- 2° dependência econômica do mercado mundial globalizado;
- 3° dependência monetária via dolarização do Real;
- 4° dependência tecnológica via fordismo em atraso;
- 5° ajustes progressivos das tarifas dos serviços públicos a serem privatizados;
- 6° hiperaceleração do processo de exclusão social, apontando para o /i/apartheid/ social;
- 7° aprofundamento do processo já iniciado no governo Collor de desmantelamento do Estado e sucateamento das políticas de promoção social.

Levando em consideração o que foi dito acima, dois cenários possíveis entre outros, podem ser desenhados. Num primeiro cenário, existe a possibilidade de conflitos sociais abertos, quiçá violentos, entre o grupo do poder tentando aplicar com rigor as normas do "ajuste" e a maioria do povo reagindo à exclusão hiperacelerada. Junte-se a isso a radicalização possível dos conflitos de interesse no interior do bloco do poder. As elites tradicionais pressionando para manter privilégios, afilhadismo político e interesses

oligárquicos regionais e certos setores do capital lutando ferreamente por isenções, garantias e incentivos.

Tendo em conta essas dificuldades, é possível imaginar um segundo cenário onde o "ajuste" será feito seletivamente com acordos de compromisso entre os parceiros do bloco do poder com concessões múltiplas. Com recursos advindos do processo de privatização radical poderão ser postas em execução algumas políticas sociais compensatórias voltadas para o objetivo de diminuir as tensões sociais.

Teríamos então conflitos setoriais precariamente resolvidos, insatisfação social e turbulências políticas periódicas.

Terceira Observação: No panorama internacional, observa-se acirrada disputa pela hegemonia mundial entre os blocos liderados pelos EEUU, pelo Japão e pelos Tigres Asiáticos e pela Comunidade Econômica Européia.

A vitória de Lula poderia abrir espaço para o surgimento de uma nova contra-hegemonia que se opusesse à Norte-Sul. Seria uma outra relação mundial Leste-Oeste liderada por países de dimensões continentais como a China e o Brasil, com a reativação da rota do Oceano Pacífico.

A vitória do projeto neoliberal no Brasil ajuda a consolidar a proposta do Consenso de Washington para os países do assim chamado terceiro mundo. Claramente a aplicação do ajuste neoliberal nesses países da Europa (Rússia e Polônia), da África (Somália), da Ásia (Formosa e Taiwan) e da América Latina (Bolívia, Peru, Argentina, México e Chile) produziu os resultados já sobejamente conhecidos.

O caso do México, por ser o último e dolorosamente exemplar modelo radical da aplicação das normas do "ajuste", oferece o dramático resultado hoje conhecido.

Logo o México, considerado o aluno número um da escola do ajuste neoliberal.

Pode-se imaginar o que acontecerá, o que estará reservado para aqueles que não são os primeiros da classe.

Texto 4

SOCIALISMO SEMPRE*

Roberto Saturnino Braga

1 - UMA ÉTICA

A derrocada do chamado socialismo real está a exigir uma recuperação de outras definições de socialismo que, por décadas deste século, estiveram postas à margem pela força unificada dos partidos comunistas do mundo inteiro comandados pela organização soviética. A exigência se compreende pelo fato de ser o socialismo uma palavra e uma idéia muito caras à humanidade para serem descartadas no fundo fosso histórico das coisas peremptas. E é esta mesma exigência que leva a buscar uma conceituação mais ampla de socialismo capaz de compreender, ao lado da experiência soviética e do sistema da China de hoje, os movimentos utópicos que antecederam o marxismo, assim como o grande evento da social-democracia europeia organizado pelos partidos da Internacional Socialista, que presentemente lutam contra sua avançada descaracterização. A social-democracia podia efetivamente ser considerada e discutida até, os anos oitenta do século que finda, como uma terceira via, que tinha uma linha prospectiva de evolução em direção a formas cada vez mais próximas do socialismo, uma linha que nada tem a ver com o embuste que nos dias de hoje se quer impor como uma nova tentativa de terceira via entre capitalismo e socialismo.

Esta conceituação só é possível se os respectivos princípios definidores ultrapassem os limites das formulações da economia e das ciências sociais em geral, para se estabelecerem no plano mais largo da filosofia, especialmente da ética, apresentando o socialismo como uma aspiração da humanidade de caráter moral e filosófico, sobretudo. Esta definição não só é possível como é absolutamente necessária.

Sim, antes de tudo o socialismo é uma Ética; ninguém é socialista senão por um impulso que fala de justiça, de igualdade, de respeito e valorização do

trabalho, de solidariedade e mesmo de fraternidade entre os seres humanos e que, por isso mesmo, é de natureza ética.

É preciso dizer, entretanto, o que vem a ser isso, a Ética: é a meditação, o debate filosófico sobre o bem e o mal, sobre o que é bom para todos, o que faz o bem universal, o que é certo e o que é errado na convivência com os outros, o que constitui dever do ser humano em relação aos seus semelhantes; é o conjunto de normas e convicções que constituem a base moral de uma sociedade humana, o alicerce sobre o qual se constrói todo o edifício do Direito, a legislação que rege a vida dessa sociedade. A Ética funda o Direito e a Lei; o que funda a Ética?

Do Ocidente ao Oriente Médio, no mundo dos cristãos, judeus e muçulmanos, desde o advento do Cristianismo (para os judeus, muito antes) até o século XVIII - o século das Luzes - o fundamento da Ética sempre foi a Religião, o Mandamento Divino, a revelação da Palavra de Deus. O Iluminismo, movimento eminentemente racionalista do pensamento ocidental dos anos mil e setecentos, retomando a tradição dos filósofos gregos do período clássico, reintroduziu a Razão no debate dos fundamentos da Ética. Foi dentro desse movimento iluminista, inspirador das idéias políticas libertárias, emancipadoras e democráticas, que se erigiu a obra monumental de Immanuel Kant, filósofo alemão do final dos setecentos que veio a se constituir na principal fonte geradora de toda a filosofia moral moderna do Ocidente. A obra de Kant edificou um sistema rigoroso de pensamento que fundamentava a Ética nos princípios da Razão, essa faculdade que está na essência dos seres humanos e que, assim como nos permite saber o que é o espaço e o que é o tempo antes de qualquer experiência, isto é, /i/a priori/ nos daria também, da mesma forma, as noções que permitem identificar o Bem e o Mal e, por conseguinte, as regras do dever moral, que são imperativos de natureza universal. Foi a matriz filosófica de Kant que moveu Hegel e Marx na elaboração dos seus sistemas de idéias também fundados na Razão. Esta fundamentação transcendental kantiana foi contestada por vários movimentos filosóficos posteriores e, mais recentemente, já na segunda metade do nosso século que finda, Apel e Habermas, dois filósofos alemães, embora fortemente influenciados ainda por Kant, fundamentaram a moral também na razão, mas na razão discursiva, argumentativa, intersubjetiva, que

eles chamaram de Ética do Discurso e Razão Comunicativa, de importância essencial para a conceituação do socialismo na perspectiva ética. Paralelamente, filósofos americanos, formados na tradição pragmática que vem do empirismo inglês que Kant combateu, sustentam que a Ética não tem nenhum fundamento de natureza transcendental e universal, mas se constrói na prática em cada sociedade por um acerto entre seus membros, uma espécie de contrato coletivo entre os cidadãos, de acordo com as noções vigentes do bem e mal que variam, objetivamente, de cultura para cultura, de sociedade para sociedade. Um deles, John Rawls, construiu um conceito de Justiça que, mesmo sendo contratualista, não deixa de conter ainda uma dimensão transcendental e kantiana. esse mesmo debate, entre a visão universalista, fundada em princípios da Razão, e a visão pragmática e relativista, que considera mais as conveniências e utilidades que os princípios, esse mesmo debate, com outros termos, de outros tempos, foi travado na Grécia Clássica entre os filósofos que, como Platão e Sócrates, acreditavam que as idéias fundamentais como Bem e Mal eram inatas nos homens tanto quanto a Razão, e imutáveis, e universais, e os sofistas, como Protágoras e Gorgias, que afirmavam que tais conceitos eram relativos, e que no final das contas o Homem era a medida de todas as coisas, e bons e maus eram os comportamentos e decisões que, nas respectivas circunstâncias, fossem bons ou maus para o homem em termos de felicidade. Os gregos daqueles tempos áureos, de um e de outro lados, consideravam a Ética como um conjunto de virtudes capazes de fazer a felicidade não só coletiva mas também individual dos cidadãos. Platão, e principalmente Aristóteles depois dele, vinculavam explicitamente a Ética com a felicidade individual dos praticantes, só que tal vinculação se dava de forma permanente e universal, no campo das idéias e das virtudes e não no pragmatismo circunstancial do dia-a-dia e do lugar.

As Éticas Religiosas e as Éticas deontológicas (de princípios) da Razão constituem mandamentos de moral sem nenhuma ligação com fins objetivos, sem nenhum conteúdo de utilidade objetiva, assim como as Éticas do Sentimento ou do Afeto, como a de Schopenhauer, que valorizava a compaixão, e a de Adam Smith, que se baseava no sentimento de respeito humano e de solidariedade. Já as morais do contratualismo e do utilitarismo, ambas de origem anglo-saxã, a partir do trabalho dos grandes filósofos

Thomas Hobbes e David Hume, são eminentemente pragmáticas e relativistas, visam ao interesse dos membros da sociedade, ou à utilidade para a maioria, e para alguns defensores mais radicais dos princípios transcendentais, não chegam a constituir uma Ética propriamente dita, embora sejam capazes de fundar os conceitos de moral e de direito de uma sociedade e de estabelecer um conjunto de regras de comportamento contratadas entre os membros da sociedade que finda por fazer as verses uma Ética como a filosofia deontológica a vê.

O fato é que, fundada na transcendência de Deus ou da Razão, ou em sentimentos do ser humano, ou ainda na realidade relativa das opiniões da cultura vigente, a Ética existe e é necessária, é imprescindível, na medida em que o homem faz julgamentos morais a todo instante, individuais e coletivos, e experimenta sentimentos de culpa, de vergonha, de orgulho ou de indignação em função desses julgamentos. A Ética influencia a economia, como indicam o desenvolvimento dos países do norte da Europa e da América fundado na ética do trabalho de cunho religioso protestante e o do Japão fortemente marcado pelo sentimento nacionalista ético-religioso. E evidentemente a Ética influencia a Política, em alto grau, sendo que, para os socialistas, esta influência é primordial e decisiva, ao contrário dos pragmáticos e utilitaristas, para quem a Política deve se reger sobretudo pela eficácia pelos resultados obtidos segundo a variável vontade da maioria, sem muita consideração a princípios, senão aqueles reconhecidos como direitos fundamentais do homem, e também a regra de ouro do respeito aos acordos contratuais.

Chega-se então ao ponto onde se revela com clareza o sentimento ético que caracteriza, distingue e anima o socialismo: a inconformidade absoluta com a injustiça estrutural, com a desigualdade constituída e aceita como inevitável entre as pessoas, a indignação com a falta de respeito e de solidariedade para com o ser humano qualquer, agravada, mais recentemente, pela exclusão em massa do mercado de trabalho, degradando salários e desvalorizando fortemente o trabalho que não seja muito qualificado. Não se quer dizer aqui que os que não são socialistas não condenem a injustiça e não sejam tocados pela solidariedade humana. Não se trata disso, mas do fato de que sejam eles absolutamente tolerantes para com as desigualdades estruturais

constituídas pela propriedade, tidas por eles como inevitáveis, em nome da realidade imutável do se humano e do direito sagrado de propriedade. Como também do fato de que considerem que qualquer tentativa mais profunda de correção deste mundo real e injusto acaba por produzir resultados muito ruins, piores, em termos econômicos e políticos. E a solidariedade humana, para eles, deve ser louvada, exercitada, sim, mas antes do âmbito da iniciativa individual, da generosidade pessoal e mesmo da caridade do que no campo da política, dos deveres do Estado e das decisões da esfera pública. Os socialistas se revoltam com a injustiça e acreditam que o mundo pode, sim, ser mudado, mesmo ao longo de século ou milênios, desde que se lute politicamente por essa mudança no presente do dia-a-dia. E apontam evidências dessa transformação histórica: a própria idéia hoje consolidada de democracia, a eliminação dos privilégios de casta e de nobreza, das divisões intransponíveis entre categorias de seres humanos, a condenação definitiva da escravidão aceita até o século passado como normal e inevitável, a afirmação dos direitos fundamentais do homem e a eliminação da tortura e das penas cruéis institucionalizadas no passado. Se foi possível uma evolução tão importante, por que não será pensável a sua continuidade até a sociedade justa, ética, ponde não haja desigualdades estruturais de classe nem instrumentalização do homem pelo homem?

A linha de cumeada que divide as duas grandes vertentes políticas do mundo de hoje - a liberal e a socialista - é uma divisória eminentemente filosófica, que distingue, de um lado, a ética da eficácia, do utilitarismo, do suposto melhor resultado para todos, que resultaria da competição e da prática do egoísmo natural e sadio de cada um dentro de regras de direito estabelecidas democraticamente; utilitarismo e egoísmo que reconhecem direitos e liberdades comuns a todos, mas aceitam relações entre pessoas marcadas por diferenças de valor entre elas, diferenças de valor econômico, de valor social e cultural, a ética liberal. De outro, a ética que fala de amor e de solidariedade, como fala de razão, cooperação e planejamento, que fala de utopia como um farol aceso muito ao longe, mas capaz de guiar as ações políticas entre direção à sociedade justa, onde todos serão sujeitos de liberdades e de direitos, mas também de igualdades no valor do ser de cada um, a ética eminentemente cristã do respeito e da fraternidade, a ética

racionalista que acredita na intervenção do homem para domar não só a natureza como a selvageria do mercado, a ética socialista.

O Socialismo nasce da convergência entre o Cristianismo e o racionalismo: é eminentemente cristão no sentimento e racional na fundamentação. O Cristianismo é a ética religiosa fundada no amor e no sentimento de fraternidade estendido a toda a humanidade, ao ser humano onde quer que esteja e qualquer que seja a sua fé, que valoriza e dignifica igualmente a vida humana qualquer que seja a sua condição econômica, social, cultural, racial ou religiosa, a vida considerada como dom divino mesmo na mais modesta condição, exemplificada no Cristo nascido para o mundo numa manjedoura. E este é o sentimento e esta é a convicção que permeiam a ética socialista.

Mas o Socialismo é também o projeto de contemplação da filosofia iluminista, que acredita na razão e na ciência, na razão como fundamento da moral e na razão como instrumento para a construção do bem da humanidade, por meio da ciência esclarecedora compatível com a moral. A razão que traz o esclarecimento e a emancipação do ser humano no seu sentido mais completo, em relação às crendices e aos preconceitos, em relação ao medo e à opressão, em relação à miséria, ao trabalho excessivo e à alienação do seu ser. A razão capaz de enxergar o futuro de paz, de cooperação e de socialismo do mundo, gritando um basta às crises cada vez mais destrutivas desencadeadas pela competição exacerbada, pelo crescimento desenfreado dos apetites de poder e de riqueza do ser capitalista, a paz antevista por Kant e o socialismo antecipado por Marx; a razão, enfim, que deslocou o seu eixo de estruturação de modelo sujeito-objeto, típico do iluminismo e das ciências da natureza, para um novo paradigma de busca do bem e da virtude marcado essencialmente pela visão intersubjetiva do debate, do argumento, da razão comunicativa.

É importante, entretanto, ressaltar o fato de que o marxismo ortodoxo tirou do socialismo a sua dimensão principal, a sua fundação ética, na medida em que, dentro de uma visão exacerbadamente cientificista, formulou sua formidável crítica ao sistema capitalista, inteiramente válida ainda nos dias de hoje, sem fazer uso, nem menção de leve, de qualquer juízo moral. Muito ao contrário, juízos morais, para Marx, como os juízos estéticos e os juízos de

direito, eram tratados com certo despreço em plano secundário, como fazendo parte da "superestrutura" que se desenvolvia como fruto daquilo que se passava determinantemente na infra-estrutura econômica. Isso explica o descaso dos partidos marxistas clássicos do ocidente pelos aspectos éticos da política, pelos argumentos da "moral burguesa" e pela própria democracia - valores, para eles, da ideologia burguesa, da superestrutura capitalista; e a valorização do "socialismo científico" que na verdade nunca foi capaz de converter ninguém, simplesmente porque ninguém é socialista por amor à ciência, e só serviu para incompatibilizar todo o movimento com as instituições cristãs.

II - ÉTICA E POLÍTICA

A Política sempre foi presidida pela idéia de eficácia na administração do Poder. Maquiavel explicitou admiravelmente no século XVI o que já era consensual desde a Grécia Clássica, onde se originou o pensamento sistematizado sob a forma filosófica; Platão insistiu muito na idéia do rei-filósofo e Aristóteles teorizou sobre as virtudes, mas ambos, no debate político com os pragmáticos defensores da eficácia, sempre colocaram saber e virtude como condições para o bom exercício do Poder em termos de resultados, isto é, de acatamento, de ordem, de estabilidade e poderio.

Mas é verdade, também, que o conceito de bom na administração do poder nunca deixou de fundar-se em algumas idéias e parâmetros de natureza ética ou religiosa. A Justiça devia reinar não apenas na Cidade de Deus de Santo Agostinho, mas o Príncipe de Maquiavel também devia ser justo. Príncipes, em todos os tempos, tinham de ser justos. Podiam cometer arbitrariedades, violências e até crueldades, calculadas com inteligência segundo os parâmetros de eficácia na manutenção e na estabilidade do Poder, mas "deviam" ser justos; quando nada porque a Justiça é também uma condição de eficácia, mas principalmente porque a razão de serem príncipes tinha alguma origem divina. Príncipes sempre foram distinguidos de tiranos, de déspotas e usurpadores, que eram obedecidos, temidos, mas nunca referidos como paradigma de bons governantes, porque o bom governo sempre

esteve ligado à exigência de legitimidade e de Justiça, que é um conceito eminentemente ético.

Política e Ética sempre tiveram, entretanto, também, suas áreas de atrito, suas incompatibilidades. Não me refiro evidentemente ao possível coportamento vil dos governantes, à corrupção e à roubalheira, mas a pontos de conflito que são inerentes a ambos os conceitos e próprios da atividade política. Situam-se estes conflitos nas questões da violência e da mentira. Quanto à violência, há uma compreensão generalizada de que o Poder legítimo pode e até deve usá-la, monopolisticamente, na defesa do direito e da lei. O problema todo está na definição dos limites deste uso permitido que, na prática do cotidiano, gera desentendimentos, descontroles e abusos, e em casos extremos, menos triviais, na pena de morte e no combate mais duro ao terrorismo, por exemplo, dificilmente encontra consensos, no estágio atual do desenvolvimento moral da humanidade.

No caso da mentira, a compreensão é mais difícil, menos difundida, e todavia necessária.

Platão, quase dois mil e quinhentos anos atrás, outorgava aos políticos e aos médicos, a eles somente, um certo direito de mentir, de usar, quando necessário, o que chamava de "mentira útil". Qualquer pessoa sabe o que é essa mentira útil, e os médicos, ainda hoje, têm socialmente reconhecido o direito de usá-la, a seu critério e alvitrem para melhorar o ânimo de seus doentes. Quanto aos políticos, também se reconhece, em relação a eles, o direito de mentir para ocultar certos segredos de Estado ou de Governo: qualquer governante ou auxiliar que prepara, por exemplo, um plano de desvalorização da moeda para dentro de poucos dias deverá negá-lo, caso seja indagado pública ou particularmente. E, depois, feita a desvalorização, ninguém condenará aquela sua mentira. Muitos outros exemplos poderiam ser apresentados para mostrar que o senso comum admite a existência objetiva e inevitável dessa área de conflito entre a Ética e a Política, e Marx Weber tentou resolver filosoficamente o problema criando a distinção entre Ética e Convicção, que preside as decisões humanas no âmbito estritamente individual e próprio, decisões cujos efeitos não alcançam essencialmente outras pessoas, e Ética de Responsabilidade, que deve orientar as ações que deflagram conseqüências sobre outros, especialmente sobre uma comunidade

ou uma nação, que seria a Ética dos governantes e estadistas. Tenho para mim que Weber resolveu o problema cabalmente dentro de uma visão filosófica marcada pelo pragmatismo, mas creio que, mesmo segundo uma Ética não utilitarista ou não relativista, se pode aceitar o conceito de Ética de Responsabilidade para julgar moralmente atos e decisões a posteriori depois de concluídos seus efeitos e tornados públicos os motivos que os determinaram. Assim, o conflito ético propriamente não desapareceria, mas poderia ser superado posteriormente, com a transparência ex-post acompanhada de explicações dos responsáveis capazes de tornar moralmente aceitáveis suas decisões naquele momento anterior, à luz dos desdobramentos posteriores.

Claro está que essas considerações e esse entendimento da natureza da atividade política não significam, nem de longe, uma permissividade moral para com a mentira desavergonhada de muitos políticos, Política e Governo não são, absolutamente, atividades aéticas como querem os pragmáticos que só computam resultados objetivos. Nem mesmo se pode concordar com o grau de tolerância muito largo que a opinião corrente coloca no juízo moral que faz dos políticos, cujas virtudes deveriam supostamente comportar uma grande flexibilidade do brasileiríssimo "jogo de cintura". Nada disso e muito ao contrário: político, ente muito exposto à observação pública, deve ser profundamente ético, porque, antes de tudo, sua missão é dar o exemplo ao povo de comportamento moral.

Há um ponto, entretanto, na dialética entre Ética e Política, que precisa ser focado com mais atenção, não só pela gravidade da questão, mas porque é um problema relativamente novo na história do homem e decorre de uma exigência fundamental da ética sobre a política, que é a prática da democracia. Todas as éticas do mundo atual, fundadas na razão ou no sentimento, concordam em que um ser humano é um fim em si mesmo e, por conseguinte, é um sujeito de direitos essenciais. Decorrência direta desta visão é a exigência da democracia como sistema de organização do Estado, conceito este cujo significado todos conhecem, mesmo admitindo variações na forma. Democracia é, pois, uma conquista definitiva da humanidade: veio para ficar. Estabelecida em nome da Ética, dos direitos humanos, ela mesma, todavia,

vem produzindo, de maneira crescente, paradigmas de política cínica, completamente desligados da Ética, praticados em nome da eficácia.

O voto popular secreto e universal é atributo essencial da democracia, é a via pela qual se manifesta, pura, a vontade de todos. Democracia é voto, mas não pode haver voto sem objeto do voto; não pode haver voto sem candidaturas, quando se trata de escolher os governantes e representantes; e não há candidaturas se não houver publicidade delas; notícia delas para todos os eleitores, isto é, não pode haver eleição democrática sem campanha eleitoral, que é a disputa dos votos dos eleitores pelos candidatos. Eis a questão: na democracia de massa do mundo de hoje, a eleição não se faz entre candidatos conhecidos no dia-a-dia de uma pequena comunidade, mas entre cidadãos que a maioria esmagadora não conhece, e fica conhecendo por meio da sua apresentação na campanha. A campanha eleitoral é, então, decisiva para a eleição entre os candidatos. E como a política, como foi aqui referido, é marcada mais pela eficácia do que pela ética, nos embates eleitorais o que vale é a vitória, o fim, isto é, a eleição, e não tanto os meios que se empregam para obtê-lo, principalmente se os meios antiéticos porventura usados pudessem ficar encobertos. Não sendo difícil encobri-los, sendo até mais difícil distinguir o que é ético do que não é, especialmente numa sociedade que valoriza o dinheiro e o mercado em grau muito elevado, as campanhas acabam incorporando correntemente a troca de votos por favores materiais imediatos, como a doação de tijolo, telha, cimento, manilha, dentadura, óculos, sapatos, cesta básica ou mesmo por dinheiro vivo, por intermédio da compra de cabos eleitorais, pessoas prestativas e simpatizadas por muitos eleitores que votam a seu pedido, ficando assim o êxito eleitoral na dependência, fundamentalmente, do poderio financeiro do candidato, ou de grupos econômicos que financiam sua campanha. Acresce a esta circunstância o fato de que a decisão do voto não é um ato puramente racional do eleitor esclarecido, mas é influenciado por um conjunto de impressões, emoções e sentimentos que os candidatos vão suscitando em seu espírito ao curso da campanha. E a ciência da psicologia eleitoral formou profissionais especialistas na apresentação de candidatos cujos serviços produzem efetivamente resultados na cabeça do eleitor, principalmente no seu coração, e tais serviços profissionais, prestados via de regra por toda uma equipe,

custam somas vultosas que só os candidatos endinheirados podem pagar. E somas ainda muito maiores custa a cobertura noticiosa que os candidatos conseguem ter nos meios de comunicação, e que constitui outro fator absolutamente decisivo de êxito. A tal ponto que se pode hoje afirmar que o dinheiro é o fator mais importante numa decisão eleitoral de uma democracia moderna. E o dinheiro têm-no os grandes grupos que dominam a economia do País. Que democracia é esta, pois, que veio por exigência da Ética?

Poder-se-ia levantar ainda outra questão, ligada ao que dizem e fazem os candidatos na campanha. Para ganhar a simpatia e o voto do eleitor, é aceitável, moralmente considerando, que o candidato procure levantar no seu espírito (dele eleitor) esperança de dias melhores, e faça promessas de empenho em seu favor neste ou naquele ponto do seu campo de ação. Isso nada tem a ver, sob o ponto de vista ético, com a mentira eleitoral do candidato sem-vergonha, nem com as promessas demagógicas que de antemão ele sabe que não cumprirá. Mas esta é uma questão que se faz menor diante da outra, do dinheiro, do profissionalismo marqueteiro, da mídia, pois que, com a prática da democracia e a melhoria da cultura política, o eleitor médio vai aprendendo a detectar as manhas do político sem-vergonha e a precaver-se contra elas. Já o profissionalismo do dinheiro e da mídia é muito mais sutil e deixa o cidadão comum desarmado e perplexo ante uma realidade que ele não conhece (o profundo e difuso poder do dinheiro) e os resultados que ele não entende. Daí o sentimento cada vez mais generalizado, em todo o mundo, contra a política e os políticos, e as eleições em que crescem muito mais as abstenções do que o número de votos válidos. Bem, que democracia é esta que veio em nome da Ética: Para onde vai esta democracia? Eis um tema fundamental do qual a Ética deve se ocupar.

A Política vai-se transformando, sob o comando do dinheiro, numa ciência de garantir instituições e decisões respaldadas pela maioria, segundo uma regra contratualista e uma racionalidade puramente instrumental que atende aos interesses e sentimentos de um pequeno grupo dominante. As questões básicas de Ética e Justiça vão sendo permanentemente esmaecidas, e mesmo postergadas, postas de lado em nome de um realismo cínico que diz sempre: ou é assim ou não pode ser. E a vontade de uma pequena minoria se impõe cientificamente, e democraticamente, sobre os interesses vitais da

grande massa das populações, atropelando no cotidiano, com a chancela da democracia, qualquer objeção que se levante em nome do espírito de Justiça e de Ética.

Dizer-se que sempre foi assim não pode ser uma justificativa aceitável, por duas razões. Primeiro porque não é uma verdade inteira: grupos dominantes sempre existiram, é certo; mas essa denominação freqüentemente era exercida com alguma fundamentação de natureza ética, quase sempre de ordem religiosa, ou correspondia a necessidades reais de sobrevivência contra perigos potencialmente arrasadores. Os contratualistas primordiais, como Hobbes, entregavam a completa responsabilidade de governo ao Soberano na crença verdadeira de que era o melhor para todos, era do interesse de todos e não de uma minoria privilegiada, e esperavam deste Soberano não apenas a garantia de paz interna e integridade física de todos, mas também um governo de justiça e de moralidade. Segundo porque a democracia é justamente a novidade que chegou, junto com a ciência e a razão do iluminismo, como uma exigência da Ética, para realizar a Justiça, e nunca para servir, cientificamente manipulada, à manutenção da ordem injusta em nome de uma realidade que seria imutável porque própria da natureza humana. Mil vezes não a esse argumento falaz dos espertalhões, com que a Esquerda, a Moral e a verdadeira Democracia jamais concordarão.

Assim é que a integração Ética com a Política, para os que não professam e não aceitam o contratualismo atual do puro concerto de interesses hegemônicos, segundo o qual cada um tem sempre mais a ganhar do que a perder no respeito às regras estabelecidas pelo voto da maioria, para os que não tem essa visão cínica de interesses e eficácia global, mas preferem a Ética baseada em princípios da razão, para esses, entre os quais estão principalmente os socialistas, aquela interação tem de levar em conta a Justiça e a qualidade moral dos resultados da ação política. Isto quer dizer que, para esses, a política tem que ser ética nos resultados para cada um dos cidadãos, igualmente considerados e respeitados, ou seja, a política tem de produzir uma sociedade justa e igualitária na sua estruturação.

III - A QUESTÃO DA PROPRIEDADE

Aqui entra em foco a questão da propriedade. É que as desigualdades na distribuição de riqueza, que caracterizam a injustiça social inaceitável sob o ponto de vista ético, fundam-se na posse de riqueza desmesurada por parte de uma minoria, riqueza que assume múltiplas formas patrimoniais e se multiplica sem trabalho, com freqüência via manobras meramente especulativas; riqueza que produz renda e mais riqueza, adquirindo equipamentos e meios de produção, e alugando trabalho a outros, trabalho da maioria esmagadora despossuída, ou ainda, e cada vez mais, associando-se apenas financeiramente aos que o fazem. Trata-se, na verdade, do ponto crucial da divergência entre o pensamento socialista e o liberal e entre suas respectivas éticas, tendo sido, ademais, o ponto essencial de definição do modelo socialista na sua visão marxista, com a vedação da propriedade privada dos meios de produção em geral.

A filosofia liberal nasceu na perturbada Inglaterra do século XVII, em torno das formulações do grande pensador empirista John Locke, defendendo os direitos de vida, de liberdade e de propriedade que até então vinham sendo correntemente ameaçados pelo poder autocrático da realeza e da nobreza. Era sua formulação de natureza moral, que buscava corrigir uma desigualdade estrutural das sociedades européias daquele tempo, desigualmente eticamente injustificável, constituída pelos privilégios e prerrogativas da suserania e da nobreza, que freqüentemente se manifestavam na pura usurpação dos bens e direitos de novos proprietários e membros de uma burguesia que ascendia em riqueza, privilégios que o pensamento racionalista dessas novas classes não podia mais aceitar. Formulação de conteúdo moral que foi ao ponto de condenar e exigir o fim da escravidão no mundo, juntamente com todas as formas de servidão. Não se pode, pois, continuar a defender o direito de propriedade com as razões do liberalismo original, quando aquela perspectiva moral se inverteu, e a propriedade passou a constituir a fonte de desigualdade e de opressão entre a minoria burguesa, proprietária, e a maioria despossuída. Hoje o argumento liberal tornou-se cínico, fundamentado no realismo e na eficácia, e os socialistas, que afirmam princípios éticos, não podem admiti-lo.

A Ética socialista sustenta, sim, sem restrições, a propriedade que está vinculada às condições de vida digna do ser humano no mundo contemporâneo: a casa para morar, a terra para trabalhar, a pequena empresa familiar, como

também estimula a acumulação de patrimônio gerado pelo trabalho próprio em formas de poupança que não se apliquem em condições que caracterizem exploração do trabalho de terceiros. Outras formas de propriedade podem ser também aceitáveis, mesmo as que assumem a feição de capital, financeiro ou real, propriedade de meios de produção que utiliza outros homens como instrumento para produzir renda e mais capital, mas nunca de maneira irrestrita, e sim com a sujeição ao confisco da parcela que exceda ao que a sociedade e sua ética determinem como justa, confisco estipulado pela lei sob a forma de impostos crescentes sobre a renda e o patrimônio. Esse limite julgado justo no processo de acumulação de capital pode ter fundamento ético no chamado "princípio da diferença", defendido por Rawls, que justifica diferenças na distribuição da riqueza em uma sociedade quando tais diferenças acarretarem uma elevação dos padrões de vida e de emancipação de todos os seus membros. Ademais do limite de ganhos e diferenças estabelecido pelos impostos progressivos, a economia socialista deve estipular obrigatoriamente para as empresas privadas, mormente para aquelas de dimensões maiores e produtividade mais elevada, condições de salário e de jornada de trabalho para seus empregados capazes de reduzir a taxa de exploração necessariamente existente no sistema capitalista, e de distribuir de forma mais justa os resultados do trabalho de todos.

Na realidade de nossos dias, quando os riscos daquela usurpação aberta e quase institucional dos séculos passados não mais existem, e quando a explosão do desenvolvimento econômico que acompanhou a revolução industrial mostrou toda a força do liberalismo associado ao capitalismo, os argumentos de defesa da propriedade ultrapassaram as dimensões predominantemente morais daqueles primeiros tempos e vieram a situar-se no campo do pragmatismo econômico. A propriedade passou a ser vista, então, como estímulo essencial ao progresso e à melhoria da produção, como reconhecimento de que o ser humano só realiza investimentos de aperfeiçoamento num bem produtivo qualquer, se puder usufruir plenamente dos resultados como proprietário; e só aplica a sua riqueza acumulada na contratação de outras pessoas para fins de produção se puder, da mesma forma, dispor como proprietário dos bens produzidos.

Não há como contestar essa realidade - e aceitá-la sob a razão de Rawls - de que as diferenças de status e de riqueza que produzem aumentos do bem-estar de todos e não geram, pela sua exacerbação, pela ultrapassagem de certos limites, opressão, exclusão e sentimento de injustiça e de indignidade por parte dos segmentos economicamente inferiores, podem ter a chancela de apreciação ética, e ser compatíveis com o clima de harmonia social visado pelo pensamento socialista. O que não é de todo aceitável na visão socialista é a hegemonia quase absoluta, em nome da eficácia, do direito à propriedade sobre os demais direitos que constituem o arcabouço da "vida digna" do ser humano. As concepções do chamado Direito natural que inspiraram a emancipação da esfera dos valores morais da tutela religiosa, conferindo a estes valores uma dimensão eminentemente racional capaz de garantir a vida digna e justa na Terra pelo uso da Razão, pelos princípios éticos (concepções) não podem ser todos sobrepujados pelo direito à propriedade como se fosse a condição fundamental para a realização do ideal de felicidade do ser humano. Ou como se a liberdade completa de exploração, de especulação e de lucro obtido pela riqueza, com seu trabalho, liberdade sem nenhuma restrição a não ser as regras do "mercado capitalista" fosse uma condição sem a qual a economia de um país não pudesse progredir e a democracia não pudesse funcionar. Isso o socialismo, definitivamente, não pode aceitar nem permitir.

Outro ponto essencial, destacado pela Ética Socialista: ao direito de propriedade deve corresponder, com a mesma efetividade, um outro voltado especificamente para os despossuídos, o direito ao trabalho, o direito ao emprego, condição necessária para a consecução da vida digna do ser humano qualquer.

IV - O SOCIALISMO E O FUTURO

Nos anos cinquenta, no apogeu da experiência soviética, era lugar-comum dizer-se que o mundo caminhava para o Socialismo, cujo futuro parecia a todos vencedor. Obviamente aquele prognóstico decorria de uma projeção dos êxitos inquestionáveis da União Soviética: sua vitória sobre a formidável máquina de guerra nazista; suas conquistas científicas que iam do

domínio da energia nuclear ao lançamento da primeira nave espacial, o Sputnik; o crescimento extraordinário da produtividade da sua economia, que havia resolvido, melhor e mais rapidamente que qualquer outra, o problema das necessidades fundamentais da sua grande população em termos de alimentação, de educação, de vestuário, de cuidados de saúde e de emprego. Era, sem dúvida, a força maior e imediata do convencimento geral sobre o futuro do Socialismo. Mas não era a única, havia outra. E hoje, perdida aquela razão de maior evidência com a derrocada soviética, constatado que o socialismo real é eficaz nas primeiras etapas do desenvolvimento e paralisante da criatividade econômica e social a partir de certo ponto, hoje, invertido pela mídia global o sentido do modismo fácil, para a afirmação do capitalismo definitivamente vencedor como uma espécie de fim da História, hoje aquele outro fundamento da profecia pró-socialismo de quarenta anos atrás, aquele fundamento, menos manifesto e mais profundo, ainda subsiste com força inalterada, senão incrementada. Trata-se da visão evolucionista do espírito humano em direção a uma racionalidade crescente, que exige uma dimensão cada vez mais importante de planejamento das sociedades que só o Socialismo pode atender. Visão sustentada pelas conquistas quase inacreditáveis da racionalidade científica e pelas situações filosóficas de Hegel e de Chardin, de maior amplitude que as de Darwin e de Marx, que a História parece confirmar.

O socialismo deve ser visto, assim, como a complementação do projeto iluminista - esclarecedor e emancipador. No primeiro momento, a razão iluminista colocou o capital e o mercado como fatores de progresso para extinguir a irracionalidade dos privilégios da nobreza enraizados na posse feudal da terra. Os resultados foram, e continuam sendo, espantosos, em termos de impensáveis aumentos de produtividade e avanços científicos, que Marx descreveu primorosamente, como também do estabelecimento de direitos para o cidadão comum. Mas a liberdade do capital e do mercado, paralelamente à expansão desmesurada da produção, leva à guerra generalizada entre povos e nações e entre cidadãos ricos e pobres de cada sociedade, a crises econômicas sucessivas, à depredação da Terra e a uma competição cada vez mais acirrada e selvagem, sob a capa do direito e da civilização, guerra armada ou econômica, que arrasta a maioria dos seres

humanos do globo a augurar flagelos cada vez mais insuportáveis. Faz dois mil e quinhentos anos, Platão afirmava que a liberdade de ação do capital e do comércio levava as cidades à guerra fratricida e à ruína, e Kant, há duzentos anos, sustentava que a guerra de ganância entre os povos (ele falava da guerra armada porque não havia ainda observado a destrutividade da guerra econômica) se tornaria em atribulações e sofrimentos tão grandes e intoleráveis, que as nações e sociedades, exaustas pela competição, seriam levadas à concertação racional da paz perpétua que antes parecia utópica. Pois essa concertação racional é também o ajuste ético, é a redução da jornada e a humanização do trabalho. É necessária uma grande dose de pessimismo para se acreditar que esse sofrimento expansivo não terá um fim, que a História acabou e que o futuro é mesmo esse horror. O natural do ser humano, ao contrário, é crer na humanidade e, por conseguinte, acreditar no Socialismo, como uma nova etapa da organização política e econômica dos povos, marcada pelo planejamento e pela cooperação, profundamente marcada pela visão democrática rigorosamente intersubjetiva e universalista, na construção permanente do bem e das verdades universais, construção da razão comunicativa que emerge do debate, do confronto transparente de argumentos de todos com todos, tendo como referência sempre o interesse universal, não o limitado ou corporativo. O natural do ser humano é crer no Socialismo como radicalização do processo democrático, como evolução da democracia representativa de direção a uma democracia cada vez mais participativa. O natural do ser humano racional é perceber, sim, a inviabilidade do capitalismo a longo prazo, pelas contradições insanáveis que traz no seu bojo, e que geram as condições de sua própria superação como previu o velho Marx. O fantástico desenvolvimento das forças produtivas que o capitalismo realiza segundo a sua lógica vai gerando, pela via do aprendizado e do aperfeiçoamento cultural exigido dos trabalhadores, processos cada vez mais amplos de esclarecimento social e demandas crescentes de justiça e de emancipação que provocam tensões destruidoras das regras de comportamento social necessárias à expansão do sistema. Não obstante o trabalho eficaz da mídia no controle social, espaços cada vez mais importantes vão sendo conquistados por essas demandas, os quais só aparentemente são perdidos nos momentos de refluxo histórico como o que estamos vivendo; na verdade são

conquistas definitivas que condicionam todo o grande movimento evolucionista da humanidade. E a missão dos governos socialistas, que aqui e ali chegam ao poder, é de ampliar continuamente esses espaços dentro do horizonte de possibilidades delimitado ainda pelo capitalismo. É viver a realidade imatura e administrá-la, sem perder o sonho, sem perder o rumo do farol da utopia aceso ao longe. Pode aparecer uma proposta decepcionante para os revolucionários, mas é o caminho seguro e condizente com a visão ética do Socialismo, dos que acreditam na humanidade.

Crer na humanidade é confiar na Razão, que é o seu apanágio; é negar que a ciência, conquista de todos, possa ser utilizada em benefício do capital, dos seus possuidores e gerenciadores, atirando a massa de excluídos a um limbo definitivamente desconsiderado, e condenando os trabalhadores remanescentes, os que lutam para não cair na subcategoria, a uma competição estressante e esmagadora. Uma tal utilização consubstanciaria um perjúrio de todas as promessas do racionalismo, uma grave deformação moral de todo o esforço emancipatório da ciência e do esclarecimento. A ciência nasceu e cresceu para livrar o ser humano primitivo dos temores supersticiosos e irracionais, dos labores pesados de outrora e da ignorância que era o seu corolário, permitindo-lhe a dedicação de um tempo sempre maior a atividade ligadas à aquisição de saber e ao desenvolvimento cultural, assim como à busca da felicidade prometida pela democracia e pelo iluminismo. A ciência abriu a possibilidade, hoje concreta, de 50 trabalhadores produzirem muito mais do que aquilo que 100 produziam no mesmo tempo de trabalho na metade do século. Condenar cinicamente, como coisa inevitável, os mais de 50 trabalhadores economizados ao desemprego e à exclusão social é um resultado inglório e inadmissível de todo um grande e nobre esforço feito com vistas ao bem-estar do ser humano, é uma opção absolutamente indigna de todo o empenho da humanidade no esclarecimento científico. A solução natural e digna do espírito humano é produzir o mesmo que 100 trabalhadores faziam antes, mas trabalhando todos eles a metade do tempo. E isso só o Socialismo pode realizar.

Por isso mesmo, e também por muitas outras razões, pela força dos sentimentos morais que constituem a parte divina da essência humana, pelos sentimentos de justiça e de respeito ao semelhante, às razões e às verdades

próprias do semelhante, pelo respeito absoluto ao ser humano qualquer, o Socialismo não morreu com o desabamento de sua primeira experiência histórica; e não morrerá esmagado pelos anseios irracionais do consumismo e pelos argumentos da eficácia que servem à avidez capitalista. O Socialismo é a efetivação da democracia radical que as manipulações da racionalidade estreita do capital pretendem sepultar no nascedouro como quimera de sonhadores; democracia radical no poder político e na sociedade civil, por exemplo, na questão fundamental da gestão participativa das empresas. Há uma lógica na História, creia-se ou não em Hegel e Marx, e o capitalismo foi uma etapa necessária à explosão da produtividade econômica; mas a lógica da História não pode ter por fim o crescimento produtivo pelo crescimento produtivo, mas a realização plena do ser humano, especialmente naquela parte divina de sua essência, onde a Razão se encontra com a Ética. A idéia do Socialismo está, pois, inserido constitutivamente na própria natureza humana, e permanecerá sempre brilhante iluminando os desdobramentos do caminho histórico da Humanidade.

V - SOCIALISMO HOJE NO BRASIL

A opinião comandada pelos interesses econômicos dominantes em nosso País pretende fazer crer a Nação que o socialismo é inviável no mundo de hoje por ter sido fragorosamente derrotado no Leste Europeu, dando provas inequívocas de sua ineficiência econômica e de seu caráter antidemocrático. E, sendo inviável no mundo, com mais razão o é num país política e economicamente atrasado como o nosso.

Há duas coisas principais a dizer a respeito dessa falsa argumentação: a primeira é que a experiência política absolutamente pioneira que enfrenta a oposição no mundo inteiro traz naturalmente uma grande probabilidade de cometer erros graves e desenvolver distorções que acabem por condená-la ao fracasso. Mesmo assim, não se pode falar em fracasso completo da Revolução Soviética, que conseguiu em 50 anos transformar uma nação de mujiques analfabetos e semi-escravos numa potência mundial de primeira grandeza, que resolveu cabalmente os problemas fundamentais de alimentação, saúde e educação do seu imenso povo, derrotou a formidável máquina de guerra

nazista e alcançou conquistas científicas que a colocaram por muito tempo na vanguarda da navegação espacial. Pode-se, sim, dizer que o inegável êxito da Revolução, concluída a etapa fundamental, estiolou a tal ponto a criatividade na dação e da sociedade, que se transformou numa paralisia burocrática e degradante que levou a um esfacelamento de todo o projeto,,abrindo o país e sua enorme economia à livre ação de verdadeiras máfias que se apossaram de quase todo o capital. Ademais, ainda nesta primeira pauta do argumento, é de reconhecer-se que, se o projeto soviético desmoronou, o Socialismo continua vigente no país que mais tem crescido economicamente nos últimos vinte anos, que é a China, êxito indiscutível que a mídia mundial insiste solertemente em atribuir ao enclave capitalista ali instalado sob o controle do poder socialista, e que na realidade constitui uma experiência ainda inconclusa, realizando aquelas etapas fundamentais em que os soviéticos também se saíram muito bem.

O segundo ponto a contradizer é o que afirma o nosso atraso político e econômico que nos impediria de promover grandes transformações de repercussão mundial Afirmação que a História desmente a cada grande transformação que se opera no seu desenvolvimento, sempre lideradas por nações que se encontravam na periferia dos negócios mundiais, contestando e derrotando o centro administrador do /i/status quo/ É óbvio que esta periferia não pode situar-se em condições de extrema marginalidade cultural e econômica em relação ao centro; mas a condição do Brasil neste particular é sem dúvida de uma proximidade suficiente para sustentar uma contestação substancial.

Mais fortes parecem ser as razões que apontam para uma inviabilidade da opção neoliberal que se vai tentando consolidar no Brasil. De um lado, crescem continuamente os riscos de uma grave instabilidade econômica proveniente da dependência crescente, ou vulnerabilidade em que o País se vai colocando em relação ao ingresso de capitais especuladores internacionais, cujos fluxos no mercado mundial são verdadeiramente astronômicos e absolutamente incontroláveis por qualquer autoridade monetária, nossa ou de qualquer outra nação. esta dependência faz de nós brasileiros reféns dessa nova autoridade capitalista que se chama "mercado financeiro internacional", cujas determinações devem ser seguidas à risca sob pena de um esvaziamento

instantâneo de capitais capaz de levar à bancarrota nossa economia quase de um dia para o outro. Tal ordenamento vai liquidando passo a passo toda a capacidade de decisão nacional sobre suas políticas, econômicas e sociais, substituindo todo e qualquer projeto de desenvolvimento nacional por uma submissão cada vez mais completa e abrangente ao "mercado".

De outra parte, cresce dia a dia a incapacidade de atender minimamente às demandas sociais que se apresentam fora do mercado nas áreas de saúde, educação, habitação e assistência social - eis que o mercado só atende às demandas que conseguem se expressar em termos de poder aquisitivo - e, de forma ainda mais gritante, a incapacidade de responder a uma das exigências mais sentidas da dignidade do ser humano, que é o direito ao emprego. Estas irremediáveis insuficiências do sistema de mercado livre geram um esvaziamento ético da sociedade e da vida política, que cresce junto com o cinismo associado ao pragmatismo da eficácia competitiva, com o individualismo exacerbado que vai eliminando os conteúdos de solidariedade entre grupos e pessoas, e com a concentração de renda e riqueza inerente ao próprio sistema. O mesmo esvaziamento ético que produz o crescimento da criminalidade e da violência urbana que, mais e mais, vai ganhando contornos de uma guerra civil informal, sem vinculações políticas ou ideológicas, pura manifestação de desestruturação moral da sociedade.

O desenvolvimento de um país economicamente retardado pode ser facilitado por políticas públicas eficazes para fazer o processo acelerar-se e "saltar etapas". Fundamentalmente, porém, essa aceleração não se materializa sem um esforço longo e continuado da população - esforço de trabalho, de tenacidade, de poupança, de propósito desenvolvimentista. Este ânimo indispensável só se forma numa sociedade permeada por uma Ética que o propicie, e o atual sistema de mercado, que premia antes de tudo a eficácia material imediatista e a esperteza individualista, perdida a substância religiosa que havia até passado recente, é absolutamente incompatível com a formação deste espírito ético empreendedor.

E o mesmo processo de deterioração atinge inevitavelmente a dimensão democrática da vida política, com a influência crescente e decisiva do poder econômico sobre as eleições e sobre os meios de comunicação, cada vez mais determinantes na formação da opinião pública. Isso para não falar das

ameaças, já não veladas, de atemorizantes catástrofes econômicas que acompanham as hipóteses de vitória eleitoral de partidos que proponham a mudança do modelo econômico. O que se vê, então, com clareza transparente, é a negação, pelo neoliberalismo, de princípios e objetivos que eram essenciais para o liberalismo originário, que constituíam mesmo razões fundamentais de sua pregação, a saber, a democracia da igualdade e a ética do trabalho e da justiça social, da eliminação dos privilégios estruturais.

A inviabilidade da proposta socialista assenta, em contraste, na certeza de que é capaz de realizar a sociedade justa e também próspera, a vida digna para todos os brasileiros. Sociedade próspera concretizada sobre uma efetiva ética do trabalho e da poupança, ue só se desenvolve como capítulo de uma Ética mais ampla e completa, seja de cunho religioso, como foi a dos países do Norte, ou de cunho nacionalista, como foi a do Japão, seja fundada na razão e na justiça, como essa que só o Socialismo pode oferecer. É uma viabilidade que se constrói, portanto, pela vertente da Ética e da Democracia, percorrendo um caminho muito mais longo que o da revolução armada que propugnava o marxismo ortodoxo, porém muito mais consistente e emancipador. E o Brasil tem uma tradição na formulação de uma proposta desta natureza, sedimentada nos cinquenta anos de existência do partido Socialista Brasileiro e nas afirmações de seu líder fundador, João Mangabeira.

Tal viabilidade se afirma como alternativa do deletério modelo neoliberal, como também a uma proposta que rejeitasse a globalização em nome da defesa dos interesses nacionais, mas ficasse num aposição meramente nacionalista, de acumulação capitalista dentro de fronteiras econômicas reforçadas. A alternativa socialista vai se definindo à medida que avança o repúdio ao modelo neoliberal, com a consciência de que há um longo período de transição a percorrer, durante o qual cresce também o repúdio ao absolutismo do mercado em todo o mundo, com um retorno à idéia de planejamento necessário, e solidifica-se e amplia-se a convicção política interna de que o único projeto capaz de retirar o País do enredamento em compromissos de retardamento e submissão é o projeto de Brasil em vias do Socialismo.

Em termos imediatos, a retomada do domínio sobre os destinos da Nação exige uma atitude de verdadeiro rompimento com as exigências do

mercado financeiro internacional mediante a implantação de um mecanismo de controle centralizado do câmbio. A partir deste gesto libertador, viabiliza-se a possibilidade de execução de um novo projeto desenvolvimentista, com redução das taxas de juros e a adoção de políticas incentivadoras do crescimento de setores estratégicos. Este novo desenvolvimento, diferentemente dos sucessos do passado, teria de ser fortemente marcado pelos propósitos da justiça social e muito especialmente do esforço educacional. Reforma agrária efetiva e investimentos maciços em educação, do nível básico ao universitário, juntamente com a melhoria dos gastos em saneamento, saúde e eliminação da miséria por meio da garantia do emprego e da renda mínima. Uma reforma tributária profunda definiria as classes de brasileiros que pagariam esses investimentos sociais sem provocar desequilíbrios fiscais geradores de um novo processo inflacionário. A elevação substancial da poupança interna teria de ser colocada em forma de meta prioritária, mediante dispositivos de poupança forçada, em recolhimentos compulsórios para fundos de investimento, e em dispositivos de estímulo à poupança voluntária. Este novo desenvolvimentismo teria ainda que se aplicar muito firmemente no fomento e no apoio à pequena e à microempresa, com vistas não só à geração de renda e de empregos em maior escala, como também, e principalmente à disseminação da educação empresarial e tecnológica em bases muito mais amplas na população brasileira. Decorre de todo esse conjunto de políticas a necessidade imperiosa de contar a sociedade, por intermédio do poder público, com instrumentos financeiros de desenvolvimento, isto é, uma rede poderosa de bancos de desenvolvimento e instituições de crédito e poupança, de âmbito federal, estadual e até mesmo municipal, no caso das cidades maiores, cada um com suas funções e vocações definidas dentro de um projeto nacional.

Evidentemente, tal projeto tem uma natureza profundamente nacional mas deve, sem embargo, ter uma articulação internacional capaz de gerar importantes fatores propiciadores de Êxito. De um lado, a articulação integradora, política e econômica, com os países da América do Sul, gerando forte sinergia em benefício do desenvolvimento de todos. De outra parte, a articulação deve dar-se também com os partidos e forças políticas de todo o mundo que buscam estabelecer controles e restrições sobre a especulação

financeira desenfreada do mundo globalizado. Cresce, nesta virada de século, entre várias nações das mais ricas, a idéia da taxação, em nível internacional, das operações financeiras de curto prazo, com o fim não só de reduzir esses fluxos gigantescos meramente especulativos e desestabilizadores, mas também de constituir, com os recursos desta arrecadação, da ordem de centenas de bilhões de dólares por ano, um fundo para financiar projetos de desenvolvimento em escala planetária, retomando a idéia de que a aplicação financeira não é um fim em si mesmo, mas um instrumento de expansão e aperfeiçoamento da produção em benefício da humanidade como um todo. Trata-se da chamada Taxa Tobin, proposta há cerca de vinte anos pelo grande economista, Prêmio Nobel, James Tobin, que vai encontrando apoios mais decididos entre países como a França, a Austrália, o Canadá, e que depende exclusivamente, para sua implantação, de movimentos políticos mobilizadores ao redor do mundo inteiro. O Brasil, assolado pela violência dos ataques desses capitais voláteis, e interessado no ressurgimento da idéia de desenvolvimento, é uma das nações que pode desempenhar um papel de extraordinária importância nesta mobilização, especialmente na América Latina, igualmente interessada no triunfo deste projeto. E esta é uma missão política eminentemente socialista, tarefa típica daquela idéia de administrar o capitalismo no rumo do desenvolvimento socialista, de viver a realidade movido pela motivação do sonho.

Missão igualmente específica e típica do movimento socialista é a efetivação da garantia do emprego, inscrita em nossa Constituição como um direito, mas realmente sem validade concreta. mecanismos eficazes de manutenção do pleno emprego são perfeitamente viáveis e compatíveis com um nível bastante razoável de estabilidade monetária nas economias em desenvolvimento, ao contrário do que mentirosamente se apregoa na mídia dominada pelos interesses liberais.

No prazo muito mais longo, a proposta socialista no campo econômico-social terá de passar pela redução substancial, gradativa, planejada e negociada da jornada de trabalho, transferindo do capital para o trabalho os ganhos de produtividade gerados pela ciência, multiplicando o número de postos de trabalho para a mesma utilização dos equipamentos instalados, e emancipando o ser humano para a vida criativa e a busca da felicidade.

Conterá também, necessariamente, o avanço da democracia na gestão das empresas, com formas cada vez mais claras de co-responsabilidade e co-gestão capital-trabalho. A proposta filosófica-política é o radicalismo da democracia sempre mais participativa, do debate honesto e permanente de argumentos, da Razão Comunicativa.

É evidente que este último objetivo não é realizável em prazo curto nem médio; que requer muita luta política e muita negociação democrática; que não é factível num só país, pois que sua economia perderia completamente todo poder competitivo e teria que se isolar do mundo - o que faz retornar a velha tese internacionalista segundo a qual não pode haver socialismo num só país. Mas o importante é reconhecer, de um lado, que é um objetivo realizável na prática, desde que os ganhos de produtividade com a ciência na verdade superavam bastante o diferencial a ser redistribuído em favor dos assalariados, e, de outro, que não há solução alternativa possível nas economias avançadas para o problema crescente do desemprego e da exclusão massiva de seres humanos das fronteiras dentro das quais se pode ter uma vida digna. E tais fronteiras se recortam dentro dos limites dos estados nacionais, o que leva a prever, como inevitáveis, insegurança crescente, conflitos e convulsões sociais escalando em direção a verdadeiras guerras em estado crônico.

A longa extensão a percorrer não pode, entretanto, esmorecer o ânimo socialista. Quando se acredita no Socialismo como Ética, é possível ocupar espaços de poder dentro do regime capitalista e apresentar exemplarmente um desempenho significativamente diferente do poder capitalista, desenvolvendo ações pautadas na Ética Socialista mesmo sem pretender mudar em profundidade a ordem política e econômica vigente. E é relevante, para avançar no caminho socialista, que tais espaços sejam conquistados e ampliados, mesmo com todas as dificuldades impostas pela democracia dominada pelo poder econômico. A exemplaridade é fundamental na luta socialista. Mais ainda cumpre observar que o Socialismo enquanto Ética sustenta uma ação política que transcende a mera luta pelo poder dentro das regras do "mercado", permitindo recusar o uso de muitos dos instrumentos recomendados pela "ciência política" da democracia neoliberal, na sua racionalidade meramente operacional com vistas ao puro ganho eleitoral. A visão Ética do Socialismo contempla algo de muita importância além do poder

pelo poder, embora de maneira alguma menospreze a conquista do poder para fazer valer sua Ética. Isso de tão importante é a formação de opinião, o desenvolvimento da cultura política do povo que se pode fazer avançar mesmo fora do poder formal, com razões sólidas, com palavras, com argumentos e principalmente com exemplos.

Texto 5

RESOLUÇÃO POLÍTICA DO VI CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB

1 - Consolidação do PSB como um grande partido popular

Em momento de maior gravidade para os destinos do país, reúnem-se os socialistas no VI Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro. Trata-se do Congresso do Cinquentenário que é, igualmente, o Congresso da Consolidação Política, e da perspectiva de significativo avanço eleitoral no pleito previsto para o ano vindouro.

Constata-se que, na raiz da consolidação do PSB, está a afirmação de uma linha reta de coerência e abertura a distintos segmentos sociais que acompanha a vida partidária em suas mais diversas fases. A intervenção do PSB na política brasileira, assim, tem-se caracterizado permanentemente pela defesa dos interesses nacionais, pela defesa dos excluídos, do trabalho e dos trabalhadores, da reforma agrária e da cidadania, da democracia e dos valores da igualdade e da justiça social.

Estes legados têm origem e são continuidade do ideário dos fundadores do PSB, que inscreveram em seu programa, em 1947, a associação do socialismo com liberdade, ideário que reanima nossas crenças e torna ainda mais atual nossa luta, pois a construção do socialismo com liberdade e democracia é tarefa contemporânea, possível e necessária.

O Partido deve, em conseqüência, se afirmar como uma força política nacional e não como agremiação de uma classe, como um Partido que vê o país a partir das perspectivas dos setores populares, e assim procurar se constituir em uma entidade que expresse a real necessidade e preocupação da maioria substancial da população brasileira que ainda continua excluída do planejamento social e do processo político.

O desafio está posto, o PSB terá que ousar, crescer e se tornar alternativa de poder. Para tanto, é indispensável considerar, entre outros aspectos a seguir mencionados, o que traduz, com objetividade, o teor dos

debates ocorridos nos grupos de discussão, que foram submetidos e aprovados pela Assembléia Plenária final do VI Congresso Nacional do PSB.

Um projeto de democracia não pode ser feito com exclusão do papel mediador que é exercido pelos partidos. Existem, no entanto, dois tipos de partidos: o de quadros, do tipo americano, e o de massas, que pressupõe a interação do partido com os movimentos sociais. O PSB não possui ainda grandes vínculos com os movimentos sociais (trabalhadores rurais, negros, mulheres, estudantes, etc.), somos um partido em crescimento e devemos levar em contas estas observações na sua construção. Por enquanto, sua presença é muito mais visível nos legislativos estaduais e federal; porém, o partido só se tornará uma grande alternativa quando for também a expressão dos movimentos sociais. Portanto, o PSB ainda não é um partido de massas, e esse é o grande desafio que sua militância deve enfrentar, urgentemente: transformá-lo em partido de massas, sendo um espaço para a reconstrução do socialismo conceitualizando o socialismo que defendemos, tornando-se uma referência para a sociedade brasileira, se credenciando como alternativa de poder e como articulador das forças políticas e sociais, combatendo o espontaneísmo e a improvisação por meio de um processo interno de construção partidária e um processo externo de articulação com os setores populares.

Devemos construir a imagem de identidade do PSB portando a construção partidária através:

- dos núcleos de base;
- da formação política de quadros;
- da Fundação João Mangabeira, incentivando a sua regionalização;
- da inserção do partido nos movimentos de massa, no movimento sindical e nos movimentos comunitários;
- agilizando-se internamente e mobilizando suas bases.

A construção do PSB passa também pelo desafio de 1998, ou seja, ultrapassar a barreira dos 5%, a fim de assegurar nossa existência legal e nossa presença efetiva como alternativa de poder e formulando táticas eleitorais que viabilizem o crescimento de nossas bancadas federal e estaduais.

Entre outras providências, o PSB deve assumir a luta nacional pela informatização das eleições previstas para 1998, como instrumento de

combate às fraudes, e conseqüentemente, visando garantir que a lisura do pleito eleitoral reflita rigorosamente a vontade popular.

A - A preservação da autonomia nacional

O Brasil, país que se caracteriza na América Latina por ter conseguido ter sua unidade nacional, hoje corre o risco de vê-la se desintegrar. Por quê? O processo de globalização pode fazer com que interesses regionais passem a relacionar-se, preferencialmente, com interesses internacionais, em prejuízo do País. A privatização das estatais, que cumpriam um papel importante na conformação da unidade nacional, é outro fator debilitante.

É bom frisar: a questão da preservação da autonomia nacional tem em nosso continente um aspecto peculiar, enquanto a América espanhola era um todo e foi, posteriormente, toda subdividida, o Brasil conseguiu manter essa unidade nacional. Historicamente, lembremos que José Bonifácio foi fundamental nessa unidade. Defendeu, à época, a monarquia como estratégia da preservação da autonomia e unidade nacionais.

Hoje o Estado para preservar a autonomia nacional, deve exercer suas funções essenciais e estratégicas, protegendo o mercado interno, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento científico e tecnológico, adotando a reforma do Estado e a reforma tributária.

A preservação da autonomia nacional passa também pela adoção de uma política cultural.

A preservação da autonomia nacional só é possível com um governo comprometido com o povo brasileiro; através da ruptura das conexões que prendem o nosso país aos centros internacionais do poder e através de um projeto nacional que garanta nossa inserção soberana no processo da globalização. Nosso país agrega condições estruturais com potencial humano, tecnológico, com reservas biológicas capazes de garantir a ruptura.

B - O fortalecimento da Federação

A Federação é um modo de organização do Estado. Pressupõe outros níveis de organização. Hoje há sérios riscos contra a Federação. O governo

federal vem, paulatinamente, assumindo atribuições que tradicionalmente pertenciam aos estados, esmagando desta forma a autonomia dos mesmos. Exemplo disso é a chamada Lei kandir, prejudicar ao fundo de estabilização fiscal. Com ela produziu-se uma perda brutal de renda vitimando estados e municípios. Em razão desses fatos, é preciso estar atento para as ameaças contra os interesses regionais articulados pelo governo federal. O PSB tem o dever de defender o fortalecimento da federação. Embora o ordenamento federativo não seja uma condição imprescindível da democracia, ela corresponde melhor a idéia democrática de poder do que um ordenamento unitário.

Devemos denunciar a quebra do pacto federativo, o enfraquecimento dos estados e dos municípios. O PSB deve se posicionar quanto ao fortalecimento da federação, pois um país forte passa, necessariamente, pelo reconhecimento dos estados e dos municípios em todos os sentidos.

C - A consolidação dos movimentos populares

Estes são como uma força propulsora que indica um caminho de representação dentro do partido. Sem isto, o PSB se distanciará da lutas sociais e não crescerá como partido de massas capaz de incorporar as reivindicações populares em sua ação política. O PSB não deve aparelhar os movimentos populares. O que devemos fazer é construir uma ponte que incorpore as reivindicações dos movimentos populares, e o partido repercute essas reivindicações em seus âmbitos de atuação. Se assim agirmos, teremos um grande futuro e cresceremos rapidamente, com uma posição privilegiada na sociedade.

Devemos portanto capacitar nossos militantes para que contribuam na organização dos diversos setores populares, a partir de interesses sociais ou específicos. A atuação no seio dos movimentos deve ser feita de forma democrática, com base em propostas concretas elaboradas pelo partido, com a participação de seus militantes nos movimentos populares, sendo sempre ressaltadas a autonomia e a independência desses movimentos.

O PSB deve assumir a defesa de todos os excluídos e não deve se limitar apenas aos trabalhadores organizados (mercado formal), para não

resvalar na defesa do corporativismo. O PSB deve abrir canais para a apresentação de soluções apresentadas pela população e também através da participação popular.

D - A solução das desigualdades sociais e regionais

A educação é o fator primário, fundamental, urgente e insubstituível do processo de incorporação dos excluídos. Nesse sentido, o PSB deve apoiar e estimular nosso povo a compreender, como já está compreendendo, a necessidade de ele próprio defender os seus interesses regionais:

- fortalecendo seu mercado interno;
- produzindo em forma dinamizada os alimentos e os bens de primeira necessidade;
- incentivando os bens de uso coletivo;
- descentralizando a produção com base na produção local;
- incorporando tecnologias avançadas ao novo modelo;
- dando autonomia relativa às localidades;
- dinamizando as pequenas e médias atividades produtivas;
- adequando a infra-estrutura econômica e social ao novo modelo;
- desenvolvendo as indústrias regionais e nacionais de natureza estratégica;
- redistribuindo a propriedade dos meios de produção;
- e, para a neutralização e eliminação das discriminações contra as mulheres e os negros, o PSB adotará, em todos os níveis de administração e atuação legislativa, políticas públicas de promoção da igualdade.

Aliança nacional:

1. Promover todos os esforços para a construção de uma candidatura de centro-esquerda, que unifique amplos setores, para derrotar o projeto liberal e executar um programa de governo que assegure a retomada do desenvolvimento e do emprego, a defesa da economia nacional, das conquistas sociais e impeça a desestruturação da federação.

2. O Congresso Nacional do PSB decide que sua direção nacional, liderada pelo Presidente, Governador Miguel Arraes, tomará todas as iniciativas para viabilizar, no momento oportuno, a apresentação de uma candidatura que corresponda a este projeto político e unifique todas as forças dispostas a contribuir para sua concretização.

3. O Partido Socialista Brasileiro assume o compromisso de apresentar à sociedade um programa de governo que responda a este projeto e convoca seus militantes e a sociedade a colaborar neste esforço.

Alianças regionais:

As Secções Estaduais do PSB têm autonomia para celebrar as coligações estaduais, conquanto elas estejam obrigatoriamente submetidas à deliberação da Comissão Executiva Nacional, quando ultrapassarem os limites dos partidos de esquerda.

Brasília, DF, 30 de novembro de 1997

Capítulo 3

O PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

3.1 INDICAÇÕES DE ORDEM HISTÓRICA

O Partido dos Trabalhadores foi criado no início dos anos oitenta, em decorrência do fim do bipartidarismo. O manifesto constitutivo, para atender às formalidades da legislação, veio a ser publicado no Diário Oficial da União em outubro de 1980. A Primeira Convenção Nacional ocorreu a de 27 de setembro de 1981, em Brasília. E o primeiro programa tornado público é de março de 1982.

Desde o Primeiro Encontro Nacional (1981) o PT realizou conclaves idênticos em todos os anos. Como dois desses encontros nacionais foram denominados de extraordinários (1985 e 1998), aquele que teve lugar em agosto de 1997 aparece com o nome de 11º Encontro Nacional. A par disso, ocorreram dois congressos nacionais, o primeiro em novembro de 1991 e o segundo em novembro de 1990.

O exame da farta documentação, produzida ao longo desses cerca de vinte anos, sugere que a entidade manteve a opção inicial por um regime assemelhado ao de Cuba. Para distinguir formas de governo daquele tipo --o totalitarismo do Leste e o autoritarismo dos governos africanos posteriores à descolonização--, do sistema democrático-representativo, é denominado tecnicamente de **sistema cooptativo**. Vale dizer, a escolha da elite dirigente dá-se pela cooptação daqueles que se encontram no poder.

Enquanto existiu, o "socialismo" da Nicarágua também contou com o apoio do PT.

Embora os que têm procurado fundamentar teoricamente as opções do PT não se tenham dado conta da questão subjacente - do ponto de vista marxista estrito, de que são círios os dirigentes das diversas facções em qual a agremiação se subdivide - Cuba, Nicarágua, Moçambique e outros países atrasados que adotaram aquela denominação não a mereceriam, porquanto, segundo a doutrina considerada, o socialismo é a forma de organização social que deve suceder ao capitalismo. Tratando-se de uma questão teórica

relevante, procuraremos examiná-la mais detidamente quando se tratar de proceder à avaliação crítica.

Situando-se francamente no campo do comunismo - que, como temos insistido deve ser distinguido do socialismo ocidental, visceralmente ligado ao sistema democrático-representativo - ao longo da década de oitenta o PT buscou criar no País uma situação revolucionária que lhe permitisse "virar a mesa", como então se dizia. Nesse particular, a única evolução assinalável consiste na admissão de que a tomada do poder pode dar-se pelo voto, possibilidade vislumbrada depois das eleições presidenciais de 1989. Nestas, o PT concorreu com candidato próprio e obteve 17,2% da votação no primeiro turno, credenciando-se para concorrer ao segundo, quando alcançou 47% dos votos. Entretanto, como se verá na documentação que transcrevemos, o PT não renunciou ao sistema cooptativo. Chegando ao centro do poder, pelo voto, sob o eufemismo de criar uma "democracia popular" - por sinal o mesmo nome adotado pelos satélites da União Soviética - cuidará de alterar, naquela direção, o sistema representativo que o País tem procurado restabelecer no período considerado.

Vislumbrada a perspectiva de ganhar as eleições para a Presidência da República, o PT avançou novo desdobramento de sua estratégia. Tal desdobramento aparece claramente formulado no documento **Bases do Programa de Governo 1994 - Uma Revolução no Brasil**, que deve ser considerado como o programa amadurecido do PT, porquanto não foram introduzidas maiores alterações naquele com que concorreu as eleições subsequentes (1998). Consiste no seguinte: sendo o Brasil um país de dimensões continentais, a conquista da Presidência da República por uma agremiação "socialista" (na verdade, dizendo-o com propriedade, comunista) criaria uma nova correlação de forças no mundo, permitindo talvez a reconstituição do "campo socialista" (mais uma vez a palavra é empregada de forma inapropriada).

Finalmente, do ponto de vista da composição da agremiação, se assim se pode falar, tendo em vista a sua origem sindical, a Constituição de 1988 retirou a proibição de o funcionalismo público organizar-se em sindicatos. Valendo-se de tal faculdade, o funcionalismo rapidamente passou a dominar a Central Única dos Trabalhadores (CUT), movimento sindical originário da

moderna indústria de São Paulo que, por sua vez, deu origem ao PT. Essa circunstância introduziu uma nova modificação no comportamento da agremiação. Tendo se tornado patente que a manutenção do Estado tornara-se ônus insuportável para o País, na década de noventa começaram a ser propostas reformas, com vistas a reduzir suas dimensões. Agora denominado pela burocracia estatal, o PT passou a bloquear as reformas e desenvolveu uma postura inibidora de todo tipo de negociação com o governo, negando assim a própria essência do sistema representativo, que corresponde basicamente numa alternativa à solução pela força dos conflitos, introduzindo a negociação entre os interesses segundo regras estabelecidas pelas próprias partes.

As notas dominantes acima resumidas podem ser ilustradas por iniciativas e documentos marcantes ao longo do período.

Atitudes marcantes do PT

Conforme foi referido, houve movimento popular em favor das eleições diretas para substituir o último governo militar, tendo o Parlamento derrotado a emenda respectiva e mantido a eleição indireta. Dos entendimentos da época, resultou, como se sabe, a escolha do candidato da oposição. Para avaliar esse desfecho, o PT realizou um Encontro Nacional Extraordinário no começo de 1985, quando ainda não havia o fato novo da morte de Tancredo.

O título atribuído ao documento exprime bem o seu radicalismo. Assim, foi batizado de **Contra o continuísmo e o Pacto Social. Por uma alternativa democrática e popular.**

Vejamos como o documento avalia a situação: "O desgaste progressivo, a perda de bases de sustentação e o fracionamento mais recente dos militares não foram suficientes para provocar uma ruptura democrática e acabar com os mecanismos da exceção, construídos durante os últimos 20 anos. Antes de tudo, porque o movimento popular não foi capaz, até agora, de estabelecer as bases seguras de uma nova e favorável correlação de forças sociais e políticas, por intermédio de novos e mais altos níveis de organização, da abrangência e aprofundamento de suas lutas, de sua ação comum organizada, da conquista de amplas liberdades judiciais e políticas e de um programa mínimo de

mudanças prioritárias e mobilizadoras. E também porque a sucessão, com Tancredo, sob controle e comprometida com os ideais de 64, era uma das alternativas previstas no projeto de abertura lenta, gradual e segura, esboçada no início do governo do general Geisel, o principal sustentáculo militar da Aliança Democrática".

Como se vê, de uma só penada deixam de ter qualquer relevância a anistia, a volta dos exilados, o fim do AI-5, a reconquista da plena liberdade de imprensa e mesmo a eliminação das restrições ao funcionalismo dos sindicatos que, no final das contas, viria facultar a criação do PT. A questão se resume em "bater com mais força" na ditadura militar periclitante. E, quanto à eleição de Tancredo, mais um episódio da farsa. A morte inesperada deste e os riscos daí advindos para a continuidade do processo de reconstituição da democracia não abalaram as convicções dos instituidores da nova agremiação, tudo indicando que imaginavam, simplesmente, que podiam opor-se a substituir o regime vigente por uma nova ditadura, desta vez sob a sua égide.

Com o propósito de fixar a atuação durante o governo Sarney, o 4º Encontro Nacional (São Paulo, 30 de maio e 1º de junho, 1986) aprovou o Plano de Ação Política e Organizativa do PT para o período 86/88. Trata-se de um documento tipicamente estalinista. Começa por postular o estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil com caracterização das classes sociais e da "conscientização e organização das classes". Conclui pela inegável existência de uma "situação de luta de classe". E mais, a "superação definitiva da exploração e da opressão sobre o povo brasileiro não se dará com simples reformas superficiais e paliativas, mas com a ruptura radical contra a ordem burguesa e a construção de uma sociedade sem classes". Rejeita a alternativa nacional e democrática que o PCB defendeu durante décadas, retomando a clássica discussão bizantina sobre o "caráter da revolução brasileira", para defini-la como socialista.

O texto trata, em seguida, das transformações na direção do socialismo, regime que é, desde logo, identificado com a estatização da economia, embora sejam ressalvadas "situações decorrentes da expansão diferenciada do capitalismo", tornando "necessário e possível, nos primeiros tempos de uma sociedade socialista no Brasil, utilizar diversas e múltiplas formas de

propriedade social dos meios de produção", isto é, além da estatização e da coletivização, "formas cooperativas ou outras".

No plano internacional, o documento saúda com entusiasmo a Revolução Nicaragüense.

A parte final insere uma longa e fastidiosa análise da "transição e crise da burguesia", com tiradas desse tipo: "o processo constituinte, de bandeira e reivindicação de forças democráticas desde meados da década de 60, agora se transformou, nas mãos da Nova República, num projeto de consolidação da hegemonia burguesa sobre e contra o movimento popular". Embora se saiba que "os direitos dos trabalhadores não serão assegurado apenas com garantias constitucionais legais", a decisão é pela participação na Assembléia Constituinte. Explica que se trata apenas de avançar em direção a conquistas sociais que, "se é verdade que não são ainda o socialismo, apontam na sua direção, preparam o caminho e, mesmo, são fundamentais para o acúmulo das forças que é necessário obter para sua construção". Em uma palavra, no melhor estilo comunista, explicita que as franquias democráticas correspondem a uma fraqueza da burguesia, a serem usadas justamente para destruí-la.

De posse desse entendimento, o PT e o movimento sindical a ele subordinado tudo fizeram para inviabilizar o governo Sarney, e, quanto à Carta Constitucional de 1988, a sua representação na Assembléia simplesmente recusou-se a assiná-la. Indique-se, desde logo que, nos anos 90, quando se tratou de reformá-la, o PT transformou-se no principal obstáculo à sua efetivação, circunstância que evidencia a ascendência da burocracia estatal nos órgãos diretores da agremiação.

Os documentos do Encontro que se seguiu (o quinto, realizado em dezembro de 1987) apresentam o mesmo tom. O governo Sarney é tratado como o "elo fraco da transição burguesa". É bom lembrar que a Rússia também era, na visão comunista, o elo fraco da cadeia imperialista em 1917. Semelhante caracterização explicita que, de fato, o PT acalentava a hipótese de derrubada violenta do governo Sarney. Toda a questão, como indica o documento, consiste em "compreender o processo de mediação que deve existir entre o momento atual, em que as grandes massas da população ainda não se convenceram de que é preciso acabar com o domínio da burguesia, e o

momento em que a situação se inverte e se torna possível colocar na ordem do dia a conquista imediata do poder".

Mesmo no 6º Encontro, realizado em junho de 1989, isto é, às vésperas das eleições presidenciais de outubro, o texto aprovado mantém o mesmo caráter insurrecional antes caracterizado. Mas aqui começa um processo de mudança. A pretexto de que é preciso construir alianças (o curioso é que a "permissão" para esse gesto seja buscada na Frente Sandinista, que então se empenhava na instauração do totalitarismo na Nicarágua), a direção do PT autoriza a elaboração de um Programa de Governo.

Foram três os Programas de Governo elaborados pelo PT desde aquela resolução: o primeiro em 1989, o segundo em 1994 e, o terceiro, em 1998. Presumivelmente, o segundo reflete o tom aprovado pela maioria da agremiação, de modo que o terceiro limita-se praticamente a reafirmá-lo. Agora, admite-se chegar ao poder pelo voto. Mas não se renuncia à substituição progressiva do sistema representativo pelo sistema cooptativo, apresentado eufemisticamente como "democracia popular". É sintomático que o documento, como foi referido, haja sido assim intitulado: **Bases do Programa de Governo - 1994 - Uma Revolução Democrática no Brasil**. Mas deixemos para caracterizá-lo de modo mais amplo no tópico subsequente, que será dedicado justamente ao Programa do PT.

As facções do PT

O PT admite a existência de facções, denominadas "tendências internas". O Diretório nacional aprovou a sua existência e regulamentou o seu funcionamento em reunião de 30/05/1990, com estas disposições básicas: devem registrar-se na Secretaria Nacional de Organização e não se admite dupla filiação, nem que o PT possa ser considerado como uma frente de partidos ou movimentos.

Nesses termos, a tendência limitar-se-ia à atuação interna. Na prática, contudo, sobretudo na oportunidade da renovação dos órgãos dirigentes ou de alguma decisão mais relevante, a roupa suja é lavada de público. Embora tudo faça para convencer a opinião pública de que existiria uma esquerda fixa

contraposta a uma direita igualmente estabelecida, a tendência mais moderada, naquelas ocasiões, é chamada abertamente de "direita".

Estão registradas e funcionam nove facções. A que tem mantido certo controle sobre o partido denomina-se **Articulação**, de que participam o próprio Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente José Dirceu. Balanceando o seu comportamento, pode-se dizer que é integrada por alguns marxistas, cuja função seria dialogar com a parcela francamente totalitária da agremiação e, ao mesmo tempo, manter no PT aquelas lideranças que revelaram ter capacidade de carrear votos. Acontece que, quando o detentor de votos chega a algum cargo no Executivo - como se indicará expressamente, o PT tem conquistado governos municipais e estaduais - aparece, como um deles chegou a indicar, explicando o seu afastamento, o "trotskista de plantão" que, a pretexto de usar a máquina administrativa para preparar a Revolução, na prática inviabiliza a administração petista. São muitos os eventos dessa índole, e alguns serão referidos no momento oportuno.

A **Articulação** tem se mantido na direção do PT com o apoio de uma outra tendência moderada, a **Democracia Radical**, liderada pelo deputado José Genoíno. Mantêm maioria precária, oscilando em torno ou pouco acima de 50% dos votos dos delegados que elegem os órgãos diretores. Os dois grupos têm divergências. Genoíno prefere não falar mais em socialismo. Mas os dirigentes da Articulação querem preservar essa imagem, embora admitam que o capitalismo possa ser "melhorado".

Todas as demais facções são francamente totalitárias. Controlam em torno de um terço da agremiação e asseguram, nessa proporção, representação nos órgãos dirigentes. Em uma circunstância dessas a ambigüidade continuará sendo a nota dominante do PT.

O Estado de São Paulo de 14 de novembro de 1999 publicou a caracterização, adiante transcrita, das facções registradas no PT. O ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, tem procurado atuar em faixa própria, tentando polarizar os que não aderem nem à maioria nem aos totalitários. Mas não se dispôs a registrar uma tendência.

É a seguinte a mencionada caracterização:

Articulação/Unidade de Luta

Guarda-chuva que abriga moderados, tem sua origem ligada ao movimento sindical e hoje é a mais forte tendência do PT.

Corrente de centro, tem como líderes Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do PT, deputado José Dirceu. O governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio de Miranda, e a vice-governadora do Rio, Benedita da Silva, também são da Articulação. Na tese "O Programa da Revolução Democrática", defende a construção de uma alternativa ao governo FHC e uma ampla coalizão política para chegar ao poder.

Democracia Radical

Grupo mais moderado do PT, considerado "a direita" do partido, Levanta a bandeira de posições reformistas, próximas à tradicional social-democracia. Recusa tanto o gueto político, "tão familiar a uma parte da esquerda", como a adesão pura e simples à ordem estabelecida. "Mudar e mudar, pela via democrática, eis o nosso refrão!", diz a tese dessa tendência, que abriga em suas fileiras os líderes do PT na Câmara, José Genoíno e no Senado, Marina Silva, além do governador do Acre, Jorge Viana.

Articulação de Esquerda

Surgiu como racha da tradicional "Articulação" e, como o próprio nome diz, foi para uma posição mais à esquerda no espectro petista. O grupo é formado por marxistas que defendem a "transformação revolucionária do Estado em Estado socialista". Um dos vice-presidentes do PT, Valter Pomar, é desta tendência e hoje tem várias divergências com o grupo de Lula.

Democracia Socialista

Conhecida simplesmente pelas iniciais, D.S., é uma corrente trotskista bem conceituada no Rio Grande do Sul. Tanto o prefácio de Porto Alegre, Raul Pont, como o vice-governador do Rio grande do Sul, Miguel Rosseto, são da D.S. É a segunda facção mais forte de esquerda dentro do PT. Prega a

"mudança radical" no setor financeiro, que, na avaliação da corrente, deve passar para o "controle público".

Força Socialista

O prefeito de Belém (PA), Edmilson Rodrigues, é atualmente, o principal nome desta corrente que reúne marxistas-leninistas. Como a Articulação de Esquerda, a Força prega a revolução socialista, o fim das classes sociais e a extinção das instituições que "fomentam o processo de globalização", como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio.

Tendência Marxista

Tem origem no antigo Partido Revolucionário Comunista (PRC). Considera que o impeachment de Fernando Henrique é o "único meio" de abreviar o sofrimento do povo. Além disso, os militantes da Tendência Marxista criticam a "ocupação sucessiva e cativa de mandatos parlamentares e cargos nas instâncias do PT". O líder da corrente é o mineiro Sávio Bones, integrante do diretório nacional.

O Trabalho

Facção trotskista ligada à IV Internacional, acha que a direção do PT não tem sido fiel aos princípios da fundação do partido e defende o rompimento de alianças com "partidos latifundiários e banqueiros", como o PSB do governador Ronaldo Lessa (Alagoas) e o PDT de Anthony Garotinho. Por ter críticas ao comando petista, chegou a formar uma estrutura paralela, o Movimento Resistência, e por pouco não saiu do partido. Ocupa três assentos no diretório nacional, com Markus Sokol, Misa Boito e Serge Goulart.

Corrente Socialista dos Trabalhadores

Radical e minoritário, o grupo trotskista prega a revolução do proletariado e tem como líderes a deputada estadual Luciana Genro (RS), filha do ex-prefeito de Porto Alegre Tarso Genro, e o deputado federal João Batista Babá (PA). Acha que o PT virou um partido "dúbio e vacilante", que não tem assumido posição ofensiva diante da crise. Critica a "tentativa" de fazer do PT uma sigla simplesmente eleitoral e de concepções reformistas.

Brasil Socialista

Remanescente do antigo PCRB, esta corrente tem como líder o petista Bruno Maranhão, coordenador do MLST - uma dissidência do Movimento dos Sem-Terra. No diagnóstico desta tendência, o PT transformou-se num "partido aliancista e de interlocução", deixando de ser uma alternativa de poder e referência para os movimentos sociais e para a construção do socialismo.

Exemplos edificantes da atuação do PT

Nos seus vinte anos de existência, o PT nunca deu qualquer demonstração de que tivesse algo a ver com o reordenamento democrático, tornado possível com o fim do regime de exceção. A partir mesmo do momento de sua criação, sob Figueiredo, promoveu escalada de greves no ABC paulista, muitas das quais terminaram com a destruição de instalações fabris. A morte de Tancredo Neves gerou uma situação de incerteza no País, havendo mesmo a expectativa de que o processo de abertura pudesse ser interrompido. Nada disso comoveu a direção do PT, que prosseguiu naquela escalada, na suposição confessada, conforme referimos, de que o governo Sarney poderia ensejar a tomada violenta do poder, já que, na sua visão, constituiria o "elo fraco". O resultado visível daquelas greves no ABC é que terminariam por promover o esvaziamento econômico da região. Ao expandir-se, a indústria automobilística passou a preferir outras áreas. Ramos industriais diversos simplesmente deslocaram-se.

Eleito para integrar a Câmara dos Deputados, o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, desinteressou-se do mandato, alegando que a instituição era integrada por "picaretas". Sonhando com a "ditadura do proletariado",

nada tinha a ver com as conseqüências para a tarefa magna (o reordenamento democrático) do desprestígio do Parlamento.

Ao longo dos anos 80, o PT buscou ciosamente, o confronto com as autoridades, em busca de mártires. Nos anos 90, embora os operários não mais se haviam prestado a esse papel, o Movimento dos Sem-Terra (MST) assumiu de bom grado a incumbência. Invasões de propriedade, desafios às ordens judiciais de reintegração de posse e obtenção de alguns mártires no confronto com a polícia, eis o balanço de sua atuação, demonstrando claramente que a reivindicação de reforma agrária não passa de um simples pretexto para tentar criar situação insurrecional. Sob os governos militares, proliferou a chamada teoria do "foquismo" segundo a qual um foco insurrecional poderia servir de centelha para o pretendido incêndio. Desse ponto de vista, os totalitários presentes à agremiação - que têm conseguido impor esse tipo de situação ao PT - não mudaram nada em relação àquele passado.

Logo em seguida ao pleito eleitoral em que Fernando Henrique Cardoso foi reeleito, aproveitando as dificuldades econômicas surgidas em decorrência das crises externas que nos afetaram, aquelas agremiações lançaram a palavra de ordem de "fora, FHC", embora o PT, oficialmente, não a tenha encampado diretamente. Mas também nada fez em relação às tentativas de desestabilizar o governo. A jornalista Dora Kramer (**Jornal do Brasil**, 13/11/99), aprecia deste modo aquele tipo de atuação:

"Tirando os paulistas que ficaram presos num congestionamento de 92 quilômetros, os gaúchos que ficaram sem transporte coletivo e os 300 cariocas que saíram em passeata da Candelária à Cinelândia, pouca gente notou que quarta-feira houve um Dia Nacional de Paralisação e Protesto. No fim daquela tarde, o presidente da CUT, promotora do evento, Vicente Paulo da Silva, justificou assim a minguada adesão: 'O tempo não ajudou porque estamos vivendo uma primavera com horário de verão e clima de inverno'.

A despeito da dificuldade de se detectar olhando aqui de fora qual seria mesmo a relação entre uma coisa e outra, digamos que seja uma justificativa e que a CUT, como dona do protesto, tenha o direito de fazer dele a avaliação

que bem entender. O problema da manifestação, na verdade, não é nem o volume da adesão.

Tanto que Vicentinho não precisaria recorrer a uma desculpa envergonhada como se protestos só tivessem validade quando arrebatassem multidões. A questão não é essa e sim a natureza das ações e o resultado delas.

Pela pauta oficial da manifestação, o objetivo era o de defender a cidadania, o emprego e a soberania nacional, mas o que se viu foram bloqueio de pedágios, apedrejamento de ônibus, queima de carros, paralisação de ônibus e metrô e paralisação de algumas agências bancárias.

Atos que não agregam nem mobilizam a sociedade, mas antes apenas prejudicam e causam desconforto aos que não podem se dar ao luxo de ficar uma manhã em casa esperando que passe a confusão.

Nesse aspecto, Vicentinho se ilude ou maquia a realidade quando avalia que o protesto 'atingiu o objetivo', e diz que 'o povo não tem que esperar de cabeça baixa, porque, se ele não protestar, o governo vai achar que está tudo bem.'

Primeiro, o 'povo' não foi a lugar algum. Inclusive porque a parcela dele que se deparou com bloqueios e congestionamentos não conseguiu se mover. E, depois, o governo realmente continuará achando que 'está tudo bem' enquanto puder contar com a oposição que tem."

Como se vê, o empenho, em "virar a mesa" tem levado o petismo a um grande isolamento. A circunstância explica o empenho de Luiz Inácio Lula da Silva em admitir que o capitalismo poderia ser melhorado. Mas, certamente, passará muito tempo até que os moderados consigam impor-se aos totalitários, invertendo o que tem ocorrido ao longo das duas últimas décadas.

O "trotskista de plantão" tem infernizado a vida das administrações petistas. O periódico **Teoria & Debate**, mantido pelo PT desde 1987, registra no número 14 (maio de 1991): "Jacob Bitar é um dos fundadores do PT. Foi o presidente do partido e secretário geral nacional. Eleito prefeito de Campinas com 32,5% dos votos, no último dia 8 de março pediu sua desfiliação do Partido dos Trabalhadores." Na entrevista que então o prefeito deu àquela publicação, indica expressamente "que o Diretório Municipal começou a tomar decisões que prejudicaram a administração, incompatibilizando-a com a sociedade." Bitar adverte que não se trata de fato isolado e afirma claramente:

"O problema da relação partido/administração existe em todos os municípios em que o PT ganhou eleições." Em uma outra matéria publicada no mesmo número, o prefeito de Santo André, Celso Daniel, escreve o seguinte: "O início das administrações petistas, em 1989, foi difícil: pagou-se o preço da inexperiência, em face do desafio de governar de maneira transformadora. Mas, a partir do ano passado, resultados positivos, ainda tímidos, começam a aparecer. Apesar dessa mudança para melhor, as crises de relacionamentos entre o PT e suas Prefeituras continuam a acontecer. O próprio ambiente não é muito animador: os militantes petistas têm dificuldades em se reconhecer nas administrações. Além disto, prefeitos petistas - muitos dos quais militantes históricos - sentem-se pressionados e até rejeitados pelo partido."

Victor Buaiz, eleito governador do Espírito Santo, teve de se desligar do PT porque, tão logo assumiu, a agremiação passou a fazer-lhe ferrenha oposição.

Conforme será referido aos registrarmos os resultados eleitorais logrados pelo PT, nas eleições de 1998, elegeu alguns governadores. Comportando-se como se fosse parte de outro País (ou planeta), a Direção Nacional do PT proibiu aqueles governadores de se sentarem com o Governo Federal para discutir a questão da Previdência oficial, que não se limita ao plano nacional, mas envolve as diversas Unidades da Federação.

Essa questão previdenciária iria entretanto proporcionar evento ainda mais edificante. Tendo o governo resolvido adotar projeto apresentado ao Parlamento pelo petista Eduardo Jorge, e concordando este em ir ao Planalto discutir aquela proposição, a bancada parlamentar o suspendeu por trinta dias. De um modo geral, aliás, o PT não tem revelado a menor compreensão do papel da oposição em regime democrático. No essencial, quer apenas valer-se de suas franquias para derrubar o governo. Como a possibilidade de chegar ao poder pelo voto passou a ser vislumbrada, a agremiação não passa integralmente à ilegalidade. Mas vive nessa tremenda ambigüidade.

Resultados eleitorais

O PT concorreu às eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998. No primeiro turno de 1989, Luiz Inácio da Silva obteve 11,6 milhões de votos (17,2%), credenciando-se para concorrer no segundo turno, quando alcançou 31,1 milhões de votos (47% do total), contra 31,5 milhões dados a Fernando Collor (53% do total). Nesse segundo turno, atuou em coligação com o PSB e com o PCdoB.

Nas eleições de 1994, apresentou-se com o mesmo candidato e idêntica coligação, tendo o pleito se decidido no primeiro turno: Luiz Inácio obteve 17,1 milhões de votos (27%) e Fernando Henrique Cardoso, eleito, 34,4 milhões de votos (54,2%).

Nas eleições de 1998, sob a nova legislação permitindo reeleição, Fernando Henrique ganhou no primeiro turno com 35,9 milhões de votos (53,6%). Luiz Inácio da Silva obteve 21,1 milhões (31,7%). Desta vez a coligação ampliou-se, tendo sido candidato a vice Leonel Brizola (PDT).

Para a Câmara dos Deputados, a bancada do PT ampliou-se como segue:

Eleições N° de cadeiras

1982	8
1986	16
1990	35
1994	49
1998	58

Somente em 1990 elegeu um representante ao Senado (Eduardo Suplicy, por São Paulo); em 1994, quatro e em 1998, sete.

Em 1994, elegeu os governadores do Espírito Santo e do Distrito Federal. Conforme se referiu, o primeiro afastou-se da agremiação. Nas eleições de 1998, conquistou os governos do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Acre. Nas eleições municipais de 1996, elegeu 1.881 vereadores e 116 prefeitos. Estes distribuídos praticamente em todos os estados. Contudo, número expressivo de prefeitos só conseguiu no Rio Grande do Sul (26) e em São Paulo (30).

3.2 - O PROGRAMA DO PT

Conforme tivemos oportunidade de mencionar, desde o início o programa do PT consistia em arrazoado marxista, dando franca e abertamente continuidade às discussões do Partido Comunista, notadamente para caracterizar a "revolução brasileira" como sendo socialista. O propósito claro é criar uma situação insurrecional que lhe facultasse tomar o poder pela força. As eleições de 1989, que credenciaram Luiz Inácio Lula da Silva para concorrer ao segundo turno ampliaram a influência dos moderados. Desde então, a documentação interna da agremiação pouco mudou. Mas o Programa de Governo está elaborado em um outro tom. Para comprová-lo, vamos tomar por base aquele elaborado para o pleito de 94, repetido praticamente sem alterações quando das eleições de 98.

Ao apresentar-se perante o eleitorado na nova circunstância, o PT esclarece que não se trata de implantar o socialismo, mas de introduzir profundas reformas que são apresentadas como "uma revolução democrática."

Do ponto de vista institucional, em que pese a forma eufemística de apresentar a questão ("socialização da política do poder"; "mecanismos de controle social"; "democracia direta" etc.), nesse particular não há duas hipóteses: ou se pretende aprimorar a representação, reforçar as instituições do sistemas democrático-representativo, especialmente o Parlamento, ou se deseja outra coisa. Vinda de onde provém a proposta, só pode tratar-se do sistema cooptativo, implodido na União Soviética e antigos satélites, mas que continua contando com assimpáticas do conjunto da agremiação, mesmo dos chamados moderados.

Do ponto de vista da organização econômica, há uma opção clara pela estatização da economia, falando-se até mesmo em revisão e anulação das privatizações. O modelo é autárquico, desde que, se eleito, o governo "democrático-popular" suspenderá o pagamento da dívida externa.

Há uma miragem de mudar a "correlação de forças" na América Latina, e talvez o Brasil poderia mesmo liderar as nações do terceiro mundo. Quem sabe, teríamos aqui uma espécie de sucedâneo para a extinta União Soviética.

O Programa está composto dessa forma: Introdução; Capítulo I - A crise brasileira e alternativa democrática e popular; Capítulo II - Política,

cidadania, e participação popular; Capítulo III - Reforma e democratização do Estado; Capítulo IV - Mudar a vida; Capítulo V - Bases ecológicas do projeto nacional de desenvolvimento; Capítulo VI - Ciência, tecnologia e infraestrutura; e Capítulo VII - Transformar a economia e a sociedade construindo a nação.

A transcrição adiante compreende a Introdução, que é uma espécie de resumo geral, o Capítulo I: a parte introdutória do Capítulo III e o Capítulo VI, final. Acreditamos que será suficiente para que o leitor possa inteirar-se da natureza da proposição.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país viável desde que o povo decida sobre seu destino. É justamente isto que o povo brasileiro fará em 1994.

em meio ao caos econômico e social, à decomposição do sistema político, à corrupção, à desconstrução nacional, surge uma alternativa política capaz de reacender a esperança do povo, reconstruir o sonho brasileiro e iniciar a marcha para um futuro tantas vezes anunciado e nunca alcançado.

Esgotado pela crise de um modelo de desenvolvimento - perverso, concentrador de renda e autoritário - o País encontra-se no limiar de uma grande transformação.

Diferentemente de outras situações históricas, e talvez pela primeira vez na República, hoje estão reunidas forças sociais e políticas com vocação de poder, capacitadas para dar a solução aos impasses que vivemos. Pela primeira vez estas soluções se darão em proveito das majorias tradicionalmente excluídas das decisões econômicas e políticas.

Em 1º de maio de 1994, o 9º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, em Brasília, aprovou estas bases do Programa de Governo com o qual Luiz Inácio Lula da Silva disputará a Presidência da República nas próximas eleições.

O programa que entregamos ao povo brasileiro é o resultado de um ano de discussões envolvendo dezenas de milhares de militantes do partido e amplos setores da sociedade civil. Ele é o produto de uma reflexão sobre os grandes problemas nacionais, um conjunto de propostas para vencer a grave

crise que o País atravessa, refletindo a vontade de mudanças que anima milhões de brasileiros.

As idéias e propostas aqui expressas são também nossa contribuição aos demais partidos que integram a Frente, para a elaboração de uma plataforma eleitoral comum.

Longe de ser um diagnóstico acadêmico da crise brasileira, um receituário de propostas formuladas em gabinetes fechados ou uma peça retórica de vagas declarações de intenções, este programa quer ser antes de tudo um compromisso.

Queremos afirmar claramente nossa disposição de inverter radicalmente as prioridades que nortearam até agora os governos deste País.

Este é o programa que submeterá todos seus objetivos à meta central de combater a pobreza e a indigência que atingem metade da população brasileira.

Para atacar a exclusão social, concentramos nossas iniciativas no combate à fome, ao desemprego, ao abandono de menores, ao descalabro da educação e da saúde, à ausência de moradia e de saneamento.

É a partir destes objetivos de combate à exclusão social que se organizará o conjunto da ação governamental, especialmente sua política econômica.

Por estas razões queremos constituir um governo de reformas, que, pela primeira vez em nossa história, impulsionará uma reforma agrária e políticas agrícolas capazes de entregar terra a quem necessita, democratizar a propriedade e sustentar nossa meta de alimentar todos os brasileiros.

Defendemos uma nova concepção de desenvolvimento que seja plenamente compatível com a preservação do meio ambiente.

Implantaremos uma nova política de rendas, que combinará o combate indispensável à inflação com um programa audacioso de emprego e de elevação dos salários. É preciso pôr um fim à concentração de renda rompendo com os projetos que anunciam uma recuperação econômica que nunca chega ou que só beneficia aos ricos.

Afirmamos nosso compromisso com a democratização da vida econômica do País, democratizando as relações de trabalho e impulsionando as formas cooperativas de produção e distribuição.

Estamos comprometidos com uma profunda reforma do Estado, com sua democratização e controle pela sociedade, através da participação popular que permita desencravar de seu interior interesses privados, corporativos e burocráticos. O Estado não pode continuar sendo identificado pela sociedade - como é hoje - como uma entidade distante, indiferente e hostil que submete os cidadãos comuns à humilhação das filas, à arrogância ou desinteresse de burocratas que não se sentem comprometidos com a coisa pública e se revelam servis para com os poderosos.

O programa é de um governo que se empenhará na radicalização da democracia política através da expansão da democracia econômica e social do País. esta meta - em realidade um processo - será atingida por meio da universalização da cidadania, do respeito aos direitos humanos, da constituição de um espaço público em que se criem novos direitos, garantias a igualdade e respeito às diferenças de idéias, religiões, etnias, gênero, idade, orientação sexual e opções de vida.

Nosso governo combaterá todas as formas de preconceito, ao mesmo tempo em que lutará pela defesa e preservação da vida de milhões de homens e mulheres que sofrem a violência e assistem perplexos ao espetáculo cotidiano da impunidade, sobretudo dos poderosos.

Seremos um governo comprometido com a cultura, que valorizará todas as formas de produção, distribuição e de acesso aos bens culturais. Comprometido com a liberdade de criação artística, científica e de idéias, o governo se empenhará na democratização das instituições culturais em geral e dos meios de comunicação em particular. Não há democracia se os cidadãos não têm acesso livre às informações.

O programa, lutando contra a desagregação social, aponta para a reconstrução de nossa economia através da constituição de um grande mercado interno de consumo de massas, criando condições de um país livre e soberano.

Faremos da soberania nacional um valor tão caro quanto o da soberania popular. Buscaremos uma integração soberana do Brasil no mundo para enfrentar as grandes transformações políticas, econômicas e sociais hoje em curso.

O Brasil afirmará sua vocação universal, em suas relações internacionais, defenderá o meio ambiente e os direitos humanos, lutará pela democratização das relações internacionais, propugnará por uma reestruturação econômica internacional em proveito dos países do Sul, na defesa do emprego e de uma cooperação científica e tecnológica.

O Brasil enfatizará as relações com a América Latina em especial com a América do Sul, fortalecerá políticas de integração continental, dentre as quais o Mercosul reformulado, e fará de sua política externa um componente essencial do seu projeto nacional de desenvolvimento.

Este é um programa de um partido que se forjou na luta contra a ditadura, pela democracia política e social, que soube romper desde sua fundação com velhas heranças dogmáticas sem renegar as lutas de seu povo e daqueles que deram a vida por ele.

Este programa transformou-se no ponto de encontro do que de melhor produziu a sociedade brasileira. Para ele contribuíram os operários que não se curvaram diante da exploração e da opressão e constituíram um dos mais importantes movimentos sindicais do mundo de hoje. Nele estão as marcas de camponeses e trabalhadores rurais que livram suas lutas em meio à violência do latifúndio. Nele colaboraram intelectuais e artistas comprometidos com os problemas sociais, religiosos que lutam pela libertação aqui na terra. mulheres que enfrentam a dupla opressão na esfera pública e privada, negros e índios empurrados pelos poderosos para as margens da sociedade, mas reivindicando, orgulhosos, seu lugar na construção nacional.

Este é o programa dos jovens que não querem se apenas o "futuro do País", mas reivindicam sua participação aqui e agora. Este é o programa dos excluídos que não sucumbiram à submissão e ao conformismo.

Neste programa confluem muitas ideologias, tradições culturais, experiências sociais e de vida.

O que une todos é o compromisso intransigente com a democracia, com o respeito aos direitos humanos e com a necessidade de profundas reformas econômicas e sociais em proveito das maiorias.

Este é finalmente o programa de um partido que se mostrou, em toda sua trajetória, incorruptível nas administrações que dirigiu ou dirige, nos parlamentos em que esteve ou está presente. Intransigente a ponto de ficar por

vezes isolado, mas sempre ressurgindo como uma referência ética e moral, dentre outras, na sociedade brasileira.

Este programa quer construir pontes com forças políticas e sociais, não só com aqueles que nos acompanham desde há muito, e que hoje estão conosco, mas também com aqueles com os quais queremos compartilhar no futuro a construção de um país de liberdade e igualdade.

Este País está ao alcance de nossas mãos. Neste programa estão contidas as alternativas para mudar as grandes estruturas, sociais e políticas do Brasil.

Ele busca ser a expressão de um movimento cultural, que interpela cada um dos indivíduos, propondo-lhe nada mais do que mudar a vida.

Reflete nossa disposição de desencadear um grande movimento de idéias, uma verdadeira renovação da cultura política brasileira, parte integrante da revolução democrática que pretendemos impulsionar no País.

CAPÍTULO I

A CRISE BRASILEIRA E A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA E POPULAR

As eleições gerais de 1994, especialmente a escolha do novo Presidente da República, se darão em meio à maior crise que a história do Brasil já conheceu. Esta crise é complexa, sendo, ao mesmo tempo, econômica, política, social, ambiental, cultural e ética.

Há mais de uma década, as classes dominantes revelaram-se incapazes de um acordo para implementar um projeto qualquer de desenvolvimento, fazendo com que o País pareça uma nau sem rumo. O atual estado de coisas impõe a dezenas de milhões de brasileiros a humilhação do desemprego, do viver faminto, doente, sem teto ou em moradias insalubres, da ausência de educação, cultura e lazer. Este quadro gera uma violência social sem precedentes, à qual se soma a violência cada vez maior do Estado.

A marginalidade econômica e social é agravada pela exclusão política.

Afastados da produção e do consumo, dezenas de milhões de brasileiros encontram-se, ao mesmo tempo, excluídos de fato da cidadania, sem acesso

real à justiça, à rede escolar, ao sistema de saúde ou a qualquer forma de proteção social.

Prisioneiros desta gigantesca armadilha social, esses irmãos são manipulados por políticos inescrupulosos ou por colossais máquinas de propaganda que semeiam ilusões e/ou incutem o conformismo, contribuindo para a manutenção e reprodução do /i/status quo/.

É a partir deste quadro sombrio da sociedade brasileira que se pode falar na existência de uma imensa exclusão social neste país.

Possuindo o décimo PIB mundial, o Brasil situa-se nos últimos lugares em termos de renda e de todos indicadores de bem-estar social.

O País aparece aos olhos do mundo como um lugar onde a existência humana foi rebaixada aos níveis mais abjetos: a terra da prostituição infantil, dos menores abandonados nas ruas, dos homens-gabirus ou dos massacres de crianças, presos, favelados ou índios.

Para assegurar e reproduzir seus privilégios, responsáveis pela exclusão social ou marginalidade, as classes dominantes valem-se hoje, como historicamente o fizeram de todos os poderosos instrumentos que lhes oferece um Estado gigante, burocratizando, autoritário na sua essência, mas sobretudo fortemente privatizado pelos interesses destes setores sociais.

O fenômeno da corrupção generalizada, que tem ocupado nos últimos anos o centro das preocupações da opinião pública, só pode ser entendido a partir deste perverso fenômeno de utilização do Estado para o atendimento dos interesses de ínfimas e privilegiadas minorias.

O PT nasceu para lutar contra esse estado de coisas.

1. Exclusão: fenômeno recorrente em nossa história

A exclusão não é apenas um problema recente, mas um fenômeno recorrente na história do Brasil. Ela é a expressão de um Estado autoritário que revelou enorme eficácia na construção da dominação, pois consegue fazer com que o autoritarismo transforme-se em fenômeno socialmente implantado.

Diferentemente de muitos países - inclusive da América Latina - a unidade da Nação e a construção do Estado nacional não foram acompanhadas de um processo de universalização da cidadania.

País cuja história não registra revoluções nacionais, o Brasil realizou todas suas grandes transformações políticas e sociais através de processos conservadores de conciliação das elites, que uniram seus interesses para impedir a presença dos "de baixo" na consecução das transformações necessárias.

A Independência, em 1822, não significou uma ruptura com a metrópole. Desdobrou-se numa monarquia conservadora e criou novos laços de dependência.

A Abolição frustrou os sentimentos de reforma social que animaram os líderes do movimento e as aspirações da grande maioria que dele participou. A abolição não contribuiu para uma efetiva emancipação dos negros. Foi acompanhada por uma política oficial que trouxe o trabalhador imigrante não apenas para, literalmente, substituir o ex-trabalhador escravizado, mas, sobretudo, para "fundar" a Nação brasileira, embranquecendo-a, conforme debates parlamentares da época. Significou ainda uma redefinição do racismo, como suporte da estrutura social brasileira, excluindo a população negra das oportunidades econômicas e submetendo-a à condição de subcidadã.

A República, alterando formalmente as instituições, não foi capaz de operar uma significativa troca de grupos no poder, constituindo-se em uma sucessão de frustrações populares.

Por duas vezes na história republicana colocou-se de forma aguda a necessidade de reformas sociais profundas para superar graves impasses econômicos e políticos. Mas, tanto em 1930 quanto em 1964, as classes dominantes lançaram mão de soluções autoritárias para resolver a crise de dominação em que se encontravam.

É sintomático que tenham chamado seus movimentos de "Revolução", talvez para tentar legitimar junto ao imaginário popular a ruptura conservadora que fizeram com o Estado de direito existente.

O discurso sobre a "modernidade" das elites não oculta o caráter profundamente arcaico de suas concepções e, sobretudo, de sua prática.

Como falar em modernidade, quando dezenas de milhões são excluídos dos frutos do extraordinário crescimento econômico que o Brasil viveu no século XX?

Como falar em modernidade quando subsistem, incrustados no Estado, interesses corporativos de setores que representam o atraso dos grotões rurais?

Como falar em modernidade quando se constata a dificuldade para a construção de um espaço público e da própria República?

Ao contrário, o que tem ocorrido é o assenhoreamento do Estado pelas elites de seus poderosos instrumentos (diretos ou indiretos) de intervenção na atividade econômica em proveito de seus interesses particulares. Tampouco esgota-se na corrupção.

Nas duas últimas décadas assistiu-se igualmente ao fenômeno de desmantelamento da máquina estatal e do pouco que existia em termos de serviços públicos que não chegava a constituir um Estado de bem-estar social.

Como parte do processo de concentração de renda, acelerado durante a ditadura militar, verificou-se uma forte privatização das políticas públicas. As classes altas e um pequeno segmento das classes médias passaram a ter suas alternativas privadas em matéria de saúde, educação, transporte, previdência, enquanto se deixavam para a imensa maioria da população serviços públicos sucateados, uma burocracia ineficiente, mal paga e desmotivada, que aparece não só distante mas até como inimiga dos que a ela acorrem.

O Estado revelou-se extremamente funcional ao perverso modelo de concentração de renda e assim um agente reproduzir da desigualdade, da exclusão social.

2. Queremos uma modernidade ética, uma modernidade dos fins

Eis os objetivos principais que norteiam o novo projeto que propomos:

- consolidar as instituições democráticas, num sistema político cada vez mais aberto a direitos emergentes e a uma crescente participação popular em todos os níveis;

- acabar com a fome;

- garantir a todas as crianças uma educação de qualidade, com criatividade e adequada à moderna sociedade da informação, de modo que a sociedade compartilhe de um crescente acúmulo de conhecimentos e de atividades culturais;

- eliminar as doenças endêmicas e aquelas decorrentes da má qualidade de vida, constituindo em paralelo um sistema de saúde moderno e efetivamente universal;
- dar a cada família habitação digna, saneamento e serviços sociais básicos;
- pôr fim à espiral de violência social nas cidades e no campo;
- criar uma infra-estrutura eficiente, entendendo-se por eficiência a capacidade de dominar os recursos nacionais e pô-los a serviço da sociedade;
- buscar uma nova racionalidade econômica e social que concilie produção, distribuição e proteção ao ambiente e ao patrimônio natural;
- construir uma nação aberta à cultura e às técnicas internacionais, procurando integrar-se ao resto do mundo.

Queremos, enfim, uma modernidade ética, uma modernidade dos fins, aquela baseada em soluções originais e num contrato social verdadeiramente novo, e não aquela definida com base num conceito supostamente técnico, alheio às necessidades reais de uma maioria de deserdados. Daí a importância dos bens e equipamentos coletivos, dos serviços gerais de infra-estrutura, bem como daquelas instituições voltadas a oferecer, a todos os cidadãos, igualdade básica de oportunidades. Destacam-se, no primeiro caso, os transportes de massa, especialmente nas grandes e médias cidades; no segundo, as redes de energia, transportes de longa distância, portos e comunicações; no terceiro, os serviços públicos de saúde e educação.

3. A crise e a possibilidade de um programa de caráter transformador

Retirar o Brasil da crise e iniciar um novo ciclo de crescimento econômico sustentado e de qualidade distinta dos anteriores - baseado na distribuição de riqueza, renda e poder e com equilíbrio ecológico - é nossa meta principal, que se articula com o objetivo estratégico de construção de uma sociedade socialista e democrática.

A crise na qual o Brasil está imerso tem dimensões históricas. Não se trata de um mero interregno, entre outros, na vida de uma economia que

retoma seu fôlego para voltar a crescer. Nossa sociedade experimentou grandes mudanças entre 1930-80, industrializando-se e constituindo-se como um sistema nacionalmente integrado. Esgotado o dinamismo decorrente destes três grandes processos, bem como o sistema de financiamento a ele associado - baseado na expropriação de parte do excedente agrícola, no arrocho salarial e em financiamentos externos - a Nação perdeu sua própria imagem de futuro, sem que esses mesmos processos a tivessem levado a ajustar completamente suas contas com o passado. Inaceitável concentração de renda e riqueza, bolsões de pobreza e uma estrutura agrária excludente - características típicas de sociedades atrasadas - presentes neste fim de ciclo industrial, agravaram-se durante a grande estagnação que a ele se segue. Isto denuncia a predominância de um modelo de crescimento baseado na grande exploração da força de trabalho, desigualdades regionais ampliadas, dependência externa, distorções na estrutura produtiva e agressões ao meio ambiente. Operando com um mercado restrito, abastecido com bens de luxo produzidos com tecnologia capital-intensivas por grandes oligopólios nacionais e estrangeiros, foi um desenvolvimento para poucos, incapaz de explorar plenamente as potencialidades do Brasil.

Ao esgotamento desse ciclo de cinquenta anos, pressões externas derivadas da constituição de uma nova (des)ordem mundial, fortemente excludente, e internas, derivadas de centros de poder da velha ordem, combinaram-se para dar lugar a uma crise marcada por uma aparente ausência de projeto, que se prolonga até hoje.

Esse tempo precisa chegar ao fim e as elites são incapazes de encaminhar sua superação. Em primeiro lugar, porque arranjam-se para lucrar com esta situação, parasitando o Estado e a sociedade. Em segundo lugar, porque não conseguem articular um bloco de forças sociais e políticas capaz de apontar as características básicas de um novo modelo. Quando não pura e simplesmente corruptas, insistem em um neoliberalismo que não tem potencial estruturante da sociedade brasileira. Não sendo um projeto nacional, o neoliberalismo constitui-se em uma operação ideológica que tende a consagrar uma estruturação perversa e fragilizadora de nossa economia. Perversa porque exclui a grande maioria: a base produtiva para a atrelar-se cada vez mais ao padrão de consumo que prevalece entre os detentores do

poder, ou seja, os brasileiros ricos e os consumidores do Primeiro Mundo, com todas as conseqüências que daí advêm para a renda e o emprego. Fragilizadora porque rompe com nossa tradição, pelo menos desde 1930, de reagir ativamente ás dificuldades internacionais.

Frente a este quadro, colocamos a necessidade de um programa de transformação da economia e da sociedade, que ao mesmo tempo reconstrua a Nação. Este programa de governo não se confunde com a descrição de uma sociedade ideal, nem é obra de invenção. Ao contrário, é uma tentativa de identificar um desdobramento possível e desejável para uma situação estratégica dada, recuperando processos históricos, recombinao tendências presentes e estimulando elementos potenciais, portadores de futuro, de modo a constituir um projeto que tenha aderência a interesses de grandes grupos sociais e ofereça uma alternativa de desenvolvimento à base produtiva construída com o esforço das gerações passadas.

Nosso programa deve ser viável e possuir componente de radicalidade necessário que não nos aprisione apenas à margem de possibilidades abertas pela situação atual, resultado de uma longa hegemonia conservadora.

A viabilidade de um programa está vinculada a seu caráter transformador, para que a luta política se dê num campo de possibilidades transformado, em que o governo e o povo ajam juntos no sentido das mudanças, a cada passo conquistadas e consolidadas.

A campanha, a vitória, a posse e o exercício do governo só têm sentido para nós como parte de um processo social mais amplo, em que a sociedade brasileira como um todo altere relações de poder antigas e cristalizadas, abrindo caminho para que os trabalhadores e as grandes maiorias nacionais assumam a direção da Nação.

Hoje estão em grande parte reunidas as condições sociais para que um novo projeto de organização econômica, social e política do País possa se materializar e oferecer uma saída distinta para o Brasil.

Desde fins dos anos 70 - quando se evidenciaram os limites internos e externos do modelo econômico dos militares contribuindo para a crise da forma ditatorial de dominação - o Brasil assiste à formação de um novo bloco histórico de forças sociais e políticas.

Estas forças, ainda que desde o início não tenham sido capazes de oferecer um programa absolutamente coerente e articulado, tiveram a capacidade de impedir que a dupla crise dos anos 70/80 se resolvesse uma vez mais pela conciliação das elites.

Novos personagens entraram em cena, sobretudo os trabalhadores, deixando profundas marcas no processo de democratização política do País e, pelo menos, frustrando o ajuste neoliberal que as elites puderam realizar em outros países da América Latina.

A democracia ganhou novos conteúdos e passou a ser entendida não só com a vigência do estado de direito, mas também como o espaço para a construção de novos direitos, das mulheres, dos negros, das minorias, dos diferentes.

Apesar de mais de uma década de recessão e inflação, apesar do sucateamento do estado, o Brasil revela ainda um enorme potencial de recuperação.

Este potencial não se resume às suas riquezas minerais, às perspectivas de sua agricultura, à extensão de seu território, ao dinamismo de seu comércio exterior, às possibilidades de seu mercado interno, à produtividade de seus trabalhadores.

Ele é fundamentalmente o resultado de uma vontade continuamente afirmada nestes quinze últimos anos - em meio a vitórias e frustrações - de levar adiante um processo de democratização radical da sociedade brasileira, o que passa essencialmente por transferir as responsabilidades das elites falidas que governaram secularmente este País para um bloco de forças hegemônicas pelos trabalhadores das cidades e dos campos, reunindo intelectuais, profissionais e técnicos, pequenos e médios empresários.

4. Vivemos dificuldades semelhantes às de outros latino-americanos

O Brasil vive dificuldades semelhantes às daquelas que atravessam grande parte dos países da América Latina. mas é importante destacar a singularidade de nosso quadro econômico, social e político para aferir com realismo as possibilidades de revertê-lo em proveito das grandes maiorias.

O País possui virtualidades sociais e políticas, além de seu potencial econômico, que permitem pensar um outro caminho, que não seja o da simples integração subordinada na nova (des)ordem mundial que se seguiu ao fim da Guerra Fria e às profundas mudanças pelas quais passa o capitalismo internacionalmente.

O Brasil é um país viável. O tipo de resposta que sejamos capazes de dar nesta conjuntura de crise que afeta inclusive as economias desenvolvidas, com sua seqüela de perversos efeitos sociais (como o desemprego, a exclusão, o racismo) terá imensa repercussão internacional, especialmente no continente latino-americano.

As eleições brasileiras serão acompanhadas com enorme atenção no exterior e a vitória das esquerdas aqui representará, sem dúvida, um grande alento para todos aqueles que lutam pela liberdade e igualdade e que se encontram em uma situação de defensiva nos últimos anos.

Mas a crise atual oferece perigos igualmente.

O esgotamento dos grandes projetos burgueses - o do desenvolvimentismo nacionalista e estadista e o do neoliberalismo - não abre caminho automático para o projeto democrático e popular.

Em primeiro lugar, porque este último não é um projeto acabado, mas em construção.

Em segundo, porque a falência dos projetos dominantes não traz necessariamente a vitória de um projeto alternativo dos trabalhadores.

Quando velhos projetos entram em crise e novos ainda não se afirmaram, podem produzir-se no interior da sociedade os fenômenos mais perversos.

Abre-se o campo para os aventureiros políticos que exploram o desalento e o ceticismo populares fazendo do "apoliticismo" e das soluções de força o centro de suas políticas.

Por esta razão, a afirmação de um projeto democrático e popular passa necessariamente pela construção de uma alternativa política, consubstanciada em uma nova proposta programática, capaz de captar os anseios difusos de mudança presentes nos corações e mentes de dezenas de milhões de brasileiros, transformando a apatia ou o inconformismo em vontade política transformadora.

Trata-se de mudar o voto-protesto em um voto em favor de um programa de transformações radicais da sociedade, que inverta as prioridades até hoje fixadas pelas classes dominantes, e abra um período de reformas em que estejam contemplados claramente os interesses das maiorias até agora postergadas.

Sem espírito de revanche, o programa deve deixar claro que acabou a era da conciliação que só beneficia a uns poucos.

Ele não deve semear a ilusão de transformações rápidas, mas deve indicar que um período de mudança se iniciou.

O programa deixará claro que os sacrifícios serão redistribuídos, e que no jogo do ganha e perde haverá novos perdedores e novos ganhadores.

A clareza e transparência de nossos objetivos programáticos é a condição necessária para que milhões de brasileiros sintam-se neles representados e constituam-se na garantia maior de governabilidade da administração democrática e popular que se iniciará em 1995.

5. A vitória do PT em 94: mudar radicalmente o Brasil

A conquista do governo pelo PT e seus aliados, nas eleições gerais de 94, e as reformas democráticas e populares alterarão as relações de poder no Brasil.

O programa democrático e popular consubstancia um projeto nacional elaborado como resposta dos trabalhadores e do povo à crise do País, num contexto em que as classes dominantes têm revelado seu absoluto descompromisso e seu reiterado desprezo para com os interesses da Nação.

esse projeto antilatifundiário, antimonopolista, antiimperialista e democrático-radical, materializa um compromisso de nosso governo em responder de modo conseqüente às demandas nacionais e às exigências populares.

Já na campanha, denunciaremos a exclusão social criada pelo capitalismo nacional e internacional e agravada pelas políticas neoliberais, constituindo um movimento pelas reformas estruturais e criando as bases sociais e políticas de aplicação de nosso programa. O programa democrático e

popular articula-se com objetivos estratégicos socialistas do Partido dos Trabalhadores.

Representará uma verdadeira revolução democrática no País, no sentido de aprofundar a democracia política, as liberdades individuais e coletivas, democratizar a posse da terra e as riquezas, ampliar a participação popular, combater a exclusão social, a segregação e as discriminações e universalizar a cidadania; buscará alterar as bases sociais das relações de poder através da democratização da propriedade, da riqueza e do poder.

O eixo de nosso governo será a participação popular.

A socialização da política do poder exigirá reformas institucionais, mecanismos de controle social, democracia direta e a democratização dos meios de comunicação. Desta forma, o bloco social interessado nas reformas democráticas e populares ampliará sua força e estabelecerá sua hegemonia na sociedade brasileira.

Não contrapomos, portanto, o nosso governo democrático e popular com a luta pelo socialismo. Lutamos pelo fim da exploração e da injustiça. Lutamos para que homens e mulheres de todas as etnias e origens sociais desenvolvam plenamente suas potencialidades. Lutamos contra a fragmentação e a desigualdade. Contra a competição desenfreada na sociedade.

O governo Lula faz parte desta luta, não apenas pelas reformas que realizará, mas principalmente porque imprimirá uma nova dinâmica à sociedade brasileira, em que os setores populares poderão lançar-se rumo a objetivos cada vez mais amplos.

CAPÍTULO III

REFORMA E DEMOCRATIZAÇÃO

As reformas político-institucionais propostas são um dos elementos indispensável para que a administração democrática e popular através do exercício da Presidência da República, contribua, ao lado dos outros poderes, para a democratização de nossa ordem política. Adicionalmente, tais reformas deverão conferir à administração condições favoráveis de governabilidade.

Nesse sentido, o Governo Democrático e Popular deverá defender mudanças na Constituição e nas leis, seja para excluir obstáculos às reformas estruturais, seja para consolidá-las no terreno legal e institucional. A Constituição de 1988 manteve parte do entulho autoritário, distorções no sistema de representação, a tutela militar sobre o Estado, ausência de controle sobre o Judiciário. Nossa campanha deve-se orientar para a constituição da base popular e parlamentar necessárias à revisão da Constituição.

Esta é uma luta que não será levada adiante sem enfrentamentos. Para vencer a resistência dos agentes contrários às transformações que propomos, resistência essa que se valerá de aspectos anacrônicos da ordem multinacional em mudança, será necessário mais que amplo apoio popular suscitado pelo entusiasmo da campanha e pela possível recepção favorável da opinião pública às primeiras medidas do nosso governo. Haverá necessidade de uma fina engenharia institucional que promova uma coordenação adequada entre os três poderes, respeitando a independência de cada um deles.

O combate à corrupção e à privatização do Estado é o solo comum para essa concatenação de perspectivas, pois além de contar com evidente apoio popular, essa luta já criou dinâmicas próprias no âmbito dos três poderes. Nesses termos, os possíveis bloqueios à implementação das propostas da administração democrática e popular podem ser vencidos com:

- o fortalecimento e a radicalização da democracia, com a extensão da cidadania e maior controle do Estado pela sociedade;

- a criação de condições político-institucionais para que o governo consolide o apoio da sociedade a seu programa e construa uma ampla coalizão de forças sociais e políticas que lhe permita governar e avançar em direção de objetivos mais amplos;

- o combate à corrupção e à privatização do Estado pelos interesses das elites ou de grupos corporativos, conflitantes com o interesse nacional;

- pela adesão ativa dos servidores federais às reformas estruturais, em especial do Estado e da Administração Pública com os quais o Governo Democrático e Popular está comprometido, o que vai requerer intensa interlocução entre governo e entidades do funcionalismo, tanto para a efetiva implementação do programa, quanto para superar eventuais obstáculos colocados por nossos adversários.

Para cumprir estes objetivos são necessárias as transformações a seguir.

CAPÍTULO VII

TRANSFORMAR A ECONOMIA E A SOCIEDADE

CONSTRUINDO A NAÇÃO

Com o Governo Democrático e Popular, as maiorias nacionais serão chamadas a um engajamento ativo na definição das questões econômicas. Assumindo a direção da Nação, promoverão um processo de democratização da vida econômica, e procurarão reorientar a economia, buscando um novo ciclo de desenvolvimento, baseado na constituição de um mercado interno de massas, isto é, na criação de um círculo virtuoso de crescimento entre salários, produtividade, consumo e investimentos. Haverá um processo de distribuição da riqueza, da renda e do poder, condição do novo processo de desenvolvimento.

Assim, será realizada uma ampla reforma agrária, que democratizará a propriedade rural; uma política de segurança alimentar assegurará a disponibilidade de alimentos a baixo preço, de boa qualidade e em quantidade suficiente para erradicar a fome do País; o desenvolvimento rural, dando condições para uma agricultura auto-sustentável, permitirá a melhoria das condições de vida e de trabalho dos homens e mulheres do campo.

1. Será compromisso do Governo Democrático e Popular a defesa intransigente dos salários e do direito de todo trabalhador a um emprego com remuneração digna. Será iniciada a recuperação do salário mínimo legal: será buscada a reposição negociada das perdas salariais, estimulada a implantação do contrato coletivo de trabalho com unificação das datas-base; será implementado um conjunto de programas emergenciais direcionados para erradicar a miséria. Além disso, será instituído um Programa de Garantia de Renda Mínima, começando pelos cidadãos que detêm pátrio poder sobre menores em idade escolar. Será realizado uma ampla mobilização nacional pelo direito ao trabalho para todos, articulando políticas públicas com

iniciativas da própria sociedade para a geração de empregos, e incluindo um programa ofensivo de redução da jornada de trabalho, sem redução de salários.

Para além de políticas redistributivas, será buscada a reestruturação gradativa da própria estrutura produtiva, visando a elevação da produtividade, a ampliação da oferta dos bens de consumo para os assalariados, além de geração de empregos.

O Estado será reformulado, desprivatizado e submetido ao controle da sociedade. O chamado Programa Nacional de Desestatização será interrompido e revisto. O Estado coordenará o desenvolvimento econômico, bem como o processo de distribuição de renda. Uma reforma tributária aliviará os impostos indiretos (regressivos), e ampliará de modo progressivo os impostos diretos, e serão combatidas a evasão fiscal, a sonegação e a inadimplência.

Ampliaremos as relações econômicas com todos os países, buscando uma inserção solidária e soberana com os países da América Latina. Realizaremos uma minuciosa auditoria nos contratos relativos à dívida externa e exigiremos a abertura de novas negociações, garantindo a interrupção da imensa drenagem de recursos para o exterior.

A inflação será combatida nos marcos de uma política global de desenvolvimento e distribuição de renda, com uma estratégia que atacará suas várias causas: conflito distributivo, transferência de recursos para o exterior, juros altos e especulação financeira, crescimento da dívida pública, expansão monetária e fragilidade financeira do setor público.

Estabeleceremos as bases para uma sociedade em que a riqueza social seria apropriada pelos que a produzem.

39. Desenvolvimento com distribuição da riqueza, da renda e do poder

Novo ciclo longo da vida nacional precisa iniciar-se

O Brasil é viável, e seu potencial só será plenamente explorado quando for construído para todos, criando-se uma sinergia positiva entre as

necessidades de nossa população e o perfil da nossa base produtiva. Por isso, chamamos todos a intervir na crise - não como especialista, mas como cidadãos. Não é preciso muito para entender que modernidade alguma se alcança destruindo a estrutura produtiva que já se conquistou e que é a única disponível. Que caminha para trás quem transforma engenheiros em vendedores de sanduíche, agricultores em párias, metalúrgicos em camelôs, professores em desesperados. Que existe um imenso caminho aberto a uma economia razoavelmente estruturada, cheia de capacidade ociosa - em força de trabalho, em terras e em equipamentos, que se disponha a produzir para um mercado potencial de 150 milhões de pessoas, partindo de uma base tecnológica, adequada a esse caminho. Que a nossa inflação deve explicar-se mais pela falta de produção e investimento do que pelo excesso de demanda, mais pelos custos financeiros presentes do que pelas expectativas de déficits públicos futuros. Que é impossível redimir o Brasil, enquanto permanecerem no poder grupos econômicos que enviam, por ano, ilegalmente, bilhões de dólares para contas no exterior.

Novo ciclo longo da vida nacional precisa iniciar-se, e o seu adiamento aumenta o risco de desarticulação de parte substantiva de uma estrutura econômica que levamos cinquenta anos para construir. Não faltam condições estruturais para que o Brasil volte a ingressar numa trajetória sustentada de crescimento acelerado. Somos um país continental, dispomos de abundantes recursos minerais, extenso território agriculturável, energia farta, sistemas de transportes e de telecomunicações perfeitamente capazes de aperfeiçoamento em tempo hábil. Montamos um parque industrial complexo e diversificado. Temos uma força de trabalho eficiente e criativa, capaz de adequar-se com rapidez aos requisitos do progresso técnico internacional. Dispomos de sistemas empresariais públicos e privados que, embora até agora comprometidos com o processo de concentração de renda, foram historicamente vocacionados para o crescimento e a modernização produtivos. Por fim, e não menos importante, temos um mercado interno de significativas dimensões, que proporciona economias de escala e fontes de dinamismo para um intenso e prolongado ciclo de investimentos;

Toda esta riqueza nos torna capazes de suprir as importações necessárias ao desenvolvimento, através de diversificado e agressivo

comércio exportador. Ao contrário de outros países da América Latina, nosso setor externo sem condições estruturais de enfrentar os desafios do crescimento econômico, desde que não sejam adotadas políticas que impliquem grave sobrevalorização da taxa de câmbio e abertura comercial indiscriminada.

Quase quinze anos de crise levaram a Nação a esquecer seu potencial. Nosso projeto inclui recolocar a economia na trilha do crescimento econômico de longo prazo, pela via de um modelo de desenvolvimento baseado no mercado interno de massas, iniciando um ciclo econômico distinto da modernização conservadora do passado, quando se combinaram admirável capacidade de expansão com vergonhosa incapacidade de estender os frutos do crescimento à maioria da população.

Nossas desvantagens contêm elementos que podem ser positivos

Nossa economia está hoje, naturalmente, muito atrás das mais desenvolvidas,. Mas não temos porque copiar as políticas econômicas dos países do capitalismo central, pois grandes traços das estruturas de produção, distribuição e consumo do Brasil são específicos.

Nos países desenvolvidos, o nível de consumo atual, principalmente dos produtos tradicionais, já corresponde a uma relativa saciedade de suas populações, forçando-os a apressar o desenvolvimento de novos produtos - especialmente os eletrônicos. Em nosso caso, a demanda por produtos industriais tende a crescer com rapidez, inclusive no caso daqueles produzidos pelas indústrias ditas tradicionais, como a alimentar e a têxtil. Quanto ao parque produtivo, os países desenvolvidos ocupam posição de ponta e são bastante homogêneos. Por isso, as mudanças nas suas estruturas de produção e consumo são quase sempre menores e afetam de forma mais lenta, embora mais generalizada, a produtividade global. Para elevar essa produtividade, eles dependem basicamente da introdução de tecnologias de fronteira que têm tido resultados perversos em termos de emprego.

No Brasil, as mudanças na estrutura produtiva tendem a ser mais radicais, pois a força de trabalho está distribuída por segmentos que apresentam os mais distintos níveis de produtividade, inclusive aqueles baixos ou muito baixos. Deslocando trabalhadores dos setores atrasados para os setores modernos, há grande elevação de produtividade. Além disso, a

economia brasileira tem dificuldade de gerar tecnologia, mas sempre foi muito eficiente em incorporá-la. Como mesmo os nossos setores modernos estão relativamente atrasados - resultado, essencialmente, dos doze anos de instabilidade macroeconômica e de reduzido investimento - o setor produtivo necessariamente experimentará grande salto tecnológico assim que puder voltar a crescer de forma sustentada. Assim, nossa desvantagem contém elementos que, dinamicamente e no contexto de uma estratégia correta, representam oportunidades relativamente fáceis de aumento da produtividade e de desenvolvimento.

Desenvolvimento pelo mercado interno de massas

O primeiro elemento que distinguirá o novo ciclo de desenvolvimento será que sua dinâmica será dada por um circuito virtuoso de crescimento entre produtividade, salários, consumo e investimentos., Sua preservação ao longo do tempo dependerá, portanto, de gerar progressiva desconcentração da renda nacional.

Promoveremos o desenvolvimento a partir da criação de um mercado interno de massas. Isto requererá:

- um Estado reformado: organizado, "desprivatizado" e aberto à participação popular, a serviço da sociedade e da soberania nacional, que tenha instrumentos efetivos tanto para indução estratégica dos objetivos da política de desenvolvimento, quanto para gerir o curto prazo de modo a evitar ou minimizar os efeitos de eventuais desequilíbrios no campo macroeconômico ou mesmo na esfera microeconômica;

- um novo perfil distributivo da renda nacional, através da ampliação do poder aquisitivo dos salários (sobretudo os de baixa remuneração), de políticas distributivas a partir dos gastos do Estado, do aumento da oferta e da eficácia dos serviços públicos para os segmentos mais pobres da população;

- uma nova estrutura de sistema financeiro que tenha condições efetivas de ampliar a oferta de financiamento de longo prazo e coibir as manobras especulativas com moedas que possam ter impactos inflacionários;

- um novo tipo de inserção internacional (financeira e comercial) da economia brasileira de modo a aprimorar a forma de absorção de poupanças e

tecnologias estrangeiras. Estas devem cumprir um papel de complementação do esforço de desenvolvimento e não apenas criar novas condições de rentabilidade para capitais e equipamentos eventualmente excedentes nos países do chamado Primeiro Mundo. Podem também dar sentido estratégico às operações de exportação e importação de bens e serviços para que estas possam vir a constituir um instrumento importante de ampliação do mercado interno de consumo;

- a redefinição do papel social das grandes empresas nacional e estrangeiras, para que sua lógica de acumulação submeta-se aos interesses da maioria da população, por meio de mecanismos regulatórios democratizados das estratégias de atuação empresarial, de políticas de formação de preços, de desenvolvimento tecnológico e de outros mecanismos;

- definir uma política de estabilização macroeconômica de novo tipo.

É necessário o engajamento ativo das maiorias nacionais

O desenvolvimento pelo mercado interno de massas não é um processo que se estabeleça de forma eficiente na ausência de forte determinação política. Mas sua viabilidade é muito grande, a começar pelo fato de que foi concebido compreendendo-se as tendências inerentes à evolução da economia brasileira. Dentre as alternativas historicamente possíveis, estaremos pondo em marcha a mais atraente para o futuro do País e de sua classe trabalhadora.

Assim, o segundo elemento distintivo do novo ciclo de desenvolvimento é que ocorrerá sob vigilância e pressão das forças democráticas e progressistas do país. Estes setores propõem a adoção pela sociedade de um novo imaginário, redefinindo profundamente os valores dominantes, contribuindo para criar condições para a implantação do desenvolvimento pelo mercado interno de massas; e impulsionarão a realização de profundas reformas estruturais.

A construção de uma alternativa só pode resultar do engajamento ativo das grandes maiorias, com a formação de um novo bloco histórico que formule um projeto nacional e assuma a direção da Nação. A luta democrática e popular contra o domínio dos grandes monopólios e oligopólios, contra a

dependência externa e contra o latifúndio será desdobrada em iniciativas que visarão eliminar as bases do poder político e das posições econômicas de setores - como os donos de latifúndios improdutivos, os integrantes do cartel de empreiteiras e o setor financeiro - que hoje concentram riqueza e poder e nada de positivo oferecem ao Brasil.

Para consolidar a nova hegemonia na sociedade, será fundamental a democratização da vida econômica.

A democratização da vida econômica

A economia capitalista é governada por métodos autoritários sob um verniz de liberdade.

No mercado, há liberdade de iniciativa, ou seja, todos têm liberdade de produzir e vender, mas dentro das empresas impera a vontade apenas de quem detém a sua propriedade ou a representa.

Pior, o monopólio do poder de decisão dos proprietários é exercido com o objetivo de maximizar o lucro, sem necessidade de considerar os interesses dos consumidores dos produtos nem dos trabalhadores que os produzem. As intenções de quem dirige as empresas são mantidas em segredo dos que executam o trabalho e dos que lhe vendem matérias-primas, energia e serviços, impedindo por definição qualquer coordenação dos planos das empresas.

A demanda que o mercado revela, e à qual os agentes econômicos devem adaptar-se, não é idêntica às necessidades sociais ou ecológicas, mas depende da distribuição de renda e da produção de capital já existentes; só quem detém renda e capital é reconhecido como demandante legítimo e torna-se capaz de estimular a alocação mercantil de recursos. Desta forma, desconhecem-se tanto custos quanto necessidades sociais e ambientais.

Além disso, o mercado depende de decisões atomizadas, em geral presas a horizontes de curto prazo. Muitas ações perfeitamente justificadas tendo em vista as necessidades de conjunto de um país, ou de toda a humanidade a longo prazo, não são percebidas. O mercado favorece a concentração de renda e a ampliação das desigualdades sociais. e o seu controle por setores oligopolizados amplia estas distorções.

Para evitar que a concorrência irrestrita e o subjetivismo na tomada de decisões pelos empresários faça a economia global oscilar entre crescimento insustentável e crise, o governo executa a política econômica.

Embora ela seja de responsabilidade de governos eleitos, na prática é concebida e executada por uma reduzida equipe de economistas, que age em segredo e dispara, em geral de surpresa, medidas destinadas a unificar expectativas e estabilizar preços, salários e demais valores nominais.

O autoritarismo nas empresas e o autoritarismo na política econômica condicionam-se mutuamente e estão na raiz do fracasso em estabilizar os valores nominais no Brasil e fazer a economia retomar o desenvolvimento.

Trataremos de criar instituições que permitam a participação da sociedade civil na política econômica, através das entidades de classe de consumidores, e que permitam que trabalhadores e consumidores possam tomar parte em decisões empresariais estratégicas, em nível geral e setorial, além de tomarem conhecimento do desempenho das empresas e de suas margens de lucros. A democratização da vida econômica, além de ser um valor em si, criará condições para superar a crise.

Serão convocados fóruns por cadeia produtiva em que estarão representados empresas, trabalhadores, consumidores e governo. As atuais câmaras setoriais são um dos modelos possíveis para estes fóruns. Serão confeccionadas planilhas de custo confiáveis para os principais produtos de cada cadeia produtiva. Como as informações contidas nestas planilhas são fundamentais para negociar os conflitos de interesses entre empresas, entre patrões e empregados e entre fornecedores e consumidores, será necessário estabelecer como norma o direito de representantes credenciados de trabalhadores e consumidores examinarem a contabilidade de empresas.

As negociações para alinhar preços, salários e tributos deverão se pautar pelo pleno reconhecimento dos direitos de:

- os consumidores serem protegidos contra produtos nocivos, inócuos e de qualidade inferior à prometida pelos fornecedores, e de pagarem preços que correspondam aos custos reais mais uma margem de lucro que possibilite os investimentos necessários na expansão da produção e na melhoria dos produtos;

- os trabalhadores receberem salários que lhes possibilitem manter seu padrão de vida habitual, obterem a reposição de perdas salariais comprovadas e aumento dos salários, à medida que o crescimento da produção e da produtividade o permitirem, sem necessidade de repasse aos preços dos produtos;

- as empresas auferirem margens de lucro compatíveis com o montante de capital investido e que sirvam para realizar as inversões que também as outras suas partes consideram necessárias; elas deverão ter o direito de repassar aos preços aumentos de custos "externos" aos fóruns por cadeia produtiva, como o encarecimento de produtos importados.

Uma preocupação específica deverá ser a de reduzir a predominância dos oligopólios; além dos mecanismos de compartilhar decisões, citados anteriormente, o governo adotará também políticas que introduzam uma pressão do mercado que hoje não existe, inclusive com a liberação coordenada de algumas importações.

A formação da política industrial e agrícola, da política de comércio exterior, da política tecnocientífica, deverá se basear em contribuições dos fóruns por cadeia produtiva, que são a unidade mais adequada para analisar a inserção do Brasil no mercado mundial e a maior ou menor abertura do mercado brasileiro à competição externa. As políticas industriais e agrícola, de comércio externo e tecnocientífica visam adequar o nosso desenvolvimento aos anseios do povo dentro das possibilidades e limitações do mercado internacional. Portanto, sua implementação pressupõe eficaz coordenação de empresas complementares e participação interessada de consumidores e de trabalhadores. Por isso, os fóruns por cadeia produtiva terão papel importante no detalhamento e na implementação destas políticas. pela primeira vez, as tecnocracias governamentais e empresariais terão oportunidade de ter como interlocutores representantes qualificados de consumidores e trabalhadores. Em pequena escala, algo desta natureza já vem sendo feito em algumas câmaras setoriais. Com sua generalização, e pela presença de representantes de consumidores e de trabalhadores em todos os níveis de negociação, será evitado o risco do corporativismo.

Este novo tipo de condução do desenvolvimento não pressupõe a eliminação dos mecanismos de mercado, através dos quais continuarão se

realizando todas as transações: compra e venda de mercadorias, admissão e demissão de trabalhadores, aplicações financeiras e concessão de crédito.

Mas a evolução futura do mercado será mais bem conhecida, as políticas públicas serão formuladas transparentemente e implementadas com a participação de todos os interessados; assim, as decisões básicas da economia serão mais congruentes e melhorará o seu desempenho.

Os proprietários ou seus representantes passarão a dividir progressivamente o poder de decisão com consumidores e trabalhadores.

O desenvolvimento com qualidade de vida

O terceiro elemento distintivo do novo ciclo de desenvolvimento será a adoção de uma visão da economia baseada em outros pressupostos, para além, unicamente, do conceito de crescimento. O desenvolvimento não pode ter como objetivo último a busca da qualidade produtiva, mas sim a da qualidade de vida. Esta concepção de desenvolvimento parte das referências que estabelecemos nos capítulos anteriores deste programa.

Consequentemente, buscaremos como indicadores do desenvolvimento, entre outros, os parâmetros já equacionados por fóruns internacionais para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

40. Salário, emprego e distribuição de renda

As formas mais dramáticas da crise: inflação e pobreza

Apesar das vantagens dinâmicas, reais ou potenciais, anteriormente apontadas, das potencialidades nacionais em termos de território, recursos naturais e população. O Brasil está extenuado pela crise estrutural da economia, que já se arrasta há mais de uma década e produziu problemas cumulativos, cujo equacionamento é imprescindível para que haja retomada firme do crescimento. A falta de investimento público e privado, bem como de financiamentos de longo prazo, aliadas a sucessivas políticas recessivas, implicaram um atraso considerável em vários setores produtivos, na

deterioração da infra-estrutura e no colapso desses serviços sociais em geral, de responsabilidade do Estado.

As formas mais dramáticas da crise são: o aumento galopante da pobreza absoluta; e uma instabilidade monetária crônica, por muitos chamada "superinflação".

Optar entre a necessidade de estabilização macroeconômica e a retomada prioritária do crescimento, visando combater o desemprego e a miséria, é uma falsa questão. Ao contrário, a solidez das propostas que visam um novo ciclo de crescimento econômico é que ajudará a difundir na sociedade o estado de confiança necessário para que se possa atingir um horizonte de rentabilidade de longo prazo a partir de projetos estruturantes que articulem os mercados interno e externo e retirem os capitais privados da rota especulativa. Os agentes que atualmente se beneficiam do lucro inflacionário e têm resistido a todas as políticas de estabilização, como o setor financeiro, terão que sofrer as perdas inerentes a esse processo, para abrir novas perspectivas de ganhos aos que não se opuserem aos interesses gerais do País.

É imperioso reverter um quadro em que cada vez mais gente - idosos, adultos, jovens, adolescentes e crianças - transpõe o limiar das condições mínimas de sustentação da vida. A participação dos salários na renda nacional urbana caiu sistematicamente, como resultado de políticas que trouxeram o arrocho salarial e o desemprego em massa. Sociedades com níveis médios de renda muito inferiores aos nossos não vivem esse drama, vergonha nacional.

A primeira frente da questão distributiva, como veremos adiante, é a distribuição da riqueza propriamente dita, especialmente no caso da terra, acompanhada pelo barateamento do custo real da cesta básica alimentar. A segunda é uma política de rendas - a partir da recuperação do nível de emprego e da defesa do valor real dos salários - e a criação de um quadro econômico e institucional que reforce as condições de participação popular, de controle social sobre a economia, e aumente o poder de barganha dos trabalhadores. A terceira são transferências diretas para os grupos mais fragilizados.

Finalmente, mas não menos importante, deveremos enfrentar com coragem o problema do desemprego e do subemprego. O desenvolvimento de

um novo modelo de sociedade que opere mudanças radicais no terreno econômico e retorno ao crescimento com distribuição de renda exige uma ampla mobilização nacional pelo direito ao trabalho para todos. Isso exige uma complexa articulação de políticas públicas e de iniciativas da própria sociedade, desde a adoção de um audacioso programa de investimentos do poder público para a geração de emprego, até a redução da jornada de trabalho nos principais setores da economia, passando pela aplicação de recursos públicos e privados na formação profissional e na reciclagem dos trabalhadores visando otimizar sua integração ao mercado de trabalho.

Serão privilegiadas ações com resultados diretos, como por exemplo:

- criação de empregos na ampliação de serviços sociais como saúde educação, abrangendo sobretudo áreas urbanas, trabalhadores com um mínimo de qualificação e escolaridade e esferas estaduais e municipais de governo;

- programas de emprego vinculados à ampliação da infra-estrutura econômica e social, inclusive como programas emergenciais destinados a áreas de baixa renda e com tecnologia de baixo custo, possibilitando a incorporação de trabalhadores sem qualificação. Ainda relativamente ao problema do emprego, o Estado, em parceria com os trabalhadores e com os empresários, deverá articular diferentes políticas visando desenvolver um programa intensivo de formação e reciclagem profissional, além de um programa ofensivo de redução da jornada de trabalho, na perspectiva de uma jornada de 40 horas, sem redução de salário.

No mesmo sentido, o Estado adotará os seguintes mecanismos na área da política de crédito:

- a manutenção e aumento do nível de emprego nas empresas passará a ser um critério de financiamento público das empresas;

- a definição de políticas para o financiamento público de empresas cooperativas, autogestionárias, familiares, microempresas.

3.3 - DILEMAS TEÓRICOS À LUZ DE ALGUNS TEXTOS

A análise precedente evidencia que o PT se propôs a ser um partido marxista, persistindo nesse objetivo mesmo depois do fim da experiência

comunista, na extinta União Soviética. A possibilidade de alcançar o poder pelo voto turbou de certa forma esse esquema, chegando-se a uma espécie de conciliação, por intermédio do que se denominou de Programa de Governo, apresentado no item anterior.

A complexidade da situação não poderia deixar de refletir-se na Articulação e Democracia Radical, isto é, aqueles que de uma forma ou de outra desvincularam-se do totalitarismo. O PT mantém um órgão destinado à discussão teórica (**Teoria & Debate**, cujo primeiro número apareceu em dezembro de 1987), onde escrevem representantes das diversas facções. Valendo-se dessa circunstância, selecionamos três textos que nos pareceram bastante expressivos dos dilemas com que se defrontam os segmentos tidos como democratas.

O primeiro deles corresponde a uma entrevista, ao mencionado órgão teórico, de José Dirceu, presidente do PT. Seu papel tem sido, como destacamos, manter o diálogo com os segmentos totalitários existentes de forma organizada no seu interior (as facções denominadas "tendências internas", de igual modo caracterizadas precedentemente) e, ao mesmo tempo, assegurar a permanência no PT daquelas pessoas capazes de disputar eleições. Trata-se de uma posição tão ambígua quanto a sustentada pela agremiação, o que se reflete de forma plena na entrevista adiante transcrita.

Assim, José Dirceu admite que o comunismo deve ser abandonado, mas, ao mesmo tempo, quer preservar alguns ingredientes que constituem seu substrato básico, como a concepção do Estado, o planejamento etc. Em todo o documento, Lenine é um referencial básico. Diz coisas desse tipo: "Estou negando a teoria leninista de partido único. Mas não nego a teoria leninista, a concepção que ele tinha do Estado". E, a partir de premissas desse tipo, pretende ser levado a sério quando avança a tese de que o pluralismo é inevitável. De modo que falta consistência à fundamentação teórica que José Dirceu quer proporcionar à "flexibilização" que, para o PT, representa a idéia de um Programa de Governo, na aparência diferente da pregação tradicional.

O outro texto, da autoria de Marco Aurélio Garcia, secretário de relações internacionais do PT e professor universitário, reveste-se de maior sofisticação, embora só revele conhecer as fontes soviéticas na interpretação que avança da história do movimento operário europeu.

Pretende provar que o dilema que tem sido colocado na verdade não existiria. Formula-o deste modo: "Um fantasma parece rondar o PT - o fantasma da social-democracia. Desde seu nascimento - e no curso de sua história - o partido foi intimado por seus atentos observadores a escolher entre o 'revolucionarismo arcaico do modelo leninista' e a 'moderna social-democracia' ". Da leitura de seu texto recolhe-se a impressão de que teve acesso apenas aos textos difundidos pelo PCUS. Não parece ter lido Bernstein - presentemente tornado acessível na Coleção Pensamento Social Democrata, mantida pelo PSDB - desde que não se dá conta da profundidade e da consistência de sua crítica a Marx. E muito menos percebe que, no contexto da social-democracia alemã, desde os primórdios, Marx nunca foi transformado em um deus, quando mais não fosse pelos problemas, humanos e mortais, que legou a seus correligionários, entre os quais o contencioso familiar.

Na visão de Marco Aurélio Garcia, o problema com o qual se defronta o PT consiste basicamente em definir de que socialismo se trata, qual é verdadeiramente a espécie que preconiza. A conclusão a que se pode chegar, de uma leitura atenta do seu texto, é de que se trata de algo por fazer-se, ou melhor, para dizê-lo com suas próprias palavras, "de ser alcançada adequada articulação da luta pela democracia política com a luta pela democracia social", de que resultaria conseguisse o PT "dar atualidade ao socialismo e tirá-lo do campo da pura utopia". Parece muito pouco.

Finalmente, o terceiro documento consiste em um resumo que José Genoíno publicou, em **O Estado de S.Paulo**, da tese que submeteu ao II Congresso do PT (novembro, 1999).

Sua proposição consiste em que o PT deveria abandonar todo e qualquer propósito socialista, levando em conta que o socialismo achar-se-ia indissolúvelmente associado ao comunismo. A seu ver, "trata-se de uma herança negativa, fracassada, assimilada à supressão da liberdade política e econômica, à ditadura do partido único e de líderes autocráticos, que violaram os direitos humanos."

Além do caráter trágico daquela experiência histórica, do ponto de vista teórico o socialismo estaria associado ao determinismo histórico,

transformando-se "numa dogmática que não consegue explicar a História de nosso tempo".

O autor não enxerga as razões pelas quais a recusa do socialismo deva automaticamente ser associada a uma adesão ao capitalismo. Sem deter-se na análise do capitalismo, pretende que a esquerda deva adotar a idéia de República, no seu sentido mais amplo, remontando às tradições ocidentais que se filiam à Grécia Antiga.

Recusa a estatização da economia: "como o Estado é um aparato no qual alguém governa e domina, uma economia estatizada torna-se instrumento de ditadura e de privilégios".

Entende o conflito social como inelutável, sendo o Estado democrático a melhor forma de mediá-lo.

Prossegue: "Uma sociedade democrática e republicana deve buscar justiça como fator de equilíbrio material, equilibrando valores. O socialismo sacrificou a liberdade, absolutizando a igualdade; o capitalismo sacrifica a equidade, absolutizando a liberdade."

Na crítica que desenvolve ao que chama de "tradição conservadora" existente no Brasil, vale-se da categoria de **patrimonialismo**, devida a Weber e que foi posta em circulação entre nós pelos liberais. Escreve: "Os instrumentos do patrimonialismo que pontificaram no passado continuam vigorando ainda hoje, com formas modificadas. Patrimonialismo corporificado no capitalismo estatal, que institui privilégios de um lado, e exclusão social de outro; que define os ganhadores e os perdedores do jogo econômico, que fez do Brasil o país com maior concentração de renda do mundo". A caracterização mantém-se nos marcos liberais, salvo a expressão 'capitalismo estatal', de todo inapropriada e em contradição com a própria aceitação da categoria de patrimonialismo, porquanto este corresponde a uma forma de organização econômica e social contraposta ao capitalismo. Desde Karl Wittfoege (1896/1988) - autor de **O despotismo oriental. Estudo comparativo do poder total** (1957), a experiência soviética, isto é, o comunismo, tem sido sucessivamente compreendido como uma simples virtualidade da tradição patrimonialista russa.

Nas propostas concretas, contidas na parte final do texto, como verá o leitor, não há maiores divergências com o Programa de Governo do PT. Assim,

a aceitação da convivência, numa mesma agremiação, com facções abertamente totalitárias, parece haver marcado em definitivo o PT, a partir mesmo dos "moderados", de uma tremenda ambigüidade. Aliás, a atuação da bancada petista na Câmara foi marcada pela maior intolerância em relação a todas as proposições governamentais, tendo chegado ao cúmulo de apoiar o perdão de dívidas dos grandes agricultores, já que a isto se opunha à bancada governista.

Texto I

O PLURALISMO É INEVITÁVEL

José Dirceu de Oliveira e Silva*

* Entrevistado por Eugênio Bucci e Ricardo Azevedo, **Teoria e Debate** n° 9, jan-mar, 1990.

T&D - A que se deve o abandono do termo comunista por inúmeros partidos historicamente ligados à III Internacional? O termo comunista estará assim tão "sujo" aos olhos da humanidade, como estava em 1917 o termo social-democracia, que Lenin resolveu deixar de lado quando rompeu com os partidos social-democratas e fundou os partidos comunistas? Ou será que o socialismo se rendeu aos valores do capitalismo?

JOSÉ DIRCEU - Acredito que está havendo uma virada histórica; creio que se pode usar o exemplo do abandono do nome social-democracia. O socialismo foi implantado, concebido e organizado pelos partidos comunistas nos países onde se fez a revolução, como no caso da Rússia, da China, da Coréia, de Cuba ou nos países da Europa Oriental, onde não se deu o processo revolucionário clássico. em todos estes, à exceção da Iugoslávia, não houve propriamente tomada do poder através de uma reviravolta interna, mas o que ocorreu foi a mudança de sistema através da libertação contra o nazi-fascismo

pelo Exército Vermelho. Na minha opinião, o papel dos partidos comunistas na construção do socialismo esgotou esta visão de projetar como deve ser o socialismo, de preconceber a sociedade - uma visão que não tem perspectivas no próximo século. É preciso repensar essas sociedades, repensar o socialismo, repensar a teoria. Particularmente a teoria do Estado. Os marxistas no poder deixam de ser marxistas. Deixam de analisar a sociedade que dirigem a partir de critérios científicos e históricos, desconhecem a formação cultural e econômica de seus países, as lutas sociais, as diferenças culturais. Desconhecem, enfim, a realidade, o que é a elevação ao absurdo da negação do marxismo. Enfim, o abandono do termo comunista corresponde à derrota de uma forma - e de uma concepção - de socialismo.

T&D - Pois, então, no socialismo real, o que deve ser feito? O planejamento da economia? Enfim, essa tutela da sociedade civil, se é que existe alguma sociedade civil?

JOSÉ DIRCEU - O fundamental é a forma de organizar o Estado e a produção, a economia. O primeiro obstáculo que precisa ser desfeito são os entraves, os estrangulamentos e as barreiras que impedem o crescimento econômico, ou seja, o aumento da criação de riquezas e a sua distribuição entre os produtores. Todos os países socialistas, sem exceção, vivem uma crise gravíssima de perspectiva em termos de desenvolvimento tecnológico, de desenvolvimento científico e, particularmente, de desenvolvimento da produção de bens de consumo, de alimentos e da prestação de serviços. As economias socialistas privilegiaram a indústria pesada e a prestação de serviços básicos: saúde, educação, transporte. E a sociedade capitalista desenvolveu, mantendo grande parte da população e da humanidade na miséria, um amplo setor de serviços, de diversão, de lazer e também uma ampla indústria de bens de consumo pessoal. Modernizou a vida, tanto a familiar quanto a pessoal, de uma parcela da população. Com os países capitalistas mais desenvolvidos já tinha acumulado grande estoque de riqueza, principalmente os Estados Unidos, a Europa e o Japão, eles elevaram o padrão de vida de suas populações - o que também se deve à luta democrática dos trabalhadores, que conseguiram distribuir renda e garantir direitos sociais. Eu

não considero que o planejamento deva ser abolido nos países socialistas (falo do planejamento estratégico, em termos econômicos, e democráticos, em termos políticos) e, embora defenda a manutenção da propriedade coletiva dos meios de produção essenciais, não se pode imaginar que é possível desenvolver as forças produtivas nesses países todos sem deixar as pequenas e médias propriedades, além da prestação de serviços, na mão de particulares, ou seja, sem a existência da propriedade privada dos meios de produção e de bens. Essa é uma das lições dos setenta anos de socialismo. É evidente que o agravante é a ausência de pluralismo e de liberdade nessas sociedades. Porque à medida que o socialismo crie uma série de desigualdades, por causa da burocracia, instituições como partido único e imprensa estatal constituem uma bomba de efeito retardado. Não adianta: o pluralismo é inevitável, assim como a luta social, a luta sindical, a luta partidária. É preciso existir uma imprensa que não seja controlada pelo Estado. O grande desafio é fazer isso sem que a imprensa vire monopólio do poder econômico, sem que o partido político seja subjugado pelos pequenos grupos corporativos ou econômicos; fazer um Estado democrático sem que renasçam nos países formas de controle de meios de produção e de controle da economia que reinstaurem o capitalismo e restaurem aquilo que chamamos de a "ditadura da burguesia" na democracia representativa parlamentar. Essa ditadura só foi perdendo força no mundo capitalista à medida que os trabalhadores, ao conquistarem a democracia, foram conquistando direitos sociais e se tornando classe dirigente, ainda que não classe dominante: ou governando, ou tendo participação no parlamento, ou democratizando a informação.

T&D - Você falou que para desenvolver as forças produtivas é essencial se manter certo nível de propriedade privada. Seria uma coisa parecida com o que aconteceu na CEP (a Nova política Econômica, proposta por Lenin), no começo da década de 20?

JOSÉ DIRCEU - Não. É uma questão mais ou menos estratégica. A NEP era um recuo tático. Eu prefiro ser pragmático sobre isso. Cada unidade de produção que deixa de funcionar, da pequena e da média propriedade, seja agrícola, seja industrial ou de prestação de serviços, deve ser substituída por

uma organização socialista de produção, com o objetivo de aumentar a produtividade. Não é verdade que a pequena propriedade seja mais produtiva e mais rentável do que a da rede McDonald's. Mas é preciso deixar a pequena propriedade se organizar. Eu concebo a unidade de produção capitalista, a pequena e a média, como uma possibilidade de se liberar a criatividade, a capacidade, a organização da mão-de-obra, de capitais, de administração ou de recursos humanos, por milhares de pequenos, micro e médios empresários. Primeiro, porque a economia socialista não é capaz de organizá-los. Segundo, porque, no nível de desenvolvimento das forças produtivas, isso é uma necessidade para o desenvolvimento, tanto da capacidade de produção de bens materiais quanto de gerência e administração. Alguém pode argumentar: "Mas é o pequeno empresário quem mais explora a mão-de-obra trabalhadora!". eu respondo: "Mais explora a mão-de-obra trabalhadora na atual distribuição de riqueza e da renda nacional, em que todo o sistema de subsídios e de incentivos só favorece as grandes corporações e os grandes monopólios". Se você pensar numa economia democrática e numa sociedade em que o Estado tenha outro papel de planejamento e distribuição de renda, uma sociedade socialista, vai ver que a propriedade pequena terá outro papel. Não acredito que nos próximos cinquenta anos alguma sociedade possa saltar para o futuro sem combinar a propriedade coletiva com a pequena e média propriedades privadas.

T&D - Didaticamente, o conceito de forças produtivas pode ser traduzido como sendo a técnica, a ciência e o homem. E, nesse sentido, seria possível estabelecer um tipo de comparação entre o socialismo real e o capitalismo e deduzir que o capitalismo talvez tenha sido mais bem-sucedido no desenvolvimento das forças produtivas do que o socialismo. Isso precisa ser um pouco relativizado, claro. Por exemplo, quanto ao desenvolvimento do homem, o capitalismo jogou mais gente para morrer de fome, mais gente na miséria, destruiu a natureza, num nível muito mais elevado. Mas, por outro lado, as grandes descobertas da técnica e da ciência, por mais que a União Soviética tenha se esforçado até estrategicamente nesse sentido, acontecem mais do lado do capitalismo. E aí?

JOSÉ DIRCEU - Isso é uma verdadeira aberração, porque a revolução política socialista faz parte de um processo social que visa desenvolver as forças produtivas de maneira organizada e democrática. Não aconteceu nem o desenvolvimento organizado, nem democrático. Agora, na luta política e ideológica foram introduzidos elementos totalmente falsos sobre a "democracia" do socialismo e a "vitória" do capitalismo. Por exemplo, a Europa Ocidental é, na verdade, produto de duas guerras mundiais e de, praticamente, quinze anos de nazi-fascismo. Acredito que não proceda essa comparação sobre quem é que desenvolveu mais a liberdade, quem desenvolveu mais o homem. É verdade que o sistema capitalista nos países industrializados, no Japão, nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, particularmente, desenvolveu a ciência e a técnica a um ponto sem paralelos nos países socialistas. Mas estes, em contrapartida, resolveram os problemas da miséria, da fome, da prostituição, da delinqüência, ainda que tudo isso tenha aumentado nos últimos anos. E quanto à liberdade que se diz existir nos países capitalistas, ela é, antes de tudo, resultado da luta dos trabalhadores, da luta dos socialistas, dos choques pela distribuição da renda, da quebra do monopólio absoluto que a burguesia tinha sobre os sufrágios, sobre os meios de comunicação, sobre o aparelho de Estado. E essa liberdade é mais um mito: a invasão do Panamá pelos Estados Unidos revela a verdadeira face da chamada democracia ocidental.

T&D - Em sua opinião, é possível afirmar que as degenerações do socialismo teriam seu enraizamento na inexistência de uma Teoria Geral do Estado Socialista? Em virtude dessa notável ausência, o Estado não teria se convertido na extensão e, dialeticamente, na armadura do partido, no partido do centralismo democrático burocratizado? Com isso, a férrea disciplina partidária não teria se transfigurado numa monstruosa "disciplina estatal", obrigando pessoas comuns a se comportarem como um unívoco Estado militante? Por mais "não-materialista" que isso possa parecer, a ausência de uma Teoria Geral do Estado não estaria na gênese da crise do socialismo?

JOSÉ DIRCEU - Sem dúvida, a inexistência da Teoria Geral do Estado Socialista tem um peso fundamental no fracasso das experiências socialistas.

Falta a concepção de Estado democrático, a concepção de Estado que tenha absoluta obediência à lei, à legalidade. O problema real é que, ao não se elaborar uma teoria democrática e ao não se conceber o exercício do poder através de mecanismos de consulta e de representação, ao não se conceber a sociedade como uma sociedade diferente, plural, foi-se paulatinamente substituindo a legitimidade do poder exercido pelos trabalhadores e do poder representativo do partido ou dos partidos pelo recurso da força bruta. Ora, nem a revolução burguesa nem a revolução socialista sobrevivem sem criar mecanismos democráticos. Caso contrário, a revolução será suplantada por outras revoluções, talvez mais violentas. É uma ilusão pensar que se pode exercer impunemente o poder, sem democracia e sem atender às expectativas das utopias da maioria da sociedade. As sociedades lutam por liberdade e igualdade, seja no capitalismo, seja no socialismo. E aqueles que se dizem socialistas ou marxistas e que, chegando ao poder, desconhecem que a luta de classes, a desigualdade, o pluralismo cultural, social, ético, religioso, continuam existindo acabam fracassando. Temos de admitir que é real a explicação histórica segundo a qual o socialismo fracassou porque as sociedades que chegaram a ele não se desenvolveram democraticamente, porque não havia uma sociedade civil estabelecida e atuante. Mas isso não explica tudo. Acho que o stalinismo, a burocracia, a ausência de um movimento social, cultural, socialista e a base material não vão explicar o que aconteceu nesses países. É preciso analisar esses fatores em conjunto, mas o importante é ter a convicção de que não é esse socialismo real que pode levar a humanidade a um futuro de liberdade e de igualdade. Quero dizer, pensar que pela coerção se pode organizar e enquadrar uma sociedade, fazer desenvolver as forças produtivas, e que isso é o socialismo, acho uma aberração. Isso significa que os socialistas vão ter que conceber uma sociedade em que eles podem perder o governo.

T&D - Como é uma sociedade socialista em que os trabalhadores possam perder o poder? Quer dizer que a concepção leninista da ditadura do proletariado estaria ultrapassada?

JOSÉ DIRCEU - Acredito que a concepção leninista da ditadura do

proletariado, não como ela foi concebida, mas como foi realizada na prática, está ultrapassada. Ela impôs uma imprensa estatal, ausência de oposição, partido único e uma planificação da economia. Acho que os setenta anos de socialismo julgaram e reprovaram. A sociedade tem que se desenvolver democraticamente. Mas o capitalismo também não resolveu isso. Hoje, a democracia da sociedade capitalista é a seguinte: existe democracia desde que você não queira votar pela maioria. Desde que não queira tirar da classe dominante o poder que ela tem como dirigente e os instrumentos que tem para administrar a riqueza social em seu benefício. Como seria na sociedade socialista? É ainda um desafio. O que sei é que é uma ficção que os trabalhadores deleguem a um partido único o poder na sociedade socialista. Até porque não existe um só partido de trabalhadores. A experiência histórica de partido único mostrou que não é verdade que esse partido seja único.

T&D - Então você está negando mesmo a teoria leninista?

JOSÉ DIRCEU - Estou dizendo que no socialismo devem existir vários partidos.

T&D - Pois então.

JOSÉ DIRCEU - Estou negando a teoria leninista de partido único. Mas não nego a teoria leninista, a concepção que ela tinha do Estado. O que é preciso para superar a teoria leninista de Estado? Ter um Estado democrático. É a única maneira, Agora, ter um Estado democrático pressupõe que a burguesia vai aceitar pacificamente a derrota democrática e o início de um processo de construção de uma economia que não é capitalista, coisa que a história tem mostrado que ela não aceita. Então, o que se coloca para os revolucionários e para os socialistas? Como eles constroem uma estratégia de tomada de poder que não os leve à ditadura, ao terror? Essa é a questão que precisa ser resolvida nos partidos socialistas. É possível que uma transição ao socialismo faça combinar, em algum momento, a política e a guerra, como tem acontecido na solução dos grandes problemas da humanidade. O essencial, nesses casos, é evitar que aquilo que é excepcional, aquilo que é

uma necessidade extrema, possa se transformar em política de Estado ou em lei. A oposição tem direito de existir. A oposição tem que exercer todos os direitos individuais e coletivos, que devem estar na Constituição. E a ela deve ser garantida até mesmo a liberdade de pregar a volta ao capitalismo. Precisamos, portanto, pensar uma Teoria Geral do Estado Socialista para garantir os espaços e canais democráticos. Nas relações de poder, por exemplo. É um erro descartar a democracia representativa. Está provado que a diferenciação cultural da população, principalmente dentro da classe trabalhadora, faz com que grande parte das pessoas não consiga exercer o poder através da democracia direta, através de plebiscito e do referendo, e que a democracia representativa é uma necessidade. É um erro dos socialistas deixar de lado um instrumento fundamental para a legitimidade e para o consenso: o voto numa delegação, numa representação. A burguesia desenvolveu historicamente uma forma de organização do Estado, a divisão em três poderes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Assim, o Parlamento controla o Executivo, e o Judiciário subordina todos à legalidade. Há a garantia dos direitos individuais e coletivos, que são totalmente violados pela burguesia quando o seu poder está em jogo. Viola os direitos que ela mesma concebeu. Seja pela desigualdade social, pela miséria, pela ignorância, pelo analfabetismo. Mas isso não quer dizer que, em tese, não seja uma forma democrática de exercer o governo. Então, acredito que devemos resgatar a representação parlamentar como forma de organizar o poder, desde que democratizemos os meios de comunicação e o poder militar. Não dá para imaginar uma sociedade socialista e democrática sem que os sindicatos, as associações, as entidades da sociedade civil, não só os partidos participem das decisões do governo. O desenvolvimento de uma sociedade socialista pressupõe negociação. Tem que haver diferenciação e pluralismo. Não quer dizer que o Estado vá agir sempre por consenso. Mas os mecanismos democráticos garantem ao Estado a legitimidade para as ocasiões em que seja necessário o emprego da força para exercer a coerção. Porque senão não existiria sistema penitenciário, sistema penal. Quer dizer, a sociedade delega uma parte do poder a uma autoridade. O problema é que essa autoridade, no caso do Estado, também está dentro da legalidade. Mas, geralmente, tanto no capitalismo quanto no caso do socialismo, essa autoridade fica acima da lei e

da legalidade. Não é um privilégio socialista isso. O capitalismo agora quer posar de pai da liberdade e da igualdade, principalmente as grandes empresas capitalistas, aproveitando-se da derrocada na forma de governo que está havendo na Hungria, na Polônia, na Tchecoslováquia, e pela evidente demonstração que o povo está tomando o poder nesses países. Mas quando o povo toma o poder nos países capitalistas, eles chamam o Exército e promovem verdadeiros massacres, como fizeram já em vários países da América Latina.

T&D - Você acredita na possibilidade de que alguns desses países retornem ao capitalismo?

JOSÉ DIRCEU - Veja as principais declarações e as principais exigências dos grupos econômicos e dos governos dos Estados Unidos e da Alemanha para investirem na Polônia: mão-de-obra barata, isenção de impostos, não-interferência do Estado e a chamada liberdade de mercado. Ora, quando você pede mão-de-obra barata na Polônia, quando pede que o Estado dê subsídios, que crie condições para os investimentos estrangeiros, acredito que é uma utopia, porque acho que a classe trabalhadora não vai aceitar jamais esse tipo de relação capitalista clássica.

T&D - As pessoas cultivam uma espécie de preconceito contra as liberdades civis as quais você acabou de defender até no nível do direito de propriedade dentro do socialismo, e, por outro lado, privilegiam ou superestimam as liberdades políticas que acabam se dissolvendo sem as liberdades civis. Pois que direito de propriedade pode haver, que democracia pode existir onde a grande maioria da população sofre privações bárbaras? Eu não sei qual a sua opinião sobre isso: há liberdades políticas sem liberdades civis?

JOSÉ DIRCEU - Acho que não há. Existe uma questão de fundo que nós temos que incorporar na nossa cultura: problema de legalidade. Os países socialistas fizeram esse discurso da legalidade socialista durante décadas, mas nunca a respeitaram. Não se pode transigir nessa matéria. Nada pode ser

feito à margem da lei: não pode existir na sociedade nenhum organismo, nenhum partido, nenhuma instância que esteja acima da lei. Isso precisa ser transparente e público.

T&D - Haveria os famosos processos de Moscou se fosse seguido o princípio da legalidade?

JOSÉ DIRCEU - Não.

T&D - Mas você não estaria sendo um tanto jurista demais e marxista de menos?

JOSÉ DIRCEU - Não. Admitir que alguma formação política ou social de um país poder estar acima da lei é abrir caminho para a tirania e para a ditadura. Acho que não há meio termo. Agora, é evidente: como se faz a lei? Como se faz a Constituição? Devemos reconhecer que nem sempre a lei e a legalidade são legítimas. Mas aí temos de criar mecanismos políticos e democráticos para que se mudem a lei e a Constituição.

T&D - Creio que seria oportuno neste momento aproveitar essa entrevista e a sua pessoa, que conhece profundamente o regime cubano, para colocar uma pergunta que até agora ainda não foi encarada durante este debate sobre socialismo real promovido por nossa revista: existe uma ditadura em Cuba, pelo menos em termos formais. Como você enfrenta essa discussão?

JOSÉ DIRCEU - Tenho muita dificuldade de falar sobre Cubas por causa da minha relação afetiva, cultural e de vida, com o país, com o seu povo e com os dirigentes do partido e da Revolução. Vivi em Cuba um bom período. Em Cuba houve um processo de constitucionalização do país em 1976, que foi democrático. Isso dentro dos marcos da concepção da ditadura da maioria, concepção leninista do Estado. Houve um debate amplo na sociedade, que optou por uma nova série de regras, depois por um sistema eleitoral que foi experimentado na província de Matanzas: o sistema de poder popular. Mas a imprensa em Cuba está controlada pelo partido e pelo Estado.

Acho que isso não contribui para o seu desenvolvimento democrático, pelo contrário. Vai congelando as formas de exercício da democracia que Cuba teve até espontaneamente por causa da Revolução.

T&D - Pois é, o calor da Revolução vai arrefecendo.

JOSÉ DIRCEU - Concordo. Agora, tem havido mudanças, Tem havido uma liberação da imprensa.

T&D - Mas que não incluem as publicações da perestroika, que estão sendo censuradas.

JOSÉ DIRCEU - Com a perestroika, houve um retrocesso com a proibição das notícias de Moscou. Acredito que mais cedo ou mais tarde a estrutura do partido em Cuba vai acabar também sendo colocada em questão. ela tem mais vigor que nos outros países, na medida em que mais de um milhão de cubanos saíram de Cuba. E grande parte da população trabalhadora foi educada e organizada nas entidades, na Federação de Mulheres, nos sindicatos, na União da Juventude Comunista, na Federação de Estudantes do ensino Médio, nas federações esportivas universitárias. Essa combinação de entidades sociais, de massa, com o Partido Comunista e com o poder local, determinou, ao lado do papel que Fidel joga e da popularidade que tem, a legitimidade da política cubana até hoje. Mas não acredito que isso resista. Por quê? Porque vai haver uma grave crise econômica em Cuba. Porque Cuba foi agora, praticamente, abandonada pelos países socialistas.

T&D - Andam dizendo até que, com a morte de Fidel, Cuba se voltaria ao seu destino histórico de ser uma eterna "república de bananas".

JOSÉ DIRCEU - Não, eu não acredito. Acho que há em Cuba relações políticas, culturais... Há instituições, uma Constituição e uma legitimidade ainda do partido e do governo, que não existiam nos países socialistas. e, em Cuba, nos últimos anos, todos esses problemas que estão na base da derrocada dos países da Europa oriental foram combatidos. Quer dizer, em Cuba há uma

luta muito grande contra a corrupção, contra a burocracia, contra os privilégios. Existe esse problema de como exercer o poder do socialismo em Cuba tanto pelo partido único quanto pelo controle da imprensa. Acredito, inclusive, que maiores relações comerciais e culturais com o mundo acabariam produzindo mudanças internas em Cuba. Apesar desses problemas, devo dizer que a Revolução cubana tem primado pela luta para que não seja rompida a legalidade socialista.

T&D - Mas nesse ponto de vista a coisa lá está meio complicada, não é?

JOSÉ DIRCEU - Bem, há uma quebra muito grande daquilo que se chama nos países socialistas de disciplina social. Bem como da estrutura burocrático-administrativa dos altos escalões, por causa da corrupção.

T&D - Que existe.

JOSÉ DIRCEU - Por causa da insatisfação. Não existe em Cuba propriamente uma insatisfação social, mas uma frustração social. Essa frustração vem da incapacidade da estrutura econômica cubana de se modernizar e dar um salto tecnológico. Agora, é bem verdade que, ao se comparar Cuba com os países da África e da América Latina - por mais que isso possa parecer uma blasfêmia no Brasil - Cuba é um paraíso. Comparada com a situação da Guatemala, de Honduras, da Bolívia, do Peru, de vários países da África, domínios econômicos e culturais da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos, Cuba é um país que tem liberdade e direitos sociais com que esses países jamais sonharam. Agora, se formos conceber a sociedade socialista como tempo defendido no PT, considero que não podemos, de maneira nenhuma, concebê-las como acabou se cristalizando em Cuba, como forma de governo e de democracia. Qual vai ser a saída para Cuba? A "retificação" que os cubanos iniciaram alguns anos atrás, como caminho para democratizar o socialismo e combater as deformações da democracia, do centralismo burocrático. Não está claro se isto vai ser capaz de jogar Cuba para a frente. Do ponto de vista internacional e cultural, Cuba se isolou

muito. A perestroika soviética é vista em todo o mundo como um avanço político, cultural e social. O mesmo se pode dizer do que está acontecendo na Polônia e na RDA ou mesmo na Hungria. Na Hungria não houve nenhuma crise grave porque o Partido Comunista se transformou em social-democrata, por isso não houve nenhum levante popular. Agora, para esses países, uma integração na Europa ocidental seria uma volta ao capitalismo? Essa é uma questão histórica que vamos ter que analisar daqui a cinco, dez ou quinze anos. Acho que não vai acontecer necessariamente um retrocesso para o capitalismo. Acho que vão acabar buscando formas lícitas e novas de exercer o poder político e organizar a economia, inclusive porque a unificação da Europa acaba sendo uma imposição cultural e estratégica, que contraria os Estados Unidos e sua lógica imperialista. Olho tudo isso com alegria. Mas, por outro lado, olho com temor, porque espero que uma Europa forte, unificada e pacífica não queira manter o seu nível de vida e o seu padrão cultural às custas da América Latina, da África e da Ásia. Que se supere também o neocolonialismo. Que se supere não só o autoritarismo, não só o socialismo burocrático. espero que se supere também o capitalismo hegemônico, explorador do Terceiro Mundo, o capitalismo racista; o excludente, que não existe só no Brasil, mas na Europa também, nos Estados Unidos e no Japão. Não é verdade que o capitalismo, quero repetir, seja o sistema ideal para a humanidade. Essa tese não está comprovada historicamente. É verdade que não ficou provado historicamente que o socialismo é superior ao capitalismo. Mas acredito que o socialismo seja, do ponto de vista econômico e da liberdade, superior ao capitalismo. Temos o desafio histórico, num país como o Brasil - que tem as melhores condições objetivas e políticas - de demonstrar isso. E o PT desempenha um papel determinante nisso, tanto do ponto de vista de concepção teórica quanto do da prática política, que, aliás, é o seu ponto forte.

Texto 2

A SOCIAL-DEMOCRACIA E O PT*

*** Transcrito de Teoria e Debate nº 12, nov. 1990.**

O dilema bolchevismo x social-democracia é anacrônico. Para elaborar seu projeto socialista, o partido precisa manter um diálogo crítico com as duas correntes, renovando os métodos de intervenção social e a linguagem desgastada da esquerda.

Marco Aurélio Garcia

Um fantasma parece rondar o PT - o fantasma da social-democracia. Desde seu nascimento - e no curso de sua história - o Partido foi intimado por seus atentos observadores a escolher entre "o revolucionarismo arcaico do modelo leninista" e a "moderna social-democracia".

Este problema, porém, antecede a própria formação do Partido dos Trabalhadores.

Quando nos últimos anos da década de 70 surgiu o novo sindicalismo, muitos viram no fenômeno a base social e política para o nascimento de uma social-democracia brasileira. Tão logo se frustraram tais previsões, esses analistas buscaram em cada momento de dificuldade que atravessou o novo e inesperado Partido dos Trabalhadores a oportunidade para voltar a esta quase obsessiva questão.

Assim foi depois da derrota eleitoral de 1982, ou quando o PT, no final de 1984 e início de 1985, recusou-se a ir ao Colégio eleitoral. Assim ocorreu, igualmente, em 1986, quando o Partido colocou-se na contra-corrente do Plano Cruzado e colheu magros dividendos eleitorais. Assim aconteceu, finalmente, após a derrota de Lula na eleição presidencial de 1989.

Os mais catastrofistas vaticinaram em cada uma dessas circunstâncias o fim do PT. Outros cominaram o partido a optar pela social-democracia como forma de sobrevivência.

O tema não teria maior relevância se ficasse apenas confinado às inquietações pós-modernas de editorialistas e jornalistas políticos ou ao exame da academia. Passa a ter importância na medida em que se transforma em preocupação para grande parte da militância petista que vive um estado de relativa perplexidade com as aceleradas transformações em curso na URSS e no Leste Europeu, e com as mudanças ocorridas no quadro social e político brasileiro após a posse de Collor, questões cujas respostas incidirão sobre o futuro do partido.

A discussão sobre o tema da social-democracia no PT não pode, no entanto, continuar subordinada aos doutos conselhos que lhe são regularmente ministrados nas páginas da grande imprensa ou nos claustros acadêmicos. Não pode regular-se tampouco pelo doutrinário de grupos e tendências que querem aprisionar o partido em conflitos e polêmicas que, rigorosamente, não fazem parte de sua história.

O que une aqueles que aconselham o PT a trilhar os caminhos da social-democracia e os que advertem para os "perigos" desta parece ser o desconhecimento da história do socialismo democrático, da história do PT e, o que é mais grave, da realidade brasileira.

Estas notas procuram discutir questões que permitam colocar o debate em um

patamar distinto daquele em que até agora se travou. São observações sumárias e preliminares, e seu objetivo é mais o de desencadear uma discussão do que o de encerrá-la. Partem, igualmente, da suposição de que o documento /i/O Socialismo petista/, aprovado pelo 7º Encontro nacional, com todos seus limites, constitui-se uma eloqüente manifestação do que já se pôde avançar a respeito no debate interno do PT.

OPOSIÇÕES

A oposição entre social-democratas e leninistas, ou bolchevistas, data do fim da Primeira Guerra Mundial, quando se consumou a divisão do movimento operário e socialista, que mergulhava em grave crise a partir do desencadeamento do conflito.

Em 1914, o Partido Social-Democrata alemão (SPD) decidira apoiar o

governo do Kaiser. Todos os partidos socialistas da Europa - à exceção do russo e do italiano - se solidarizaram com seus respectivos governos, arrastando o proletariado de seus países à uma luta fratricida nos campos de batalha. Uma profunda crise política e moral se instaurava no socialismo europeu com o desmoronamento da política antimilitarista que vinha sendo construída de forma sistemática pela II Internacional, particularmente a partir do Congresso de Stuttgart, em 1907.

No fim da guerra, o Partido Operário Social-Democrata Russo decidiu mudar seu nome para "comunista". O POSDR não só incorporou na sua denominação aquilo que considerava seu objetivo estratégico, como tentava livrar-se de um rótulo indesejável. A expressão "social-democrata" havia sido conspurcada pelo "chauvinismo" e "capitulacionismo" de seus dirigentes.

"Traição!", bradavam os revolucionários para caracterizar a atitude dos dirigentes social-democratas. Estes, segundo Lenin, faziam parte de uma "aristocracia operária" (1) a serviço da burguesia e mantida com os resultados da exploração imperialista. Mas o que a compreensível indignação dos revolucionários não explicava era como a "traição" havia sido seguida pelas massas trabalhadoras de todos os países europeus. (2)

A guerra, segundo os revolucionários russos, mostrou até que ponto estavam criadas as condições para abater-se o regime capitalista. O conflito era apresentado como expressão da impossibilidade das classes dominantes continuarem a governar, sem lançar mão de seus exércitos para garantir o controle de novos mercados e fontes de matérias-primas. Sem uns e outros, dizia-se, o capitalismo se inviabilizaria.

Por considerar a social-democracia como "traidora" e "apodrecida", os bolchevistas decretaram a "falência da II Internacional" e decidiram formar, em 1919, a Internacional Comunista ou III Internacional, da qual deveriam ser excluídos todos os social-democratas. (3)

RAÍZES COMUNS

Por trás desta profunda divisão que marcou nas décadas seguintes o socialismo mundial, havia muito em comum entre social-democratas e comunistas. Suas estratégias, táticas e formas de organização e de ação convergiram mais do que fazem supor as ácidas polêmicas que opuseram uns

aos outros neste século.

A social-democracia é o resultado histórico das profundas transformações pelas quais passou o capitalismo europeu, e, com ele, o movimento operário, nas últimas décadas do século XIX. A derrota da Comuna de Paris, em 1871, causou não só o massacre, prisão e exílio de dezenas de milhares de trabalhadores franceses, como uma onda mundial de histeria antioperária, superior àquela que havia sacudido a Europa em 1848.

A Alemanha passava a ser, no lugar da França, o centro do movimento operário. A este deslocamento na geografia política correspondia igualmente uma mudança no eixo de atuação dos trabalhadores. ao invés das ações insurrecionais e dos grupos conspirativos de distintas inspirações doutrinárias, que marcaram o movimento operário francês, surgia o cada vez mais massivo proletariado alemão, disciplinadamente organizado em seus sindicatos, dirigidos pelo SPD. A via eleitoral vinha sendo seguida desde 1866 e, em 95, pouco antes de sua morte, Engels saudava o "uso inteligente" do sufrágio universal pelo proletariado da Alemanha.

O Partido Operário Social-Democrata Russo, dividido a partir de 1903 nos moderados mencheviques (minoritários) e nos revolucionários bolcheviques (majoritários), via na social-democracia alemã uma fonte de inspiração permanente.(4)

O proletariado - dizia Lenin - necessitava de um partido, distinto da classe, formado por revolucionários profissionais, originários na sua maioria de fora dela, que dominasse a teoria da historia para poder alterar seu curso e lançar-se à conquista do poder.

A teoria era o "marxismo", isto é, a herança teórica de Marx e Engels que resultara na mais acabada análise crítica do capitalismo, e das possibilidades de sua transformação, que o movimento socialista mundial jamais conheceria.

O problema, que sempre ocorre quando a teoria se pretende onipotente para explicar (e transformar) a historia (5), é que os fundadores do marxismo haviam deixado explicações incompletas sobre o capitalismo. Pouco discutiram sua organização política e menos ainda uma teoria de ação do proletariado, para só citar alguns vazios. Mais: o capitalismo avançado estava em acelerada mutação e novas realidades econômicas, sociais e políticas

surgiram sem que para elas houvesse respostas e mesmo discussões consistentes.

A herança intelectual e política dos fundadores entrava em contato com estas novas realidades, e "o marxismo" concretamente passou a ser o resultado de distintas leituras e das correspondentes aplicações da obra de Marx/Engels a estas realidades mutáveis. Deixava de existir, apesar dos esforços de manutenção da ortodoxia, /i/um/ marxismo. O processo de mundialização do marxismo implicava o surgimento de marxismos.

Muitos conhecem a famosa polêmica que agitou no final do século XIX a social-democracia alemã (e, através dela, a de todo o mundo) entre Bernstein e Rosa Luxemburgo.

O primeiro fez um forte ataque às teses de Marx sobre a tendência à pauperização absoluta da classe operária e à desaparecimento das classes médias, ao mesmo tempo em que criticava a idéia de que a revolução seria o resultado das contradições insolúveis do modo de produção capitalista. em decorrência, ele advogava uma estratégia operária fundada na conquista de reformas sucessivas nos marcos do capitalismo, que desembocasse em uma sociedade nova sem a necessidade de uma ruptura revolucionária.

Rosa criticou Bernstein, centrando seus ataques na ilusão deste sobre as possibilidades de autotransformação do capitalismo. O socialismo seria obra da classe trabalhadora, mas sua viabilidade estava inscrita na impossibilidade de o capitalismo evitar sua própria bancarrota.

Esta visão economicista do capitalismo e de suas possibilidades de transformação acabou por relevar-se uma matriz comum de toda a social-democracia. Era compartilhada pelos setores revolucionários, que advogavam a tomada violenta do poder, e pelos reformistas, que defendiam as conquistas por meios pacíficos e que não aceitavam explicitamente as teses de Bernstein.

Reformistas e revolucionários, fixando-se em objetivos distintos, partiam, no entanto, do mesmo suposto: havia "leis científicas" do desenvolvimento capitalista. Uma "necessidade histórica" impelia o proletariado em determinada direção. O socialismo era uma ciência. O que diferenciava uns dos outros eram os métodos e os ritmos.

A partir da crise desencadeada com a posição assumida pela maioria social-democrata em 1914, desenvolveu-se entre os revolucionários,

sobretudo os russos, uma tendência a radicalizar a análise sobre o papel destes condicionantes históricos.

Contra o evolucionismo moderado que dominava a social-democracia, depois de 1914, desenvolveu-se uma corrente voluntarista a partir da idéia de que o capitalismo vivia sua crise geral e terminal.

Já que as condições objetivas para a revolução estavam reunidas, restava apenas possuir uma direção política capaz de potenciá-las. Bastava criar as condições subjetivas: novos partidos políticos e uma nova Internacional. Mas o argumento aqui gira em torno de si mesmo.

Como separar de forma tão radical condições objetivas das subjetivas?

O elemento subjetivo - a social-democracia - era o resultado da expansão do capitalismo (elemento objetivo). O próprio Lenin abraçou esta tese quando formulou sua teoria sobre a "aristocracia operária". Nela, como vimos, ele admitiu que a direção do movimento operário podia ser corrompido pelo próprio inimigo burguês, a ponto de fazer a política deste.

Mas se somente o partido de vanguarda era capaz de operar no proletariado a transformação de sua consciência espontânea (reformista) em consciência de classe (revolucionária), pela fusão da teoria revolucionária com a dinâmica das lutas dos trabalhadores, como explicar que fora justamente o partido mais preparado intelectualmente (o SPD) que se deixara "corromper"?

DIVISOR DE ÁGUAS

Com a conquista do poder pelos bolchevistas, em outubro de 1917, consumou-se a divisão do movimento operário e socialista internacionais.

A partir daí a expressão /i/social-democrata/ passou a ter, para parte das esquerdas, uma conotação pejorativa, um sinônimo de conciliação com a burguesia e de tração à causa operária.

A Internacional Comunista, fundada em 1919, afirmava que a revolução estava na ordem-do-dia. Faltava apenas um partido com vontade política para dirigir as massas que se levantavam contra seus opressores. O capitalismo, dizia, agonizava e somente sobreviveria se direções traidoras lhe dessem

trégua. A revolução passava pela constituição de organismos de duplo poder na sociedade, segundo a lição dos soviets russos, e devia desembocar na ditadura do proletariado, forma superior de democracia, radicalmente distinta das "democracias burguesas" existentes no Ocidente.

A derrota das breves experiências soviéticas na Hungria e na Finlândia, o fracasso das primeiras tentativas insurrecionais na Alemanha, a contenção do avanço das tropas do Exército Vermelho sobre Varsóvia e, principalmente, as enormes dificuldades internas que enfrentaram os soviéticos, determinaram o arquivamento dos planos de uma imediata e generalizada revolução na Europa. A vaga desencadeada pelo Outubro soviético havia passado. Produzia-se um refluxo ("temporário") que aconselhava uma política moderada e uma aproximação com a social-democracia.

Mas a tática de Frente Única, como ficou conhecida esta nova orientação da Internacional Comunista, fracassou sobretudo naquele que seria o "laboratório" privilegiado de toda política operária e socialista: a Alemanha.

Não cabe nesta reconstituição sumária e esquemática analisar em detalhe este período e apurar as responsabilidades dos principais atores deste verdadeiro drama histórico.

Aos bolchevistas vale a crítica por suas tentativas de generalizar a experiência soviética, a partir de uma apreciação discutível - teórica e empiricamente falando - da economia mundial, sem levar em conta a situação concreta e as tradições do movimento operário em outros países, sobretudo na Europa Ocidental.

É possível - ainda que discutível - que na Rússia os valores da democracia representativa, que muitos chamavam (impropriamente) de "burguesa", não tivessem grande significação para as massas. Afinal, os trabalhadores haviam, por duas vezes (1905 e 1917), desenvolvido esta original experiência dos soviets, fora dos marcos institucionais vigentes no Ocidente. Mas a verdade é que a ditadura do proletariado, em nome da qual se dissolveu a Assembléia Nacional Constituinte eleita em 1917, e onde os bolchevistas ficaram em minoria, não teve existência real. Os soviets rapidamente deixaram de existir, os partidos foram sendo sucessivamente

suprimidos e, a pouco andar, a Rússia se transformara em ditadura de um partido.

Mesmo considerando as enormes limitações da democracia nos países capitalistas da Europa Ocidental, que não haviam chegado naquele momento sequer a realizar plenamente as reformas liberais, não se pode desconhecer as conquistas políticas que os trabalhadores haviam obtido no marco das instituições vigentes.

Na polêmica de Lenin com Kautsky sobre a democracia e a ditadura do proletariado se opõem duas avaliações distintas da significação da democracia para os trabalhadores. Aqueles valores que os bolchevistas e a Internacional Comunista consideravam como instrumentos para enganar os trabalhadores (o sufrágio universal, por exemplo), em realidade haviam sido conquistas duramente arrancadas às classes dominantes. Uma vez conseguidas, elas permitiram aos trabalhadores ocupar um lugar distinto na sociedade. Os direitos à sindicalização, à greve, à liberdade de imprensa e organização partidária, isto é, o acesso à cidadania, além de conquistas materiais (inexistentes na Rússia czarista), configuravam um conjunto de valores caros ao Ocidente e haviam sido fundamentais para a classe operária constituir sua identidade.

Contra a social-democracia pesavam, no entanto, duríssimas acusações. Em primeiro lugar, sua atitude frente à Guerra Mundial, cujo preço foi pago essencialmente pelos trabalhadores, a grande maioria dos que morreram ou foram mutilados nos campos de batalha.

É claro que a política da maioria dos partidos social-democratas não pode ser sumariamente julgada através de categorias como "traição", "capitulação diante da burguesia" etc. Ainda que tudo isso tenha existido e provocasse (e até hoje possa provocar) indignação, o problema fundamental é o de saber por que uma força operária da importância do SPD (mas também outros partidos socialistas) não foi capaz de conduzir o proletariado em uma direção, mesmo que não necessariamente aquela seguida pelos bolchevistas na Rússia. Trata-se, sobretudo, de examinar que antecedentes havia na política social-democrata que conduziram ao trágico desfecho de 1914. É evidente que este problema não pode historicamente ser capitulado simplesmente como um "erro político", um acidente de percurso.

Da mesma forma, a política do SPD no imediato pós-Primeira Guerra parece ter sido mais dominada pelo temor que lhe inspiravam os revolucionários espartaquistas do que por um compromisso com as transformações sociais que se abriam para a Alemanha com a débâcle do Império, em consequência da derrota militar. Vacilando, inclusive em seu compromisso com a República, a social-democracia mergulhou numa tortuosa política de colaboração com o conservadorismo. O episódio do assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht e, dias mais tarde, de Leo Jogisches é emblemático. Ele criou um litígio entre comunistas e socialistas que pesou de forma decisiva sobre as relações futuras de ambas as forças, como bem observou Hanna Arendt.(6)

QUESTÕES MAIS ATUAIS

Nos meses que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, subsistiu a ilusão de que o movimento operário e socialista ingressaria em uma nova etapa.

Mas a bipolaridade do período da "guerra fria", a partir de 1947, fez com que se rompessem as alianças constituídas pelo mundo afora nos marcos de governos reformistas de "união nacional", nos quais predominava a união socialista-comunista.

Não foi a questão da "reforma" ou da "revolução" que produziu esta ruptura, mas antes a forma pela qual incidiram sobre os partidos operários os interesses das duas grandes potências vencedoras da guerra: URSS e Estados Unidos.

Os PCs do Ocidente entraram em um novo período de isolamento, de um marcado sectarismo pró-soviético, enquanto nos partidos social-democratas começavam a acontecer dois movimentos: o abandono de qualquer veleidade doutrinária que pudesse ser associada à herança marxista e revolucionária e a definição de uma estratégia de governo a partir da qual viriam a ser aplicadas, sobretudo na Europa, políticas de **welfare state**, o Estado de bem-estar. Para a social-democracia alemã, esta dinâmica culminaria na adoção do Programa de Bad Godesberg, aprovado pelo SPD em 1959.

O balanço deste período, no qual se dão os primeiros passos para a

construção de uma Europa unida, tem sido até aqui dominado por discussão ideologizadas de ambos os lados.

Os social-democratas insistem em destacar seu papel na reconstrução econômica de uma Europa devastada pela guerra, na conquista de melhorias consideráveis para as classes trabalhadoras e na ampliação da democracia política.

Seus críticos denunciam os custos sociais e políticos da reconstrução: a subordinação aos interesses da grande burguesia monopólica, a integração política e militar com o Estados Unidos. A política de distribuição de renda - prosseguem - poderia ater-se implementado de forma mais radical. Não foram eliminados bolsões de pobreza como aqueles representados pelos trabalhadores imigrantes. Em alguns países - como na França, por exemplo - a social-democracia aparece associada a aventuras coloniais. As reformas ocorreram, conclui-se, porque a própria burguesia européia deu-se conta, desde o fim da Segunda Guerra, de que teria de fazer "sacrifícios", sob pena de que novas áreas do mundo fossem ganhas para o campo socialista.

Mais contemporaneamente, os social-democratas se referem ao desmoronamento do Leste Europeu e à crise da URSS, como sinais da superioridade do modelo de economia, sociedade e Estado que construíram na Europa Ocidental sobre aquele do "socialismo real".

Em apoio a suas teses mencionam o fracasso das economias estatal-burocráticas do Leste e o colapso dos regimes ditatoriais que foram derrubados e/ou estão sofrendo radicais transformações. Criticam a degradação ambiental provocada pelos governos destes países, o declínio da qualidade de vida e o sufocamento da vida cultural.

A social-democracia européia, no entanto, não tem como ocultar suas dificuldades na atual conjuntura. Amarga um prolongado período de oposição em dois países importantes como a Inglaterra e a Alemanha Federal. No primeiro assistiu a uma poderosa ofensiva liberal que corroeu as reformas econômicas e sociais que o */i/Labour/* havia desenvolvido no pós-guerra.

Na Alemanha, seus planos de volta ao governo podem estar comprometidos pela maré conservadora que acompanha o processo de unificação do país.

Em países em que governa, como a França e a Espanha, vê-se muitas

vezes na incômoda condição de promover políticas econômicas de combate à inflação que em nada se diferenciam do figurino neoliberal de elevado custo social: desemprego (particularmente na Espanha) e concentração da riqueza (que vem sendo registrada na França). Em muitos países - como na Suécia e na própria Espanha - bases sindicais próximas da social-democracia entram em choque com a orientação do governo. É particularmente agudo o conflito entre a UGT, central sindical próxima dos socialistas, e o governo de Felipe Gonzáles.

AMÉRICA LATINA

É significativo que toda a referência histórica à social-democracia tenha se circunscrito a exemplos europeus. Com efeito, não há registro de experiência social-democrata consistente na América Latina e, particularmente, no Brasil.

O modelo soviético - tanto como projeto de tomada de poder, como via de desenvolvimento econômico e social - exerceu durante um certo período uma atração maior no continente. Isto se expressa menos na existência de Partidos Comunistas (salvo exceções, com pequena influência) do que na forte presença de uma ideologia difusa na esquerda, que enfatiza a conquista do poder através de meios insurrecionais, numa visão instrumental da democracia e em um modelo de economia fortemente centralizado e estatal. É óbvio que os êxitos que a União Soviética teve - pelo menos no início de sua história - em superar o "subdesenvolvimento", em realizar um complexo projeto de industrialização, acabariam por exercer um grande fascínio sobre a intelectualidade revolucionária de países que se sentiam muito mais identificados historicamente com a atrasada e autocrática Rússia czarista, do que com as democracias capitalistas da Europa Ocidental.

Razões sociológicas e de cultura política acabaram por aproximar mais as vanguardas revolucionárias da América Latina do paradigma soviético, (em sua versão maoísta, guevarista e outras) do que do modelo social-democrata.

Alguns poderão argumentar que a América Latina viveu importantes experiências social-democratas, como o peronismo na Argentina, o getulismo no Brasil, o battlismo no Uruguai, o aprismo no Peru etc. Enfim, todos os

fenômenos que a sociologia política batizou de *populismo* não seriam outra coisa que experiência social-democratas *sui generis*.

Os próprios protagonistas destes movimentos parecem estar convencidos do argumento. Muitos são os peronistas que se consideram social-democratas e que buscam uma aproximação com a Internacional. O PDT, no Brasil, que reivindica a herança de Getúlio, qualifica o varguismo como experiência social-democrata e está filiado à Internacional Socialista. O mesmo ocorre com o Apra peruano, também filiado à IS.

Sem entrar em uma discussão conceitual, não parece haver evidências que permitam historicamente assimilar os fenômenos políticos anteriormente mencionados à social-democracia.

Esta supõe, na sua origem, uma forte presença operária industrial na sociedade, que se desdobra em um poderoso movimento sindical, provocando, depois, a formação de um partido. Estas condições não estavam reunidas em nenhum dos países latino-americanos nos anos em que as experiências citadas se desenvolveram, quando a classe operária era amplamente minoritária.

A expansão da industrialização não acarretou um incremento crescente e orgânico das correntes populistas, mas seu estancamento ou retração. O caso argentino, onde é indiscutível a vigência até hoje do peronismo, é a exceção que confirma a regra. Há que se reconhecer, no entanto, que a força do peronismo se explica pelo fato de este movimento constituir uma verdadeira cultura de resistência de classes trabalhadoras argentinas, frente às vicissitudes políticas que estas vivem desde os anos 50.

A proposta social-democrata, em sua origem, e, ao menos, em sua retórica, durante décadas, foi um projeto classista. O discurso e a prática populistas sempre advogaram abertamente a colaboração de classes, fundamental para seu projeto nacionalista-desenvolvimentista. O elemento chave desta colaboração foi o Estado. O populismo privilegia o conflito nação x imperialismo, negando a contradição capital x trabalho.

A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

No Brasil não se pode falar de uma tradição social-democrata.

Multiplicaram-se partidos socialistas de vida curtíssima durante a Primeira República, sem que se tenha constituído uma organização nacional expressiva, como ocorreu na Argentina, no Uruguai ou no Chile, para só citar três casos.

O Partido Socialista Brasileiro, surgido na "redemocratização", em 1945, apesar de ter abrigado intelectuais expressivos da esquerda brasileira, teve pequena significação social e política e jamais poderia ser confundido com o PS europeus. O mesmo se pode dizer em relação ao PSB, resultante da reforma partidária dos anos 80.

A formação do Partido Comunista - contrariamente ao que ocorreu em quase todo o mundo, inclusive nos três países antes citados - não resultou de cisão do Partido Socialista. A maioria esmagadora dos que ajudaram a formar o PCB vinha do anarco-sindicalismo, especialmente seu primeiro grupo dirigente. Nos anos 30, o PC recebeu um importante contingente de civis e militares influenciados por visões reformistas e autoritárias da sociedade brasileira.

Competindo com o PC, além dos anarquistas, existiam correntes reformistas, muito dependentes dos favores do Estado, que dificilmente poderiam ser assimilados à social-democracia.

Estas ganharam importância depois de 1930, quando ocorreu o enquadramento do movimento sindical autônomo que existia até então. É importante sublinhar que as novas formas de organização sindical das classes trabalhadoras, a partir dos anos 30, longe de serem a expressão de lutas vitoriosas do movimento operário, foram, antes, a consequência de importantes derrotas que ele sofreu no limiar do Estado Novo e logo depois de 1937. A política seguida pelo Partido Comunista no imediato pós-Segunda Guerra e, posteriormente em fins dos anos 50, até o Golpe de Estado, ao invés de constituir uma nova alternativa operária e popular no Brasil, somente reforçou o projeto varguista, tornando-o mais vulnerável, como se pôde constatar em 1964.

Não se pretende negar as reformas que o getulismo proporcionou ao movimento operário, ainda que a contrapartida delas fosse o enquadramento dos sindicatos no modelo corporativo de inspiração fascista e, logo, sua perda de autonomia. O que se está simplesmente ressaltando aqui é o abismo

existente entre o varguismo e a social-democracia.

Esta, como forma de consciência de classe dos trabalhadores, permitiu-lhes não só o acesso a importantes vantagens materiais como uma presença relativamente autônoma na sociedade e a conquista da cidadania a partir de suas próprias lutas e de suas formas de organização sindical e partidária.

O varguismo foi uma operação de cooptação do movimento operário - construída a partir da derrota de seus setores mais combativos - seguida de seu enquadramento nas estruturas do Estado e da outorga de algumas benesses próprias de um **welfare state**.

As experiências da social-democracia têm como cenário a democracia representativa, que se amplia e radicaliza com a intervenção do movimento operário. O varguismo se desenvolveu em períodos democráticos (1934-35 e 1951-54), mas a maior parte do tempo sob regime ditatorial aberto (1930-34 e 1937-45) ou disfarçado (1935-37).

No Brasil, é possível que a conjuntura mais semelhante à do surgimento da social-democracia européia seja aquela de fins dos anos 70, quando emerge o fenômeno do /i/novo sindicalismo/ e, na esteira dele, o Partido dos Trabalhadores.

PT SOCIAL-DEMOCRATA?

A tentação de associar o nascimento do PT à formação da social-democracia européia tem sido, como se viu, freqüente. Resultado da constituição de um movimento sindical autônomo, classista, instalado nos setores mais modernos da indústria brasileira, o PT foi capaz, igualmente, de atrair para suas fileiras, como a social-democracia o fizera décadas antes, amplos segmentos de assalariados, intelectuais e setores populares. Em seu programa - onde o socialismo é reivindicado - dá-se ênfase especial às conquistas das classes trabalhadoras, explicitadas em um conjunto de reformas econômicas e sociais a serem desenvolvidas nos marcos de uma efetiva democratização da sociedade brasileira.

Distintamente da social-democracia, no entanto, o PT não reivindica uma filiação doutrinária, marxista ou de qualquer outro tipo. ao contrário, afirma seu pluralismo ideológico, ou o seu caráter "laico".

Ainda em suas formulações iniciais, o partido assumiu claramente sua distância em relação tanto ao "socialismo burocrático", dos partidos comunistas, como em relação à social-democracia. Esta posição é reiterada no documento **O socialismo petista**.

Desta recusa de filiação doutrinária e de ligação com as correntes históricas da esquerda neste século, surge a tese de que o socialismo petista é processual, isto é, define seu conteúdo a partir da própria dinâmica das lutas dos trabalhadores e da consciência que eles ganham em suas experiências cotidianas.

Mas estas declarações seriam suficientes? Por trás desta preocupação de independência não haveria um esforço retórico de encobrir uma filiação a uma das duas correntes negadas em seus documentos?

O PT não seria um partido social-democrata envergonhado? Ou um PC enrustido? "O último partido comunista", sem sabê-lo, como afirmam muitos de seus críticos?

Os argumentos, mesmo sendo superficialmente defendidos, têm de ser enfrentados.

O fato de ter surgido em um país cujo campo cultural da esquerda era dominado pelo PC (em concubinato com o populismo), de abrigar em suas fileiras, e mesmo nas direções, muitos ex-militares formados na escola das organizações comunistas, e de conviver em seu interior com grupos e tendências de inspiração leninista e/ou trotskista, contribuiu para que o PT pensasse muitos de seus problemas através desta cultura política até então hegemônica e da qual ele procurou dissociar-se já em sua fundação. (7)

Esta impressão se reforça cada vez que a voz ruidosa de alguns grupos e tendências existentes no PT se faz ouvir mais do que a do próprio partido, produzindo uma cacofonia comprometedora. Reforça-se, também, sempre que o discurso petista aparece excessivamente estadista ou complacente com algumas experiências do socialismo real.

A **contrario sensu**, cada vez que os dirigentes do PT (ou da CUT) admitiram sua disposição de participar de negociações com o patronato ou com o governo, ou foram confrontados com responsabilidades governamentais, ou se manifestaram sobre problemas do socialismo e da democracia com maior liberdade (ver a recente entrevista de Francisco

Weffort à **Folha de S. Paulo**), não faltou quem prognosticasse uma "virada social-democrata" do partido.

Não é o caso de analisar esmiuçadamente cada um desses argumentos e subargumentos. Mais importante é expor algumas circunstâncias que cercam a formação do PT e ver em que medida elas podem ajudar na compreensão do problema. Não se trata de saber se o PT é (ou será) social-democrata ou comunista, porém de avançar na definição da natureza deste partido cuja originalidade pode escapar a muitos brasileiros, mas seguramente não a observadores estrangeiros.

De tanto ler e ouvir, todos sabem que a história só se repete como farsa. Como esperar, assim, que quase um século após, uma força social e política como o PT tivesse de refazer o caminho da social-democracia ou do bolchevismo?

Não é o caso, aqui, de exigir dos analistas do PT um pouco da "modernidade" que os fascina tanto.

Socialista, sem querer confundir-se com comunismo e com a social-democracia, o PT enfrentou desde o início uma dificuldade que até hoje não está resolvida: qual socialismo?

Quando, em uma de suas mais famosas **boutades**, ao ser perguntado se era comunista ou social-democrata, Lula respondeu que era "torneiro mecânico", ele expressou de forma jocosa, mas ao mesmo tempo significativa, as dificuldades e as virtudes da definição socialista petista.

Em primeiro lugar, reiterava a distância em relação a alternativas que representavam um passado com o qual o PT não queria comprometer-se. Em segundo lugar, sublinhava metaforicamente que importava menos sua definição ideológico-doutrinária e mais sua condição operária, o que é relevante em um país sem tradição proletária de esquerda. E, por último, apontava para o fato de que as definições políticas do partido estavam grandemente condicionadas por sua base social e que esta noção processual de socialismo se vinculava às experiências de luta dos trabalhadores.

Desde seus documentos iniciais, o PT afirmou que o socialismo não é apenas um horizonte longínquo a ser buscado e atingido, mas algo a ser construído e que se incorpora na dimensão cotidiana das lutas.

O movimento operário, que foi e é o principal componente social do

partido, forjou-se desenvolvendo articuladamente três tipos de lutas que apresentavam conteúdos anticapitalistas: contra o arrocho; pela autonomia e liberdade sindical; e contra a organização do processo de trabalho e a disciplina patronal nas empresas.

Os componentes sociais que aderiram ao PT e participaram de sua construção - operários fabris e trabalhadores de áreas de serviços, camponeses e trabalhadores rurais, profissionais liberais e técnicos assalariados, pobres das periferias urbanas - garantiram um programa que transcendia as reivindicações operárias.

Os componentes políticos - ex-militantes de organizações de esquerda, grupos e partidos de extrema-esquerda, católicos ligados às igrejas progressistas, personalidades vinculadas à luta pelos direitos humanos, setores mais radicalizados da oposição democrática - permitiram que o partido ampliasse seu conceito de democracia mais além de uma simples volta ao Estado de Direito. Eles incorporaram temas fundamentais para a renovação da cultura política de esquerda, que apontavam para uma compreensão maior dos processos de exploração e dominação e, por conseguinte, ampliam o espectro das lutas pela democracia.

Há, no entanto, outro elemento fundamental para sublinhar a especificidade do projeto subjacente à formação do Partido dos Trabalhadores: a crise do socialismo como projeto e como realidade.

Nacionalmente, as esquerdas brasileiras estavam exauridas. As forças mais tradicionais, sobretudo os partidos comunistas e o nacional-populismo tinham pequena expressão social e diminuta presença nos setores fundamentais da sociedade, além de demonstrar escassa capacidade de elaboração teórico-política.

A esquerda revolucionária, como a outra, fora muito golpeada pela repressão nos anos 70 e se encontrava atomizada. Encontrava-se mergulhada em um debate estéril com a velha esquerda e digladiava-se em infundáveis polêmicas doutrinárias.

Internacionalmente, sobretudo a partir da evolução política na Polônia, desencadeava-se uma nova etapa da crise do socialismo real que culminava com as profundas transformações que marearam a URSS e o Leste Europeu neste final de década.

A contemporaneidade das experiências do PT no Brasil e do Solidariedade na Polônia permitiu aos militantes do partido, sobretudo aos de origem operária, desenvolver uma crítica radical do sistema político vigente nos países do chamado socialismo real. Chamou a atenção, principalmente, para o problema das relações socialismo-democracia e para a existência de valores democráticos que transcendiam formas específicas de organização política da sociedade, como, por exemplo, a liberdade e a autonomia sindicais, o pluralismo político, a liberdade de imprensa e de manifestação, o respeito aos direitos humanos, etc. Em contextos históricos distintos, os trabalhadores poloneses e brasileiros enfrentavam o mesmo tipo de problemas com suas respectivas ditaduras.

Com isso associavam-se definitivamente no discurso petista as noções de socialismo e democracia.

SOCIALISMO E DEMOCRACIA

Esta é uma problemática familiar para o PT, pois o partido constituiu seu espaço de intervenção social e política lutando pela democracia e nesta luta foi tecendo uma teia de relações entre ela e o socialismo, o que nem sempre ficou visível até porque muitas vezes não foi suficientemente refletido.

Ao definir sua intervenção na vida política brasileira como de "acumulação de forças" e ao definir um programa de reformas qualificado de "democrático-popular", o PT resolveu um problema e deixou em aberto outros.

A acumulação de forças e o programa democrático-popular chamavam a atenção para o fato de que o socialismo não era o objetivo imediato do partido. Isto é óbvio, pois somente cabeças muito acaloradas poderiam imaginar que o socialismo se colocava como questão de atualidade imediata. Até aí, porém, o PT não se diferenciava dos partidos comunistas, por exemplo.

A questão mais de fundo está na forma pela qual se articulam a luta por este programa democrático-popular com os objetivos socialistas. Aqui a discussão com a social-democracia e a pergunta sobre as perspectivas de sua

vigência em países como o Brasil assumem uma considerável importância.

Desde sua matriz bernsteniana, a social-democracia associou a mudança social e política às reformas parciais do capitalismo. Sobre este ponto registram-se duas posições.

Uma, mais "à esquerda", segundo a qual as reformas teriam um caráter cumulativo e terminariam levando ao socialismo, pensado como regime qualitativamente distinto. A política de nacionalizações desempenharia um papel fundamental neste modelo. Esta posição social-democrata foi em grande medida também assumida dos partidos comunistas, tanto nos países capitalistas avançados, como, e sobretudo, nos países subdesenvolvidos.

Outra, mais "à direita" e, talvez, mais fiel a Berstein, para a qual não havia uma diferença qualitativa entre capitalismo e socialismo. O socialismo passava a ser o próprio movimento pelas reformas. Com a crise teórica e prática do "socialismo real", esta tese ganhou muitos adeptos.

A questão é fundamental para discussão estratégica da esquerda, para ficar fiel à linguagem de inspiração militar do leninismo. A melhor maneira de abordá-la não é discutindo a tese geral, em abstrato, mas examinando-a no contexto brasileiro.

A pergunta, central para a social-democracia, sobre se as reformas têm efeito cumulativo e abrem o caminho para mudanças qualitativas ("revolucionárias" na sociedade merece uma resposta cuidadosa.

Lula muitas vezes escandalizou a esquerda petista quando disse que, para ele, revolução no Brasil era toda a população tomar café da manhã, almoçar e jantar. Ou, ir à escola. Ou ter uma moradia minimamente decente. Ou poder ser atendida com eficiência e dignidade em um hospital público. Ou finalmente, ter uma parcela de terra para poder plantar e viver em seu estado.

"Revolução? Mas isso são só reformas!", bradará um indignado guardião da doutrina. É **vero**. Mas que significa consegui-las?

Basicamente um agudo processo de lutas sociais: o simples desenho de uma estratégia que permita viabilizar cada uma destas "pequenezas" mostra os obstáculos existentes na socialidade brasileira, constituídos por sólidos interesses que se ramificam pelo conjunto das classes dominantes que extravasam em muito qualquer "racionalidade" econômica.

A questão propõe uma rearticulação da luta pela democracia política

com a democracia social e destas duas com o socialismo. Há muitos anos esta é uma discussão importante para setores da social-democracia, e passa a sê-lo igualmente para as esquerdas engajadas nos processos de transformação nos países do "socialismo real".

O "formalismo" da democracia é justamente criticado quando ele se revela incapaz de dar-se uma dimensão social. Isto ocorre sempre que o princípio abstrato da liberdade se sobrepõe à necessidade de uma igualdade concreta e, é bom não esquecer, ao da fraternidade.

Mas esta reivindicação da democracia social não se pode fazer à margem da democracia política, ou, como pretendem alguns, contra ela, ainda que os conflitos sejam previsíveis neste terreno.

A democracia política não pode ser entendida apenas como um meio de chegar-se à democracia social, a uma posição melhor de luta por ela.

A democracia política é um fim em si. Um valor estratégico e permanente. Se esta tese é social-democrata, paciência: sejamos social-democratas.

Mas não é um problema doutrinário que está em jogo e sim questões políticas fundamentais. A luta pelo socialismo - para conduzir ao socialismo e não a estes mostrengos que desabaram no Leste europeu, nem a sociedades desiguais governadas por partidos socialistas - tem que levar em conta o potencial político-revolucionário das reformas sociais e tirar as conseqüências disto no plano da luta pelo poder.

Um dos avanços do PT é abandonar a idéia do poder como um lugar a ser tomado e retomado (proposta social-democrata) ou tomado, destruído e reconstruído (proposta revolucionária clássica).

Esta inovação, pelo menos para o debate político brasileiro, tem de ser aprofundada, sob pena de, aí sim, o PT sucumbir a uma das teses mencionadas e dos quais se distanciou.

O poder é algo a ser construído e é fundamental captar a complexidade das tarefas que decorrem deste propósito.

Não se pode reduzir esta frase a sua leitura reformista: reconstruir o novo gradualmente dentro velho até que, clic...

Não se pode, tampouco, transformar esta tese em uma versão da estratégia de "duplo poder". Construir agora o poder popular e levá-lo a um

enfrentamento com o "poder burguês". Nem mesmo o Governo Paralelo, criado pelo PT este ano, escapou desta interpretação bolchevista. A julgar por algumas leituras que foram feitas dessa iniciativa, ela se transformou em uma espécie de Estado Maior alternativo que sinalizaria a ilegitimidade do poder atual e estaria pronto para substituí-lo tão logo a "correlação de forças permita"...

Articulando a luta pela democracia política com a luta pela democracia social, o PT busca dar atualidade ao socialismo e tirá-lo do campo da pura utopia. Esta articulação se desdobra em uma intervenção que recobre múltiplos espaços no plano social e no plano institucional, sabendo que estes dois domínios não são estanques e se interpenetram todo o tempo.

No plano social, o grande desafio que se coloca para o PT é o da organização dos explorados e oprimidos e do combate, onde a organização já existe, das tendências corporativas que atingem o movimento sindical.

A questão da organização da sociedade é vital, sobretudo se se tem em conta que vastos setores de trabalhadores e desocupados - os "descamisados" de Collor - têm sido a base social, e não só eleitoral, de projetos autoritários de todos os tipos.

Organizar exige mais do que voluntarismo e supõe um trabalho de invenção política, que renove radicalmente os métodos de intervenção social e a linguagem da esquerda. Exige igualmente um conhecimento mais profundo da sociedade, particularmente das representações que estes milhões de brasileiros têm de sua condição social e de suas perspectivas de mudança.

No plano institucional, o PT deve assumir decididamente um projeto de reforma e democratização do Estado.

Isto significa combater ação dos grupos privados, dos oligopólios, cartéis e cartórios que, a despeito da fraseologia liberal da burguesia brasileira, sugam o Estado e o colocam a reboque se seus interesses particulares.

Nesse sentido, o partido deve assumir sem medo uma postura republicana, de defesa da **res publica**, da coisa pública, buscando com esta luta uma eficácia imediata - a de colocar os recursos públicos a serviço do povo dando a este movimento uma significação pedagógica. Nada melhor do que este tipo de ação para provar como o Estado está a serviço das classes

dominantes e não é um instrumento de conciliação social, como pretende a ideologia dominante.

A reforma do Estado não passa por soluções tecnocráticas e gerenciais, que o façam semelhante à "eficiente" empresa capitalista, nem se resume ao combate à burocracia, entendida apenas como uma camarilha de ociosos ou aproveitadores que se encastelaram na máquina administrativa. Ela é antes de tudo um processo político de democratização da coisa pública, o que supõe o desenvolvimento de múltiplos mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado e suas empresas, através das organizações sociais, do Parlamento etc.

Para construir seu projeto de transformação socialista do Brasil, o PT precisa escapar do dilema bolchevismo x social-democracia. Para tanto, necessita despir-se de preconceitos que dominaram a esquerda durante décadas e que produzem hoje, em meio à crise por que passa a idéia de socialismo, efeitos opostos porém simétricos: de um lado, a defesa intransigente da ortodoxia, como se nada houvesse ocorrido; de outro, o abandono da noção de socialismo em proveito de um (neo)liberalismo que nem mesmo os (neo)liberais praticam.

O PT não tem que deixar de ser "radical", somente porque isto arranha os ouvidos daqueles que nunca tiveram compromisso efetivo com qualquer mudança neste país. Mas ele não tem que ser complacente com idéias e práticas que, em nome do socialismo, só afastaram as esquerdas das massas pelo seu conteúdo e formas elitistas e autoritárias.

A escolha de seus interlocutores nacionais e internacionais está vinculada a esta preocupação de construir um projeto socialista para o Brasil levando em conta as ricas, e às vezes dramáticas, experiências do socialismo internacional. Abre-se fundamentalmente para uma nova esquerda que se constitui (ou se reconstrói) politicamente na América Latina e que enfrenta vicissitudes semelhantes às nossas. Com ela, se dispõe a construir um novo caminho no continente, como ficou evidente no Encontro de São Paulo, em julho último.

Dialoga, sem preconceitos, com a social-democracia, e com as expressões do comunismo renovado que se manifestam em países como a Itália ou mesmo no Leste Europeu.

Colabora, ainda, com forças alternativas, como os verdes alemães, o

SOS Racisme da França e outros movimentos que buscam saídas originais para a crise da esquerda, a partir da luta por objetivos que têm a capacidade de questionar modelos e propor novas formas de organização social e política.

A "reconstrução" do Leste Europeu se dará em meio a duros embates sociais e políticos, desmentindo a tese de que a luta de classes acabou. A social-democracia destes países (e por extensão a de toda a Europa) será confrontada com a necessidade de impulsionar lutas sociais e políticas nesta região ou perder o controle do processo para os conservadores, como já ocorreu.

Da mesma forma, a aplicação dos programas de ajuste em quase toda a América Latina colocará a esquerda mundial diante do desafio de oferecer um programa de reformas que compatibilize o combate a problemas emergenciais graves, como a inflação, com a necessidade inadiável de resolver questões estruturais com as quais não é mais possível conviver: a miséria, a fome, o analfabetismo etc.

O mundo não assiste ao fim da história hoje, como pretendem alguns, mas, ao contrário, a uma aceleração sem precedentes desta. É bem possível, no entanto, que se esteja assistindo ao fim de um ciclo na história do socialismo, que tem seu início com a formação da social-democracia e que em boa parte deste século foi dominado pelo conflito entre socialistas e comunistas.

É ilusório pensar que o PT é um fenômeno isolado no mundo. Ele faz parte deste processo de transição da esquerda mundial. Neste sentido, é um partido pós-social-democrata e pós-comunista. Constrói sua identidade não combatendo estas correntes, mas dialogando criticamente com elas, voltado para novos (e velhos) desafios que seus ancestrais não puderam responder.

Radical, de esquerda, socialista e, por esta razão, moderno. Este é o PT. Sem medo de ser feliz.

NOTAS:

(1). As considerações de Lenin sobre a "aristocracia operária" e sua relação com a crise da social-democracia estão no capítulo oitavo de seu **Imperialismo, fase superior do capitalismo.**

(2). Uma análise sobre as ambiguidades do conceito de "aristocracia operária" em Lenin, ainda que sem romper com a concepção leninista da relação classe-partido, está em "Lenin e a aristocracia operária", ensaio de Eric J. Hobsbawn publicado em seu livro **Revolucionários**, editora Paz e Terra. p. 126-133. O tema da "traição" social-democrata, é discutido por Adam Przeworski, **Capitalismo e social-democracia**, Cia. das letras, p. 15 e por Fernando Claudin em sua obra **La crisis del movimiento comunista Internacional**, editorial Ruedo Ibérico, capítulo 2 (p. 25-73).

3. Ver a este respeito as Condições para admissão na Internacional Comunista, aprovadas em seu segundo congresso, em 1920. A tônica deste documento é criar uma fronteira muito nítida entre comunistas e social-democratas.

4. É o que demonstram historiadores do socialismo, como Georges Haupt, em seu livro **L'histoire et le mouvement social** (ed. Maspero), particularmente no ensaio em que analisa a social-democracia alemã como "partido-guia" e sua influência na Europa (p. 151-197), ou Claudie Weill, **Marxistes russes et social-democratie allemande -1898-1904** (edições Maspero).

5. Lembremos a frase de Lenin: "O Marxismo é todo-poderoso porque verdadeiro."

6. Em seu ensaio sobre Rosa Luxemburgo que integra o livro **Homens em tempos sombrios**, Cia. das Letras.

7. Os trotskistas do PT repelirão indignados sua inclusão neste bloco hegemônico pelos comunistas "tradicionais". É evidente que uma diferença enorme separa estes últimos dos trotskistas. Ambos defendem, no entanto, pelo menos no papel, uma mesma concepção de partido - a "leninista" - e não é objetivo destas notas (nem seu autor teria investidura e competência para tanto) distribuir certificados de bom ou mau leninismo a quem quer que seja. O foro para dirimir este problema é outro. Talvez o "tribunal da história"...

Texto 3

POR UMA ESQUERDA REPUBLICANA*

* Transcrito de **O Estado de São Paulo**, 13/11/99.

José Genoio

O II Congresso do PT está suscitando novamente debate público sobre o socialismo. Na tese que apresentamos ao congresso partidário decidimos não fazer referência ao socialismo, por entendermos que esse conceito designa uma realidade identificada historicamente com o comunismo soviético e do Leste Europeu. Trata-se de uma herança negativa, fracassada, assimilada à supressão da liberdade política e econômica, à ditadura de partido único e de líderes autocráticos, que violaram os direitos humanos.

Teoricamente, o conceito, expressa um conjunto de significação sintetizadas nas idéias da inelutabilidade da revolução operária e no determinismo econômico da História, que tem seu desfecho necessário no comunismo, ou seja, trata-se de uma dogmática que não consegue explicar a História do nosso tempo. O que resgatamos do socialismo são valores como a solidariedade, a igualdade, a justiça e a opção de fazer política em defesa dos setores explorados e oprimidos.

Se não defendermos o socialismo, isso não significa que passamos a aderir ao capitalismo como modelo econômico. Propomos uma esquerda que resgate as tradições históricas das lutas democráticas e republicanas, que, na sua essência, são lutas por liberdade, por igualdade, por justiça, por cidadania e por direitos. Democracia, desde suas origens gregas, além da liberdade política e do pluralismo, significa também uma sociedade de equilíbrio, social e economicamente equitativa, com direitos, iguais perante a lei. República, nas melhores tradições dessa nação, significa a supremacia do interesse público, do bem comum, sobre os interesses particulares. Ambas as noções, no entanto, incorporam a liberdade econômica com um aspecto fundamental da liberdade humana.

Uma sociedade sem liberdade econômica - o socialismo o demonstrou -

expressa uma economia estatizada torna-se instrumento de ditadura e de privilégios.

Liberdade econômica, da mesma forma que liberdade política, significa sociedade de conflito. O conflito social deve ser mediado e solucionado pacificamente por aqueles instrumentos retificadores do Estado democrático e republicano aptos a produzir equilíbrio, equidade e justiça. O que ocorre no nosso tempo é que o poder do capital se sobrepôs aos instrumentos democráticos e republicanos, em parte porque o capital se concentrou exorbitantemente e em parte porque democracia e república foram falsificadas e reduzidas aos seus aspectos formais. A luta da esquerda, hoje, consiste em restaurar o conteúdo e a funcionalidade efetiva da democracia republicana.

A afirmação e garantia de direitos concretos das pessoas e de grupos sociais são o caminho que deve ser trilhado na busca dessa sociedade justa e de bem-estar. Uma sociedade democrática e republicana deve buscar justiça como fator de equilíbrio material, equilibrando valores. O socialismo sacrificou a liberdade, absolutizando a igualdade; o capitalismo sacrifica a equidade, absolutizando a liberdade. A justiça, em sentido amplo, não pode sacrificar a liberdade em nome do bem-estar; nem o bem-estar, em nome da liberdade. Decorre daí que a liberdade econômica não pode ser suprimida pelo igualitarismo e o mercado não pode imolar a equidade e o bem-estar. Sem liberdade econômica marcha-se para a ditadura; sem equidade vive-se a barbárie.

A partir desses pressupostos, entendemos que o Congresso do PT deve aprofundar as definições de um programa para o Brasil. Programa que deve rejeitar a tradição conservadora, o modo estatal de Constituição da economia, a forma autoritária de gestão política e administrativa e a Justiça e a polícia instituídas para proteger os poderosos e reprimir os fracos. Foi nesse leito antidemocrático e anti-republicano que o Brasil se formou. Os instrumentos do patrimonialismo, que pontificaram no passado, continuam vigorando ainda hoje, com formas modificadas. Patrimonialismo corporificado no capitalismo estatal, que institui privilégios, de um lado, e exclusão social, de outro; que define os ganhadores e os perdedores do jogo econômico, que fez do Brasil o país com a maior concentração de renda do mundo.

Acreditar que as reformas "liberais" de Collor e Fernando Henrique

tenham acabado com o estatismo é um auto-engano. Elas definiram os ganhos do capital financeiro e as perdas dos trabalhadores e do setor produtivo. Definiram a desnacionalização de setores da economia, o desemprego, o financiamento e o subsídio ao capital estrangeiro com dinheiro público, etc. O Ministério da Fazenda, o Banco Central, a Receita Federal, o sistema tributário, a Sudene, o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e os incentivos e subsídios são os principais instrumentos da política patrimonialista do Estado e da manutenção do capitalismo de privilégios.

Sem nenhuma transparência, o capital financeiro é fonte de especulação, não de poupança de financiamento. O mercado de ações, por exemplo, é um obscuro negócio de poucos. Os acionistas minoritários são violentados em seus direitos, expropriados pelos grandes. O Estado, os órgãos administrativos do governo e o Judiciário são uma grande capa protetora dos privilégios e da concentração.

O programa do PT deve atacar essas condições estruturais do capitalismo brasileiro que concentram a riqueza e a terra e impedem a democratização do capital e da propriedade. Promover uma radical reforma democratizadora do capital, da propriedade e das rendas, e republicanizadora do Estado, tem, no Brasil, o alcance de uma revolução.

3.4 O SUBSTRATO AUTÊNTICO DO SOCIALISMO PETISTA

Nas notas que se seguem, procuraremos determinar o que nos parece seja o substrato autêntico do socialismo petista, considerando que escapa inteira e completamente ao modelo de Marx, como esperamos demonstrar.

O Modelo de Marx

No entendimento de Marx, o socialismo era uma decorrência do desenvolvimento daquilo que chamou de "forças produtivas". È conhecida a famosa fórmula que aparece pela primeira vez em **A Ideologia Alemã** (1845-1846) - e que nunca foi plenamente esclarecida, diga-se de passagem - segundo a qual, a partir de certo nível de expansão das forças produtivas as

relações de produção tornam-se obstáculo ao seu ulterior florescimento. O capitalismo levava inexoravelmente à socialização dos processos produtivos, isto é, a maioria incorporava-se a esse processo, tornando-o incompatível com a propriedade privada dos meios de produção. Por isso o socialismo deixava de ser um ideal vago, cultuado por moralistas utópicos, para transformar-se em uma etapa (a última, segundo supunha) da história da humanidade. Coerentemente com tal entendimento, afirmou que a vitória do socialismo tinha que se dar, simultaneamente, no conjunto dos países europeus industrializados.

A experiência histórica sugere que, preservando-se a terminologia marxista, as relações de produção (a forma capitalista de propriedade) não impediu que as forças produtivas continuassem se desenvolvendo. Os processos produtivos foram extremamente modernizados (sistema Taylor e, mais recentemente, a chamada qualidade total, cuja formulação acabada é devida aos japoneses, partindo das teorizações americanas precedentes), do mesmo modo que a própria gestão. Peter Drucker lembrou recentemente que, nos tempos de Marx, não havia a mínima idéia do notável papel que a administração poderia desempenhar. A tecnologia também progrediu sem cessar, bastando mencionar a computação e as comunicações.

De modo que a preservação do modelo de Marx acabaria conduzindo à social-democracia alemã, isto é, ao abandono do projeto da sociedade sem classes (esta sim uma verdadeira utopia), em prol da linha de continuidade no aprimoramento da sociedade capitalista moderna. Aliás, nas recomendações que fizera a Engels, antes de morrer, quanto à continuidade da análise contida em **O Capital**, Marx indicara expressamente que era necessário levar em conta (o que não tivera ocasião de fazer) a ação do movimento sindical, que poderia impor inflexões ao modelo de desenvolvimento capitalista que havia prognosticado.

Ao apostar no socialismo cubano ou nicaragüense - socialismo de países atrasados e, portanto, dissociado dos aspectos propriamente econômicos da evolução social - os petistas recusam frontalmente tanto o modelo de Marx como os desdobramentos efetivados pela social-democracia alemã. Temos, portanto, de examinar outros modelos, se queremos identificar a natureza última do socialismo petista.

O modelo Lenin-Trotsky

A primeira mudança no esquema original de Marx seria devida a Lenin. Partindo da doutrina do imperialismo como sendo a última etapa do capitalismo, afirmou a possibilidade da vitória do socialismo em um único país, nesse caso denominado de "elo fraco da cadeia (imperialista)". A Rússia reunia condições para empreender esse passo mas, sendo uma nação pouco industrializada, a facilidade na realização da revolução tornava-se dificuldade na sua manutenção. Daí o postulado de que o socialismo em um único país, no caso da Rússia, precisaria do apoio de nações industrializadas da Europa para firmar-se e construir efetivamente o novo sistema econômico. Deu-se preferência à Alemanha. Daí a insistência em provocar a revolução soviética naquele país. Lenin morreu sem ver a última parte do sonho concretizada. De certa forma, Trotsky preservaria esse modelo. Mais precisamente: o socialismo dizia respeito às forças produtivas.

Considerando que semelhante ideário atrapalhava a "construção do socialismo" (isto é, a industrialização da Rússia), Stalin liquidou fisicamente seus partidários, inclusive o próprio Trotsky.

O modelo Lenin-Trotsky seria, portanto, a preservação do projeto inicial de Marx: a revolução socialista dizia respeito à remoção dos obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas. O socialismo seria concretizado em uma parte da Europa desenvolvida (Alemanha, possivelmente), embora simultaneamente pudesse arrastar a parte atrasada da Europa (a Rússia). Esse modelo não teve conseqüências. Os que vingaram consistiram no social-democrata e no stalinista. De todos os modos, a proposta petista não parece manter vínculos ostensivos com o que seria o modelo Lenin-Trotsky, aqui simplificada e esquematicamente apresentado.

O modelo estalinista

Stalin industrializou a Rússia (não a modernizou, sabemos hoje) e lançou as bases para a constituição de um vasto império, na melhor tradição czarista. Valeu-se da vitória militar contra a Alemanha para ocupar grande

parte da Europa. Brejnev não só consolidou essas conquistas como lançou os tentáculos do império aos diversos continentes. Como definir esse modelo de socialismo?

O modelo estalinista de socialismo seria aquele ao qual se acomodou a **nomenklatura** soviética, tendo vigorado sob Brejnev e resistido aos solavancos devidos a Krushov nos fins dos anos cinqüenta e começos de sessenta. O primeiro (ainda segundo a terminologia marxista) está relacionado à superestrutura. A retórica da ditadura do proletariado deu lugar a uma ditadura pessoal. Essa ditadura repousa em um aparelho repressivo de grande ferocidade e eficácia. Despudoradamente, ressuscitou o princípio do direito inquisitorial, segundo o qual a confissão é prova. Também como na Inquisição, as confissões foram obtidas sob tortura.

O totalitarismo não era entretanto suficiente, havendo um segundo princípio de maior peso: a exigência de fidelidade à União Soviética. Na Europa, recusando a vassalagem, Tito foi expulso da confraria, mas, valendo-se da própria experiência repressiva comunista, manteve a Iugoslávia em suas mãos. O grande cisma seria, contudo, provocado pela China.

E quanto às forças produtivas? É uma questão obscura na literatura marxista produzida pelos soviéticos. Concretamente, o COMECON (órgão de planejamento econômico dos países europeus, que admitia outras adesões) deixa entrever que, no mundo comunista, bastava um país plenamente industrializado. Mantiveram-se as indústrias existentes, na Polônia, na Tchecoslováquia, na Hungria e na Alemanha Oriental. Mas nada além disso. O exemplo do último país, depois da queda do Muro de Berlim, comprova-o à saciedade. Estamos assistindo hoje aos esforços da antiga Alemanha Ocidental para promover ali a verdadeira modernização econômica. Não houve o propósito de industrializar a Bulgária ou a Rumânia.

Em termos de discussão teórica, o máximo que ocorreu foi o debate bizantino acerca do "modo de produção asiático" (onde não houve escravagismo nem capitalismo, tendo, portanto, três etapas até o socialismo e não as cinco de praxe, concessão que os burocratas soviéticos incumbidos da discussão teórica nunca se decidiram a fazer). Não deixa de ser estranho que Stalin, tendo praticamente teorizado sobre quase tudo, não se tenha pronunciado sobre essa magna questão.

As revelações de Waack

No livro de William Waack - **Camaradas: nos arquivos de Moscou**. A história secreta da revolução brasileira de 1935 (São Paulo, Companhia das Letras, 1993) - há uma pista que possivelmente desvenda o mistério. Trata-se de uma figura até então não mencionada, o chinês Van Min, formulador da estratégia seguida na tentativa comunista de 35, que se tornou amigo de Stalin e pessoa importante na cúpula soviética, cuja doutrina ajustava-se integralmente ao expansionismo soviético, preservando ao mesmo tempo a aparência de desenvolver a teoria leninista. Em síntese, nas condições do imperialismo e em sua retaguarda, a revolução socialista pode ser impulsionada por uma parcela da burocracia (de preferência militar), aliada ao campesinato. Essa segunda parte nunca chegou a ter importância. O próprio Prestes, imaginando que cindiria o Exército e chegaria ao poder, deixou-a de lado (as instruções recebidas de Moscou, segundo a pesquisa de Waack, compreendiam, além da rebelião militar, uma insurreição camponesa no Nordeste).

Sobre essa (até então) obscura personalidade, Waack diz o seguinte: "Se alguém pudesse pensar que rigidez dogmática e subserviência aos chefes tivessem já atingido o limite do suportável, não conhecia Van Min, pseudônimo de Chen Shao-yu. Seu desempenho como líder revolucionário tinha sido até 1935 dos mais pobres. Era mal informado até mesmo sobre o que se passava em seu próprio país. Acreditava, no final dos anos 20, que o PC chinês controlava o desenvolvimento de uma revolução antifeudal e antiimperialista que já conteria elementos socialistas. Tinha fé também na perspectiva de breve vitória dessa revolução, que colocaria a China no centro da revolução mundial. Os soviets chineses seriam um novo tipo de Estado, seguido da longa e sangrenta luta contra o imperialismo e a burguesia (a revolução chinesa, comandada por Mão Tsé-tung, um irreconciliável inimigo de Van Min, acabou ocorrendo de maneira muito diferente). Estava mal informado também sobre o grau de deterioração interna dos exércitos do Kuomintang, uma das principais causas das catastróficas derrotas sofridas perante os comunistas chineses.

Em compensação, Van Min falava muito bem russo (além de chinês, inglês, francês e um pouco de alemão), fez carreira em Moscou entre 1931 e 1937, tornando-se amigo (se a palavra pode ser utilizada) até mesmo de Stalin. Do ditador soviético, Van Min ouviu a instrução de que a luta contra o trotskismo era a mais importante de todas, e até o final de sua vida seguiu isso à risca. É considerado o responsável pela introdução dos métodos de perseguição stalinista na China, e o principal articulador dos expurgos que terminaram com o fuzilamento ou a prisão de milhares de militantes chineses. Por essa razão, jamais Van Min foi reabilitado pelo PC chinês" (p. 12). Em uma nota relacionada a esse trecho, acrescenta o seguinte: "Já em 1938 Mão desencadeou uma campanha contra Van Min. Este, por sua vez, tentou liquidar Mão em 1941, enviando a Stalin, pela rede de agentes soviéticos, um telegrama no qual qualificava seu adversário de o 'pior trotskista de toda China'. Mais tarde tentou convencer a liderança soviética de que Mao queria envenená-lo".

Há no livro outras indicações sobre o personagem que evidenciam a sua importância: "Consta que um conselho errado de Van Min, o especialista em questões chinesas para a direção soviética, conduziu Nikita Krushov a subestimar o potencial militar chinês, quando Mao rompeu com a URSS, quase jogando os dois gigantes comunistas numa guerra. Van Min teve uma filha, adotada por Dimitrov, e um filho que se tornou um empresário bem-sucedido com o fim do comunismo soviético. Van Min morreu em 1974 e pediu para não ser sepultado no Muro do Kremlin: tinha a esperança de que fosse, mesmo morto, levado de volta à China, mas o PC chinês jamais o reabilitou das críticas feitas por Mao. Van Min introduzira na China a prática stalinista do extermínio da oposição" (p. 345). Indico que, para ser enterrado na muralha do Kremlin, era necessário não apenas ser um alto dignatário do sistema como estar em absoluta sintonia com ele. Krushov, por exemplo, não mereceu essa honra, sendo enterrado em um cemitério comum.

Possivelmente o próprio desenrolar da revolução chinesa há de ter permitido o desenvolvimento do modelo. Os soviets em que apostara Van Min, nos anos vinte, adianta Waack, tiveram sob seu próprio controle parcela ínfima do território chinês, chegando a apenas 3% (150 mil em um total de 4 milhões de quilômetros quadrados). Contudo, Mao "hibernou" durante muitos

anos em uma província distante (Yutang) e, com a ajuda dos soviéticos e valendo-se da desagregação produzida no país com a ocupação japonesa, transformou a questão da revolução socialista em um problema de ordem militar. O certo é que o modelo praticado neste pós-guerra, pelos soviéticos, consistiu em apoiar-se em uma facção militar ou da burocracia para tomar o poder e agregar países atrasados à órbita do império. Angola, Moçambique, Etiópia, países atrasadíssimos, tornaram-se automaticamente socialistas com a simples adesão ao império soviético. Há mesmo o caso limite do Iêmen (do Sul, com um milhão de habitantes e economia rudimentar, localizado no Oriente Médio) que se proclamou **República Socialista Científica**.

O socialismo petista

Como se vê, a classificação como socialista para países como Cuba ou Nicarágua não tem nada a ver com aquilo que a tradição cultural do Ocidente associou ao socialismo, isto é, uma etapa subsequente ao capitalismo (do século XIX), o que aliás foi realizado pelo próprio capitalismo neste século, como terminaram por reconhecê-lo os social-democratas. A **nomenklatura** soviética transformou aquela denominação num símbolo da adesão ao império soviético. De toda a atuação do COMECON pode-se inferir que, no conjunto do Império, bastava uma região industrializada (a própria Rússia). Sob essa espécie de socialismo (soviético), o desenvolvimento das forças produtivas (preservando, mais uma vez, a própria terminologia que empregam) circunscreve-se à industrialização. Não há propriamente modernização econômica (gestão de qualidade, minimização do setor manufatureiro; progresso das comunicações, crescimento preferencial dos serviços ligados à educação, ao lazer etc.).

Com a divulgação das **Diretrizes para o Programa de Governo - 94**, o PT esclarece plenamente o sentido de sua adesão ao "socialismo" de Cuba.

O documento registra, conforme se pode observar na transcrição precedente, que "a vitória de Lula terá grande impacto internacional, sobretudo na América Latina, produzindo previsíveis modificações na correlação de forças do continente". No modelo econômico a ser implantado pelo governo petista, caso eleito, completamente autárquico e voltado para dentro, como aliás se dava com a União Soviética, será efetuada a "suspensão

do pagamento da dívida, promovendo uma auditoria internacional na mesma". Infere-se do dispositivo subsequente que os agentes econômicos, titulares da dívida, continuarão recolhendo ao Tesouro os recursos correspondentes, pois fala-se na "criação de um fundo para a ciência e tecnologia e investimento na área social". O objetivo primordial a ser alcançado corresponde à constituição de "um grande mercado interno de massas, estimulando a produção de alimentos, bens de consumo popular, a habitação e o saneamento básico". Para tanto propõe "romper com a lógica de uma política de exportações, destinada apenas a produzir excedentes utilizáveis para o pagamento da dívida externa ou para formar reservas cambiais". Diz-se em complemento que "os saldos obtidos serão utilizados centralmente" (pelo visto, estatização das importações).

O eixo do documento é conduzir a estatização da economia a extremos até então desconhecidos., Além de manter sob controle estatal as "áreas estratégicas" (petróleo, telecomunicações, mineração, energia elétrica e biotecnologia), o novo governo "reexaminaria as privatizações feitas nos três últimos governos e, se for o caso, poderá anulá-las". Provavelmente os meios de comunicação também serão estatizados, pois fala-se em "atacar diretamente os monopólios", em particular a Rede Globo. Como a preferência do público por essa última rede não decorre de nenhuma imposição legal, mas da concorrência, a forma de eliminar aquela preferência só pode ser via estatização. Os bancos privados (que correspondem à menor parcela desde que os cerca de cem bancos e instituições financeiras estatais dominam em torno de 60% de todas as operações do Sistema Financeiro Nacional) provavelmente também serão estatizados, pois as Diretrizes do PT mencionam, "intervenção e reformas do sistema financeiro", e "enfrentar o setor financeiro e quebrar o controle dos oligopólios sobre a economia".

Não deixa de ser curiosa esta diretriz: "Mecanismos de controle da atividade de monopólios e oligopólios, nacionais e internacionais, na perspectiva de romper com seu controle sobre a economia nacional, especialmente em questões como fixação de preços, as relações de trabalho e com as pequenas e médias empresas industriais, agrícolas e de serviços". Ora, os monopólios conhecidos são só estatais que, estes sim, exercem inquestionável controle sobre a economia do País, respondendo por nunca

menos de 65/70% do patrimônio empresarial e infernizando a vida do resto. Como para o "bom entendedor um pingo é letra", é óbvio que a ameaça é claramente contra o segmento privado da economia, a menor parcela. Se sobreviver, deve contar com controle de preços, aumentos compulsórios de salários e a grande novidade, que consistirá na fixação dos preços a serem pagos aos fornecedores (supostamente todos passíveis de catalogação, como pequenas e médias empresas).

A socialização do campo também estará assegurada: "assentamento imediato das famílias sem terras acampadas e garantia das condições de sobrevivência até a colheita da primeira safra". Quem conseguir "acampar" tem assegurado o direito de receber a terra que haja escolhido, não importa a sua condição (pelo menos as **Diretrizes** não inserem qualquer ressalva), e a remuneração pelo "serviço" até que consiga sobreviver como fazendeiro, naturalmente desde logo coletivizado.

O que está mencionado é suficiente para comprovar que se trata de repetir a experiência soviética, proposta que está de fato perfeitamente explicitada nas **Diretrizes**.

As **Diretrizes para o Programa de Governo - 94** dizem expressamente que a "vitória nas eleições de 1994 e sua experiência de governo consolidarão o PT como referência para os novos movimentos socialistas internacionais". ao mesmo tempo conforme mencionamos, "terá grande impacto internacional, sobretudo na América Latina, produzindo previsíveis modificações na correlação de forças no continente". Na nova situação, o Brasil deverá não só suspender o pagamento da dívida externa, como contra ela "desencadear forte movimento... dos países periféricos" e, subseqüentemente, impulsionar "projetos de integração especialmente na América Latina", certos de que "esses projetos não prosperarão nos marcos de economias neoliberais".

O governo será denominado democrático popular. Democracia popular era a denominação que os soviéticos davam aos governos dos países satélites do Leste Europeu. Formalmente eetaa era a diferença: a ditadura não se exercia em nome de um partido único. Além do PC, hegemônico, havia agremiações consentidas supostamente para representar setores não estatizados da economia. Provavelmente é isso que a liderança petista trem em vista. A singularidade do caso brasileiro consistiria em que, pelo menos

até a chegada ao poder, o processo reveste-se de caráter democrático.

Desde que aceitemos a tese de que o socialismo como foi praticado na União Soviética corresponde a uma virtualidade do patrimonialismo, o programa do PT faz muito sentido. Efetivamente, como o demonstrou Karl Wittfogel (1896-1988), no livro **O despotismo oriental** (1957), na época da 1ª Guerra Mundial, o Estado czarista estava de posse de 90% da indústria pesada, de um terço da indústria de transformação, detendo ainda nunca menos de 90% da mineração e a posse das estradas de ferro, principal meio de transporte do país. O Banco do Estado era autêntico Banco Central de todo o sistema de crédito russo. A seu ver, a Rússia não alcançou um patamar socialista inicial para depois regredir ao velho despotismo czarista. Ao contrário, a nova elite burocrática logo conquistou posições de domínio sobre a sociedade ainda mais forte que a burocracia czarista.

No Brasil, herdamos o Estado Patrimonial lusitano que, desde Pombal, isto é, desde a segunda metade do século XVIII, adotou um componente modernizador, ainda que unilateralmente, porquanto acabaria reduzindo-se à industrialização e desinteressando-se da incorporação das instituições do sistema representativo, que são o resultado mais significativo da Época Moderna. Este projeto foi assumindo feição cada vez mais acabada desde Vargas, sendo de certa forma implantado pelos governos militares. Trata-se, portanto, de uma tradição cultural solidamente plantada em nosso meio, correspondendo a uma grande ilusão imaginar-se que possa ser removida com um arremedo de Parlamento, constituído a partir de sistema eleitoral impeditivo da formação de partidos, e, portanto, de que as correntes de opinião venham a estruturar-se plenamente --o que pressupõe a presença de partidos políticos que as represente--. enfim, a derrocada do Estado Patrimonial não será alcançada como resultado secundário de ações que não visem diretamente aquele propósito.

O grande mérito das **Diretrizes para o Programa de Governo-94**, do PT, encontra-se no fato de que explicita com toda clareza o que pretende a nossa velha burocracia patrimonialista, pelo menos em matéria de modelo econômico. Só poderia, aliás, surpreender-se com essa demonstração de vitalidade quem a considerasse como um gato morto, porque foram conseguidas algumas privatizações.

3.5 - SIGNIFICOU O I CONGRESSO MUDANÇA SUBSTANCIAL NO PT?

Segundo referimos, o II Congresso do Partido dos Trabalhadores (PT) teve lugar em Belo Horizonte, nos dias 24 a 28 de novembro de 1999. O fato de que José Dirceu tenha sido reeleito foi interpretado como estrondosa vitória da corrente que representa, a **Articulação**, considerada como moderada. Essa impressão superficial explica-se pelo desconhecimento do que se poderia denominar de ambigüidade estrutural, que se implantou na agremiação desde o segundo turno das eleições presidenciais de 1989. Até então, como foi sobejamente demonstrado na análise anterior, o PT lutava pela instauração no País de clima insurrecional que lhe permitisse empolgar o poder pela força.

Vislumbrada a possibilidade de conquistá-lo pelo voto, os diversos segmentos radicais que dele participam, de forma organizada, preservaram toda liberdade de continuar tentando "virar a mesa" - de que é um exemplo expresso a atuação do MST e as sucessivas greves políticas convocadas pela CUT - ao mesmo tempo em que o partido chegou ao Programa de Governo de 1994 - cujas partes básicas foram transcritas precedentemente - no qual não abdica de promover as transformações requeridas pela substituição do sistema representativo pelo cooptativo, denominado de "democracia popular", que era justamente o nome do regime totalitário mantido pela União Soviética em seus países satélites do Leste Europeu.

O exemplo mais flagrante de que não houve mudança substancial na agremiação pode ser ilustrado pelo grande tema do Congresso: a palavra de ordem de "Fora FHC". A resolução adotada deixa livre as tendências organizadas, existentes em seu interior, para continuar divulgando-a. Têm, como se afirma naquela resolução, "autonomia e legitimidade para fazê-lo". Além disso, o PT compromete-se a impulsionar a mobilização popular que possa levar à derrota do Presidente. O que pode significar "derrota" de um presidente legalmente eleito?

O PT continua identificando "socialismo" com estatização da economia. Lutarão pela imediata interrupção do programa de privatizações. Se chegarem

ao poder, vão promover auditorias e querem submeter a plebiscito popular o que fazer com cada uma das empresas privatizadas. ao mesmo tempo, reafirmam que seu "socialismo" não se identifica com o comunismo soviético. A dificuldade reside sobretudo em apreender-se a diferença.

A fim de que o leitor tenha a possibilidade de formar juízo próprio, transcrevemos, em seguimento, o balanço do conclave publicado pelo jornal **O Estado de São Paulo**/ (29/11/1999) bem como o resumo que divulgou das resoluções aprovadas. Segue-se a transcrição:

"Dos cinco dias do congresso do PT, três foram consumidos no debate de uma só questão: se o partido defenderia nas ruas uma campanha pelo impeachment do presidente Fernando Henrique Cardoso e a antecipação da eleição presidencial de 2002. Depois de muitas negociações, bate-boca e até tumulto na hora da votação no plenário, os moderados conseguiram derrubar o slogan 'Fora FHC', defendido pelos radicais. Mas não conseguiram desfazer, entre a maioria dos 928 delegados que participaram do congresso, a impressão de que faltou debater uma estratégia para o partido.

'Nossa elaboração programática está fraca e o congresso de Belo Horizonte foi um dos piores encontros dos quais participei', criticou o líder do PT na Câmara, José Genoíno (SP), moderado do bloco majoritário do PT. 'Isto não foi um congresso:foi um encontro metido a besta', resumiu o ex-deputado Vladimir Palmeira (RJ), da ala radical. 'A discussão acabou completamente desfocada', concordou o prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, um dos líderes da tendência de esquerda Democracia Socialista.

Até o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, admitiu que o empate em torno do "Fora FHC" foi superdimensionado. 'Não é possível canalizar toda a energia do PT contra um homem chamado Fernando Henrique observou. 'Passei dois dias procurando um acordo para tirar essa palavra de ordem e, no fim, todos cederam um pouco.' Para ele, o que mobilizará a sociedade não é um slogan, mas propostas concretas. 'Precisamos apresentar um programa para combater a fome, a miséria e lutar contra esse modelo econômico.'

De qualquer forma, o jogo do empurra predominou, No fim da votação

que derrubou o 'Fora FHC', moderados e radicais trocavam acusações pelas muitas horas dedicadas à discussão. 'é inacreditável que no fim do século 20, quando devíamos falar dos problemas do País e do que o PT vai fazer, o debate fique engessado numa palavra de ordem', criticou o deputado João Paulo Cunha (SP). 'Foi uma perda de tempo lamentável.'

Para o deputado Marcelo Déda (SE), quem esvaziou o debate foi a esquerda do PT. 'Não é verdade', retrucou o deputado Milton Temer (RJ), candidato derrotado à presidência do PT apoiado pelos radicais. O deputado estadual do Rio Chico Alencar, do grupo de esquerda Refazendo, reclamou da política de alianças aprovada. 'No limite, o PT pode coligar-se até com o PPB', disse. 'Se o PT entrar na geléia geral brasileira, pode se diluir'.

Para o governador do Acre, Jorge Viana, eleito por coligação de 12 partidos, a derrubada do leque de alianças é justamente o desafio do PT para as eleições municipais e presidenciais. 'Tem muita gente na esquerda que tem preconceito de ser governo e quer continuar na oposição: não dá, tem de sair dessa'. Para ele, o PT perde tempo ao discutir que tipo de oposição deve fazer. 'Temos de dar um passo para a frente, surgir como alternativa'.

Socialismo

Apesar da polêmica causada por Genoíno ao confessar que não acredita mais no socialismo como modelo econômico, o PT não debateu o tema. Dez anos após a queda do Muro de Berlim, só reafirmou resoluções de 90 e 91. Reeditou texto sustentado que o PT é socialista e contra os conceitos de ditadura do proletariado, estatização forçada e economia planificada. 'Temo um PT de bandeira arriada e descorada, um PT cor-de-rosa', disse Alencar. 'Isso não bate com a crise que o Brasil vive'.

Genoíno gostaria de ter debatido o socialismo. 'Não houve avanço'. Para ele, o congresso pecou por não discutir como a esquerda deve agir diante do 'fracasso' do neoliberalismo. 'O dilema da esquerda não é nem situar pós-neoliberalismo'. O deputado Paulo Delgado (PT-MG) concordou. 'Temos de conciliar a esperança que despertamos na população com a confiança que ainda não despertamos', disse. 'Ninguém vota por esperança'."

As resoluções

Fora FHC

O partido não assume essa palavra de ordem, mas reconhece a 'autonomia e legitimidade' das entidades que o fazem e anuncia que 'impulsionará a mobilização popular' para derrotar o Presidente Fernando Henrique Cardoso. A defesa do impeachment imediato não foi aprovada pelos delegados.

Privatizações

Os petistas querem interromper o Programa Nacional de Desestatização, submeter a auditoria à privatizações já feitas e promover uma consulta popular, caso a caso, para decidir o que fazer com cada empresa privatizada. A proposta de reestatização geral foi rejeitada.

Previdência

A legenda defende a reorganização do sistema com benefícios iguais para todos os trabalhadores dos setores público e privado, com gestão quadripartite (trabalhadores, empresários, Estado e aposentados) e possibilidade de previdência complementar. A oposição total à reformulação do setor não foi aprovada.

Política de alianças

Em 2000, além dos aliados tradicionais do campo de esquerda, o PT quer alianças com o setor oposicionista do PMDB. Coligações com o PPS serão condicionadas a compromissos programáticos, oposição ao governo federal e combate ao neoliberalismo. Alianças com os demais partidos, incluindo os conservadores, poderão ocorrer após consulta às direções regionais, cabendo recurso ao comando nacional do partido.

Dívida externa

Os petistas propõem o rompimento dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a "renegociação soberana" da dívida externa pública. O PT rejeitou, porém, a "estatização" dos débitos internacionais privados. O partido apóia a realização de um plebiscito sobre o tema em 2000 e a criação

da Taxa Tobin, sobre movimentação internacional de capitais. Propostas que admitiam a moratória, a suspensão do pagamento e o calote foram derrotadas.

Socialismo

O partido reafirmou as resoluções sobre o tema aprovadas em encontros anteriores, que definem o socialismo do PT como pluralista e repudiam o chamado socialismo real, que existiu no Leste Europeu. O tema continuou, porém, apenas como referência retórica, porque a legenda avalia que sua adoção não está na ordem do dia. Emendas da esquerda sobre o tema não foram aprovadas.

Terceira via

O PT rejeitou proposta de rompimento com os partidos social-democratas europeus que defendem a criação de um terceiro caminho entre capitalismo e socialismo, mas não aprovaram a aproximação com essa corrente, apontada como neoliberal.

Eleições presidenciais

O debate sobre esse tema, assim como o da reestruturação do partido, com eleições diretas para as direções, foi remetido ao diretório nacional.

Capítulo 4

O PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (PPS)

4.1 - DO PARTIDO COMUNISTA ao PPS

A organização do Partido Comunista, em 1922, não configurou desde logo, o surgimento de uma proposta totalitária. Ao longo da década, a entidade não passava de uma pequena seita. Além disso, sofria influência do anarquismo e de outras doutrinas socialistas trazidas para o Brasil pelos emigrantes europeus. O bolchevismo da revolução russa chamava-se marxismo e não configurava, em si mesmo, como veremos adiante, uma plataforma doutrinária definida.

Os comunistas passam a ter audiência no País com a adesão de Luís Carlos Prestes, originário do tenentismo e do positivismo rio-grandense. Esse fato insere o Partido Comunista na tradição republicana e transforma-o num apêndice do golpismo tenentista. Essa nova fase da organização iria terminar com a fracassada insurreição em alguns quartéis, em novembro de 1935, efetivada não diretamente sob a direção do Partido Comunista, mas de uma organização que obedecia à liderança de Prestes, denominada **Aliança Nacional Libertadora**.

Nos começos da década de trinta parece vigorar, nos diversos círculos, a mais funda descrença nas instituições democráticas. A maioria dos tenentes, com poucas exceções, evolui rapidamente para soluções institucionais de tipo autoritário. Assim o Clube 3 de Outubro, na convenção de 1932, quer que a eleição direta seja circunscrita ao âmbito municipal, adotando-se a forma indireta dos demais escalões.

A entidade parece inclinar-se pelo sistema das câmaras corporativas, desde que a maior ênfase recaia na representação profissional. A administração deve ficar a cargo de conselhos técnicos. A convenção absteve-se de discutir "a oportunidade ou a inoportunidade da convocação da Assembléia Constituinte", considerando que "a ditadura foi estabelecida em nome da Revolução para resolver determinados problemas fundamentais da

coletividade nacional" (1)

A adesão de Luís Carlos Prestes ao Partido Comunista e a criação da Aliança Nacional Libertadora têm lugar sob a égide de tais idéias autoritárias. Em discurso pronunciado no Recife, em novembro de 1945, Prestes teria oportunidade de negar que a Aliança pretendesse instituir no país governo soviético ou ditadura do proletariado. É certo que nos documentos da Aliança Nacional Libertadora não há nenhuma proposição institucional clara, isto é, não há qualquer avaliação do sistema representativo, nem da proposta castilhista, que era, sem dúvida, o modelo que merecia a simpatia dos tenentes. No período recente, publicou-se um livro, já mencionado no capítulo anterior e comentado ao fim do tópico, sobre a insurreição de 35, que coloca uma nova luz sobre o evento. Trata-se do texto de William Waack - **Camaradas. Nos arquivos de Moscou. A história secreta da revolução brasileira** (Companhia das Letras, 1993).

Quando é reorganizado, em 1945, o Partido Comunista adota diversos pontos do programa da oposição democrática a Vargas. Assim, após a convocação da Assembléia Constituinte, aceita a pluralidade dos partidos e dispõe-se a conquistar o poder pelo voto. A autenticidade de semelhante conversão seria contestada, tornando-se necessário o pronunciamento da Justiça Eleitoral, que considerou exagerada a atribuição aos comunistas da responsabilidade por greves e manifestações de rua. Estes, concluíram os juízes, não atingiram "tal ascendência sobre as classes proletárias, de modo a levantá-las a um simples aceno". Contudo, as declarações públicas e os documentos oficiais não os convenceram de que os comunistas efetivamente tivessem renegado a ditadura do proletariado, e o registro eleitoral foi cassado em fins de 1947. (2) Com a cassação do registro eleitoral, os comunistas iniciaram o processo de reavaliação do breve período de existência legal de que haviam desfrutado e que não ultrapassara dois anos. Acabará vigorando a integral condenação da plataforma política que haviam adotado em 1945, de cunho democrático, segundo se mencionou. Em documento elaborado em maio de 1949, Luís Carlos Prestes teria oportunidade de dizer que aquela posição era errônea, porquanto reformista. Parece-lhe então, que os comunistas vinham "caindo, de desvio em desvio, de erro em erro, no caminho do oportunismo e do reformismo", substituindo a

"luta de classe pela colaboração de classes."

O fato singular, de grandes conseqüências para os destinos do pensamento socialista no Brasil, adviria da circunstância de que, ao condenar a plataforma democrática, os comunistas não iriam simplesmente retomar as suas origens autoritárias. Teria início o aparecimento de tendências socialistas que iriam inclinar-se abertamente pelo totalitarismo.

Privados do registro eleitoral, isto é, do direito de concorrer diretamente às eleições, em fins de 1947 e, logo no começo de 1948, com a cassação dos mandatos que haviam conquistado nos órgãos legislativos, os comunistas, sem avaliar o grau de seu isolamento, tentaram encontrar uma saída constitucional, lançando a palavra de ordem de **Renúncia de Dutra**. O fato de que o governo Dutra tinha conseguido minimizar as antigas divergências entre getulistas e antigetulistas, formando uma ampla coalização de partidos, fora solenemente ignorado, do mesmo modo que a repercussão negativa da declaração de Prestes de que ficaria do lado da Rússia em caso de guerra mundial.

Como a tentativa de afastamento do governo por meio de recursos legislativos não chegou a ter qualquer conseqüência, os comunistas foram enveredando pelo caminho de constituir um processo político "sadio", não conspurcado pelo processo real. Primeiro tentaram, sem sucesso, organizar movimento sindical à margem do sindicalismo reconhecido oficialmente. E, logo a seguir, conceberam a chamada **Frente de Libertação Nacional**. O ciclo considerado encerra-se com a realização do IV Congresso, em novembro de 1954, cujos documentos foram editados em número especial da revista **Problemas**. (3) Os documentos em apreço configuram de modo cabal uma opção totalitária.

Com o IV Congresso, o partido Comunista adere ao modelo institucional imposto pela União Soviética à Europa Ocidental, denominado de **democracia popular**. Segundo esse modelo, estrutura-se governo nacional formalmente independente. Mais precisamente: os países do Leste Europeu não ingressaram na União Soviética, mas constituíram governos nacionais. A experiência ulterior iria demonstrar que a providência revestia-se de caráter meramente formal, porquanto a direção política real se mantinha em mãos dos russos.

Segundo o conclave mencionado, o governo democrático popular seria formado mediante eleições. Mas estas nada teriam a ver com o sistema eleitoral existente no País nem resultariam de seu aperfeiçoamento. À Frente de Libertação Nacional, liderada pelo Partido Comunista, competiria derrubar pela força o governo existente. Somente depois de consumado esse desfecho é que teriam lugar as eleições.

O novo sistema admitiria a existência de outros partidos e agremiações, além do Partido Comunista. Vale dizer: o IV Congresso não aderiu ao partido único. Os demais partidos e agremiações decorreriam da circunstância de que o novo governo não promoveria a nacionalização da terra, mas tão-somente o confisco da propriedade latifundiária; nem a nacionalização de bancos, indústrias e capitais da burguesia brasileira, mas o confisco, tão-somente, dos capitais e das empresas dos grandes capitalistas que **traíssem os interesses nacionais**.

Finalmente, em matéria de política externa, o novo governo faria uma opção clara de alinhamento no bloco soviético.

O ciclo durante o qual o Partido Comunista dá forma acabada à sua opção totalitária coincide com a volta de Vargas ao poder e com o ressurgimento das antigas disputas, culminando com o seu suicídio. A reação popular a esse evento dirigiu-se igualmente contra o Partido Comunista, que, de fato, formava o bloco antigetulista. Jornais comunistas e sedes de agremiações por ele mantidas foram destruídas pelos getulistas. A opção totalitária do IV Congresso experimentava seus primeiros dissabores.

Nos anos subseqüentes, os comunistas renunciaram integralmente à plataforma do IV Congresso e buscaram uma aliança com os trabalhistas, que então ganhavam novo alento e marchavam para se constituir efetivamente como partido político. Seguiu-se o virtual esfacelamento da agremiação, pelo fato de que o relatório Kruschew denunciando os crimes do estalinismo coincidia com o advento de um período de ampla liberdade em nosso País, dando ensejo a significativo debate, de que resultaria a debandada dos intelectuais do PC. A experiência dessa geração, que ingressou num PC de auréola democrática, nos fins do Estado Novo, e abandonou-o em 1957/1958, ao vê-lo estigmatizado pelo estalinismo, seria brilhantemente resumida por Osvaldo Peralva no livro **O Retrato**.

Em 1960, o PC realizou o V Congresso, no qual buscava promover o repúdio à tradição estalinista e formular uma plataforma de cunho democrático. Esclareça-se que toda tentativa dos comunistas brasileiros de romper com a crosta totalitária, resultante de sua aproximação com os soviéticos na década de cinquenta, faz aparecer o substrato autoritário da agremiação. Ainda assim, a renúncia ao totalitarismo iria provocar sucessivas cisões, das quais a mais surpreendente, alguns anos mais tarde, em 1980, seria a do próprio Luís Carlos Prestes.

Em 1967, o PC promoveu o VI Congresso, no qual - em que pese a derrubada de Goulart, em 1964 e a organização dos dois primeiros governos militares, sob a chefia, respectivamente, de Castelo Branco e Costa e Silva - é ratificada a plataforma de 1960. Os comunistas proclamaram que "o desenvolvimento capitalista verificado no Brasil, embora limitado, teve um caráter objetivamente progressista, desde que significou a evolução para um estágio mais adiantado da sociedade". A ênfase recai na luta pelas liberdades democráticas; pela revogação da Carta de 1967; convocação da Assembléia Constituinte; livre funcionamento dos partidos políticos, eleições diretas para a Presidência da República etc. Permanece certa ambigüidade, como por exemplo a aceitação de que, pela diversidade de condições existentes no País, possa aparecer a luta armada, embora se ressalve que o essencial é que as formas de luta decorram das exigências da situação concreta e sejam adequadas ao nível de consciência e à capacidade de luta das massas. Contudo, não pairam dúvidas de que o núcleo remanescente do PC rompe com o modelo totalitário, embora a circunstância não o tenha, de imediato, transformado em uma agremiação democrática, desde que persiste certo encanto pelo autoritarismo. (4)

A evolução do Partido Comunista no período posterior à debandada dos intelectuais em decorrência do Relatório Krushev, nos anos de 1957 e 1958, deu origem ao surgimento de novas agremiações de extrema-esquerda. No âmbito do próprio PC, o fenômeno decorria basicamente das cisões aparecidas entre os comunistas no plano internacional. As agremiações resultantes consistiriam em variações do nome consagrado (PC do Brasil, em contraposição ao PC tradicional que se intitulava "brasileiro"; o PC Brasileiro Revolucionário; Partido Operário Comunista etc.), obedecendo seja à

orientação cubana, seja à chinesa e, posteriormente, sem qualquer temor do ridículo, à facção albanesa, isto é, que seguia a Albânia, país europeu então dominado por uma ditadura sem qualquer vinculação com a tradição socialista do continente, cuja capital tem menos de 200 mil habitantes, ou seja população inferior à da capital de Sergipe.

A nova extrema esquerda totalitária, resultante das cisões do Partido Comunista e abertamente estimulada do exterior, proclamou a doutrina batizada de **foquismo**, segundo a qual competia promover a criação de focos de luta armada. A literatura então em voga consistia de **Manual do guerrilheiro urbano** e temas afins. Sem o apoio do Partido Comunista, tais agrupamentos estavam condenados a pregar no vazio e efetivamente não representavam nenhum risco para o projeto brasileiro de fazer coincidir o progresso material com a consolidação dos institutos do sistema representativo.

O destino histórico dos agrupamentos totalitários sofreria entretanto, no nosso País, reforço extraordinário com a adesão a essa plataforma de segmentos importantes da Igreja Católica, ocasionando, como vimos, a sua sobrevivência no interior do PT.

O aprofundamento da ruptura do PC com o totalitarismo dar-se-ia com a sua autodissolução, em 1991, em decorrência do fim do comunismo soviético. Esse tipo de atitude havia sido precedido pelo Partido Comunista Italiano que também se autodissolveu, criando em seu lugar o Partido de Esquerda Democrática (PSD, em italiano), cujo empenho consistiria em eliminar a antiga cisão com o Partido Socialista, de sorte que todos os socialistas estivessem em uma mesma agremiação. Tanto na Itália como no Brasil, muitos comunistas não aceitaram tal procedimento.

De todos os modos, no denominado IX Congresso do PCB, a agremiação mudou de nome, passando a chamar-se Partido Popular Socialista - PPS.

No programa do PPS, adiante transcrito, mantém-se o compromisso com o socialismo, isto é, com a construção de uma sociedade sem classes, e a fidelidade a Marx. Vale dizer: não se trata de uma opção social-democrata.

A implantação do socialismo seguirá, entretanto, as regras democráticas. Não se fala mais em luta armada. Critica-se e rejeita-se a experiência do chamado socialismo real. Ainda assim, em que essa espécie de

socialismo distingue-se pura e simplesmente da estatização da economia não fica muito claro.

No que se refere, entretanto, à rejeição do totalitarismo, não pode haver qualquer dúvida.

4.2 - A VERDADE SOBRE 1935

Embora esta não fosse certamente a intenção do autor, o livro **Camaradas. Nos arquivos de Moscou. A história secreta da revolução brasileira**, corresponde a extraordinária contribuição à historiografia brasileira, tão aviltada nos últimos anos pela **vulgata marxista**. A pretexto da “não existência de fatos, mas apenas de interpretação” - seus adeptos chegam a escrever essa enormidade - permitiram-se fazer toda espécie de afirmações gratuitas acerca da História do Brasil. William Waack retoma a notável tradição iniciada por Varnhagen, inspirada no lema de Ranck, segundo o qual incumbe à história estabelecer como os acontecimentos de fato se passaram. Jornalista de grande talento, Waack valeu-se da circunstância de que muitos arquivos soviéticos se tenham tornado acessíveis para reconstituir, com base em farta documentação, o episódio do qual se pode dizer que é verdadeiramente escabroso.

A experiência do contato com Moscou, vivenciada pela geração comunista do pós-guerra (documentada por Osvaldo Peralva em **O Retrato**) tornara patente que os partidos comunistas tinham um chefe russo, tudo indicando que existiria um mecanismo segundo o qual alguns comunistas eram recrutados para a condição de agentes soviéticos (possivelmente ligados a órgãos de segurança). Supunha-se, entretanto, que a Internacional Comunista, pelo menos até o grande terror estalinista, era um colegiado formado por revolucionários sinceros, por certo mais das vezes equivocados, mas o que também se podia atribuir às perseguições que sofriam em seus próprios países, o que teria acabado por distanciá-los da realidade.

A caracterização da IC que nos fornece Waack é a de um simples apêndice dos serviços secretos. Além da conhecida centralização em que se baseava o funcionamento dos Partidos Comunistas, a IC tinha uma

peculiaridade. Sendo a Comissão Política (ou Secretariado, desde que formados pelas mesmas pessoas) integrada por oito a dez nomes, onde entravam estrangeiros e, parecendo demasiado numerosa, o executivo verdadeiro constituía-se de três pessoas, a chamada **Uskaia Komissia** (Pequena Comissão). Embora dela fizesse parte um finlandês (Kuusinen), na verdade todos eram russos (a Finlândia tornou-se independente depois da Revolução de Outubro, e o próprio Kuusinen pertencia ao CC do PCUS e chegou ao seu Birô Político). O terceiro homem era o chefe do OMS, serviço secreto da própria IC e ligava-se diretamente ao órgão, depois denominado KGB.

O livro revela o nascedouro da idéia - que nada tinha a ver com o marxismo - de que as revoluções sustentadas pelos comunistas consistiriam em uma espécie de aliança entre os camponeses e segmentos da burocracia. A fonte inspiradora seria a chamada Revolução Chinesa, e seu principal teórico, uma figura obscura, o chinês Van Min, que continuou dando as cartas em Moscou, como principal conselheiro para assuntos chineses, tendo ficado do lado russo na briga com Mao (faleceu em 1974). Torna-se patente que o abandono da idéia de **revolução europeia** em prol dessa prevalência do mundo subdesenvolvido marca o trânsito dos soviéticos, sob a liderança de Stalin, para a adoção da velha idéia imperial russa. Dessa falácia teórica (do ponto de vista da coerência do marxismo), resultaria a transformação automática em **socialistas** de países atrasadíssimos como Angola, Moçambique, Etiópia etc., colocados sob dominação soviética. Assistiu-se até mesmo ao espetáculo grotesco do aparecimento da República Socialista Científica do Iemen, conforme já se observou no capítulo anterior.

O Brasil foi considerado como apresentando todas as condições para passar à órbita soviética, plantando os russos uma base na própria retaguarda de seu principal inimigo. O modelo de Van Min, elaborado com a ativa participação de Prestes, compreendia uma insurreição camponesa no Nordeste, que daria a Prestes o pretexto para dividir o Exército. Waack chama a atenção para um fato de certa forma obscurecido: o encargo de chefiar a operação no Nordeste, atribuída a Silo Meireles, ex-oficial do Exército, homem de confiança de Prestes, treinado em Moscou para a missão. O desenrolar dos acontecimentos serviu para confirmar que se tratava de uma

hipótese estapafúrdia, mas que a documentação levantada por Waack comprova ter sido a crença dos formuladores da operação. Esta foi concedida diretamente pelos órgãos de segurança, sendo o posto operativo chave ocupado por um homem da OMS (serviço secreto da IC), treinando pela OGPU (antecessora da KGB), ao contrário do que procurou fazer crer durante toda a vida, Prestes achava-se inteiramente integrado ao aparelho da IC. Olga Benário era uma agente do IV Departamento (serviço secreto do Exército).

Ainda que as comunicações com Moscou não se tivessem organizado a contento, a operação foi dirigida da capital russa, tendo sido preservados todos os documentos que o comprovam. Waack os utilizou abundantemente, reconstituindo a inteira cronologia da tragédia. Há coisas fantásticas. Em uma carta aérea cifrada, de 9 de novembro de 1935, o virtual chefe do Birô Sul-americano (Arthur Ernst Ewert, pseudônimo Harry Berger), assim descreve o ambiente do País: "Lutas generalizadas de guerrilheiros em quatro estados do Nordeste. Ampla frente popular do Rio abrangendo desde partidos de oposição até a ANL. Progressos militares: nossa campanha para reforço do exército e Exército Popular apresentam importantes resultados, incluindo a desmoralização do oficialato superior. Prefeito da capital nos apóia totalmente. Empreenderemos medidas decisivas em meados de dezembro. Opinião unânime: perspectivas de vitória ainda maiores. Favor enviar telegraficamente valor em dinheiro para endereço em São Paulo" (pp. 199 e 222). Ao que comenta Waack: "Embora a liderança de Ewert no Birô fosse incontestável - era visto como verdadeiro chefe - é difícil imaginar que tivesse tomado sozinho a decisão de enviar a Moscou uma informação como essa, que só pode ser caracterizada como delirante." O mais provável é que Prestes, convencido que estava de que arrastaria atrás de si grande parcela do Exército, achasse que depois recomporia a situação para dar ao evento ares de aplicação do modelo chinês e não de uma simples quartelada, à qual, no final das contas, reduziu-se o movimento.

A pesquisa de Waack desenvolveu-se na capital russa durante aproximadamente um ano e meio. O fato de que a operação tivesse sido coordenada por profissionais de segurança, num Estado Totalitário, permitiu que os documentos existentes facultassem o esclarecimento do essencial. Os inquéritos para apurar responsabilidades também os passa em revista. Os

sobreviventes que retornaram a Moscou foram todos liquidados pela polícia secreta. Afinal, a nova doutrina da revolução mundial, destinada, como se viu, a dotar o império russo de dimensões inusitadas, tornara-se um dogma inatacável e, se a tentativa de aplicá-la ao Brasil não deu certo, as causas do fracasso residiam nos executores. Aparece muito nitidamente a preocupação em obscurecer a condição de Prestes como agente soviético, desde que se compreendia ser incompatível com a liderança carismática que se acreditava pudesse exercer. Mas aquela condição, depois do livro de Waack, parece de todo evidente.

4.3 - O PROGRAMA DO PPS

O programa do PPS, aprovado em 1991, contém uma declaração clara quanto à solidariedade que estabelece entre o seu projeto de socialismo e a ordem democrática. Naquele documento, afirma-se o seguinte: "A democracia é a via do socialismo. O socialismo não deve ser uma imposição, mas uma opção democrática. Nosso projeto socialista envolve a combinação dialética de democracia e reformas orientadas ao socialismo. Mais ainda: concebemos a democracia não só como a única via ao socialismo, mas também como a via do seu desenvolvimento. Essa visão de democracia confere uma nova concepção ao socialismo: ele não é um sistema abstrato, prefigurado, pronto e acabado. É, ao contrário, processo em contínuo desenvolvimento que, visando a uma sociedade mais justa, deve se basear numa análise da realidade em constante mutação."

Persistem, entretanto, diversos resquícios do passado.

A existência de nações desenvolvidas e países pobres é entendida como resultante de uma espécie de conspiração das primeiras. Assim, diz o documento: "As classes dominantes dos países capitalistas centrais procuram dirigir a reestruturação da economia mundial segundo a lógica exclusiva do lucro, da manutenção dos poderes transnacionais sem qualquer controle democrático, da preservação da dependência dos países do Sul, através de relações de dominação e exploração." Os autores de teses desse tipo teriam de deter-se no exame das inversões do Banco Mundial, ao longo das décadas subseqüentes à Segunda Guerra, na África, de um modo geral, bem como em

diversos países da Ásia e da América Latina, de que nada resultou em termos de desenvolvimento, permitindo, além disso, o enriquecimento pessoal de variada fauna de ditadores. As simples doações, como parece ser a intenção do programa do PPS, certamente não produziram melhores resultados. Sem um exame da experiência dos Tigres Asiáticos, a suposição de que haveria exploração do Sul pelo Norte só serve para evidenciar que a ruptura com o passado não alcançou a profundidade que seria de esperar.

Algo de semelhante ocorre na caracterização da situação interna. Assim, por exemplo, ao colocar-se contra a privatização, afirma que o desejável é que o Estado "seja desprivatizado e democratizado, isto é, que deixe de ser uma propriedade do poder econômico e dos grupos políticos, que o colocam a serviço dos monopólios, do fisiologismo e do clientelismo..." Ora, até onde se sabe, os monopólios existentes no País são todos estatais. A privatização visa justamente acabar com aquela situação que constituiu no Brasil, a exemplo da União Soviética, **nomenklatura** privilegiada, justamente o que se tem em vista ao falar de corporativismo.

O Programa do PPS preserva a idéia de que o Estado deveria responsabilizar-se pelos "setores estratégicos da economia". A Petrobrás é bem um exemplo do que resulta desse tipo de catilinária: o monopólio do petróleo não reduziu a nossa dependência de fornecedores externos, que foi o argumento usado para constitui-lo. Criou, em contrapartida, uma casta privilegiada com extraordinário poder de fogo, já que detém em suas mãos o abastecimento de combustíveis ao País.

Em síntese, o Programa do PPS de 1991, se bem represente o franco abandono do totalitarismo, não conseguiu traduzir-se em uma definição clara das linhas que deveriam nortear a construção de um socialismo democrático, isto é, segundo a tradição fixada na Europa Ocidental, com a qual rompeu formalmente o comunismo soviético, a que esteve ligado ao passado.

Segue-se a transcrição do inteiro teor do documento.

PROGRAMA DO PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS

O Partido Popular Socialista - PPS é uma organização político-

partidária aberta a todos os cidadãos brasileiros que, no gozo de seus direitos políticos, consideram ser o socialismo uma alternativa historicamente possível e politicamente desejável para o Brasil, aceitando o seu programa e o seu estatuto.

Comprometido com a defesa da democracia e da liberdade, dos direitos humanos fundamentais e das instituições representativas, da soberania popular e com pluralismo político e partidário como premissas da ação política, o PPS advoga um ideário socialista compatível com o século XXI contemporâneo do fervilhar de idéias, da polêmica e da riqueza intelectual progressista de que Marx foi um precursor.

Partido Nacional autônomo, o Partido Popular Socialista é solidário com todos os movimentos universais da defesa e da promoção dos direitos humanos, de manutenção e consolidação da paz entre os povos e da luta pela defesa de um meio ambiente saudável, aberto ao diálogo com todas as forças e personalidades políticas e sociais, sem discriminações de qualquer natureza.

A situação mundial

O fim da guerra fria e da política de bloco antagônicos inaugura uma nova etapa nas relações internacionais. Propicia a construção da paz e da segurança, fortalece os princípios de não intervenção e respeito aos direitos dos povos e abre a possibilidade de soluções negociadas para os conflitos regionais e locais e para o desarmamento. A tendência é tornar-se cada vez menos o risco de um confronto nuclear.

Contudo, o fim da guerra fria e da bipolaridade, sendo um fator necessário para a paz, não é suficiente, por si só, para assegurá-la. A construção da paz e a sua consolidação vão depender também de como se configurar a nova ordem internacional. A possibilidade de paz implica, de uma parte, a instauração de um sistema econômico internacional mais justo, distinto do atual; e, de outra parte, a construção de um sistema de segurança internacional centrado na associação e cooperação dos países numa rede de mútuas garantias, de medidas de confiança, controles eficazes e diálogo.

A satisfação dessas condições, porém, não está assegurada automaticamente. A nova época histórica abre-se com algumas contradições

fundamentais que agravam o desequilíbrio Norte-Sul do mundo e ameaçam tornar inúteis os esforços para construir uma nova ordem internacional democrática e pacifista. Essas contradições se manifestam, entre as exigências de um desenvolvimento econômico extensivo a todo o mundo e os interesses que procuram mantê-lo circunscrito a determinados países: entre o aumento fantástico de produtividade e da produção de alimentos, bens de uso e serviços e a manutenção de populações em níveis de miséria e subnutrição; entre a crescente importância dos valores democráticos e a ofensiva política conservadora neoliberal e outros mais. As classes dominantes dos países capitalistas centrais procuram dirigir a reestruturação da economia mundial segundo a lógica exclusiva do lucro, da manutenção dos poderes transnacionais sem qualquer controle democrático, da preservação da dependência dos países do Sul através de relações de dominação e exploração.

Por sua parte, o estabelecimento do sistema de segurança referido demanda um reequilíbrio democrático e pluralista das relações internacionais, para o que uma condição necessária é a ampliação dos poderes da ONU e a reforma do seu Conselho de Segurança, de maneira que o Sul do mundo e todos os países, grandes e pequenos, sintam-se representados, adequando a ONU à multipolaridade que se começa a gestar.

Ampliam-se porém, as forças políticas e sociais que buscam dirigir racional e democraticamente as inovações técnico-científicas para a resolução dos grandes problemas da humanidade; regular democraticamente a internacionalização da economia, no sentido da superação das desigualdades e injustiças e para resolver os problemas do Sul; e criar uma nova ordem com regras e procedimentos democráticos e universalmente aceitos.

A crise brasileira: condições políticas de sua superação

O Brasil está vivendo a mais complexa e profunda crise destes últimos cinquenta anos de sua história, uma crise que combina uma prolongada estagnação econômica com um crescente dissenso político entre as classes dirigentes e as classes subalternas e no seio da própria burguesia. Estamos diante de um acelerado agravamento da crise estrutural do sistema socioeconômico, afetando todos os campos da vida nacional e tendendo a

agudizar as tensões sociais e a luta política.

Na raiz dessa crise encontra-se o fato de que, em virtude da exacerbação do caráter conservador que sempre presidiu o desenvolvimento do capitalismo em nosso País e da oligopolização e cartelização da economia, bom como da apropriação do Estado pelos monopólios, processou-se uma mudança radical nos termos da divisão da renda nacional em benefício dos lucros e juros e em detrimento dos salários e do Estado (das rendas públicas federal, estaduais e municipais).

Além disso frustraram-se as esperanças da sociedade na capacidade do atual governo de equacionar os problemas da economia de maneira favorável ao povo. Sua política recessiva, reduzindo a oferta de empregos e rebaixando o poder aquisitivo dos salários, gerou mais miséria e marginalização.

Em conseqüência, o Brasil apresenta hoje uma realidade econômica e social profundamente injusta e desigual, com os extremos ocupados, numa ponta, por uma economia relativamente moderna, e, na outra, pela conservação do atraso de numerosos setores econômicos e em vastas regiões do País. Esse processo vem aprofundando a divisão da sociedade em duas partes cada vez mais distanciadas entre si, colocando, de um lado, a maioria que vê seu nível de vida em continuado rebaixamento, uma parte da qual encontrava-se simplesmente marginalizada da vida econômica e social.

Mas o Brasil pode ter outro destino, democrático e progressista. Contrariando as elites retrógradas e excludentes, que lançaram o País nessa profunda crise, o grande desafio aos que de fato desejam a modernidade do Brasil é romper a lógica dos ciclos de expansão da economia que possibilitaram o enriquecimento fabuloso de uns poucos e a marginalização da grande maioria; viabilizar mudanças de estrutura para modernizar o País com mais justiça social, integrando-o de forma soberana a um mundo cada vez mais interdependente, e construir um projeto nacional novo, democrático e progressista, que abra a via de profundas transformações políticas e sociais.

Favorece a viabilização desse projeto a nova realidade política do país. Concluiu-se a transição institucional iniciada com a vitória de Tancredo Neves no colégio Eleitoral em 1984, a promulgação da nova Carta Magna estabeleceu um Estado de Direito democrático, os poderes públicos sem paralelo em nossa história, ainda que esteja por completar-se a

regulamentação de numerosos dispositivos da nova Constituição e por realizar-se a necessária profunda reforma democrática do Estado.

É cada vez menor o espaço para soluções conservadoras impostas do alto. A dinâmica política e social em curso na sociedade rejeita os interesses inflacionários, o cartorialismo, a cartelização, o monopolismo tecnologicamente atrasado e, principalmente, a brutal concentração de riqueza;

Para dar sustentação a um projeto de mudanças, viabilizando as grandes reformas de estrutura, centrado na ampliação da democracia e do exercício da Cidadania, propomos a constituição de um novo bloco de forças democráticas, progressistas, que deve atuar estreitamente articulado com os movimentos sociais. Para cumprir essas tarefas, esse bloco deve ser capaz de articular alianças políticas e eleitorais flexíveis, marcar uma ativa presença nos movimentos sociais organizados e sustentar uma correta relação com os mecanismos institucionais democráticos.

A conquista de uma democracia socialmente avançada reclama não só a construção desse bloco, mas também, em seu interior, o protagonismo de uma esquerda moderna, capaz de articular as lutas democráticas da sociedade com os interesses do mundo do trabalho e da cultura. Uma esquerda moderna e pluralista, comprometida com as liberdades e a democracia, terá condições de chegar ao poder.

O Bloco de forças democrático progressista não poderá prescindir de seu papel. Mas, para que a esquerda se credencie ao exercício do poder, deve ser capaz de promover a emancipação da classe operária de uma visão estreitamente econômico-corporativa, tornando-a apta a dirigir o País - por seu programa de sustentação política e social entre as classes exploradas e oprimidas e, principalmente, pela capacidade de exercer sua hegemonia política e cultural na sociedade.

Um projeto de desenvolvimento democrático

O projeto de desenvolvimento democrático que o PPS propõe, em contraposição aos modelos elitistas e conservadores até agora impostos pelas classes dirigentes, difere essencialmente destes últimos, porque tem como

meta o desenvolvimento social de toda a população, para isso devendo servir o programa de crescimento e modernização de toda a economia em todas as regiões do país. São os seguintes os pontos básicos desse projeto:

1. A saída da crise e a realização desse novo tipo de desenvolvimento exigirão: a redução inicial da inflação a um índice não maior do que 20% ao ano e seu sucessivo declínio até o nível existente nos países desenvolvidos; a retomada dos grandes investimentos privados e estatais em meios de produção e intra-estrutura econômica; uma forte priorização de desenvolvimento da ciência e tecnologia; uma ampla reforma agrária e uma nova política agrícola; um programa estatal de investimentos sociais capaz de mudar radicalmente as realidades atuais nas áreas de educação, saúde, moradia, saneamento básico e transportes urbanos de massas, assim como seguridade social; a multiplicação do poder aquisitivo dos salários e a aproximada equalização desse poder em todo o território nacional, a capacitação da economia brasileira para competir no mercado internacional.

2. Para a realização de um desenvolvimento econômico e social de tal magnitude, dois problemas fundamentais precisam ser resolvidos. Um deles é a garantia de disponibilidade de recursos em volume e condições de cessão adequados, suficientes para financiar os investimentos, privados e públicos que se farão necessários. O outro é a capacitação do mercado interno para absorver a crescente produção de bens e serviços. A solução desses problemas está na inversão dos termos em que se dá atualmente a divisão de renda no Brasil, de modo a aumentar a participação dos salários e do Estado (em seus três níveis) na mesma, ao mesmo tempo em que se promove o aumento da produção e da produtividade nacional, de modo a assegurar-se também o crescimento da renda absoluta auferida pelo capital privado, capacitando-o assim a ampliar seus próprios investimentos.

Nos últimos trinta anos, a massa salarial vem tendo sua participação na divisão da renda fortemente diminuída em favor do crescimento da participação dos lucros e juros, como resultado das políticas explícitas de arrocho salarial, dos elevados índices alcançados pela inflação e do crescente desemprego causado pela recessão. O Estado tornou-se igualmente outro

grande perdedor de renda nos últimos quinze anos, em consequência do dessanguamento de suas finanças pela via dos inventivos e subsídios improdutivos ao capital privado, das altas taxas de juros pagas ao mercado financeiro e da queda de arrecadação de impostos causada pela inflação e pela redução do PIB. A inversão desses dois processos é condição necessária não só para promover um novo ciclo de desenvolvimento mas até mesmo para simplesmente retirar o país da crise.

3. Em torno do papel do Estado brasileiro na economia, uma acirrada polêmica vem se desenvolvendo nestes últimos anos entre "antiestadistas" e "estadistas". Mas o problema real que está colocado é o da nova qualidade que deve assumir sua intervenção na economia. O fato de que o capital privado se dirige para onde pode extrair maior taxa de lucro, não levando em consideração as necessidades econômicas e sociais do País, torna indispensável que o Estado brasileiro continue a ter participação no desenvolvimento dos setores estratégicos da economia. Além disso, quanto mais cresce a cartelização e a monopolização da economia, mais necessária se torna a ação regulatória do Estado para a defesa dos interesses dos consumidores e, em geral, de toda a sociedade.

Mas, para que o Estado possa desempenhar esse papel, uma das condições é que seja desprivatizado e democratizado, isto é, que deixe de ser uma "propriedade" do poder econômico e dos grupos políticos, que o colocam a serviço dos monopólios, do fisiologismo e do clientelismo, e se transforme de fato em Estado público, voltado para os interesses da população. A outra condição é que sua política fiscal seja capaz de assegurar-lhe uma arrecadação suficiente para o financiamento dos investimentos econômicos e sociais próprios, sem ter que recorrer a recursos inflacionários.

4. A política salarial capaz de sustentar um desenvolvimento democrático requer o crescimento real continuado do salário médio e o beneficiamento privilegiado dos salários mais baixos, simultaneamente com a progressiva incorporação ao mercado de trabalho dos milhões de brasileiros até agora dele marginalizados. Para uma mudança radical da vil estrutura salarial vigente, é imprescindível o estabelecimento de uma política de longo

prazo com a finalidade de multiplicar, por várias vezes, o valor real do salário mínimo, dos demais salários, assim como das aposentadorias e pensões, uma política que estabeleça mecanismos automáticos de defesa dos salários contra a inflação e que incorpore aos mesmos os ganhos de produtividade da economia.

Numa primeira etapa, arbitrável em quatro anos por ser este provavelmente o tempo para o País dar início a um crescimento sustentado, a meta a perseguir deve ser pelo menos a duplicata do salário mínimo real e a elevação em 20-25% de massa salarial total, tendo por referência os valores médios alcançados em 1990. Numa perspectiva de prazo mais longo, em torno de dez anos, pode-se prever a possibilidade de um salário mínimo de valor real quatro vezes superior ao atual e a duplicação da massa salarial total.

5. A modernização de toda a base produtiva, dos serviços e da infraestrutura econômica e social é condição para o sucesso de um projeto de desenvolvimento econômico democrático no Brasil, e o grau que pode atingir essa modernização vai depender diretamente dos progressos alcançados pelo País no desenvolvimento das ciências de base e das novas tecnologias.

A utilização generalizada das novas tecnologias na economia é indispensável para o fortalecimento da cidadania e da democracia. Ela concorre para resolver esses problemas pela via da elevação do salário real, do barateamento dos produtos de consumo de massas e dos serviços e da melhor qualidade dos mesmos, destacadamente da alimentação, moradia, transportes urbanos de massas, educação e formação profissional, assistência médica e hospitalar, melhoria real das aposentadorias e pensões. Além disso, o intensivo emprego das tecnologias de ponta é condição necessária para que o Brasil possa integrar-se cada vez mais na economia mundial em acelerado processo de internacionalização, em que o comércio mundial cresce extraordinariamente de importância e o nosso mercado interno terá de abrir-se à concorrência estrangeira.

6. Na época da revolução técnico-científica, quando o progresso baseia-se na acelerada produção de novos conhecimentos científicos e novas tecnologias, a educação adquire um valor altamente estratégico para todo

projeto de desenvolvimento democrático. No entanto, a educação encontra-se, no Brasil, em crônica e profunda crise. Políticas atrasadas vêm promovendo uma educação obsoleta e produzindo uma massa de desqualificados, do ponto de vista profissional. Numa era em que a ciência e tecnologia determinam fortemente o progresso das nações, o número de pesquisadores nessas áreas chega a ser, em proporção à população, 20 a 25 vezes menor do que nos países desenvolvidos.

Um projeto de desenvolvimento democrático para o Brasil deve ter como uma de suas prioridades estratégicas erradicar o analfabetismo e revolucionar a educação. É imprescindível que, já na virada do século, esteja assegurado escola de 1º grau para todas as crianças e pelo menos dobrado o número de matrículas de 2º grau, com aumento privilegiado no ensino técnico, em ambos os casos com um ensino renovado e a escola pública atendendo pelo menos 80% das matrículas. Nas áreas onde deve ser concentrado o esforço científico e tecnológico nacional, o número de pesquisadores altamente qualificados (com doutorado e pós-doutorado) já deve ser o suficiente para assegurar o desenvolvimento autônomo e auto-sustentável das mesmas.

7. O contexto sanitário em que vive grande parte da nossa população expressa-se em indicadores dramáticos. O atual sistema de saúde iníquo, anárquico e ineficiente está a mercê de interesses mercantilistas da área privada e da indiferença governamental. O aparato médico-hospitalar público, desestruturado e sucateado, não consegue atender às necessidades mínimas da população. O desenvolvimento democrático da sociedade brasileira exige a inversão imediata desse processo e o estabelecimento acelerado de um sistema de saúde capaz de proporcionar a universalização da assistência médica e hospitalar, a defesa sanitária da população, a drástica redução da incidência das doenças profissionais e de acidentes de trabalho e a eliminação das endemias.

Com essa finalidade, consideramos que deve ser implantado o Sistema Único de Saúde - SUS, público, descentralizado e democrático, conforme projetado durante a VIII Conferência Nacional de Saúde. Devem ainda ser estatizados, conforme determina a Constituição, os setores produtores de

insumos imunológicos e de sangue e derivados, insumos críticos para a população. ao mesmo tempo, é necessário um programa de longo prazo de saneamento básico - água potável, coleta e tratamento dos esgotos, coletas e disposição final do lixo, drenagem - para as populações urbanas; e outro para as populações rurais, de educação sanitária e de financiamento de instalações simples para assegurar a qualidade da água e evitar contaminações através dos dejetos.

8. O Brasil exhibe um déficit habitacional urbano calculado em seis milhões de unidades, suprido pelas favelas e cortiços. As condições subumanas em que vive essa parte da população, sobretudo nos grandes centros urbanos, torna a solução desse problema uma necessidade social aguda, devendo ser incluído, por um período de não menos de que três decênios, no rol dos serviços sociais a serem prestados pelo Estado a fundo parcialmente perdido.

É viável uma mudança drástica nessa situação já num prazo de vinte anos, com a execução de um plano nacional de construção de habitações para a população de baixa renda, à razão mínima de 200 mil unidades por ano. Um plano que envolva a União, os Estados, os Municípios e as comunidades interessadas e que inclua medidas para baratear a produção dos materiais de construção e o custo da terra e de sua urbanização. Devem ser moradias dotadas de água, luz, esgotos, construídas próximas a fontes de emprego e assistidas pelos equipamentos sociais e urbanos indispensáveis (escolas, postos de saúde, transportes, etc.). Moradias necessariamente modestas, mas suficientemente sólidas para serem usadas pelo menos por trinta anos.

9. A reforma agrária tornou-se uma necessidade presente no Brasil. Há sinais de que nossa agricultura entrou numa fase de perda do ritmo de crescimento anterior ou mesmo na fase de uma quase estagnação. Essa perda de ritmo se verifica na expansão da área total dos estabelecimentos agropecuários, na área das lavouras (soma das lavouras permanentes e provisórias), no acentuado decréscimo do parque de tratores, no menor crescimento do efetivo total dos bovinos e de aves e no decréscimo marcante, em termos absolutos, do rebanho de suínos.

Registrou-se, em conseqüência, uma diminuição grave na produção agrícola do país: de fato, dos 33 produtos incluídos nos levantamentos sistemáticos do OIBGE, mais da metade (dados do Censo Agropecuário de 1985) tiveram reduzidas suas colheitas, daí se originando sérias dificuldades no abastecimento alimentar nos grandes centros consumidores do País. A agricultura brasileira, dispondo apenas de cerca de cinco milhões de explorações em atividade, com os grandes proprietários monopolizando mais da metade da área das propriedades rurais, constitui uma estrutura produtiva de alta instabilidade, em cujo conjunto as crises de produção constituem a regra geral.

Essa situação exige soluções profundas e definitivas que resultem num aumento do número de produtos rurais, estímulo à organização de formas associativas de produção e uma política voltada principalmente para a democratização da propriedade e para a melhoria de distribuição da renda. Para tal fim, tornou-se imperativa uma reforma agrária que, num prazo de dez anos, contemple pelo menos 6 milhões de famílias camponesas. Considerando-se o lote de tamanho médio de 30 hectares, isto significa que, ao cabo de um decênio, o número de explorações agropecuárias subiria dos 5 milhões atuais para 11 milhões, ou mais do dobro, e a extensão das lavouras tenderia a crescer dos cerca de 30 milhões de hectares atuais para cerca de 100 milhões.

Essa reforma agrária deve ser associada a uma política agrícola dirigida à pequena propriedade, que possibilite a esta acesso às novas tecnologias, permitindo-lhe aumentar consideravelmente a produtividade.

10. O Estado tem obrigações em relação à cultura, que devem objetivar-se através de políticas setoriais definidas e implementadas democraticamente, com a participação organizada dos que atuam na democratização e livre desenvolvimento da cultura. Quatro linhas de políticas setoriais são imprescindíveis:

- uma política educacional que contemple o sistema nacional de ensino público renovado, capaz de servir de base à satisfação das aspirações de nosso povo a uma vida melhor;

- uma política de ciência e tecnologia capaz de formar pesquisadores

aptos a atender as demandas do desenvolvimento econômico e social do País;

- uma política de proteção ao patrimônio cultural, o que inclui a preservação dos bens culturais e ambientais e o estabelecimento de diretrizes de desenvolvimento urbano e de assentamento humano no território;

- políticas específicas para os múltiplos setores da arte, com providências e dispositivos aptos a sustentar o desenvolvimento das artes cênicas, a música, da dança, do cinema, da literatura etc.

A democracia como via do socialismo

A democracia é a via do socialismo. O socialismo não deve ser uma imposição, mas uma opção democrática. Nosso projeto socialista envolve a combinação dialética de democracia e reformas orientadas ao socialismo. Mais ainda: concebemos a democracia não só como a única via ao socialismo, mas também como a via do seu desenvolvimento. Essa visão de democracia confere uma nova concepção de socialismo: ele não é um sistema abstrato, prefigurado, pronto e acabado. É, ao contrário, processo em contínuo desenvolvimento que, visando a uma sociedade mais justa, deve se basear numa análise da realidade em constante mutação.

Pensamos o socialismo pela via processual e centrado na democracia. Projetamos a transição socialista calcada na socialização da política e do poder; na democratização e publicização do estado, ultrapassando o fosso que o separa da sociedade civil; na democratização das relações sociais; no pluralismo político e o pluripartidarismo; no respeito aos direitos humanos; nas liberdades fundamentais; no Estado de Direito Democrático; na igualdade e na liberdade. Por esse prisma, o novo socialismo é incompatível com qualquer forma de opressão e supressão dos direitos fundamentais, individuais e coletivos, e deve garantir a possibilidade de alternância de poder.

Pensar o socialismo como processo significa construir um presente uma práxis capaz de realizar, aqui e agora, formas de liberação das seqüelas de opressão, injustiças, desigualdades, alienação e domínio próprias das relações sociais capitalistas - em síntese: anular e superar no presente a realidade que oprime as mulheres e os homens. Implica colocarmo-nos na luta para edificar

novos modelos ético-culturais de desenvolvimento sócio-econômico, orientados no alcance e de reformas radicais na economia e na política, nos marcos ainda do capitalismo, desenvolvendo ao máximo seus elementos de socialismo.

A democracia como via do socialismo requer um forte poder democrático. Colocamos o problema do poder como processo de democratização integral da política e da sociedade civil. A questão, assim, é fundamental novas regras, nos direitos sociais e novos poderes e instituições democráticas. No caso brasileiro, é preciso conceber a democracia em termos novos e instaurá-la de maneira segura em nossa cultura política. é preciso, pois, valorizá-la, como conquista ainda bastante recente e frágil. Para isso, é preciso mergulhar nas suas formas, contaminar-se dos seus métodos, fortalecer os seus valores e as suas regras.

Por uma economia democrática

O bloqueio do surgimento de uma economia democrática está centrado no poder dos grandes grupos do capital industrial e financeiro que exercem o controle sobre o mercado e influenciam fortemente o comportamento do conjunto da economia. O poder na empresa deve ser posto em discussão pelo mundo do trabalho e da cultura, no momento em que se afirmem a democracia e a cidadania, contemplando o controle sobre o poder econômico mediante a extensão das regras democráticas à produção.

Trata-se de afirmar o controle social através da constituição de novos poderes democráticos radicados no interior da empresa. A empresa é uma organização social em que agem diversos sujeitos com direitos conflituosos e interesses que devem ser amplamente reconhecidos. Trata-se assim de reconhecer esse elemento constitutivo e garantir aos diversos sujeitos possibilidades de se expressar e de influenciar na realidade da empresa. Para isso, a empresa deve ser eficiente e corresponder às exigências da sociedade.

Essa nossa colocação parte da necessidade de se estabelecer uma relação democrática entre o público e o privado, entre economia e política, pois as decisões da empresa têm conseqüências na economia, na política, no Estado e na sociedade. É fato notório que a empresa amplia cada vez mais sua

intervenção direta nos terrenos decisivos de interesse público, nos mecanismos de regulação dos direitos e poderes e instituições culturais.

Decisiva para os trabalhadores é, portanto, a questão da democracia e da cidadania na empresa, em que se viabilizem regras e instrumentos pelos quais os trabalhadores possam gerir de forma nova e democrática a riqueza produzida, determinar sua participação no controle e na direção do processo de produção, bem como nos resultados econômicos, capazes de promover a reapropriação da riqueza cultural. Porém isso não implica somente direitos de participação e decisão, mas também deveres, e estará condicionado aos limites estabelecidos pelos controles externos da democracia política e pelo mercado, isto é, não pode ser realizado exclusivamente a partir de benefícios corporativos em detrimento dos interesses de toda a sociedade.

Novo bloco político

A possibilidade de êxito do projeto neoliberal reside na inviabilização de um bloco de forças democráticas e progressistas que se solidarize com os movimentos sociais, impulsionando suas demandas e assim estabelecendo uma nova dinâmica política - um bloco que una as esquerdas e demais forças democráticas e progressistas, potencializando as suas qualidades e diminuindo as suas limitações no jogo democrático. A constituição desse bloco não implica diminuir o ímpeto competitivo dos partidos ou grupos nele envolvidos, e sim evitar a luta suicida ou autofágica dos elementos nele presentes.

Esse bloco constitui-se historicamente ao longo do processo, ao realizar suas tarefas políticas concretas. Deve ultrapassar a unidade em torno de um "programa mínimo", mais apropriado a coalizões e coligações políticas, e aproximar-se de um "programa máximo" para a conjuntura e daqueles objetivos estratégicos ligados à ampliação da democracia e da cidadania e à realização de reformas de estrutura em direção à modernidade.

O bloco de forças democráticas e progressistas abre espaço para a ação concertada de vontades coletivas, revalorizando a política como o instrumento para se alcançar mais democracia, mais liberdade e justiça social. Por não representar exclusivamente uma aliança partidária - coligações eleitorais e

coligações de governo - mas também a incorporação de entidades as mais variadas da sociedade civil, o bloco democrático e progressista será capaz de dar articulação institucional à opção estratégica pelo avanço da democracia e das reformas. Sem esse bloco e sem uma alternativa democrática para disputar os rumos da sociedade, a luta por interesses corporativos imediatistas, ainda que se dê com extrema radicalidade e com grande influência de massas, não produziu uma saída política para a crise.

A possibilidade de o bloco operar com movimento que impulsiona o processo político novamente em direção a uma democracia socialmente avançada consiste na atualização do tema da democracia e reformas.

Voltado para a ampliação da democracia política, esse processo pode bloquear um complexo de transformações econômico-sociais distintas do neoliberalismo e da modernização conservadora. No seu desenvolvimento, deve combinar a ampliação dos direitos políticos democráticos e sociais na revisão da Carta, em 1993, com a substituição do modelo econômico excludente e concentrador de renda, movimento que poderá facultar uma progressiva democratização da vida social e do Estado. Não existe caminho para uma democracia socialmente avançada sem que as lutas democráticas gerais estejam intimamente vinculadas às lutas pela satisfação dos interesses do mundo do trabalho e da cultura.

4.4 - RESULTADOS ELEITORAIS E CANDIDATURA CIRO GOMES

Em 1994, o PPS participou pela primeira vez de eleições presidenciais e parlamentares, elegendo apenas dois deputados federais, um pelo Rio de Janeiro e outro pelo Distrito Federal. Ingressou na coalizão que apresentou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, derrotada no primeiro turno. O balanço dessa experiência seria efetivado no XII Congresso Nacional, realizado em 1998. Pela primeira vez uma agremiação formando no mesmo campo de forças empreenderia uma crítica pertinente ao projeto do PT, que é caracterizado como conservador, Estadista, corporativista e nacionalista-autárquico.

Transcreve-se a seguir a apreciação geral que o PPS faz daquelas eleições:

“1.As eleições gerais de 1991 representaram a consolidação do processo de democratização e promoveram uma profunda inflexão da vida política nacional. Realizadas durante o curto governo Itamar, sucedâneo institucional pós-impeachment de Collor, as eleições para Presidência da República, Senado, Câmara dos Deputados, governos estaduais e Assembleias Legislativas expressaram ademais não só o amadurecimento das instituições democráticas como também o embate de distintos projetos para o reordenamento da economia, do Estado e da política.

2.A vitória já no primeiro turno eleitoral do bloco de forças encabeçado por Fernando Henrique Cardoso, centrado na aliança PSDB-PFL, se deu graças a três vetores básicos. Primeiro, o então candidato conseguiu vincular sua imagem ao sucesso da estabilidade monetária patrocinada pelo Plano Real. Segundo, aos olhos da imensa maioria da população, apresentou-se como o candidato das mudanças, das reformas, do novo. Terceiro, e talvez o mais decisivo, apostou na estreiteza política da aliança encabeçada por Lula: a defesa de um projeto conservador, estatista, corporativista e nacionalista-autárquico, de difícil aderência aos liberais-democratas, formatou uma composição estreita de forças políticas expressa na Frente Brasil Popular (PT, PCdoB, PPS, PSB, PCB e PSTU), repetindo os equívocos - e a derrota política - da eleição presidencial de 1989.

O período decorrido das eleições de 94 caracteriza-se pelo sucesso do governo federal não só em assegurar a estabilidade monetária, mas também em moldar um projeto de reformas capaz de reaglutinar um bloco de forças sócio-políticas que lhe dê sustentação social e político-institucional.”

A resolução política do XII Congresso entende que o governo Fernando Henrique Cardoso conseguiu formular um projeto apto a aglutinar forças suficientes de sustentação. Seria um projeto de "recriação do capitalismo brasileiro". Teria por base "a manutenção da estabilidade monetária; a realização das reformas previdenciária, administrativa, fiscal e patrimonial; a abolição da estrutura sindical e trabalhista corporativistas; a alteração da

legislação eleitoral e partidária; a construção de um novo pacto federativo; a privatização; a desregulamentação da economia e do mercado de trabalho e a diminuição do papel regulador e social do Estado na economia e na vida social. Na área externa, a forma que vem se dando à abertura econômico-comercial e o fim de restrições às instituições financeiras forâneas não rompem a subalternidade da economia brasileira frente ao mercado global".

A principal conclusão dessa análise consiste no que denomina de "ausência de uma alternativa democrática". Seu inteiro teor é o seguinte:

. "1.Frente ao projeto neoliberal posto em curso - que conta com grandes simpatias na opinião pública e com um certo consenso na sociedade civil - reveste-se de preocupação a ausência de um projeto alternativo por parte das forças mais representativas da esquerda brasileira. Um projeto de inspiração democráticas e pública capaz de atrair o campo liberal-democrata - libertando-o das forças e mecanismos centrípetos do governo federal - para imprimir uma reinflexão política e econômica do atual estado das coisas. A ausência deste projeto opôs, por exemplo, prefeitos e governadores eleitos por amplas alianças democrático-progressistas às estruturas partidárias de uma esquerda presa ao ideário corporativista-estatista e nacionalista-autárquico; de uma esquerda incapaz de pensar o novo e que se agarra aos velhos dogmas com medo de perder a identidade.

2. A construção da identidade não se realiza à custa da democracia e da política de amplas alianças: o divórcio destes eixos só levará a derrotas consecutivas. É na dinâmica da vida política real, no entrelaçamento de diversos sujeitos históricos - principalmente os do mundo do trabalho e o da cultura - na luta concreta por modificações econômico-social, tanto imediatas quanto de caráter estrutural, que se constrói a identidade de uma esquerda de vocação democrática.

3. Pretender disputar a hegemonia do processo político reformador implica, assim, defrontar-se com o projeto vencedor do atual bloco de forças de inspiração neoliberal, combatendo-o em seus aspectos perversos. Significa dirigir uma crítica teórico-prática ao predomínio do privado sobre o público, ao refreamento da universalização da cidadania, aos elevados custos sociais da estabilização monetária, ao aviltamento das estatais, ao "apartheid social", à dependência da política econômica de capitais especulativos e à inserção

subalterna da economia brasileira ao mercado global. Exige também que se apóie, com modificações, seus aspectos renovadores e reformadores, tendo como parâmetro o aprofundamento da democracia, a expansão da cidadania, a publicização do Estado e a democratização da economia.”

O PPS entende que o bloco governista não se acha isento de contradições. Além disso, a polaridade configurada impede a realização das reformas que, a seu ver, seriam imprescindíveis à retomada do desenvolvimento sustentável. De tudo isso resultaria a necessidade de um novo bloco, apresentado nestes termos:

“1. A recriação neoliberal do capitalismo brasileiro constitui um gerador de divisão das forças democráticas, de instabilidade política e de insatisfação das massas populares. Este quadro está sendo instrumentalizado pelos setores reacionários e conservadores interessados em limitar, rebloquear ou fazer retroceder os avanços políticos democráticos até aqui conquistados, dificultando a abertura de um modelo de desenvolvimento econômico-social que generalize a cidadania.

2. O bloco pode se viabilizar através de alianças políticas e eleitorais flexíveis e de uma apropriação dos mecanismos institucionais existentes e da criação de outros. O Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais, podem constituir o terreno privilegiado para a confluência do bloco no plano institucional. Assim, ele não se constitui apenas de coligações eleitorais e coalizões de governo; é também vinculação com os movimentos sociais, com a sociedade civil, que em suas lutas e demandas encontra no bloco o agente de seus anseios nos parlamentos e executivos.

3. Propomos a formação deste bloco não só por lutarmos por uma democracia que realize as reformas que destruam as estruturas históricas de nossa formação econômico-social, mas também por compreendermos a eficácia do caminho da frente política - inclusive com aqueles que não têm o socialismo como horizonte. Configurado tal bloco e a realização de um programa mudancista, essas conquistas poderão abrir um conjunto de transformações político-institucionais e econômico-sociais distintas das do neoliberalismo e da modernização conservadora.

4. Reafirmamos que tal programa deve incorporar as reivindicações políticas, econômicas e sociais do mundo do trabalho, da cultura, dos movimentos representativos das mulheres, da juventude, dos favelados, das camadas médias urbanas, das universidades, das instituições religiosas, dos pequenos e médios produtores rurais e, inclusive, de setores empresariais interessados em um outro tipo de desenvolvimento.

5. Ao apresentar esta visão, o PPS dirige-se aos demais partidos para um amplo debate, pois um programa deste naipe precisará contar com um governo que disponha de grande apoio na sociedade, isto é, um governo de ampla coalizão democrática, que expresse o acordo de todas as forças nacionais interessadas na reorientação da economia e do quadro social. O Congresso Nacional desempenha aqui papel crucial na elaboração e aprovação de um novo curso de desenvolvimento, do mesmo modo como as entidades representativas da sociedade, capaz de reordenar o Brasil social e politicamente, tendo por eixo o desenvolvimento social.”

Finalmente, cumpre registrar como a agremiação avalia o resultado das eleições municipais de 1996 que, tudo indica, seria o fator básico que a teria estimado a romper com a liderança do PT, nas eleições de 1998, apresentando candidatura própria. A mencionada avaliação é apresentada em seguida:

“1. As eleições municipais de 1996 permitiram ao PPS apresentar um significativo crescimento político-eleitoral, credenciando-o como um a alternativa real para todos aqueles que almejam um país democrático, desenvolvido economicamente, justo socialmente e liberto das travas que o impedem de dar vida a uma nova sociedade.

2. Não somos o maior partido do Ocidente, nem do Brasil, nem de qualquer um dos Estados federais. Mas já somos um partido nacional, democrático, plural, laico e com credenciais inegáveis para discutir e ajudar a construir uma nova formação política de esquerda com vocação democrática, aliás orientação de todos os nossos congressos.

3. Nas eleições de 1992, quando disputou sua primeira eleição como PPS, havia eleito apenas um prefeito, em Florianópolis, dois vice-prefeitos e apenas 17 vereadores - números pouco animadores para quem imaginava se

constituir como alternativa de esquerda.

4. Nas eleições de 1996, porém, o PPS elegeu 36 prefeitos em cidades do interior e 40 vice-prefeitos. Elegeu, ainda, 486 vereadores. Assim, o PPS afirma-se como um partido competitivo também do ponto de vista eleitoral. Atualmente, o partido ultrapassou a barreira de 700 vereadores, além de aumentar sua bancada na Câmara Federal de 2 para 7 deputados federais; contamos ainda com uma cadeira no Senado e vários deputados estaduais.

5. O crescimento que se verifica é resultado do acerto de nossa política, que vem sendo aperfeiçoada desde a realização do IX Congresso do PCB, do qual somos os herdeiros legítimos de suas melhores tradições. Resulta também da decisão de diversos companheiros de passar a contribuir na construção de uma alternativa no campo da esquerda brasileira. Neste ano, o PPS lançará um grande contingente a candidatos a todos os cargos eletivos, deputados estaduais, com grandes possibilidades de vitórias em vários Estados.”

A justificativa para a apresentação da candidatura Ciro Gomes às eleições presidenciais de 1998 é transcrita ao fim do tópico. O candidato do PPS obteve 7,4 milhões de votos, correspondentes a pouco menos de 1% da massa de votantes. Trata-se, sem dúvida, de um resultado expressivo, configurando por isso mesmo, como era desejo expresso da agremiação, uma alternativa ao bloco liderado pelo PT. Nas eleições para a Câmara, o PPS conquistou três cadeiras, acrescidas posteriormente por mais três, pela adesão voluntária de parlamentares eleitos por outras legendas.

O lançamento da candidatura Ciro Gomes deu-se por meio de uma resolução do XII Congresso, na forma de "Declaração aos brasileiros". Seu texto integral é o seguinte:

“Estamos às vésperas dos 500 anos da Descoberta do Brasil. Desde a chegada da esquadra de Cabral nos mares da Bahia, muita coisa mudou no território nacional. Construimos uma grande Nação. Somos quase 160 milhões de brasileiros, e a nossa vocação é exercer um papel ativo na articulação de um novo projeto civilizado para o Terceiro Milênio. Entretanto, a exclusão marca o processo de formação histórica do Brasil. Essa é a chaga secular de

nossas vicissitudes históricas. É o produto dos pactos das elites nacionais com as oligarquias locais que vêm se perpetuando ao longo dos anos, ora pela cooptação ora pela repressão mais brutal. Seu eixo, qualquer que seja a forma, é o cerceamento do processo democrático, a limitação das reformas e a articulação do aparelho de Estado com interesses restritos de grupos econômicos e sociais privilegiados

De Cabral aos dias de hoje, os muitos avanços e conquistas verificados, quase sempre por pressão da população e de movimentos políticos e sociais, não significaram um projeto de desenvolvimento fundado na esperança de uma vida melhor e de uma sociedade participativa e mais justa para milhões de brasileiros. Há séculos, a maioria do povo vem sendo excluída dos benefícios do nosso progresso econômico e tecnológico.

Mais recentemente, já sob a égide da Constituição democrática de 1988, essa realidade foi pouco alterada. O esforço renovador da sociedade ainda não foi suficiente para reorientar, de forma transformadora, os destinos políticos da Nação. Continuamos reféns dos acordos restritos que repetem a velha máxima de "tudo mudar para que nada se mude". Mais um exemplo dessa cansada repetição histórica é o governo de Fernando Henrique Cardoso. O governo FHC inverteu, na prática, o seu programa. Acena, assim, com a mão direita para todos os brasileiros: o crédito agrícola deu lugar ao descrédito agrícola; a segurança à insegurança; o emprego ao desemprego; a saúde à doença; a educação ao sucateamento do ensino público. Quem anda nas ruas das grandes cidades brasileiras sabe: há milhares e milhares de crianças ao relento, sem chances de futuro.

Não queremos a morte da esperança. Queremos que o Brasil dê certo. O futuro não contempla alternativa conservadoras, estejam elas embaladas pela fraseologia esquerdista de segmentos políticos contemporâneos ou pelo discurso reacionário da velha direita nacional. O Brasil não aceita projetos que, no fundo, ou se identificam com o carcomido modelo do socialismo autárquico ou com a retórica pseudomoderna do atual governo, que já apresenta sinais de esgotamento.

O Partido Popular Socialista lança oficialmente o nome de Ciro Gomes para Presidente da República. Ele é sintonizado com o seu tempo, experimentado na vida pública e comprometido com as verdadeiras

transformações reclamadas por nossa sociedade. É a possibilidade que dispomos para ultrapassar os velhos modelos que fazem a crise brasileira se arrastar por tantas décadas. É a certeza de uma nova forma de fazer política, resgatando-a como instrumento ético e acessível à grande massa popular; é a garantia do aprofundamento da democracia.

A candidatura Ciro Gomes representa uma nova postura. Aquela que deseja, de fato, ultrapassar as conquistas do Plano Real e construir uma verdadeira agenda humanista, politicamente progressista, socialmente justa e ambientalmente sustentável. Vitoriosa, orientar-se-á para o resgate do Estado brasileiro, colocando-o a serviço da educação, da saúde e de um novo padrão de desenvolvimento, democrático e íntegro.

Com a candidatura Ciro Gomes, o PPS reafirma a sua posição a favor da construção de um novo bloco político, de centro-esquerda, capaz de fazer frente à avalanche do neoliberalismo e de inserir o Brasil, competitivamente, no mercado mundial. Um novo bloco que tenha coesão política para governar com estabilidade e que respeite as diferenças de identidade em seu interior, com ética e espírito público.

Para o nosso projeto ser vitorioso, precisamos ganhar as ruas e buscar aliados. São os caminhos para romper o pacto de silêncio armado com o objetivo de restringir o grande debate nacional que as eleições proporcionam. É severa a aplicação do atual arcabouço jurídico-eleitoral, que não tem isonomia e foi construído para beneficiar as atuais forças detentoras do poder. ao silêncio, devemos responder com o nosso grito; à falta de espaços na mídia, devemos amplificar a nossa voz e difundir as nossas idéias; e mostrar sempre os números das ruas.

O PPS, que emergiu do memorável Congresso do PCB, em 1992, no Teatro Zaccaro, em São Paulo, mostrou - nas eleições de 1996, quando elegemos quase 500 vereadores e 40 prefeitos - todo o seu potencial de crescimento. Com Ciro Gomes, agora no XII Congresso, em Brasília, neste 19 de abril, estamos dando uma demonstração clara de que pretendemos nos converter também em força política dirigente de um Brasil real e justo.”

4.5 - ELABORAÇÃO TEÓRICA

Nova e velha esquerda na visão de Roberto Freire

Política Comparada - Revista Brasiliense de Políticas comparadas, iniciativa de Vamireh Chacon, publicou em seu número inicial (primeiro semestre de 1997) importante ensaio de Roberto Freire, presidente do PPS (em colaboração com Caetano Araújo), com o expressivo título de "Nova e velha esquerda - balanço e perspectivas". Trata-se de documento que revela o quanto aquela personalidade, representativa dos ex-comunistas, despreendeu-se dos hábitos inoculados numa parte da intelectualidade brasileira pelo antigo PCB, que tem revelado uma persistência inusitada em nosso meio, conforme aliás pode-se verificar da análise precedente.

Roberto Freire registra a perplexidade diante do desmoronamento do mundo comunista ("nós, esquerda, para além das divergências, acreditávamos ser o futuro e, subitamente, o capitalismo parece arrebatá-lo o futuro de nossas mãos"), a resistência ao reconhecimento dos fatos ("a dificuldade até de perceber as mudanças leva alguns a apegar-se a pedaços do mapa antigo") e não se furta ao exame das causas do fracasso soviético, ao contrário daqueles que empreenderam a chamada "refundação comunista", segundo se referiu.

Roberto Freire associa o desmoronamento comunista à revolução tecnológica de que resulta o fenômeno batizado de globalização. Escreve:

"O socialismo terminou, portanto, por mostrar-se incapaz de absorver, produtivamente, a mudança tecnológica, apesar de todas as suas realizações educacionais e científicas. As relações capitalistas de produção, pelo contrário, revelaram-se um ambiente elástico para abrigar a mudança ocorrida. Numa confirmação irônica da tese marxista, o desenvolvimento das forças produtivas entrou em choque com as relações de produção obsoletas e as pulverizou. Infelizmente, as relações extintas executadas pela História, foram aquelas geradas no desenvolvimento da revolução de outubro, na experiência histórica mais significativa de implantação do projeto da esquerda."

Freire não esconde a natureza totalitária da experiência soviética, embora procure legitimar a circunstância de tê-la tolerado (em nome de idéias

altruísticas, mas na verdade pela suposição equivocada de que os fins justificam os meios).

Freire atribui também ao desenvolvimento tecnológico o fato de que os socialistas hajam perdido as referências. A tecnologia permite que os bens e serviços requeridos pela sociedade possam ser produzidos com redução crescente de mão-de-obra.

"Durante muito tempo - afirma - o trabalho conseguiu sustentar a utopia de uma alternativa ao capitalismo real. Hoje, no entanto, o trabalho retira-se do centro da sociedade e perde a capacidade de dizer-nos quem somos".

Nessa circunstância, considera errada a hipótese de que o desmoronamento do socialismo real seria devido a erros táticos ou à aplicação incorreta de princípios que continuam válidos. Encarece a necessidade de serem buscadas as suas causas profundas.

A revolução tecnológica retirou da classe operária a condição de referência no estabelecimento das relações sociais. Mesmo no comportamento político, as antigas clivagens de classe, antes fundamentais, parecem dissolver-se. A esse propósito diz expressamente:

"Em suma, o trabalhador, particularmente o operário, perde a situação que tinha de personificação da opressão e da exploração. Não é mais possível sustentar hoje, como Marx o fez, que a emancipação da humanidade é condição para a auto-emancipação dos trabalhadores. Hoje, os operários têm mais a perder que as cadeias que os amarram".

E, mais:

"Temos de abandonar a certeza científica da propriedade do futuro e reconhecer que a esquerda será, necessariamente, em uma sociedade plural que queremos preservar, entre outras correntes empenhadas do debate político". Desse modo, o reconhecimento da inelutabilidade da democracia passa a ser uma espécie de ponto nevrálgico diferencial em relação à "velha esquerda".

Resumindo, afirma Roberto Freire:

"Em primeiro lugar, a nova esquerda mantém como norte de sua ação política os mesmos valores que toda esquerda sempre levantou: a igualdade, a

liberdade e a fraternidade solidária, que ultrapassa as fronteiras políticas, em uma nova forma de internacionalismo. Como antes, continuamos a pensar que sem um grau mínimo de igualdade, a liberdade torna-se ilusória. No entanto, não pensamos mais em assegurar igualdade pela coerção, em sacrificar a liberdade hoje para recuperá-la, plena, no futuro. Aprendemos que a liberdade não pode nascer da ditadura, mesmo a do proletariado, se realizável."

Entende ser esta a oposição mais profunda com a esquerda tradicional:

"Esta mantém a fé - e hoje efetivamente só pode tratar-se de fé - na capacidade de controlar o processo em benefício dos trabalhadores mediante o encastelamento em um aparelho de Estado fechado, permeável à sociedade apenas pela via, manifestamente insuficiente, do partido único. Continuam considerando, em suma, que nós - 'vanguarda' - sabemos mais sobre os interesses dos trabalhadores que os próprios trabalhadores."

No texto que estamos considerando - e que adiante se transcreverá integralmente - desaparece também toda e qualquer satanização do mercado. Afirma-se ali:

"A nova esquerda considera que a necessidade de contar com mecanismos de mercado é um dos ensinamentos mais evidentes da revolução científico-tecnológica e do processo de globalização decorrente. Essa evidência impôs-se até aos países que se reivindicam comunistas e que mantêm a abertura econômica com a /i/fechadura/ política. Consideramos que o mercado, quando devidamente regulado e limitado, é instrumento essencial à maximização da igualdade e da liberdade. A ressalva do controle é importante, pois traça uma demarcação com o campo liberal."

Finalmente, esta diferenciação em relação à doutrina liberal:

"Para os liberais, uma ordem que garanta a concorrência, política e econômica,¹ é o bem coletivo número um, que demanda esforços para sua

manutenção. Se as regras são justas. As desigualdades eventualmente resultantes são fruto de decisões individuais equivocadas, responsabilidade de agentes específicos, muitas vezes dos próprios prejudicados. Nós, esquerda, reconhecemos hoje a importância de uma ordem legal que garanta a todos um espaço de autonomia. No entanto, sabemos que, se essa ordem redundar sistematicamente em desigualdades insuperáveis pela ação individual, será uma ordem injusta, não obstante todos os cuidados com a manutenção de uma justiça formal. O primado da igualdade leva-nos a questionar a ordem sempre que esta conflita com a justiça."

É a seguinte a íntegra do texto comentado:

NOVA E VELHA ESQUERDA - BALANÇO E PERSPECTIVAS

QUE É E POR QUE É NECESSÁRIA, HOJE, UMA ESQUERDA DE NOVO TIPO

Roberto Freire e Caetano Ernesto Pereira de Araújo

A dissolução do socialismo real, em um período surpreendentemente curto, e a conseqüente instauração do capitalismo nos países que emergiram da antiga União Soviética e do leste europeu mergulharam o pensamento político de esquerda em uma situação de caos. Referências construídas ao longo de mais de um século de militância, trabalho teórico e experiência de gestão de Estado pareciam dissolver-se no espaço de meses. Afinal, contra todos os prognósticos, o capitalismo aparentemente triunfara, tomara de assalto o futuro e impusera, na prática, ao socialismo o mesmo papel que este lhe havia reservado na teoria: ser apenas um fenômeno da história, restrito, no caso, a uma parte do planeta, em um pedaço do século XX. A perplexidade foi bem formulada por Hobsbawm: nós, esquerda, para além das divergências, acreditávamos ser o futuro e subitamente o capitalismo parece arrebatá-lo o futuro de nossas mãos.

O impacto sobre nossa atividade política e teórica está se mostrando intenso e duradouro. Os anos se seguem à queda do muro de Berlim, ponto

emblemático de inflexão, e as diferentes correntes de origem socialista, comunista e social-democrata não conseguiram desenhar ainda um mapa comum do novo espaço político. A dificuldade até de perceber as mudanças, e seu caráter irreversível, leva alguns a apegar-se a pedaços do mapa antigo - que o terremoto tornou obsoleto - como os poucos fragmentos de certeza que lhes restam. Infelizmente, a ação política guiada pro um norte que não mais existe só pode levar a derrotas e retiradas. E isso é o que tem acontecido, em geral, com a esquerda, no plano mundial.

Enquanto isso, a perspectiva liberal ou neoliberal, avança confortavelmente. Seus adversários históricos - nós, das esquerdas - estão desorientados e os acontecimentos recentes são por eles interpretados como a confirmação final, após dois séculos de espera, de suas premissas teóricas e políticas.

Nesse quadro de crise, as tentativas de revisão no nosso campo são múltiplas. No entanto, passado o primeiro momento de estupor, parece delinear-se com clareza um novo alinhamento de correntes, partidos e lideranças de esquerda. As linhas de divergência deslocam-se, questões antes fundamentais passam a ser secundárias, antigos adversários unem-se e alianças aparentemente sólidas se desfazem. Na perspectiva aqui defendida, esse alinhamento se processa em torno de um eixo fundamental: o que opõe, de forma simplificada, esquerdas novas e tradicionais.

Qual a divergência básica? Em termos gerais, a reação, oposta, frente o processo de mudança que o mundo vive. Dado o conflito entre uma realidade nova e um corpo tradicional de teoria e prática, a velha esquerda sacrifica a realidade e agarra-se à teoria. Para eles, o socialismo real dissolveu-se por erros táticos ou pela aplicação incorreta dos princípios ainda válidos.

É necessário, portanto, recuar, refletir, aprimorar a política a partir das mesmas premissas, e aguardar a primeira manifestação de crise do capitalismo para o contra-ataque.

Para a nova esquerda, ao contrário, a queda do socialismo real teve causas profundas; em última análise, o sistema não resistiu ao desenvolvimento explosivo das forças produtivas; o mundo em que vivemos hoje é qualitativamente distinto do que 25 anos atrás; e novas referências, teóricas e práticas, devem ser construídas para a existência de uma política de

esquerda com possibilidades de sucesso. A resposta bolchevique à indagação de Lenin modelou o nosso século e, embora contestada à direita e à esquerda, pôde pretender validade até o início da revolução científico-tecnológica. Hoje essa resposta não é satisfatória e a pergunta volta a colocar-se: que fazer?

Consideramos, portanto, que esse alinhamento em curso no campo da esquerda difere radicalmente das divergências e "cismas" ocorridas até hoje. Marxistas e anarquistas - na Primeira Internacional - revisionistas e ortodoxos - na segunda - stalinistas e trotskistas, maoistas e "reformistas" soviéticos divergiram, a maior parte das vezes, de forma violenta sobre questões de meios, de caminhos, de tática. Todos partilhavam a certeza sobre os fins de sua ação: o surgimento necessário de uma sociedade fundada nos trabalhadores, livre, abundante e justa, onde a planificação racional e científica substituiria o mercado e a política. Esse fim foi confrontado pela realidade, e a resposta a esse desafio divide, de forma muito mais profunda, esquerdas tradicional e nova.

Do ponto de vista ortodoxo, que chamamos aqui tradicional, no limite, a nova esquerda não é nova nem muito menos esquerda. Seria apenas a aceitação pura e simples do capitalismo, temperada com uma preocupação, retórica, pela democracia e pelo "social". Seria a manifestação mais recente, depois dos revisionistas e dos eurocomunistas, do espectro da capitulação, que ronda tal movimento revolucionário.

Para a nova esquerda, a persistência nos velhos métodos e caminhos revela apenas uma preocupação canônica, dogmática, idealista no fundo. Significa a recusa a encarar as condições materiais de vida, a análise concreta de situações concretas. Enquanto o socialismo real representou uma alternativa plausível ao capitalismo - e isso se deu até, pelo menos o período Krushev - suas mazelas foram reveladas e mesmo desacreditadas. No momento em que se revelou incapaz de confrontá-lo, todo o modelo - até mesmo seus fundamentos - deve ser debatido e redefinido. A nova esquerda considera-se, simultaneamente, continuidade e ruptura com a tradição construída nos 150 anos passados. Considera-se a superação, no velho sentido dialético, dessa tradição.

Esse confronto vem se repetindo no seio de diversos partidos de esquerda, em vários contextos nacionais. As mesmas propostas e argumentos

são levantados, as mesmas divergências vêm à tona. Exemplar, entre nós, é o processo de discussão promovido pelo PCB, que resultou, por um lado, na formação do PPS e, por outro, na continuidade do PCB, articulada pelas correntes defensoras da atualidade das antigas referências.

Qual dessas duas posições extremas - uma vez que na realidade encontram-se diversas posturas intermediárias, às vezes no interior dos mesmos movimentos, partidos e até indivíduos - pode reclamar com legitimidade o apoio dos fatos? Do nosso ponto de vista, não há dúvida possível: no futuro próximo, a alternativa será a esquerda de novo tipo ou, simplesmente, a inexistência de esquerda. Queremos argumentar, em suma, que a esquerda deve mudar, no sentido de reconhecer o mundo novo e nele tomar seu lugar na luta política e ideológica, sob pena de desaparecer, seja por indistinção de sua posição com o conservadorismo - também incomodado por alguns efeitos do processo de globalização - seja pela migração de seu eleitorado tradicional para alternativas à direita, no espectro político. Para tanto, ordenaremos nossas razões na forma, para nós clássica, de teses.

1. A revolução científico-tecnológica, desencadeada nos últimos 25 anos, impulsionou o processo que chamamos hoje de globalização numa escala e intensidade sem precedentes. Esse processo, presente, sob outras formas, em toda a história da espécie, abarca agora todas as esferas de vida humana e não é passível de reversão no horizonte que podemos perceber.

Até a década de 70, um artigo de fé comum a diversas correntes inspiradas no marxismo era a impossibilidade de desenvolvimentos adicionais das forças produtivas no âmbito do capitalismo. O longo período de crescimento verificado no pós-guerra ocorrera no interior dos limites de um mesmo padrão tecnológico, com alterações localizadas de pouca significação. O uso da energia nuclear seria a comprovação de que, sob relações de produção capitalista, a inovação só podia ser usada para a destruição, não para a produção.

Nos anos setenta, essa tese foi rapidamente desmentida pelos fatos. Uma série de avanços, logo conectados entre si e potencializando-se mutuamente nas áreas de microeletrônica, informática, robótica e, em um segundo momento, química fina, novos materiais, biotecnologia, entre outras, alterou por completo o processo de trabalho, a organização, comportamento e

natureza dos conglomerados capitalistas; o cotidiano de cidadãos e consumidores e, mais recentemente, o próprio espaço de ação reservado aos Estados nacionais.

O impacto dessas inovações nos meios de transporte e, principalmente, comunicações foi decididamente revolucionário. O deslocamento de mercadorias e trabalhadores tornou-se, sem dúvida, mais rápido, barato e massivo, abrindo a possibilidade da formação de grandes mercados regionais e, no limite, de um único mercado planetário de bens e de trabalho. O uso da informática, contudo, permite hoje o deslocamento de informações, de todo tipo, de forma praticamente instantânea, a custo insignificante. Circulam, por esse meio, no mundo todo, idéias, notícias e fluxos financeiros, aliás, cronologicamente os primeiros a trilhar essas vias, em um processo que transborda muitas vezes o controle dos Estados nacionais. O espaço encolheu, e no futuro próximo milhões de cidadãos terão acesso ao mundo inteiro sem sair de casa. Mesmo a possibilidade de esses recursos encontrarem-se ao alcance de todos em algum ponto do futuro é imaginável hoje.

2. Todos os fatores que levaram o socialismo real à derrocada têm sua origem na revolução científico-tecnológica e no processo de globalização resultante.

A expansão e a persistência do sistema socialista, que até a década de 70 conquistou novos países-membros na Ásia e na África, decorreram da legitimidade alcançada como alternativa viável ao capitalismo. Concretamente, o crescimento econômico da União Soviética, extremamente elevado nas quatro décadas que se seguiram à revolução, e o avanço inegável no sentido da equalização das condições de vida da população asseguraram, por muito tempo, a legitimidade de um caminho alternativo ao capitalismo, baseado no pólo oposto da contradição principal do sistema, o trabalho. O momento crucial, nesse sentido, localiza-se, segundo Hobsbawn, nos anos seguintes à crise de 1929. Enquanto o mundo capitalista ingressava num período de caos e estagnação econômica, a União Soviética mantinha seu crescimento a ritmos intensos. Não poderia haver prova mais convincente da superioridade da planificação racional sobre as forças cegas do mercado, da sociedade do trabalho sobre a do capital.

Nos anos seguintes, a participação decisiva na guerra contra o nazismo, a continuidade do crescimento, a vanguarda provisória na corrida espacial e o apoio aos movimentos operários e de libertação nacional nos quatro continentes contribuíram para aumentar o prestígio do sistema capitalista junto a trabalhadores, intelectuais e setores médios, principalmente nos países do terceiro mundo.

Mesmo a falha mais evidente do sistema, a ausência de democracia - em última análise, a causa fundamental da derrota posterior - era justificada, quando não negada, pelo estado de guerra permanente entre os dois sistemas concorrentes. Após o triunfo completo do socialismo, o estado de liberdade surgiria naturalmente, com a retirada do Estado da gestão, inclusive pela repressão, dos conflitos e sua limitação à administração dos bens materiais. Mesmo a denúncia, em 1956, dos crimes de Stalin, antes considerados simples mentiras da imprensa burguesa, foi vista como capacidade do regime de autocritica, prenúncio de avanços democráticos.

O que importa é que a crítica, a discussão profunda das limitações do modelo, era cerceada pelos sucessos econômicos e sociais do regime. Virtualmente, tudo foi justificado ou poderia ser justificável em nome da construção de uma alternativa competitiva ao capitalismo, capaz de eliminar a fome, a miséria, a ignorância e as desigualdades sociais.

Na década de 60, o início dos anos de estagnação, os indícios da competitividade do sistema começaram a escassear. O recurso à força nos casos da Hungria e da Checoslováquia apontou, também, para a perda de legitimidade do sistema no interior de suas fronteiras. A situação parecia, no entanto, controlável e nada indicava que o mundo bipolar terminaria apenas alguns anos depois.

Como o sistema conseguiu mostrar-se viável, manter-se competitivo, por tanto tempo? No padrão tecnológico vigente, produtividade gera consequência de produção em escala ampla, com uma estrutura centralizada de decisões. A circulação ampla de informações não era condição de eficácia produtiva. Todas essas características eram compatíveis, e mesmo maximizadas, pelo sistema de planificação central. Após a revolução tecnológica, o sucesso e a competitividade passaram a depender da centralização das decisões, da multiplicação de unidades de escala menor e,

principalmente, da disseminação ampla de informações. Em suma, mercado e democracia inexistentes no sistema revelaram-se fundamentais. A partir desse momento, o socialismo real não poderia manter-se. Glasnot e perestroica foram tentativas finais de mudar o sistema a partir do seu interior. A autarcização, o isolamento do socialismo, impondo à sua população níveis de vidas deterioradas, embora eqüitativamente distribuídos, ao lado de um capitalismo visivelmente próspero, com resultados mais eficientes até nas áreas de saúde e educação, revelou-se impossível. Nenhuma combinação de persuasão e repressão conseguiria segurar por muito tempo esse estado de coisas.

O socialismo terminou, portanto, por mostrar-se incapaz de absorver, produtivamente, a mudança tecnológica, apesar de todas suas realizações educacionais e científicas. As relações capitalistas de produção, pelo contrário, revelaram-se um ambiente elástico para abrigar a mudança ocorrida. Numa confirmação irônica da tese marxista, o desenvolvimento das forças produtivas entrou em choque com as relações de produção obsoletas e as pulverizou. Infelizmente, as relações extintas, executadas pela história, foram aquelas geradas no desenvolvimento da revolução de outubro, na experiência histórica mais significativa de implantação do projeto da esquerda.

3. A revolução científico-tecnológica sinaliza a perda progressiva de importância do trabalho na estruturação das diferentes relações sociais.

A morte súbita do socialismo real seria suficiente para gerar um estado de perplexidade duradoura na esquerda mundial. As mudanças, no entanto, não se detiveram e continuam destruindo sistematicamente todas as bases empíricas das nossas referências políticas.

A mais importante, do nosso ponto de vista, é o deslocamento progressivo do trabalho da posição central que até então ocupava na sociedade.

Com isso, queremos afirmar dois fatos. O primeiro, evidente, é a centralidade da categoria trabalho na conformação das sociedades capitalistas até o momento. A posição de cada um no processo produtivo, a posição de classe, determinava não somente sua parcela na distribuição de bens e

oportunidades, mas todo um conjunto de valores e maneiras de ver e avaliar o mundo, uma cosmovisão específica, em suma. Era possível falar de culturas operárias, burguesas e aristocráticas que atravessavam as fronteiras e superpunham-se às identidades nacionais. Esse, aliás, era um dos fundamentos objetivos da reivindicação internacionalista da política de esquerda.

Hoje a situação é outra. O impacto da revolução tecnológica na produção traduz-se na diminuição acelerada do tempo de trabalho necessário à produção dos bens e serviços de que precisamos. No produto final, o trabalho vivo perde significação, enquanto o trabalho morto, já incorporado nas máquinas e instrumentos de trabalho, agiganta-se. Concretamente, a sociedade precisa de cada vez menos trabalho para sua sobrevivência. Na ordem capitalista, essa redução tende a expressar-se em desemprego, antes que em redução de jornada.

Esse desemprego, chamado agora de "estrutural", cresce de forma inédita na história do capitalismo. O sociólogo polonês Adam Schaff considera que o fim do trabalho já está posto em nosso horizonte histórico. Não, evidentemente, o trabalho como manifestação vital do homem, como atividade especificamente humana de interação com a natureza, mas o trabalho como gerador de mercadoria e, nessa medida, de valor, emprego, renda e identidade social. O fato é que, dentro de poucas décadas, a maioria da população de alguns países da Europa não disporá de um emprego estável em todo seu período de vida e sobreviverá às custas da previdência. As taxas atuais de desemprego - entre 10 e 20% da população adulta - tenderão a elevar-se, e as projeções apontam para percentuais cada vez maiores de cidadãos que passarão a vida inteira sem conseguir um único emprego estável. Por isso, a busca de mecanismos de alocação de renda que não passem pelo trabalho e as propostas de redução drástica da jornada - na linha de "trabalhar menos para que todos trabalhem", como propõem diversos estudiosos do problema - são tão importantes na agenda política européia.

Na consciência dos cidadãos, essas mudanças refletem-se no fato de o trabalho - a posição de classe - perder importância na formação da identidade. Apagam-se os limites entre as culturas de classe, e as pessoas definem-se, cada vez menos, por seu lugar no processo produtivo. Mesmo no comportamento político e eleitoral, as clivagens de classe, antes

fundamentais, parecem dissolver-se. O voto operário, por muito tempo monopólio da esquerda, reparte-se por todo o espectro partidário, como o dos demais segmentos sociais.

Nessa situação, a esquerda é atingida por uma crise de identidade. Sua origem e razão de ser era contrapor à sociedade existente, organizada pelo capital - que gera riqueza, mas também desigualdade e exploração - outra sociedade utópica, centrada no trabalho, igualmente rica, mas justa e solidária. Durante muito tempo, o trabalho conseguiu sustentar a utopia de uma alternativa ao capitalismo real. Hoje, no entanto, o trabalho retira-se do centro da sociedade e perde a capacidade de dizer-nos quem somos. Com isso, teria perdido também a capacidade de revelar-nos o que devemos ser. Na expressão de Habermas, sua "energia utópica", abundante nos últimos 150 anos, estaria esgotada. em consequência, em um mundo em que o trabalho "escorre pelo ralo", a esquerda, que permanece amarrada exclusivamente a ele, terá o mesmo destino.

4. A posição fundamental da sociedade capitalista - capital-trabalho - altera seu caráter: de contradição que aponta para a mudança radical, para a superação do capitalismo, passa a simples conflito distributivo, a luta por parcelas do excedente.

Essa afirmação decorre das propostas anteriormente abertas à discussão. O efeito imediato da revolução tecnológica na produção é a redução do tempo de trabalho necessário, expressa, na ordem capitalista, em desemprego crescente. A riqueza aumenta e com ela o exército dos que não têm acesso a emprego, cuja renda está limitada à disponibilidade da seguridade de cada país. A oposição capital-trabalho começa a conviver com outra: aquela que enfrenta os incluídos, com fonte de renda estável decorrente de inserção no mercado de trabalho, e os excluídos, sem fontes de rendas autônomas e constantes. Em países como o nosso, em que a seguridade encontra-se engatinhando, frente às experiências européias, essa oposição apresenta caracteres dramáticos.

Evidentemente, a disputa entre capitalistas e trabalhadores em torno do excedente, a luta por melhores salários, não perdeu significado. Porém, não é mais o único, às vezes nem o principal, conflito de cunho distributivo. Hoje,

divide a cena com as lutas dos excluídos por acesso ao mercado de trabalho e de bens, lutas nas quais, e é importante ter isso presente, às vezes seus interesses opõem-se aos dos trabalhadores já incluídos.

em suma, o trabalhador, particularmente o operário, perde a situação que tinha de personificação da opressão e da exploração. Não é mais possível sustentar hoje, como Marx o fez, que emancipação da humanidade é condição para a auto-emancipação dos trabalhadores. Hoje, os operários têm mais a perder que as cadeias que os amarram.

Até o momento, emancipação, igualdade, e outros, eram valores que a esquerda automaticamente vinculava à situação do trabalhador. Não precisávamos pensar muito nas conseqüências de nossa ação em termos de justiça, por exemplo. Bastava tomar partido pelos trabalhadores e a luta por seus interesses, ou pelo que identificávamos como tal, levaria, em todos os casos, em última análise, à melhor aproximação possível aos valores que defendemos. Essa situação não existe mais. Se continuamos a prezar a igualdade e a liberdade como valores a serem maximizados, devemos ir além do ponto de vista parcial do trabalhador e construir nossas referências políticas em um plano mais geral de análise, que inclua aqueles que, apartados do emprego, são o grupo de menor poder de barganha na sociedade.

5. A democracia assume, nessa circunstância, importância estratégica para as posições de esquerda.

Reconhecemos, como vimos, que a identificação mecânica entre trabalhadores e os valores da igualdade e liberdade chegou ao fim. Precisamos, de outro plano, mais geral, onde faça sentido debater esses valores à luz dos interesses coletivos. Esse plano é o espaço público democraticamente ordenado. Precisamos de democracia, na forma mais ampla e radical, inclusive porque é o único meio de limitar, de forma legítima, o movimento dos mecanismos de mercado.

Admitir o caráter estratégico da preservação e ampliação desse espaço implica, todavia, alterar alguns elementos arraigados de nossa cultura política. Temos de abandonar a certeza "científica" da propriedade do futuro e reconhecer que a esquerda será, necessariamente, em uma sociedade plural que queremos preservar, uma entre outras correntes empenhadas no debate

político. Procuramos a maioria e o poder, mas sabemos, hoje, que essa maioria é transitória, que a alternância é necessária e que somos um dos personagens na construção constante de decisões consensuais ou majoritárias. Manter nossa antiga postura cientificista e salvacionista significaria negar a pluralidade e a democracia.

Aprofundar a democracia implica, por sua vez, caminhar em direção rumo à ampliação da democracia direta. Os avanços tecnológicos viabilizam as consultas diretas à população, na forma de plebiscito ou referendo. A estrutura institucional deve ser refeita de maneira a possibilitar, cada vez mais, esse tipo de participação do eleitor. É preciso ter claro que esse caminho implica flexibilizar, se não retirar, o monopólio dos partidos, como canal da decisão popular. A consulta direta em suas diversas formas, a postulação de candidatos apartidários a todos os cargos aprofundam a democracia, mas enfraquecem, de certa forma, os partidos. Num caso, dispensam sua intermediação; no outro, ampliam a gama de escolha do eleitor, acrescentando a todos os partidos a opção "nenhum partido". Não se trata, evidentemente, de substituir os mecanismos de representação, mas de qualificá-los, de aperfeiçoar seu funcionamento pelo recurso continuado à participação direta.

As cinco teses apresentadas em linhas gerais permitem precisar algumas características da esquerda de novo tipo que estamos empenhados em construir. em primeiro lugar, a nova esquerda mantém como norte de sua ação política os mesmos valores que toda esquerda sempre levantou: a igualdade, a liberdade e a fraternidade, expressa essa última no presente como o imperativo de uma sociedade solidária, que ultrapasse as fronteiras políticas, em uma nova forma de internacionalismo. Como antes, continuamos a pensar que, sem um grau mínimo de igualdade, a liberdade torna-se ilusória. No entanto, não pensamos mais em assegurar a igualdade pela coerção, em sacrificar a liberdade hoje para recuperá-la, plena, no futuro. Aprendemos que a liberdade não pode nascer da ditadura, mesmo a do proletariado, se realizável.

A nova esquerda não se apóia fundamentalmente no mundo do trabalho. Esse mundo encolhe com a revolução científica e não abrange a massa de desempregados, talvez inempregáveis no curto prazo, dentro dos parâmetros

de uma ordem liberal, que o processo produz. A tarefa primordial de uma política de esquerda é a estratégia de inclusão desses excluídos, a criação de mecanismos de distribuição de renda, mas não apenas de renda. Trata-se de colocar ao alcance de todos a possibilidade de uma inserção significativa, ou seja, com um sentido socialmente reconhecido, na sociedade. Além do acesso à renda, o acesso à dignidade do cidadão deve ser objeto de políticas públicas.

O descolamento do mundo do trabalho impõe a necessidade de um novo espaço para a explicitação dos valores tradicionais da esquerda, e esse espaço é a esfera pública democraticamente ordenada. Aqui, a oposição mais profunda com a esquerda tradicional. Esta mantém a fé - e hoje efetivamente só pode tratar-se de fé - na capacidade de controlar o processo em benefício dos trabalhadores mediante o encastramento em um aparelho de Estado fechado, permeável à sociedade apenas pela via, manifestamente insuficiente, do partido único. Continuam considerando, em suma, que nós - 'vanguarda' - sabemos mais sobre os interesses dos trabalhadores que os próprios trabalhadores.

finalmente, o mercado. A nova esquerda considera que a necessidade de contar com mecanismos de mercado é um dos ensinamentos mais evidentes da revolução científico-tecnológica e do processo de globalização decorrente. Essa evidência impôs-se até aos países que se reivindicam comunistas e que mantêm a abertura econômica com a /i/fechadura/ política. Consideramos que o mercado, quando devidamente regulado e limitado, é instrumento essencial à maximização da igualdade e da liberdade. A ressalva do controle é importante, pois traça uma demarcação com o campo liberal. O mercado deve ser ouvido, mas nem sempre seguido. A inserção no processo de globalização, por exemplo, é inevitável, mas daí não se segue que a abertura total e imediata seja a melhor política. O Estado e, cada vez mais, os blocos supra-estatais podem e devem planejar o ritmo e alcance dessa abertura de forma a minorar seus efeitos indesejáveis.

Resta a questão: em que medida as características apontadas produzem o apagar das diferenças político-ideológica? Na noite da globalização, todos os gatos ficaram pardos? Onde estão as diferenças entre as posições que defendemos e o liberalismo, tradicional ou novo?

Permanecem diferenças fundamentais, sintetizadas com felicidade por Bobbio no primado da igualdade. Liberais conseqüentes consideram a igualdade pouco mais que a condição inicial desejável para uma competição mais eficiente. Para eles, há liberdade quando não há controle sobre ações individuais que, ao interagir, produzem resultados imprevistos e não manipuláveis pelos envolvidos. Toda tentativa de maximizar a igualdade de maneira racional, planejada, resultaria em perda de liberdade, em tirania. Para nós, ao contrário, a liberdade não é o resíduo da ação incontrolada das forças do mercado, mas um estado a ser construído constantemente, mediante participação na esfera pública, e a igualdade, meta e valor diretriz de políticas públicas, é sua condição.

Para os liberais, uma ordem que garanta a concorrência, política e econômica, é o bem coletivo número um, que demanda esforços para sua manutenção. Se as regras são justas. As desigualdades eventualmente resultantes são fruto de decisões individuais equivocadas, responsabilidade de agentes específicos, muitas vezes dos próprios prejudicados. Nós, esquerda, reconhecemos hoje a importância de uma ordem legal que garanta a todos um espaço de autonomia. No entanto, sabemos que, se essa ordem redundar sistematicamente em desigualdades insuperáveis pela ação individual, será uma ordem injusta, não obstante todos os cuidados com a manutenção de uma justiça formal. O primado da igualdade leva-nos a questionar a ordem sempre que esta conflita com a justiça.

As diferenças podem parecer menores, especialmente se confrontadas com aquelas que estabelecíamos anteriormente: ciência-ideologia, interesses coletivos/interesses particulares, futuro/passado. No entanto, as conseqüências políticas das divergências apontadas são significativas e podem representar, no curto prazo, mudanças profundas nas sociedades em que vivemos.

A proposta de "segunda via"

A proposta de segunda via é da autoria de Roberto Mangabeira Unger, norte-americano descendente de brasileiros, professor de universidade norte-americana.. Considerando que seria o principal assessor de Ciro Gomes, cabe

registrar aqui o teor dessa proposta. Está contida em um opúsculo que acompanha a edição da **Carta Capital** número 105.

Conflita abertamente com o progresso realizado na elaboração teórica das principais lideranças do PPS, questão que, eventualmente, poderá emergir em futuro próximo.

O autor define como primeira via aquilo que, no seu entendimento, seria uma imposição da Nova Roma (Estados Unidos), por intermédio do FMI.

A terceira via é uma proposta do líder trabalhista inglês Tony Blair. Segundo o autor, "a terceira via é a primeira via açucarada. Doura a pílula da desigualdade e do abandono. O adoçamento fica mais em conta de palavras do que de atos. A terceira via tem sido menos uma maneira de reorientar a primeira via do que de redescrevê-la. Propõe reconciliar com a adesão às soluções econômicas e políticas da primeira via o compromisso com a coesão social, manifesta em investimento em gente, políticas sociais compensatórias e esforço associativo. Quer combinar a flexibilidade econômica dos americanos com a proteção social dos europeus". Conclui deste modo: "Tudo nessa construção é engodo".

Os partidários brasileiros da primeira via (está mais ou menos explícito que seriam os membros da equipe econômica do governo) acham-se definidos do modo seguinte? "Vêm o povo brasileiro como horda de gente semibárbara, desqualificada para as exigências da vida contemporânea e mal emergindo das mazelas de um passado de ignorância e subjugação, porém já sob a batuta de homens afinados com o que há de mais moderno e racional no mundo".

A segunda via é uma criação do autor, achando-se em vias de formulação. A tese central é a do fortalecimento do Estado, como única instância capaz de assegurar a retomada do desenvolvimento.

São três as linhas de ação proposta: 1ª) Refinamento e reordenamento do Estado para eliminar a dependência do financiamento externo; 2ª) Mobilização dos recursos nacionais; e, 3ª) Democratização do mercado.

Para recompor as finanças do estado, propõe a negociação forçada da dívida interna, "sob o escudo protetor de controles de entradas e saídas de capital". Quanto à alegação de que a pretendida recomposição equivaleria a um calote, e de que existe impossibilidade prática de controlar as saídas de dinheiro, argumenta deste modo: "A facilidade com que estas teses correm

sem contradição no Brasil revela até que ponto ficou o país desprovido dos meios de defesa intelectual contra os preconceitos interesseiros da alta finança, mascarados, com a ajuda dos professores-banqueiros e doutores-rentiers, de ciência econômica."

A mobilização dos recursos nacionais é entendida como a recomposição da capacidade de investir do Estado. Apresenta a questão deste modo: "Depois de encurralar o lobby dos credores internos super remunerados, o Estado precisa conseguir muito dinheiro com um mínimo de trauma para a produção. Só há, em curto prazo, um modo de fazê-lo: organizar um sistema tributário que incida sobre o consumo enquanto vai à caça dos sonegadores e começa a encarcerar os mais graúdos. A única maneira de produzir rapidamente muito dinheiro é a tributação indireta do consumo (via imposto sobre o valor agregado) com alíquota alta. A esquerda não gosta porque é tributo regressivo. A esquerda, contudo, está enganada: o que conta em curto prazo é o nível da receita e a maneira de gastá-la. A redistribuição se faz do lado do gasto".

Finalmente, a terceira medida, embora denominada de "democratização do mercado", corresponde à instituição da poupança privada compulsória. Escreve: "Não temos por que escolher entre a previdência como contrato privado de poupança e a previdência como pensão pública desligada da obrigação de poupar. Reduzir a previdência pública a um mínimo para pobres e transformar a previdência privada em poupança dos mais abastados, a ser investida na Bolsa, é perder duas oportunidades ao mesmo tempo: a de diminuir as desigualdades e a de estreitar o vínculo entre poupança e produção". Trata-se, portanto, de inverter a equação, isto é, poupança privada compulsória via previdência oficial. O quadro se completaria com a intervenção nas Bolsas de Valores para fazer com que "o mercado acionário funcione como verdadeiro mercado de controle das empresas". Haveria ainda outras medidas: ao invés de flexibilizar a legislação protetora de direitos trabalhistas, estendê-la ao campo dos serviços e do trabalho temporário. fortalecendo também "os direitos de organização e resistência". Sugere também a duplicação do salário mínimo.

Mangabeira Unger andou muito tempo atrelado a Leonel Brizola. Por sua pregação, nessa fase, pareceu a Gilberto de Melo Kukawski, colaborador

de /i/O Estado de São Paulo/, que o seu sonho consistia em encontrar um ditador disposto a levar à prática suas idéias, únicas capazes de salvar o país. Na proposta de segunda via não chega a falar em ditadura, mas prega uma reforma constitucional que equipe o presidencialismo a efetivar plebiscitos e referendos, com liberdade para antecipar eleições tanto para o Congresso como para a Presidência da República. Muito provavelmente, depois de um breve interregno em sua pregação salvacionista, ao que tudo indica por desentendimento com Brizola, parece ter-se reanimado com o fenômeno Chavez na Venezuela.

4.6 - AVALIAÇÃO CRÍTICA

A análise precedente evidencia que, paradoxalmente, os antigos comunistas têm dado demonstração de haver aprendido com a lição, buscando avaliar a experiência soviética com o necessário rigor. Assim, é a liderança do PPS - e não a do PSB ou do PT - que se sente à vontade para condenar o partido único a aproximar-se dos liberais no entendimento do caráter inelutável do conflito social e da vantagem de enfrentá-lo com as armas da democracia, em vez do empenho na substituição do sistema representativo pelo cooptativo. O PPS também recusa frontalmente a proposta da "refundação comunista", a que nos referimos, de apenas procurar dissociar-se da antiga URSS, mas sem buscar entender as causas do seu fracasso. A atenção que a liderança do PPS dá à globalização e à revolução científico-tecnológica é outro elemento diferenciador.

Do ponto de vista da atuação prática, também o PPS tem recusado o comportamento das outras agremiações, no tocante à oposição intransigente ao governo. Ao contrário disso, concorda com a necessidade da reforma do Estado e do sistema previdenciário oficial, instituidor de situações de privilégios e incapaz de assegurar aposentadorias dignas, compatíveis com o nível das contribuições obrigatórias a que todos se acham submetidos.

De todos os modos, sua elaboração teórica ainda não leva em conta o grau de sofisticação de que se revestem, na atualidade, tanto a proposta liberal do PFL como a proposta social-democrata do PSDB. Embora não haja nos documentos oficiais maior empenho em satanizar o "neoliberalismo" e

satisfazer-se com esse combate a moinhos de vento, não tem uma clara resposta teórica à questão da igualdade de resultados, em confronto com a igualdade de oportunidades preconizada pelo PFL e pelo PSDB. Assim, não basta dizer que abdica da coerção na obtenção do primeiro tipo de igualdade. É imprescindível esclarecer qual o modo substitutivo adotado, em vez de contentar-se com declarações ambíguas como esta que se encontra no texto transcrito de Roberto Freire: "o primado da igualdade leva-nos a questionar a ordem sempre que esta conflita com a justiça".

Finalmente o PPS não poderá deixar de posicionar-se diante do caráter francamente totalitário das propostas de Mangabeira Unger, na medida em que este aparece publicamente como principal assessor daquele que é, simultaneamente, candidato do PPS à Presidência da República.

NOTAS

(1) Apud Edgar Carone. **A segunda República**, São Paulo, Difel, pp. 261-263.

(2) Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - Processo de Investigação do Partido Comunista do Brasil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

(3) **Problemas** nº 64, dez. 1954 - fev. 1955.

(4) Os documentos do PCB, na fase em apreço, encontram-se na coletânea organizada por Marco Aurélio Nogueira (**PCB: Vinte anos de luta política** - 158/1979. São Paulo, LECH 1980).

Capítulo 5

HIPÓTESE RELATIVA AO DESDOBRAMENTO FUTURO DO SOCIALISMO BRASILEIRO

O futuro do socialismo brasileiro depende de duas variáveis fundamentais. A primeira seria a sua capacidade de dissociar-se do **comunismo**, vale dizer, a capacidade de compreender que a experiência socialista digna do nome é aquela que teve lugar no Ocidente. Empenhar-se em tornar dispensável o adjetivo **democrático** e identificar o socialismo **tout court** com essa dimensão, o que exigiria a mesma coragem que vêm demonstrando os ex-comunistas como ainda elaboração teórica mais sofisticada que aquela de que têm sido capazes estes últimos.

A segunda variável consiste na reforma política.

A insistência em definir-se como **esquerda**, no caso brasileiro, corresponde a defender uma autêntica "geléia geral", na maneira popular de dizer. Facilita a vida de personalidades desprovidas de qualquer proposta, a exemplo de Brizola, ou dos que não se envergonham de apresentar-se como comunistas.

Os diversos partidos socialistas existentes no País não podem continuar ignorando a necessidade de distinguir socialismo de comunismo. Nessa altura, quando transcorreu toda uma década desde a queda do Muro de Berlim e o subsequente fim da União Soviética, não tem mais qualquer sentido falar-se de "socialismo ocidental". O socialismo que vingou e merece consideração é aquele que floresceu no Ocidente, por sinal sem nunca fazer qualquer concessão ao comunismo. Não cabe mais deixar de referir que o regime soviético consistiu em uma nova roupagem do velho patrimonialismo russo, expressão clara do despotismo oriental. A adoção de uma doutrina ocidental, o marxismo, na verdade nunca passou de um álibi, tamanhas as distorções a que foi submetida. Basta lembrar aqui que, de uma etapa ulterior ao capitalismo, o socialismo acabou transformado numa simples adesão ao império soviético, "desenvolvimento do marxismo" que serviu para que sobas africanos rotulassem as suas ditaduras de socialismo (um deles até adotou o

nome de socialismo científico) e mesmo na América Latina tivessem a possibilidade de fingir tratar-se de novidade.

O socialismo ocupou-se de conquistar, para as novas camadas de trabalhadores aparecidas com a revolução industrial, um lugar no sistema representativo surgido concomitantemente. Os novos atores sociais logo deram-se conta de que seriam os grandes beneficiários do sufrágio universal. De modo que trataram de explicitar sua solidariedade à nova forma de governo.

A experiência convenceu-os, também, de que por meio da atividade parlamentar poderiam conquistar melhorias expressivas nas condições de trabalho. O papel a ser desempenhado pelos sindicatos também se tornou patente, consistindo, inicialmente, na negociação direta com o empresariado. Subseqüentemente, passaram a estruturar mecanismos de assistência médica aos associados, mais tarde estendidos ao amparo na velhice ou à incapacitação temporária para o trabalho. Assim, o complexo sistema europeu de seguridade social - ou o norte-americano representado pelos Fundos de Pensões - não surgiu da noite para o dia, mas resultou de longa e responsável experimentação, tendo contado sempre com a participação dos partidos políticos constituídos pelos trabalhadores.

A guerra seria outro problema concreto diante do qual os socialistas europeus tiveram que posicionar-se, servindo também para explicitar de todo que espécie de compromisso deveriam manter com as próprias pátrias. Participaram ativamente dos movimentos pacifistas que antecederam à primeira conflagração mundial. Mas, quando se evidenciou que o conflito era inevitável, decidiram formar com os governos de seus respectivos países. Tendo vivenciado esse problema, Max Weber teria oportunidade de fixar seus parâmetros teóricos por meio da clássica distinção entre ética de responsabilidade e ética de convicção. Basicamente a primeira interdita todo tipo de posição irresponsável do tipo "quanto pior melhor".

Outros aspectos importantes da experiência socialista consistem na participação no governo e o integral respeito ao tipo de mandato recebido nas urnas, isto é, o compromisso de evitar reformas que não pudessem ser avaliadas pelo eleitorado e, se fosse o caso, revogadas. Nesse particular, os socialistas europeus acabaram por reconhecer o equívoco em identificar

socialismo com estatização da economia. Nisso, a experiência inglesa é paradigmática. O fato de que o Partido Trabalhista haja optado por manter as reformas efetivadas pelo Partido Conservador diz bem do que significaram para o país como um todo. Vale dizer: o Partido Socialista de nosso tempo está descompromissado de qualquer espécie de solidariedade a interesses corporativos, mais das vezes conflitantes com os da maioria da população.

Naturalmente há questões complexas em face das quais os socialistas devam recusar as propostas de índole liberal, em que pese o reconhecimento da aproximação entre os dois segmentos da opinião pública. Tais problemas dizem respeito, basicamente, ao exercício das atribuições legítimas do Estado, notadamente no campo da assistência social.

Completamente distanciados da experiência socialista européia, os socialistas brasileiros sequer dão-se conta de que o **Welfare** europeu distingue-se radicalmente do norte-americano. Neste, contribuições compulsórias limitam-se ao que no Brasil tem sido denominado de "programa de renda mínima". As demais formas (aposentadoria, desemprego, saúde) resultam de contribuições voluntárias e dão origem aos Fundos de Pensões. Os recursos para efetivação da correspondente assistência provêm de rendimentos decorrentes de aplicações (isto é, resultam de atividade desenvolvida por empresas seguradoras). Enquanto os socialistas brasileiros não reconhecerem que a experiência soviética na matéria corresponde a um fracasso monumental, quando confrontada à ocidental, vão continuar distanciando-se de propostas exequíveis.

É preciso encontrar uma solução que atenda ao atraso brasileiro na matéria, atuando com realismo, sem cogitar de programas irrealizáveis. Os socialistas brasileiros têm-se limitado, com a única exceção do PPS, a defender interesses corporativos indefensáveis, na medida em que configuram situações de franco privilégio.

Na eventualidade de que insistam no comportamento antes caracterizado, encontrando notadamente no PSB e no PT, os socialistas brasileiros tenderão a isolar-se. Sobretudo se o PSDB for bem sucedido na elaboração teórica que vem empreendendo e no esforço por definir adequada feição para a social-democracia brasileira. O maior distanciamento entre o PPS e as duas outras agremiações também pode configurar-se como um

cenário possível.

A reforma política em discussão no Parlamento obrigará à fusão dos pequenos partidos, para atender à chamada "cláusula de desempenho", isto é, obtenção de votação mínima. A nova legislação faculta que concorram às eleições como uma federação, idêntica em todos os estados. Se a oportunidade for aproveitada para isolar os remanescentes comunistas, pode ter início para o movimento socialista no País uma nova oportunidade de dissociar-se de propostas totalitárias e deixar de ser segmento minoritário e sem maior expressão.

PARA ENTENDER O PT

Antonio Paim

Londrina

Edições Humanidades

2 0 0 2

APRESENTAÇÃO

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi organizado em 1980, valendo-se da possibilidade criada pelo fim do bipartidarismo, ainda sob o último governo militar.

Tratava-se de uma grande novidade: provinha de um sindicalismo de novo tipo, originado a partir do que havia de mais moderno na indústria brasileira. O sindicalismo em causa rompera com a tradição do patrocínio oficial. O fato de que se dispusesse a organizar uma agremiação política fazia lembrar o Partido Trabalhista Britânico.

Qual não foi a surpresa da opinião pública quando, desde o primeiro momento de sua atuação, o novo partido revelou-se caudatário da velha tradição do socialismo autoritário brasileiro. Por suas francas simpatias marxistas, pendia mais para o comunismo oriental que para o socialismo ocidental.

Ao longo da década de oitenta ignorou solenemente as dificuldades do processo de abertura política e a interpretou como prova de fraqueza dos militares. Em consonância com essa interpretação, procurou criar no país uma situação francamente insurrecional na esperança de chegar ao poder pela força.

O sucesso que viria a alcançar nas primeiras eleições presidenciais, em 1989, criou uma situação nova para a agremiação. O PT concorreu com candidato próprio e obteve 17,2% da votação no primeiro turno, credenciando-se para concorrer ao segundo, quando alcançou 47% da votação.

Começa um novo ciclo na vida daquele partido. A tendência moderada, embora majoritária, aceitou conviver com facções francamente totalitárias, criando uma situação ambígua. Agora o PT quer chegar ao poder pelo voto mas, na posse daquele, diligenciará no sentido de transformar o sistema representativo brasileiro numa "democracia popular", cuja origem é perfeitamente conhecida: os países satélites do Leste europeu. A elaboração teórica deste período, que abrange toda a década de noventa, expressa francamente essa ambigüidade. Não se verifica uma adesão franca ao socialismo democrático ocidental nem aparece a disposição de romper decididamente com o marxismo-leninismo.

No curso da campanha eleitoral de 2002, a facção moderada consegue impor um novo discurso, de franca adesão ao Estado de Direito. Entretanto, ainda não apareceu a correspondente elaboração teórica.

Os percalços indicados obrigou-nos a efetivar uma tentativa de periodização de seu curso histórico.

SUMÁRIO

I – TENTATIVA DE PERIODIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS CICLOS EXPERIMENTADOS PELO PT.....	272
II – O CICLO INSURRECIONAL (1980-1989).....	274
III – O CICLO ELEITORAL, MANTIDA A OPÇÃO PELO SISTEMA COOPTATIVO.....	277
IV –ALTERNÂNCIA NO PODER.....	279
V – A REVIRAVOLTA NO CURSO DA CAMPANHA ELEITORAL DE 2002.....	296
ANEXO.....	298

I – TENTATIVA DE PERIODIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS CICLOS EXPERIMENTADOS PELO PT

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi criado no início dos anos oitenta. O manifesto constitutivo, para atender às formalidades da legislação, foi publicado no Diário Oficial da União em outubro de 1980. A primeira convenção nacional ocorreu a 27 de setembro de 1981, em Brasília. O primeiro programa tornado público é de março de 1981.

Desde o Primeiro Encontro Nacional (1981), o PT realizou sucessivos conclaves idênticos. O XII teve lugar no mês de dezembro de 2001, com o objetivo de aprovar a primeira versão do programa de governo com que concorreria às eleições de 2002, depois modificado para atender a nova orientação, como indicaremos. A par disto, ocorreram dois Congressos Nacionais, o primeiro em novembro de 1991 e o segundo em novembro de 1999. A agremiação mantém ainda o periódico *Teoria e Debate*, cujo primeiro número é de 1987. Criou também a Fundação Perseu Abramo, responsável pela edição de livros. Deste modo, é farta a documentação disponível.

Na ordenação desse material que efetuei no livro *O socialismo brasileiro*. Volume 11 - 1979/1999,⁽¹⁾ sugiro que o documento programático fundamental intitula-se Bases do Programa de Governo 1994 - Uma Revolução no Brasil, que é tomado por base para a pretendida periodização.

O traço comum a toda essa documentação, produzida em 22 anos, consiste na adesão a regime político assemelhado ao de Cuba, que tecnicamente denomina-se de sistema cooptativo. Vale dizer, a escolha da elite dirigente dá-se pela cooptação efetivada por aqueles que se encontram no poder.

Ao longo da década de oitenta, o PT deu provas de que seu propósito consistia em chegar ao poder pela força. Buscou criar no país uma situação revolucionária que lhe permitisse “virar a mesa”, como então se dizia.

Este ciclo encerra-se praticamente com o desempenho eleitoral alcançado em 1989. O novo posicionamento seria formalizado no mencionado programa de 1994. Admite-se que possa chegar ao poder pelo voto mas, consumada a vitória, introduzirá profundas modificações no sistema representativo, visando torná-lo uma *democracia popular*, isto é,

idêntico ao regime assim denominado que vigorou no Leste Europeu ao tempo em que se subordinava à União Soviética.

Finalmente, no curso da campanha eleitoral de 2002, o PT inaugura uma terceira fase, que consiste na adesão ao Estado de Direito.

⁽¹⁾ Editado pelo Instituto Teotônio Vilela, destinando-se a complementar o livro clássico, assim intitulado, da autoria de Evaristo de Moraes Filho, reeditado pelo Instituto.

II – O CICLO INSURRECIONAL (1980-1989)

Ao contrário da expectativa geral, tratando-se de uma iniciativa proveniente da parte mais moderna do sindicalismo brasileiro, o PT optou por uma atuação revolucionária, ignorando inteiramente a situação delicada em que vivia o país por se tratar de uma transição democrática, difícil e complexa em toda parte.

Sua reação à escolha de Tancredo Neves – solução negociada que evitou o risco de guerra civil –, no Encontro Nacional Extraordinário, realizado em começos de 1985, seria expresso no documento *Contra o continuísmo e o Pacto Social. Por uma alternativa democrática e popular*. O documento não reconhece qualquer mérito à anistia, ao fim do bipartidarismo, etc. Taxar de continuísmo à escolha de um dos líderes da oposição para assumir o poder, dá bem uma idéia do radicalismo presente à agremiação. A recusa do Pacto Social, que seria um dos elementos diferenciadores da tranqüilidade registrada na abertura espanhola, custou muito ao país desde então. Para o mencionado documento, a abertura não significa nada porque o seu desejo corresponde a chegar ao que chama de "ruptura democrática".

No ano seguinte, no 4º Encontro Nacional destinado a fixar a posição do PT durante o governo Sarney, afirma-se: "a superação definitiva da exploração e da opressão sobre o povo brasileiro não se dará com simples reformas superficiais e paliativas mas com a ruptura radical com a ordem burguesa e a construção de uma sociedade sem classes".

Embora tendo participado da Assembléia Constituinte, o PT recusou-se a assinar a Carta de 1988.

Mesmo o documento aprovado no 6º Encontro, às vésperas das eleições de 1989, mantém o tom insurrecional.

A 30/5/1999 o PT regulamentou o funcionamento das facções internas, estabelecendo que a agremiação não se considera uma frente, admitindo contudo a sua existência, inclusive com plataforma própria, sendo que a sua atuação deveria limitar-se ao âmbito interno. Na prática, contudo, têm uma atuação pública independente. São em número de nove, dentre as quais somente duas poderiam ser consideradas como moderadas, a Articulação (majoritária) e a Democracia Radical.

As demais, a exemplo da chamada "Articulação de Esquerda", cisão da majoritária, advoga claramente a "transformação revolucionária do Estado em Estado Socialista".

Afora a documentação indicada, que se transcreve com maior amplitude no volume correspondente, há comportamentos marcantes do PT que o configuram como agremiação inteiramente desinteressada da sorte do sistema representativo, a exemplo das seguintes:

– Eleito para a Câmara dos Deputados, o Presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva desinteressou-se do mandato alegando que a instituição era integrada por picaretas;

– Nos anos 80, os movimentos do PT buscaram conseguir mártires no confronto com as autoridades. Na década de noventa, os operários não mais se prestaram a esse papel mas o PT criou o Movimento dos Sem Terra, com idêntica finalidade desde que não reconhece o direito de propriedade e resiste ao cumprimento de ordens judiciais para desocupação das áreas invadidas;

– Logo em seguida ao pleito eleitoral em que Fernando Henrique foi reeleito, aproveitando as dificuldades econômicas surgidas em decorrência de crises externas, as facções radicais do PT lançaram a palavra de ordem de "Fora FHC".

A jornalista Dora Kramer, em artigo publicado em sua coluna do *Jornal do Brasil* de 13/11/99, registra o sucessivo isolamento enfrentado pelo PT em face da escalada radical. Essa escalada terminou por inviabilizar diversas das administrações eleitas por aquela agremiação, a exemplo do que ocorreu com o governador Victor Buaiz, no Espírito Santo. Jacob Bitar, fundador do PT e que foi seu secretário geral, eleito prefeito de Campinas pediu desfiliação do partido alegando a impossibilidade de governar com a ingerência do diretório municipal. Tornou-se praxe dizer que, tão logo toma posse o administrador eleito pelo PT, aparece o *trotskista de plantão* que, embora não tenha votos, é quem passa a mandar.

O PT revelou não ter qualquer compreensão do que seja Oposição no regime democrático representativo. Exemplo: tendo o governo aceito projeto de reforma previdenciária do deputado petista Eduardo Jorge e este aceito ir ao Planalto discutir detalhes, foi simplesmente suspenso pela bancada. Mesmo depois de 98, governadores do PT foram proibidos pela Direção Nacional de sentar com o governo federal para discutir o problema da previdência oficial, que não se limita ao plano federal, envolvendo igualmente os estados.

Em síntese, ainda que a ala moderada, a partir sobretudo do *Programa de Governo 1994*, haja passado a considerar a hipótese de chegada ao poder pelo voto, a

decisão simultânea de conviver com as facções descompromissadas do Estado de Direito, criou para a agremiação uma situação ambígua ao longo da década de noventa, que referiremos a seguir.

III – O CICLO ELEITORAL, MANTIDA A OPÇÃO PELO SISTEMA COOPTATIVO

O período posterior às eleições presidenciais de 1989 marca o começo do que acabaria por revelar-se como sendo uma grande reviravolta na agremiação.

Ao longo da década de noventa, o principal impacto sofrido pelo PT resultou do fim da União Soviética, a evidência de que aquele regime, além de ter se revelado uma ditadura brutal levava à Rússia à mais extrema pobreza. Ainda que não se tivesse vinculado abertamente àquele regime, o PT pretendia ser uma organização marxista e revolucionária. Outro fato que não poderia ter deixado de criar um novo vetor consiste na circunstância de que esteve muito próximo de eleger o Presidente da República em 1989.

A organização viverá toda uma década de grande ambigüidade. Insiste em disputar a Presidência – nas eleições de 1994 e 1998 – mas, ao mesmo tempo, não quer maior compromisso com o sistema representativo. Não revela o menor entendimento do papel da Oposição, em regime democrático, desde que recusa toda espécie de negociação com o governo. Muitas das facções que o integram chegam a não reconhecer a sua legitimidade, como se tornou público no II Congresso (1999).

O Programa de Governo aprovado em 1994 – e mantido em suas linhas gerais para o pleito de 1998 – reflete claramente aquela ambigüidade: agora quer chegar ao poder pelo voto. Mas, se vitorioso, promoverá profundas transformações no sistema. O eufemismo é que se trataria de aprofundar a participação mas a isto denomina "democracia popular", o que denuncia claramente suas origens estalinistas.

Essa fase caracteriza-se também por uma grande elaboração teórica, conforme se pode comprovar do que se transcreve no volume IV.

As facções totalitárias que sobrevivem em seu interior levam a agremiação ao sucessivo isolamento. No II Congresso, realizado em fins da década, trava-se uma espécie de grande embate entre moderados e totalitários. A vitória dos primeiros pode ser considerada como o prenúncio do que ocorrerá em 2002. Por essa razão, o evento foi abordado no último texto do mencionado volume. Aqui entretanto vamos logo referir o que se decidiu no XII Encontro Nacional, visto que completa o ciclo caracterizado no texto III.

A versão inicial do Programa de Governo PT-2002 foi aprovada em dezembro de 2001, no XII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado na cidade de Recife. Até o mês de abril figurou no site do PT na INTERNET. Entretanto, como o candidato à Presidência mantinha-se à frente das pesquisas, decidiu-se adiar a sua divulgação até a realização da Convenção Partidária e realiza-se em junho, último prazo determinado por lei. Desde a convenção, o PT abandonou de modo integral a postura radical precedente. Contudo, do ponto de vista da reconstituição histórica, a que nos propusemos, cabe registrar o teor do documento em causa.

O documento aprovado no XII Encontro, após uma breve apresentação, contém uma primeira parte intitulada "A ruptura necessária" em que critica a política de desenvolvimento econômico do governo, devido basicamente, como diz, à situação de "dependência e vulnerabilidade externas" que engendrou para a economia brasileira.. A segunda parte denomina-se "As bases de um programa democrático e popular para o Brasil". Subdivide-se em três tópicos: I.O social; II. O Nacional e III. O democrático. O primeiro consiste numa reelaboração da velha idéia de que o crescimento deveria repousar no mercado interno e, o terceiro, que trata do Estado, mantém a opção pelo sistema cooptativo ainda que refira itens da reforma partidária em curso no Congresso. O mais importante parece-nos o que se contém no segundo tópico, no volume IV, integralmente transcrito, o que denomina de "seis dimensões para eliminar a vulnerabilidade externa". Ali são reafirmadas as teses conhecidas: denúncia dos acordos com o FMI, auditoria e renegociação da dívida externa pública, recusa da ALCA etc.

IV. ALTERNÂNCIA NO PODER

I. Apresentação do tema

Como se deu que as nações continentais da Europa Ocidental lograssem alcançar o mais alto nível de expressão do sistema democrático representativo que é a alternância no poder? A pergunta sugere que o grupo de nações indicadas poderia ser isolado, justamente o nosso propósito. O caminho seguido pela Inglaterra e pelos Estados Unidos foi diferente. Primeiro se estabeleceu o princípio, talvez pelo fato de que, desde logo, a elite estivesse dividida em dois grandes blocos (tories e whigs na Inglaterra; federalistas e confederados, nos Estados Unidos); cabendo à prática aperfeiçoá-lo e consolidá-lo. No continente, tratou-se de uma conquista árdua, que esteve sob ameaça praticamente ao longo de todo o século XX. Foi precisamente a experiência continental que permitiu a Samuel Huntington formular a idéia genial de que estaríamos em presença de uma *terceira onda democrática* – desde os fins do salazarismo e do franquismo na década de setenta do século passado –, os limites que poderia alcançar e as condições de sua estabilidade e eventual expansão. *A terceira onda* (1991; tradução brasileira, Editora Ática, 1994) é uma obra clássica cuja leitura e estudo se recomenda.

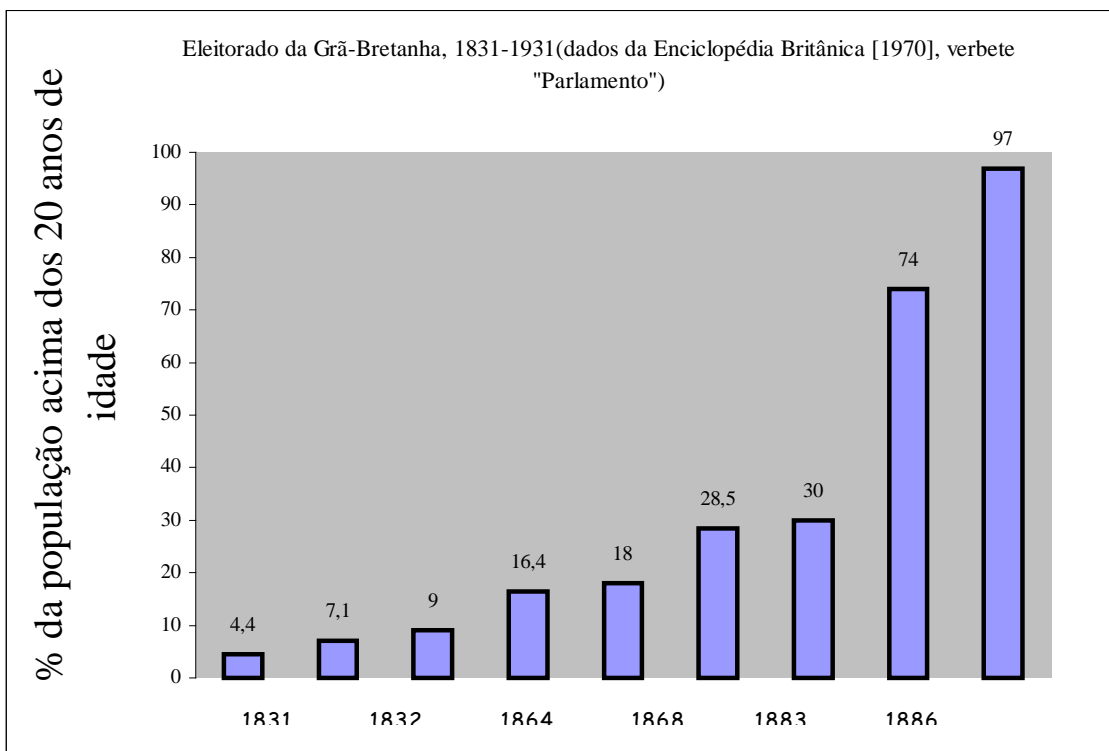
De modo que me proponho responder a esta pergunta: quais são as condições da alternância no poder?; à luz da experiência continental européia. O tema é dos mais oportunos porquanto estamos diante desta hipótese, nas eleições presidenciais de 2002. Não me furtarei à questão de manifestar a minha opinião em face da possibilidade de eleição do candidato do PT. Entendo que não apresenta aquelas condições e procurarei demonstrá-lo. Ainda mais: o eleitorado precisaria ser instado a votar com conhecimento de causa. Felizmente, entre as nossas conquistas podemos afirmar que, ao contrário dos ciclos precedentes de nossa história republicana, não mais existe clima no país para falar-se da hipótese de que o candidato do PT, se eleito, não deveria ser empossado. Essa idéia só passa pela cabeça de minoria, a meu ver, sem qualquer representatividade. As Forças Armadas vêm trilhando firmemente o caminho da profissionalização. E, embora não tenhamos sido capazes de escolher as questões que seriam de fato prioritárias – ainda há quem sustente que o Estado deve se ocupar da geração de energia elétrica; produção de petróleo ou intermediação financeira, atividades que tornaram apenas declaratória e sem viabilidade efetiva o que seria de fato essencial no plano social –, a

possibilidade do país dispor de Forças Armadas profissionais, devidamente equipadas para efetivar a dissuasão, representa uma prioridade de fato.

2. Os ataques à democracia

Na discussão acerca do significado da sobrevivência da democracia, é imprescindível ter presente a virulência dos ataques que sofreu em decorrência da democratização do sufrágio, o que explica em muitos países a população haja aplaudido ou votado a sua supressão. Como nos ensina Goethe, a Justiça é o valor mais alto, porém a Ordem é mais urgente.

Para ilustrar o processo de democratização do sufrágio tomo o exemplo da Inglaterra, onde este processo durou cerca de um século: da Reforma de 1832, que incluiu a nova elite proprietária das cidades, à eliminação da exigência de renda em fins do século XIX até o voto feminino sem restrições (1919). A Europa Continental acompanhou o processo em especial no século XX, com as conseqüências que lembro em seguida.



Transcrito de Robert Dahl - *Sobre a democracia*, Ed. UnB.

Na Espanha, o democratismo surgido da Revolução Francesa fez grandes estragos ao longo do século XIX. De modo que o país chegou ao século XX dividido em dois pólos extremos e as soluções de compromisso paralisam as reformas. Nesse ambiente, onde a mais branda faísca poderia transformar-se em fogaréu, organizou-se a Federação Anarquista Ibérica, com grande apelo popular, considerando o assassinato político como forma privilegiada de luta. Em 1912, os anarquistas matam o chefe da ala esquerda do Partido Liberal e anos mais tarde o chefe do Partido Conservador. Começa o ciclo das ditaduras, aparentemente encerrado com a Proclamação da República, em 1931. Logo os eternos descontentes passam a ser aglutinados, contando agora os anarquistas com a ajuda dos comunistas. Em 1936, consegue-se estruturar uma ampla coalizão (era a época das chamadas Frentes Populares contra a ameaça nazi-fascista). Pois bem. Só mais um fato para refrescar a memória: naquele mesmo ano foram incendiadas 170 igrejas e destruídas as instalações de 10 jornais conservadores. O resto da história está na memória de todos, porquanto revivida pelo cinema e somente encerrada nos anos oitenta: Guerra Civil vencida por Franco cuja ditadura durou mais de 40 anos.

Nos demais países do continente europeu, caberia aos comunistas criar situações insustentáveis e levar ao poder alas mais radicais dos conservadores. Exemplos paradigmáticos são Alemanha e Itália. No primeiro, o Partido Comunista opôs feroz oposição à República de Weimar, primeira grande experiência de Governo socialista. Seu ódio ao Partido Social Democrata era de tal envergadura que votou em Hitler no segundo turno das eleições de 1932 (Era o tempo em que Stalin estabelecera que o golpe principal deveria ser desfechado contra o socialismo democrático e não contra os que considerava "inimigos de classe", isto é, os liberais). Quem vai ao cinema tem presente a desordem instaurada na Itália pelo movimento sindical liderado pelos comunistas, levando a população a votar em Mussolini (nas eleições parlamentares de 1924, a última em que houve disputa, o Partido Fascista obteve 65% dos votos). A ditadura fascista somente foi derrotada pela invasão aliada na Segunda Guerra.

A experiência do século XX vacinou a Europa contra os totalitarismos (o comunismo e o nacional-socialismo). Nem mesmo o terrorismo tem sido capaz de derrotar a democracia (veja-se o exemplo dos bascos na Espanha) e tampouco logrará fazê-lo em sua atual investida em escala mundial. Aqui na América Latina, contudo,

o vírus totalitário está longe de ser sido extirpado. Pouco aprendemos com o embate do século XX.

3. A democracia na América Latina

Os países mais populosos da América Latina, em seguida ao Brasil (pela ordem: México, Colômbia, Argentina, Peru e Venezuela, com população total acima de 200 milhões) não conseguiram, a exemplo dos Estados Unidos, consolidar o sistema representativo. Nos seus mais de duzentos anos de independência, os norte-americanos nunca interromperam o processo democrático. A par da prosperidade alcançada, esta é também uma das razões que explicam a profunda inveja que provocam, agora em plena ebulição a pretexto da guerra contra o terrorismo internacional.

Acompanhamos o andar da carruagem na última onda democrática – segundo Huntington iniciada com o fim do salazarismo e do franquismo na década de setenta –, mas nem todos têm persistido. Sendo o grande retardatário, o México talvez tenha melhores condições de manter-se no rumo, graças à inclusão no NAFTA (Huntington apontou o ingresso na Comunidade Européia como fator de estabilidade política para a Espanha e Portugal). O quadro da Colômbia (terceiro maior país depois do Brasil e do México, com mais de 35 milhões de habitantes) é assustadora para os vizinhos, devido à capacidade da guerrilha de ocupar e reter parcelas sucessivas do território. Sustentada pelo narcotráfico, em que pese haja começado com uma retórica marxista, é ameaça concreta às nossas fronteiras. Na Venezuela, Chavez é autor da proeza de haver conseguido, nas urnas, mandato para destruir o sistema democrático representativo, que tem cumprido ciosamente. No ciclo precedente, o país não chegou a alcançar estabilidade, sendo de destacar que o próprio Chavez (militar) esteve envolvido em golpe de Estado. A tragédia do Peru, com a recém-encerrada novela Fujimori, está presente em nossa memória. A Argentina, que era o país mais rico e culto destas bandas, embora a duras penas venha mantendo as instituições democráticas, teimosamente aplica uma política econômica que, tudo indica, a levará à deblaque. O Chile, que é o único a dispor de uma situação econômica invejável, revelando verdadeiro instinto tanático, criou artificialmente a chamada "questão pretoriana" (Huntington, no livro *A terceira onda*, cuja importância é deveras crescente, havia advertido para a seriedade do tema das Forças Armadas no regime

pós-militar), que mantém o país irremediavelmente dividido. É fácil imaginar o destino da Espanha se suas lideranças, ao invés do Pacto de Moncloa – que firmou o sábio compromisso de enterrar as tragédias do passado - tivesse resolvido ressuscitá-las.

Há uma lição a tirar de tudo isto. O sistema democrático representativo é uma conquista árdua. É imprescindível dar provas diuturnas de preferi-lo a qualquer outra das soluções ilusórias, que não deram certo em parte alguma. As dificuldades, com que ainda nos defrontamos na matéria, advêm do caráter autoritário do regime republicano brasileiro. Nunca tivemos liberdade para organizar partidos políticos, tarefa que exige tempo e paciência. Paciência que muitos brasileiros não parecem acalantar. É preciso ter presente tal circunstância na avaliação do PT em face de tema de tal magnitude.

4. Significado plausível da abstenção eleitoral

Em 1999, a revista inglesa *The Economist* patrocinou ampla pesquisa na Europa acerca de certos fenômenos que ocorrem com o sistema representativo. A exemplo do que se verifica entre nós, expressivas maiorias não poupam críticas à elite política. Mas, quando colocadas perante a alternativa de extinguir a democracia, verificou-se recusa praticamente unânime de semelhante hipótese. Seguiram-se as tentativas de explicar o aparente paradoxo.

Creio que o entendimento adequado do problema requer que se isole uma questão que me parece central: *a abstenção eleitoral*. Não sendo o voto obrigatório, tem ocorrido que apenas metade dos que poderiam votar se dispõem a fazê-lo. Qual o verdadeiro significado deste fato? Se compararmos o aparente desinteresse nas eleições gerais com o que ocorre quando a eleição é aproveitada para que a população se pronuncie sobre questões que lhe dizem respeito de imediato, a resposta torna-se fácil. Na Califórnia e em outros Estados americanos, o comparecimento tem sido muito alto quando tal ocorre. E as consultas abrangem questões complexas, como se deu naquele mesmo Estado americano em relação ao acesso a serviços sociais por estrangeiros ali chegados clandestinamente. Dizia respeito ao *social security*, que corresponde ao que temos denominado de "programa de renda mínima", sendo sustentado por contribuições compulsórias. A população entendia que quem não contribui não deve beneficiar-se. E saiu em campo para fazer valer essa opinião

(no contexto americano, o tema é encarado preferentemente do ângulo moral). Portanto, o tema dizia respeito diretamente àquela comunidade.

Portanto, a abstenção eleitoral nas eleições gerais dos países desenvolvidos pode refletir sobretudo tranquilidade quanto ao destino da nação correspondente, em face das opções em jogo. Na verdade, presentemente não mais existem no Ocidente agremiações totalitárias que ameacem os destinos do sistema representativo. Os maiores partidos acham-se visceralmente comprometidos com a manutenção das instituições democráticas. Na Europa, o grande desafio é superar a crise do sistema previdenciário sem afetar o padrão de vida dos aposentados e pensionistas e tampouco impedir que aqueles em atividade se vejam privados de idêntica oportunidade. De um modo geral, os serviços fundamentais funcionam a contento, sejam públicos ou privados. A ingerência estatal na economia acha-se a cargo de agências independentes que não serão afetadas pelos resultados eleitorais. Além disso, questões tais como estabilidade da moeda e equilíbrio orçamentário tornaram-se consensuais. Naturalmente há divergências importantes, justamente o que explica a existência de propostas alternativas (hoje liberal ou social-democrata, na maioria dos países, sobrevivendo também a vertente socialista, ainda que, na verdade, só seja majoritária na França). Porém, para que uma nação possa considerar-se uma democracia consolidada, é necessário que se estabeleça consenso em torno daquelas questões que devem ser consideradas básicas para que as pessoas se sintam tranquilas.

Se perguntarmos o que teria assegurado aquela possibilidade, circunscrevendo o exame à Europa Ocidental, diríamos que ali a democratização do sufrágio ameaçou de fato a sobrevivência da democracia, como tive oportunidade de referir expressamente e lembrar que Mussolini e Hitler chegaram ao poder pelo voto. Entretanto, a ameaça não se circunscreve àquele tipo de agremiação. No último pós-guerra, emergiu a possibilidade de que os comunistas chegassem ao poder e liquidassem o sistema representativo. Tal não se deu graças à presença do socialismo democrático. Assim, governos patrocinados por partidos socialistas não se traduziram em nenhuma alteração irreversível. A verificação de que seus governos, no último pós-guerra, terminaram por obstar o crescimento econômico e gerar expressivo desemprego ocasionou não apenas a reação liberal, mas também o renascimento, em suas próprias hostes, da social-democracia. Deste modo, não se exauriu a possibilidade de alternância no poder.

A República brasileira não experimentou nada de parecido. A resposta à

questão de saber se a oposição atual representa uma opção de alternância (democrática) no poder exige que se leve em conta essa circunstância.

5. Cláusulas pétreas na política

No livro que intitulei *O Liberalismo Contemporâneo* (2ª edição, Tempo Brasileiro, 1994), procurei sistematizar a experiência européia resultante da democratização do sufrágio. Verifica-se que, ao longo do século 20, a sobrevivência do sistema democrático representativo esteve seriamente ameaçada. As ameaças provinham da nebulosa que inicialmente foi confundida com o socialismo, da qual emergiram três correntes nítidas. O comunismo, cuja vocação totalitária logo se tornou evidente; a nacional-socialista, por oposição ao internacionalismo bolchevista, mas também reclamando de "socialismo"; e, finalmente, a socialista propriamente dita, a grande beneficiária da democratização do sufrágio tanto na Inglaterra como na Alemanha, nações líderes em matéria de desenvolvimento industrial, onde os partidos socialistas (o Trabalhista inglês e o PSD alemão) estavam identificados com os sindicatos, organizações que se haviam tornado muito poderosas. Os dois grandes partidos disseminaram o socialismo democrático em toda a Europa. A coalizão dos liberais com os socialistas permitiu a formação da aliança de nações que alcançou a derrota militar do nacional-socialismo. E, no pós-guerra, isolar os comunistas. Hoje os remanescentes nazistas na Europa só conseguem atrair os socialmente desajustados. E os comunistas, por mais que procurem desvincular-se dos crimes cometidos pela matriz soviética, não dispõem de maior expressão eleitoral.

Em conseqüência, as agremiações políticas que aglutinam a imensa maioria do eleitorado conseguiram fixar um conjunto de princípios que, na prática, equivalem a *cláusulas pétreas*, mesmo onde não se haja formalizado acordos do tipo "Pacto de Moncloa", firmado na Espanha. Não admitem nem toleram soluções de força. Os conflitos de interesses são obrigatoriamente negociados, sendo esta a incumbência básica dos partidos políticos e do Congresso. A coerção requerida pelo cumprimento da lei obedece a rituais conhecidos de todos, cuja observância incumbe ao Poder Judiciário. As questões morais que transcendem a política partidária contam também com instâncias moderadoras, que assumem formas diversas, segundo diferentes tradições nacionais. A monarquia na Espanha detém essa prerrogativa. Mais freqüentes são os Conselhos de Estado (ou de Segurança). Na Inglaterra dilui-se em

algumas instituições (a própria monarquia; a Câmara dos Lordes e alguns conselhos). Em síntese, está assegurada a preservação do sistema democrático representativo.

Dentre as políticas governamentais, sobressai aquele conjunto intocável ou pelo menos que só pode alterar-se por consenso nacional ou acordo entre as maiores agremiações. A política externa na Inglaterra não irá mudar, qualquer que seja a alternância no poder. O mesmo se pode dizer do funcionalismo de um modo geral e das Forças Armadas, em particular. Isso não quer dizer que o Parlamento seja deixado à margem. Ao contrário, tem a incumbência de acompanhar o desempenho dos responsáveis e o poder de intervir quando entenda ser o caso. O mesmo se pode dizer da defesa da moeda e do crescimento econômico. O Parlamento estabelece a política tributária e os orçamentos são de sua responsabilidade. Segundo seja a agremiação no poder, pode preferir aumentar impostos em vez de cortar despesas. Esta é precisamente uma das questões que definem o caráter da proposta (se socialista; social-democrata ou liberal).

A seguridade social, a educação e a segurança são os grandes temas conflituosos da atualidade política européia. O Welfare State, criado na Europa, é uma das grandes conquistas de nossa civilização. A situação retratada na obra imortal de Victor Hugo – *Os Miseráveis* – desapareceu para sempre. Mas a sua preservação requer mudanças corajosas que dificilmente serão impostas por essa ou aquela facção. As reformas têm de ser negociadas passo a passo no Congresso. Também os sistemas de segurança e educacional, tornados defasados, suscitam grandes controvérsias. Tal a esfera da grande celeuma doutrinária.

Consideradas as questões antes apresentadas como consensuais, dotadas do poder de influir substancialmente em nossa vida cotidiana, será que as propostas da oposição nos deixam tranquilos? É uma questão que precisamos colocar na ordem do dia.

6. Como o PT se posiciona diante das cláusulas pétreas?

a) O PT e a democracia

A Carta Magna estabelece, em primeiro lugar entre os princípios constitucionais, a forma republicana de governo, o sistema representativo e o regime democrático. A violação desse princípio, num dos estados federados, legitima a

intervenção do Governo para assegurar a sua sobrevivência (artigo 34). A par disto, o parágrafo 4º do artigo 60 (que versa sobre emendas constitucionais) dispõe que não será objeto de deliberação emenda que cogite de abolir a Federação; o voto secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais. Assim, na melhor tradição constitucional, a par da existência da própria Carta, que define a natureza do regime, tratou-se, como diz a sabedoria popular, "de cercar o bicho (no caso, o sistema democrático-representativo) por todos os lados"). Não pode, portanto, haver dúvida de que consista numa *cláusula pétrea*. Será que o PT tem isto claro, isto é, que o voto na urna não o autoriza a violar tais princípios? Entendo que não. E não o afirmo levianamente. Estudei o assunto no livro *O socialismo brasileiro*. Vol. II - 1979-1999 (edição do Instituto Teotônio Vilela, Brasília, 2000; o volume I é a reedição da obra clássica de Evaristo de Moraes Filho).

O PT estruturou-se como um partido marxista, no sentido que os soviéticos deram ao termo (o PSD Alemão durante décadas também se considerou marxista sem se converter ao totalitarismo da vertente comunista). Deixa-o claro o documento do 4º Encontro Nacional (1986) em que fixa a posição diante do governo Sarney. Diz-se ali, textualmente, que "a supressão da exploração e da opressão" não se dará com "simples reformas superficiais e paliativas mas com a ruptura radical contra a ordem burguesa e a construção de uma sociedade sem classes". Continuou nesse tom ao longo da década, bastando lembrar que se recusou a assinar a Carta de 88. Mesmo o texto aprovado às vésperas das eleições de 1989 (6º Encontro) mantém o caráter insurrecional. Ainda assim, este é o documento que marca a mudança que, no mesmo livro, procuro compreender em que consiste. Pode ser perfeitamente percebida nos Programas de Governo. O básico, a meu ver, é o de 1994. Aqui está configurada a nova postura do grupo dominante, batizado de *Articulação* (no livro referido caracterizo as outras nove tendências, a partir de documentos de sua autoria).

A Articulação distingue-se dos demais grupos por se ter decidido a atrair para o PT personalidades com capacidade para angariar votos. O seu núcleo básico é contudo marxista (soviético), apto portanto a dialogar com as demais facções, na maioria dos casos totalitárias sem qualquer disfarce. A avaliação em causa baseia-se nos seus pronunciamentos, que transcrevo. Por exemplo: numa entrevista ao órgão teórico do PT (*Teoria e Debate*), José Dirceu, presidente sucessivamente reeleito, instado pelo entrevistador que o acusa de estar recusando a teoria leninista, nega-o

veementemente e diz que se limita a revisar a teoria leninista do partido único. "Até aí, morreu Neves", como se diz em linguagem popular. Essa "revisão" é devida a Stalin, ao admitir "partidos" satélites nas chamadas "democracias populares". Este justamente o modelo que o PT procuraria instaurar no país, se chegar ao poder pelo voto.

A proposta de abolir o sistema democrático representativo está claramente expressa no Programa de 94, do qual o de 98 é apenas uma reafirmação. Consiste em substituí-lo pelo sistema cooptativo adotado na União Soviética, imposto nos países satélites e vigente em Cuba até hoje. Chavez chegou ao poder na Venezuela pelo voto. E nem por isto deixou de destruir o sistema representativo.

Para nós liberais, que acreditamos no processo democrático mas sabemos, ao mesmo tempo, que é uma conquista árdua e difícil, seria preferível que a Articulação impusesse às diversas facções – expulsando as que não se submetessem – uma opção clara pela cláusula pétrea da Constituição ao invés de insistir nas fórmulas ambíguas, tipo “democracia popular”. Assim, sua capacidade de assumir o poder, sem levar o país à desordem, começaria a tornar-se realidade, desde que empreendesse o mesmo passo em relação às outras cláusulas pétreas do sistema democrático-representativo.

b) Onde está o dinheiro?

Quase em tom de ameaça, o candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio, exigiu que Fernando Henrique parasse imediatamente com as privatizações. Falando como se pesquisa fosse equivalente a voto na urna, afirmou que o PT iria “estatizar a usina de Furnas, se o Governo privatizá-la, e assim faremos com outras privatizações”.

Na década de 30 do século passado, dizia-se de um dos ministros de Vargas, José Américo de Almeida, por se haver destacado no desempenho da tarefa, que “sabia onde estava o dinheiro”, de que resultou ser indicado candidato à Presidência nas eleições suspensas pelo golpe que deu início ao Estado Novo. Será que o mesmo se pode dizer agora do PT?

O resultado de haver sido postergada a privatização das usinas geradoras de energia elétrica está em nossas casas, nas ruas e nas empresas. Andamos praticamente às escuras. Temos que conviver com cotas de racionamento (imitando Cuba que é o único país da América, desde o fim da Segunda Guerra, onde as

gerações voltaram a ouvir falar de racionamento). Nessa circunstância, qual é de fato a perspectiva que o PT está nos apresentando?

Dispomos hoje de estudos consistentes, como o do Instituto Liberal (Notas, nº 83, 2001), mostrando a diversidade da conjuntura atual, em relação ao ciclo de implantação das grandes usinas. Ao contrário do que ocorria nas décadas de 60 e 70, hoje não mais existe a possibilidade da obtenção de empréstimos externos, de um lado. E de outro, o Tesouro e as empresas não têm recursos para investir. O balanço da Fundação Getúlio Vargas relativo às 500 maiores empresas do país, conclui taxativamente pela inexistência de recursos próprios nas 43 companhias que monopolizam a geração. Há casos como o da Eletronorte que registrou no ano passado prejuízo de R\$ 520, 29 milhões (rentabilidade negativa de 4,5%).

Na segurança, o Governo reconhece que a revolta na Polícia Militar, embora seja inaceitável que faça greve, tem uma base objetiva: baixos salários. E que dizer do que ganham os professores no Ensino Fundamental? Os resultados da arrecadação tributária precisam ser canalizados, prioritariamente, para tais atividades. É pouco provável que se possa justificar tenha sido estatizada a economia brasileira com o propósito de levar a bom termo a nossa Revolução Industrial. De todos os modos, depois de haver contribuído para eliminar o que então se denominava de "pontos de estrangulamento", o Estado deveria ter se retirado.

O Sr. Luiz Inácio demonstra estar convencido de que o Governo não investe e não aumenta salários porque não quer. Resta decidir se nós devemos acreditar que, a exemplo do que se dizia de José Américo, nos tempos de Vargas, ele de fato saberia onde está o dinheiro.

c) Com a palavra o PT

O tema que estou considerando aqui – a tranqüilidade com que o eleitorado dos países desenvolvidos encara a alternância no poder – foi de certa forma focalizado pelo deputado José Dirceu, presidente do PT. Em entrevista ao “Jornal da Tarde” (11/09), admite que a perspectiva de chegada ao poder de seu partido encerra o risco de fuga de capitais. Para enfrentar tal possibilidade, se o candidato for eleito informa que tomará medidas extremas, como o controle de câmbio. O presidente do PT acrescenta ser improcedente a afirmativa de que, se vencer a eleição, não pagará a

dívida interna ou externa – tese que atribui à “direita brasileira” e ao “capital internacional” que “querem a fuga de capitais em massa do Brasil, que inviabilize a economia”. Se é assim, o passo seguinte deveria ter sido esclarecer precisamente em que consiste a proposta do PT.

Trata-se, segundo suas próprias palavras, de promover a renegociação da dívida externa e o alongamento da dívida interna. Ora, sabendo-se que o atual Governo promoveu a consolidação de nossa dívida externa, a decisão unilateral de reabrir essa discussão só tem um nome: moratória. E, quanto ao “alongamento da dívida interna”, decidido unilateralmente, significa que nossas aplicações serão confiscadas, como se deu sob Fernando Collor e postergadas ao bel-prazer do Governo como procurarei evidenciar logo a seguir. Com a perspectiva clara de volta da inflação, simplesmente irão evaporar-se como já experimentamos na própria pele. Para que não se suponha esteja simplificando uma posição “complexa”, transcrevo a sua conclusão: “A disposição de evitar pânico, em caso de vitória em 2002, não significa que o PT concorde em manter os pressupostos da estabilidade como o Governo atual mantém. Nem essa política de juros altos ou metas de inflação, nem essa política em relação aos capitais externos, nem com o FMI”.

Há de fato políticas alternativas às atuais. Mas que apontam na direção oposta à que consta da proposta governamental do PT, isto é, cumprindo o programa de privatizações e cortando despesas ali onde a presença do Estado seja desnecessária, concluindo as reformas, sobretudo no que se refere à previdência pública, saco sem fundo de despesas tipicamente patrimonialistas. Dessa política, preconizada pelos liberais, resultaria redução de impostos, elevando a competitividade de nossos produtos e facultando que entrevíssemos a possibilidade de retomada do desenvolvimento, em bases duradouras. O deputado José Dirceu perdeu de fato uma oportunidade de tranquilizar a nação. O que promete não é investida contra entidades abstratas do tipo “direita brasileira” ou “capital internacional”, mas contra todos nós pequenos poupadores, que tenhamos conseguido, a duras penas, deixar algum dinheiro nos bancos, que aquelas entidades financeiras utilizam justamente para comprar títulos da dívida pública, forma pela qual se remuneram e a nós mesmos. Resta saber se vamos passar-lhe semelhante cheque em branco.

Vejamos entretanto, mais de perto em que consiste precisamente o alongamento da dívida pública interna.

d) Alongamento da dívida interna

O programa do PT preconiza o "alongamento da dívida pública interna". Dito desta maneira, parece que nós, simples mortais, nada temos a ver com isto. Ledo engano.

Os dados relacionados à dívida pública interna não constituem nenhum segredo. Constam religiosamente do Boletim do Banco Central. Suplemento de economia de *O Estado de S. Paulo* (7/10/2001) dedicou-lhe circunstanciado balanço. É constituída de títulos do Tesouro Nacional pagáveis em diferentes exercícios. Os títulos resgatáveis em 2001 equivalem a 27% do total; pouco mais de 10% em 2002 e assim por diante. Como há vencimentos sucessivos, o governo propõe às instituições financeiras credenciadas (23 no total), trocá-los por outros títulos pagáveis mais adiante, mediante determinada taxa de juros (é a isto que, no patuá técnico, os especialistas chama de "rolagem da dívida"). Aquelas instituições, por sua vez, oferecem-nos aos seus correntistas, no caso dos bancos e da Caixa Econômica. Assim, os títulos em questão são repassados aos aplicadores em cadernetas de poupança e outros tipos de fundos. De modo que o "público" aqui recai no caso em que, segundo o Presidente do Banco Central Armínio Fraga, é dinheiro "meu, seu e nosso".

Como se vê, não se trata, como se diz em linguagem popular, de "nenhum bicho de sete cabeças". Entre nós, lamentavelmente, como a Escola não cumpre a função constitucional de educar para o exercício da cidadania, questões centrais da vida moderna, que deveriam ser aprendidas no tempo próprio, acabam tornando-se indevidas obscuridades, sobrecarregando o debate que devemos obrigatoriamente travar agora, na oportunidade da campanha eleitoral. Porém, como espero demonstrar, não devemos passar por alto no tema da dívida pública interna. Ao contrário: trata-se de assunto nuclear cujo completo esclarecimento torna-se imprescindível.

Diz-se que nós brasileiros não temos o hábito de poupar. Essa afirmativa precisaria ser qualificada. Diríamos que procederia no caso, talvez, de "poupar para melhorar a aposentadoria". A experiência passada, nessa matéria, foi uma tragédia. Quem o fez nada recebeu em troca. Afirma-se que foram vítimas da inflação, tanto as empresas como os poupadores. Os Fundos de Pensões abertos ao público são muito recentes para que se possa chegar a maiores conclusões.

Com a ressalva precedente, não corresponderia à verdade dizer que não temos

hábito de poupança. Existem atualmente no Brasil mais de 40 milhões de possuidores de cadernetas de poupança. Pode ser que esse dinheiro esteja sendo guardado para comprar algum bem durável no curto prazo. É possível. Mas, seja qual for o destino futuro que se pretende dar ao dinheiro poupado, é preciso dar-se conta de que os administradores das cadernetas (tanto a Caixa Econômica como os bancos) nos pagam juros porque aplicam nosso dinheiro, basicamente, em títulos do Tesouro Nacional. Os fundos geridos pelos bancos –contando igualmente com milhões de aplicadores – direcionam-se, do mesmo modo, àqueles títulos. O fundo constituído por ações da Bolsa corresponde a uma escolha do correntista (pode ganhar mais mas deve dividir o risco com o banco).

Moral da história: as nossas poupanças estão vinculadas à dívida pública interna.

Assim, que significa "alongamento da dívida interna"?

A primeira hipótese seria a seguinte: o governo constituído pelo PT vai dizer às instituições financeiras que negociem com cada um dos titulares das contas se aceita trocar o dinheiro das aplicações por títulos da dívida pública, digamos, pagáveis em dez anos.

Segunda hipótese: tratar-se-á de uma decisão unilateral. O governo decreta uma espécie de moratória interna e todos nós seremos chamados às correspondentes instituições financeiras para receber, em troca do nosso dinheiro, títulos do Tesouro pagáveis em 2013 (isto é, dez anos depois de empossado o novo governo pois não é lícito supor que tomasse tal providência sem assegurar-se de que o problema não acabaria renascendo).

Vê-se, pois, que o tal "alongamento da dívida pública interna" diz respeito a cada um de nós, competindo ao PT esclarecer devidamente quais os desdobramentos e implicações daquela pretendida iniciativa.

Condições que o PT precisaria atender

Nesta conferência estou apresentando a alternância no poder como uma conquista a ser buscada e perseguida. Corresponde a expressivo sintoma do amadurecimento do processo democrático. Significa que a mudança de agremiação política no comando do país não é motivo de inquietude e incerteza. Por enquanto, o

PT não atende a esse requisito.

Na suposição de que haja de fato empenho em comprovar, perante a nação, que existe hoje um *PT light*, com o próprio candidato tentando refazer a imagem – apresentando-se de barba aparada e decentemente trajado –, seria imprescindível que empreendesse os seguintes passos: 1º) aderir claramente às instituições do sistema democrático representativo; 2º) reconhecer que a política externa do país é consensual, comprometendo-se a não alterá-la unilateralmente; 3º) em relação ao funcionalismo, prosseguir na reforma administrativa com o objetivo de dotar o país de um corpo permanente de alto nível (o chamado núcleo estratégico) e uma carreira estável e sem sobressaltos para o pessoal operativo; 4º) atribuir prioridade à profissionalização das Forças Armadas; e, 5º) fazer profissão de fé em favor da estabilidade monetária (inadmissibilidade da inflação, o que significa controle estrito do déficit público) em que pese a admissibilidade alternativas que devem ser explicitadas no curso da campanha eleitoral.

As exigências em causa sequer são discutidas nos países que alcançaram civilidade democrática. Se porventura em determinada época da evolução histórica chegaram a revestir-se de caráter ideológico, os temas em questão tornaram-se consensuais. O Estado de Direito fazia parte do ideário liberal, o que presentemente não mais ocorre, sendo patrimônio comum tanto das agremiações políticas liberais como das socialistas e sociais democráticas. Na Comunidade Européia, onde a maioria dos governos encontra-se nas mãos dos socialistas, nenhum dos temas indicados é posto em dúvida. Há mesmo outras questões decididas em comum pelas maiores agremiações. Tenho em vista, a fim de avançar mais um exemplo, as reformas educacionais, exigentes de dilatados períodos de experimentação para que possam ser avaliados os resultados. Agora mesmo a Universidade está sendo conduzida na direção das carreiras curtas (dois anos de curso) para a maioria, introduzindo-se outras modalidades de aperfeiçoamento além do mestrado e doutorado. Essa reforma começou a ser discutida tão logo se decidiu avançar na unificação inicialmente limitada à economia – e somente agora, depois de anos e anos, logrou-se encontrar ponto de convergência. Correspondia entretanto a providência inevitável, sem a qual não poderia haver livre circulação de mão-de-obra qualificada.

Também em matéria de política econômica há hoje na Europa consenso relativamente amplo. Somente na França ainda há resistência à eliminação da figura

do Estado Empresário, o que se explica em parte por se tratar de empreendimentos de comprovada eficiência. É impossível manter empresa pública deficitária.

Diz-se com propriedade que o consenso em matéria política pode tornar-se antidemocrático. Mas a afirmativa pressupõe sejam convencionadas as regras que não poderiam ser alteradas. A fórmula clássica consiste em inserir na Constituição dispositivo impedindo seja objeto de deliberação pelo Congresso determinadas questões (como se dá no parágrafo 4º do artigo 60 da Carta de 1988, nesse particular repetindo tradição constitucional consagrada).

Não estou pretendendo submeter o PT – ou qualquer outra agremiação política – a uma camisa de força. Trata-se de discutir desapaixonadamente o tema da alternância no poder, que não pode de modo algum transformar-se em tabu.

Afunilar o debate

O ideal seria que lográssemos, agora na campanha eleitoral, afunilar o debate, no sentido de esclarecer plenamente o que de fato é opcional e quais as opções em jogo.

Tomo aqui o exemplo espanhol.

Na última eleição geral espanhola (2000), o debate afunilou-se à tal ponto que os liberais (PP) diziam na televisão que o eleitor ia escolher entre uma proposta de deixar o dinheiro na mão dos consumidores, com menos impostos para pessoas físicas e empresas; e a proposta socialista (PSOE) que preconizava ficasse o dinheiro em mãos do Estado, mediante aumento de impostos, por considerar que este era capaz de redistribuí-lo. Seguia-se a comprovação de que o aumento de consumo promovia redução do desemprego, problema grave na Espanha. Este corresponde precisamente ao padrão de amadurecimento político a que devemos aspirar. Nas questões centrais que poderiam introduzir alterações substanciais na vida das pessoas não há divergências. Ambas as maiores agremiações querem fortalecer e aprimorar o sistema democrático representativo. A adesão ao Mercado Comum Europeu implicou consenso nacional em torno da eliminação do déficit público e da inflação (ambos os indicadores devem ficar abaixo de 3% anuais). Não quer isto dizer que inexista alternativa. Justamente o tema central, apontado de início, diz respeito à forma de atender ao compromisso de manter a estabilidade monetária: reduzindo os gastos

públicos (menos impostos) ou admitindo que devam aumentar, o que somente pode ocorrer mediante acréscimos na tributação.

A simples apresentação do quadro espanhol (o exemplo é bom porque ao longo do século 20, como nós, os espanhóis experimentaram ditaduras, talvez até mais ferozes que as nossas, e não tiveram a possibilidade de organizar partidos políticos) dá uma idéia do nosso atraso.

Cabe perguntar: de que dependeria o nosso amadurecimento político? Se aceitarmos que ele tem como pressuposto o estabelecimento de amplo consenso em torno das questões fundamentais que caracterizam o Estado de Direito e a economia de mercado, encontra-se muito mais na formação de correntes de opinião do que dos partidos políticos, sem embargo ser essencial que haja entre os dois (isto é, correntes de opinião e agremiações partidárias) uma relação de mútua influência. Sabemos que no Brasil há muita ilusão quanto à possibilidade de o Estado resolver todas as questões. Muito se tem falado – e com razão – das dificuldades de sairmos do patrimonialismo (tão complicado como sair do comunismo, se tivermos presente a recente experiência russa). Mas é preciso levar em conta que os patrimonialistas se beneficiaram amplamente das dificuldades criadas, desde a República, à livre manifestação do pensamento. Ao contrário disso, a vivência democrática serve para comprovar que o Estado não é capaz de abrigar a todos em seu seio – e proporcionar-lhes seus favores equitativamente. A imensa maioria fica de fora. Temos que dispor de paciência e insistir em que a distribuição de renda, que todos queremos, só pode advir da eliminação das dificuldades criadas entre nós para o florescimento do capitalismo. Sendo de todo equiparável à patrimonialista, a experiência comunista pode nos proporcionar exemplos eloqüentes daquela impossibilidade, como se tem visto no caso das duas Alemanhas, onde a banda pobre (comunista) até hoje não se colocou de pé, em que pese a generosidade do irmão (capitalista) rico.

De modo que entendo que não podemos perder a oportunidade da campanha eleitoral para fazer avançar a estruturação de correntes de opinião entre nós. Dispomos hoje de fórmulas conhecidas, cuja adoção pelo Parlamento implicará redução do número de agremiações políticas, já que as opções dignas de consideração não chegam a ser tão numerosas como faz supor nosso sistema partidário. Contudo, para que possam vingar, imprescindível se torna contar com o respaldo da opinião organizada.

V – A REVIRAVOLTA NO CURSO DA CAMPANHA ELEITORAL DE 2002

O II Congresso Nacional do PT, realizado em Belo Horizonte de 24 a 28 de novembro de 1999, marcou uma vitória dos moderados, expressa na reeleição de José Dirceu para a presidência da agremiação. Contudo, permanece a decisão de conviver com as facções totalitárias. Estas impuseram a discussão da palavra de ordem de *Fora FHC*, discussão que consumiu três dos cinco dias do conclave. A resolução adotada diz que o Partido não assume essa palavra de ordem, mas reconhece a autonomia e a legitimidade das entidades que o fazem e afirma que impulsionará a mobilização popular para derrotar o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O deputado José Genoíno apresentou uma proposta sugerindo que o PT abandonasse a adesão ao socialismo, que não foi aceita.

Mas o rompimento com aquelas facções é consumado no curso da campanha eleitoral de 2002, embora não se saiba se a convivência vai continuar.

Ao contrário do que vinha ocorrendo habitualmente, os jornais não se ocuparam das divergências internas no PT quanto à mudança de rumo, tornada patente no Programa de Governo lançado a 23 de julho num dos auditórios da Câmara dos Deputados em Brasília. As divergências tornadas públicas diziam respeito à aliança com o Partido Liberal (PL). Esta, contudo efetivou-se e aquela agremiação forneceu o vice da chapa com que concorreu às eleições presidenciais o senador José Alencar, empresário em Minas Gerais, estado que representa no Senado Federal.

O novo Programa denominou-se *Coligação Lula Presidente - Um Brasil para todos* e propõe alterações na política econômica mas não mais se fala em "ruptura". Formula-se claramente o compromisso com o respeito dos contratos, tanto no que se refere à dívida externa como à interna.

A reviravolta em causa foi grandemente aprofundada no mês de agosto. Turbulências internas e alta das cotações do dólar obrigaram o governo a negociar novo empréstimo com o FMI. Instado a fazê-lo, o PT assumiu publicamente o compromisso de cumprir e respeitar tal acordo. Deste modo, deixa-se de satanizar aquela instituição financeira internacional, que era precisamente uma das marcas registradas da agremiação. Outro passo importante ocorreu no mesmo mês: a decisão

de não participar nem apoiar o "plebiscito" convocado pela Igreja Católica a pretexto de justificar a sua posição quanto ao não ingresso na ALCA. O curioso é que, tendo participado do "plebiscito" anterior, destinado a suspender o pagamento da dívida externa o PT haja justificado o novo posicionamento alegando que a efetivação de plebiscitos dispõe de uma regulamentação legal, ignorada no caso em apreço. Não mais expressa solidariedade com as invasões do MST.

Há questões pendentes. Mas a importância do novo posicionamento não pode ser subestimada. A normal alternância no poder, nos países democráticos exige que o postulante respeite o Estado de Direito o que não se dava na. pregação do PT.

Faltam apenas duas providências: 1ª) a correspondente elaboração teórica que justifique essa adesão ao socialismo democrático, como parece ser a nova opção e, 2ª) definir efetivamente quem fala em nome do PT desde que, como foi verificado no horário gratuito da campanha eleitoral, seus candidatos a diversos postos eletivos continuaram falando em suspensão do pagamento das dívidas interna e externa, denúncia de acordos com o FMI, etc., que precisariam efetivamente ser consideradas coisa do passado.

ANEXO

PROGRAMA DE GOVERNO DO PT – CAMPANHA ELEITORAL DE 2002

Um Brasil para Todos Crescimento, Emprego e Inclusão Social

Introdução

1. Para mudar o rumo do Brasil será preciso um esforço conjunto e articulado da sociedade e do Estado. Esse é o único caminho para pôr em prática as medidas voltadas ao crescimento econômico, que é fundamental para reduzir as enormes desigualdades existentes em nosso País. A implantação de um modelo de desenvolvimento alternativo, que tem o social por eixo, só poderá ter êxito se acompanhada da democratização do Estado e das relações sociais, da diminuição da dependência externa, assim como de um novo equilíbrio entre União, estados e municípios. Da mesma forma, o estabelecimento de segurança e paz para a cidadania, da plena defesa da integridade territorial e de uma orientação externa que permita a presença soberana do País no mundo são condições necessárias para a construção de um Brasil decente.

2. Só um novo contrato social que favoreça o nascimento de uma cultura política de defesa das liberdades civis, dos direitos humanos e da construção de um País mais justo econômica e socialmente permitirá aprofundar a democratização da sociedade, combatendo o autoritarismo, a desigualdade e o clientelismo. Na busca de um novo contrato, a mobilização cívica e os grandes acordos nacionais devem incluir e beneficiar os setores historicamente marginalizados e sem voz na sociedade brasileira. Só assim será possível garantir, de fato, a extensão da cidadania a todos os brasileiros. É indispensável, por isso, promover um gigantesco esforço de desprivatização do Estado, colocando-o a serviço do conjunto dos cidadãos, em especial dos setores socialmente marginalizados. Desprivatizar o Estado implica também um compromisso radical com a defesa da coisa pública. A administração deixará de estar a serviço de interesses privados, sobretudo dos grandes grupos econômicos, como até agora ocorreu. Um Estado eficiente, ágil e controlado pelos cidadãos é também a melhor arma contra o desperdício e a corrupção.

3. A imensa tarefa de criar uma alternativa econômica para enfrentar e vencer o desafio histórico da exclusão social exige a presença ativa e a ação reguladora do Estado

sobre o mercado, evitando o comportamento predatório de monopólios e oligopólios. O controle social dará também mais transparência e eficácia ao planejamento e à execução das políticas públicas nas áreas de saúde, educação, previdência social, habitação e nos serviços públicos em geral. A boa experiência do orçamento participativo nos âmbitos municipal e estadual indica que, apesar da complexidade que apresenta sua aplicação no plano da União, ela deverá ser estendida para essa esfera. Em outras palavras, nosso governo vai estimular a ampliação do espaço público, lugar privilegiado da constituição de novos direitos e deveres, o que dará à democracia um caráter dinâmico.

4. O contrato social que desejamos promoverá não só a independência entre os três poderes da República como também uma relação mais equilibrada e respeitosa entre União, estados e municípios. Somente um novo pacto federativo poderá corrigir as históricas desigualdades regionais, agravadas nos últimos oito anos, quando a União descentralizou atribuições e encargos administrativos para estados e municípios, ao mesmo tempo que concentrou recursos em Brasília. O novo pacto deverá observar os seguintes princípios:

- (a) uma política tributária justa;
- (b) pleno cumprimento do orçamento federal;
- (c) novos critérios de financiamento compatíveis com o modelo de desenvolvimento que buscará a integração equilibrada do País;
- (d) respeito à diversidade e às especificidades regionais e locais nas suas dimensões econômica, social, política, ambiental e cultural;
- (e) reconstituição de agências regionais encarregadas de aplicar políticas de desenvolvimento. Os problemas regionais têm de ser entendidos como questões nacionais, que pedem um esforço do Estado e de toda a sociedade brasileira para resolvê-los.

5. O combate às desigualdades econômicas e sociais é condição necessária para que seja garantido a todos os brasileiros e brasileiras o status de cidadãos, homens e mulheres realmente iguais perante a lei. Mas também é preciso um esforço político e cultural para que se afirme no País o princípio da igualdade. Não basta que sejam combatidas as causas econômicas das múltiplas formas de desigualdade. São necessárias ações positivas para que se ponha fim às formas de discriminação existentes contra mulheres, negros, índios, portadores de deficiências e pessoas que possuam distintas orientações sexuais, para só citar os casos mais notórios.

6. É flagrante que a população negra está concentrada nas mais baixas faixas de renda, de menor escolaridade, nas piores ocupações e detém maior participação proporcional no contingente de desempregados. Esta situação não pode ser vista como simples herança da escravidão. O racismo vem sendo recriado e realimentado, reforçando um ciclo cumulativo de desvantagem para os negros, que aumenta a cada geração. Os resultados do racismo causam danos materiais, simbólicos e culturais para toda a população negra, agredindo a própria essência da democracia.

7. Nosso governo vai agir no sentido de fortalecer e ampliar as conquistas até agora alcançadas pelas mulheres e atuar para favorecer a construção de uma nova ordem nas relações entre homens e mulheres. Relações mais plurais e democráticas, baseadas na equidade, sem os preconceitos de raça e etnia e com oportunidades iguais em todos os aspectos da vida social.

8. As discriminações aparecem também em relação aos jovens, às pessoas da terceira idade, aos migrantes de regiões historicamente abandonadas ou golpeadas por crises econômicas e sociais, e até mesmo em relação a estrangeiros pobres provenientes de vários países.

9. A radicalização do processo democrático no Brasil deve ser entendida como um grande movimento cultural que vai além da adoção de medidas de democracia econômica e social e da realização de reformas políticas. Iniciativas no plano da cultura permitirão ao povo brasileiro expressar e valorizar suas identidades e experiências regionais, sociais, étnicas e apropriar-se dos frutos da civilização em toda a sua diversidade. Esse movimento de democratização cultural da sociedade brasileira só estará completo se for acompanhado da democratização dos meios de comunicação. É fundamental garantir a mais irrestrita liberdade de expressão. Os avanços tecnológicos pelos quais vêm passando o setor de comunicações deverão ser utilizados para colocar velhos e novos meios a serviço da sociedade, permitindo que se expressem da forma mais livre e plural possível. As comunicações cumprirão também importante papel a serviço da educação, da valorização e difusão da produção cultural do País e do mundo.

10. O povo brasileiro está dominado por um sentimento generalizado de insegurança e, por isso mesmo, nosso governo buscará instituir um sistema de Segurança Pública nacionalmente articulado. A exclusão social, que tem no desemprego a sua principal expressão, afetando milhões de homens e mulheres, lança

diariamente muitas pessoas na desesperança, quando não na criminalidade. As estatísticas mostram as armas de fogo como principal *causa mortis* da juventude e a impunidade com que vem agindo o crime organizado ameaça comprometer o funcionamento das instituições democráticas, freqüentemente infiltradas pela ação de quadrilhas. A mesma impunidade pode ser constatada nas centenas de crimes cometidos contra trabalhadores rurais, sindicalistas, advogados e religiosos que lutam pela Reforma Agrária.

11. O despreparo material e humano dos aparelhos policiais e a lentidão da Justiça estimulam a violência e agravam a criminalidade, que é reproduzida e ampliada pelo absurdo sistema prisional. A impunidade dos poderosos e as brutais condições de miséria de grande parte da população, que contrastam com os constantes apelos ao consumo, provocam uma crise de valores que alimenta a violência. Ricos e pobres estão amedrontados e encerrados em seus bairros e casas. As formas de sociabilidade dos brasileiros se restringem cada vez mais. Os pobres são estigmatizados como criminosos e a convivência civil se vê ameaçada. As próprias instituições de defesa nacional são postas à prova pelo avanço cada vez mais insolente do crime organizado.

12. Nos últimos 20 anos, as Forças Armadas (FFAA) têm procurado estabelecer uma nova identidade. O declínio das doutrinas de segurança nacional anteriores não foi capaz de nos legar uma concepção moderna sobre o papel que as FFAA devem desempenhar em um Brasil democrático e em um mundo em que se multiplicam as ameaças à paz e à soberania das nações. As Forças Armadas brasileiras resistem às pressões nacionais e internacionais para que venham a desempenhar papel de polícia. As FFAA encontram-se, porém, com poucos recursos, não sendo capazes de oferecer a seus contingentes a formação e os meios compatíveis com as exigências da defesa nacional. É imperativo que o novo governo proponha ao Congresso Nacional um debate sobre o papel das FFAA no próximo período. A partir daí será possível definir, com clareza, uma orientação para o reequipamento material das Forças Armadas, coerente com o redesenho da política de defesa nacional. O governo Lula reforçará, modernizará e prestigiará as FFAA do País. A introdução permanente de novas tecnologias para a plena defesa do território nacional, do mar territorial e do espaço aéreo constitui um vetor fundamental para a soberania nacional.

13. Desde já fica claro, porém, que as FFAA cumprirão sua missão constitucional, especialmente aquelas relacionadas com a defesa das fronteiras e a proteção de regiões ameaçadas em sua integridade, como é o caso da Amazônia. Elas deverão estar aptas também para desempenhar missões de paz no mundo.

Política Externa para Integração Regional e Negociação Global

14. A política externa será um meio fundamental para que o governo implante um projeto de desenvolvimento nacional alternativo, procurando superar a vulnerabilidade do País diante da instabilidade dos mercados financeiros globais. Nos marcos de um comércio internacional que também vem sofrendo restrições em face do crescente protecionismo, a política externa será indispensável para garantir a presença soberana do Brasil no mundo.

15. Uma nova política externa deverá igualmente contribuir para reduzir tensões internacionais e buscar um mundo com mais equilíbrio econômico, social e político, com respeito às diferenças culturais, étnicas e religiosas. A formação de um governo comprometido com os interesses da grande maioria da sociedade, capaz de promover um projeto de desenvolvimento nacional, terá forte impacto mundial, sobretudo em nosso Continente. Levando em conta essa realidade, o Brasil deverá propor um pacto regional de integração, especialmente na América do Sul. Na busca desse entendimento, também estaremos abertos a um relacionamento especial com todos os países da América Latina.

16. É necessário revigorar o Mercosul, transformando-o em uma zona de convergência de políticas industriais, agrícolas, comerciais, científicas e tecnológicas, educacionais e culturais. Reconstruído, o Mercosul estará apto para enfrentar desafios macroeconômicos, como os de uma política monetária comum. Também terá melhores condições para enfrentar os desafios do mundo globalizado. Para tanto, é fundamental que o bloco construa instituições políticas e jurídicas e desenvolva uma política externa comum.

17. A política de regionalização, que terá na reconstrução do Mercosul elemento decisivo, é plenamente compatível com nosso projeto de desenvolvimento nacional. A partir da busca de complementaridade na região, a política externa deverá mostrar que os interesses nacionais do Brasil, assim como de seus vizinhos, podem convergir no âmbito regional. De imediato, nosso governo desenvolverá ações

de solidariedade para com a Argentina, que permitam a este país irmão superar suas dificuldades atuais e contribuir para uma aliança latino-americana consistente.

18. Essa política em relação aos países vizinhos é fundamental para fazer frente ao tema da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O governo brasileiro não poderá assinar o acordo da ALCA se persistirem as medidas protecionistas extra-alfandegárias, impostas há muitos anos pelos Estados Unidos. Essas medidas foram agravadas recentemente pelas condições definidas no Senado norte-americano para a assinatura do tratado e pela proteção à agricultura dos Estados Unidos. A política de livre comércio, inviabilizada pelo governo norte-americano com todas essas decisões, é sempre problemática quando envolve países que têm Produto Interno Bruto (PIB) muito diferentes e desníveis imensos de produtividade industrial, como ocorre hoje nas relações dos Estados Unidos com os demais países da América Latina, inclusive o Brasil. A persistirem essas condições a ALCA não será um acordo de livre comércio, mas um processo de anexação econômica do Continente, com gravíssimas conseqüências para a estrutura produtiva de nossos países, especialmente para o Brasil, que tem uma economia mais complexa. Processos de integração regional exigem mecanismos de compensação que permitam às economias menos estruturadas poder tirar proveito do livre comércio, e não sucumbir com sua adoção. As negociações da ALCA não serão conduzidas em um clima de debate ideológico, mas levarão em conta essencialmente o interesse nacional do Brasil. Nosso governo se esforçará para construir um relacionamento sadio e equilibrado com os Estados Unidos, país com o qual mantemos importante relação comercial. Além disso, o Brasil deverá propor aos países do Continente relações fundadas no equilíbrio, na cooperação e em mecanismos compensatórios que favoreçam um desenvolvimento harmônico.

19. O Brasil buscará estabelecer relações econômicas, políticas e culturais com todo o mundo. Uma relação equilibrada com os países que integram o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), a União Européia e o bloco asiático em torno do Japão permitirá contornar constrangimentos internacionais, diminuir a vulnerabilidade externa e criar condições mais favoráveis para a inserção ativa do País no mundo. Ao mesmo tempo, nosso governo conduzirá a aproximação com países de importância regional, como África do Sul, Índia, China e Rússia. Trata-se de construir sólidas relações bilaterais e articular esforços a fim de democratizar as

relações internacionais e os organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial. O Brasil, como segundo país com maior população negra no mundo, deverá voltar-se para a África, explorando os laços étnicos e culturais existentes e construindo relações econômicas e comerciais. Com a África do Sul, em particular, buscará aproximação para construir nova política em direção àquele Continente, sobretudo no que se relaciona aos países de língua portuguesa.

20. Nos últimos oito anos, muita coisa mudou no Brasil. A inflação foi contida, mas não foram criadas oportunidades melhores para o povo. Apesar de todas as promessas, o atual governo fracassou ao não criar as condições para o crescimento sustentado do País. A desigualdade continuou em níveis inaceitáveis. A indignação e a marginalização social aumentaram, com milhões de famílias sem ter sequer o que comer. O desemprego se infiltrou como uma doença na sociedade. A superação desse quadro deixado pelas atuais políticas do governo requer uma atenção especial para os milhões de jovens que anualmente tentam entrar no mercado de trabalho, mas não encontram reais oportunidades de emprego. É preciso evitar que a juventude se torne presa fácil da criminalidade, do tráfico de drogas e do contrabando de armas.

21. O atual governo fracassou também porque vendeu a ilusão de que o Brasil poderia se erguer como Nação sem esforço exportador, sem políticas públicas capazes de levar as empresas e a comunidade científica e tecnológica a investir recursos e esforços em inovação, registro de patentes, desenvolvimento de marcas e produtos aptos a competir internacionalmente. É chocante o fato de que Brasil e Coreia do Sul tivessem, em 1980, o mesmo volume anual de registro de patentes e, 22 anos depois, o Brasil permaneça estagnado (100 por ano), enquanto a Coreia multiplicou por 15 o seu número de registros (1.500 por ano). O governo atual errou ao vender a idéia de que basta abrir a economia para que a produtividade das empresas aumente. Ao pensarmos em políticas ativas de incentivo à produção e à inovação tecnológica, não propomos a volta do velho protecionismo, mas a implantação de políticas industriais com metas explícitas e controle público. Na era do conhecimento em que vivemos, um país com as dimensões e potencialidades do Brasil não pode abrir mão de desenvolver software, máquinas inteligentes e bens industriais ou agro-industriais de alto valor agregado e elevado conteúdo tecnológico.

O Brasil tem uma base única no setor sucroalcooleiro, ainda longe de ter atingido o pleno desenvolvimento como parte da matriz energética nacional. Num momento em que o mundo se empenha em buscar recursos energéticos alternativos e não poluentes, o desenvolvimento tecnológico do complexo alcooleiro pode permitir uma importante base de negócios, de geração de emprego e renda, com uma estrutura de negócios voltada tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo.

22. O Brasil não deve prescindir das empresas, da tecnologia e do capital estrangeiro. Também não pode menosprezar a capacidade da comunidade científica, tecnológica e empresarial brasileira de desenvolver produtos que sejam mundialmente competitivos. Os países que hoje tratam de desenvolver seus mercados internos, como a Índia e a China, não o fazem de costas para o mundo, dispensando capitais e mercados externos. As nações que deram prioridade ao mercado externo, como o Japão e a Coreia, também não descuidaram de desenvolver suas potencialidades internas, a qualidade de vida de seu povo e as formas mais elementares de pequenos negócios agrícolas, comerciais, industriais e de serviços.

23. A agroindústria é hoje um dos maiores bens do Brasil e deve ser incentivada, inclusive por seu papel estratégico na obtenção de superávites comerciais. Mas não aceitamos a idéia daqueles que acreditam ser suficiente o Brasil firmar-se como grande e eficiente produtor de commodities agrícolas, para serem industrializadas, embaladas e rotuladas em outros países. Nosso governo tratará de estimular a produção voltada para o mercado internacional, sem descuidar da agricultura não diretamente voltada para a exportação, que será fortalecida com a Reforma Agrária e a agricultura familiar. Isso é fundamental para incluir socialmente milhões de brasileiros.

24. A Agricultura Familiar, que segundo relatório do Convênio INCRA/FAO, é responsável por 37,9% do Valor Bruto da Produção agropecuária brasileira, tem um extraordinário papel a desempenhar, principalmente no que se refere à produção de bens agrícolas e alimentares, geração de emprego e renda, preservação da cultura do campo e fortalecimento da identidade da organização social rural. Nesse sentido, será estimulado o crescimento sócio-econômico da Agricultura Familiar, com apoio à comercialização e à agro-industrialização, ampliando e melhorando as condições de acesso a políticas de financiamento estáveis, à assistência técnica e à extensão rural, visando um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável.

25. Nos serviços, o Brasil tem potencial e nosso governo vai impulsionar o turismo como uma indústria avançada. Com a diversidade da costa brasileira e dos ecossistemas do interior do País, é mais do que justificável estimular e atrair investimentos de peso para o turismo receptivo, explorando as vocações regionais. Esse turismo estará voltado tanto para a atração, crescente, do visitante estrangeiro quanto para o estímulo às viagens da família trabalhadora brasileira, que tem poucos recursos e quase nenhum financiamento para conhecer seu próprio País. Vamos também dedicar toda a atenção para o turismo de negócios nos principais centros urbanos, especialmente por sua ligação com setores de ponta como a agropecuária empresarial e as indústrias da moda, de calçados, de móveis, de informática e outras, que se reúnem periodicamente em grandes feiras de negócios. Essa indústria, assim desenvolvida, terá impacto em quase todos os ramos de atividade, como por exemplo hotelaria, aviação comercial e transportes rodoviários, constituindo-se em poderoso fator gerador de emprego e renda.

O Desafio é ter uma Economia Menos Vulnerável

26. A questão chave para o País é voltar a crescer com equilíbrio em todos os ramos de atividade, na agricultura, na indústria, no comércio e nos serviços. A volta do crescimento é o remédio para impedir que se estabeleça um círculo vicioso entre juros altos, instabilidade cambial e aumento da dívida pública em proporção ao PIB. O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário, criando dificuldades para a retomada do desenvolvimento. O resultado é que a âncora fiscal que procura evitar o crescimento acelerado da dívida pública interna, pela via dos superávits primários, exige um esforço enorme de todos os brasileiros, afetando especialmente a viabilidade dos programas sociais do poder público. A âncora fiscal, ao ter como um de seus fundamentos uma carga tributária amplamente baseada em impostos cumulativos, acaba tendo um efeito limitador da atividade econômica e das exportações. Entretanto, esta é, do ponto de vista objetivo, a realidade que o futuro governo vai herdar e que não poderá reverter num passe de mágica. O problema de fundo é que o atual governo colocou o Brasil num impasse financeiro, que nos obriga, com frequência, a contrair empréstimos novos para pagar empréstimos velhos. A superação desses obstáculos à retomada do crescimento acontecerá por meio de uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica.

27. É preciso evitar que se consolide uma segunda armadilha, que estabiliza, mas impede o crescimento econômico do País. Já tivemos a armadilha cambial.

Saímos dela em 1999 com muitas dores, mas sobrevivemos. Agora, temos o dilema da âncora fiscal. A questão é como superá-la, sem atentar contra a estabilidade da economia. Nosso governo vai preservar o superávit primário o quanto for necessário, de maneira a não permitir que ocorra um aumento da dívida interna em relação ao PIB, o que poderia destruir a confiança na capacidade do governo de cumprir seus compromissos. Mas vai trabalhar firmemente para reduzir a vulnerabilidade externa e com ela as taxas de juros que hoje asfixiam as contas públicas e o setor empresarial produtivo. Não há governo petista nos estados e nos municípios que não esteja comprometido com a responsabilidade fiscal e a estabilidade das contas públicas. O nosso governo não vai romper contratos nem revogar regras estabelecidas. Compromissos internacionais serão respeitados. Mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais.

28. Nosso governo vai criar um ambiente de estabilidade, com inflação sob controle e sólidos fundamentos macroeconômicos, para que a poupança nacional aumente e seja orientada e estimulada, através de taxas de juros civilizadas, para o investimento produtivo e o crescimento. É somente nesse cenário que a política de metas de inflação pode funcionar.

29. A rigidez da atual política econômica pode provocar a perda de rumo e de credibilidade. O Brasil já demonstrou, historicamente, uma vocação para crescer em torno de 7% ao ano. É essa vocação que o nosso governo vai resgatar, trabalhando dia e noite para que o País transite da âncora fiscal para o motor do desenvolvimento. O Brasil precisa navegar no mar aberto do crescimento. Ou será que estamos proibidos de buscar o porto seguro da prosperidade econômica e social?

30. Sem crescimento dificilmente estaremos imunes à espiral viciosa do desemprego crescente, do desarranjo fiscal, de déficits externos e da incapacidade de honrar os compromissos internos e internacionais. O primeiro passo para crescer é reduzir a atual fragilidade externa. O Brasil precisa de cerca de US\$ 1 bilhão por semana para fechar suas contas e até que um novo rumo seja estabelecido para a economia teremos de administrar a herança da equivocada política cambial e de abertura desordenada dos anos 90. Para combater essa fragilidade, nosso governo vai montar um sistema combinado de crédito e de políticas industriais e tributárias. O objetivo é viabilizar o incremento das exportações, a substituição competitiva de importações e a melhoria da infra-estrutura. Isso deve ser feito tanto por causa da

fragilidade das contas externas como porque o Brasil precisa conquistar uma participação mais significativa no comércio mundial, o que o atual governo menosprezou por um longo período.

31. Nosso governo vai iniciar, sem atropelos, uma transição para um novo modelo de crescimento sustentável, com responsabilidade fiscal e compromisso social. Trabalhará com a noção de que só a volta do crescimento pode levar o País a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade e o controle das contas públicas e da inflação são, como sempre foram, aspiração de todos os brasileiros. Não são patrimônio só do atual governo, pois a estabilidade foi obtida com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos setores mais vulneráveis da sociedade. Nosso governo trabalhará também com o princípio da responsabilidade social, que terá objetivos e metas claramente definidos a cada ano. Nessa direção, governos, empresários e trabalhadores terão de levar adiante uma grande mobilização nacional para fazer renascer a confiança de que podemos investir, criar empregos e combater os abismos sociais existentes. O poder público tem responsabilidade especial para reorientar a economia nessa nova direção.

II-TRAÇOS MARCANTES DA GESTÃO PETISTA

O governo do PT iniciou-se em meio a uma grave crise financeira, provocada pela expectativa da eleição de seu candidato. Disparada do dólar, fuga de capitais e oposição do próprio partido, pela primeira vez no governo federal, em relação ao cumprimento do acordo com o FMI. Como este seria, no final de contas, o recurso de que se valeu para fechar as contas das transações com o exterior, o Ministro petista da Fazenda garantiu a sua observância, contando com o apoio da Oposição. Ao longo de 2003 e de grande parte de 2004, em prol da estabilidade monetária e do respeito aos contratos, vigorou uma espécie de acordo entre a Oposição e a chamada “equipe econômica”.

Esse incidente seria decisivo para fixar o estilo do Presidente Lula. Em raras ocasiões aderiu ao coro dos extremados do PT, contra a política financeira que, no fundo, lhe havia sido imposta pelo acordo com o FMI. Na medida em que a situação se foi normalizando, mudou completamente. Não só assumiu a estabilidade

monetária como progressivamente passou a apresentá-la como coisa sua. Do governo anterior, segundo suas insistentes palavras, só **herança maldita**.

Assim, o primeiro traço marcante da gestão petista seria a aceitação tácita da autonomia do Banco Central. A instituição pode atuar de modo firme e intransigente em defesa da estabilidade monetária. Essa política, combinada à bonança na economia mundial permitiu reverter a curva de crescimento.

Vejamos os números.

Crescimento do PIB

	Anos	%
2003		1,1
2004		5,7
2005		2,9
2006		3,7
2007		5,4

Fonte: Banco Central

Os resultados apontados podem ser considerados medíocres se os compararmos com os outros integrantes do chamado BRIC –Brasil, Rússia Índia e China, que têm em comum possuem vastos territórios, abundância de recursos naturais e contingentes populacionais expressivos. A média de crescimento desses países tem se mantido em níveis mais elevados: Rússia, 6%; Índia, 8,7% e China, 10%. Têm-se beneficiado da longa permanência de crescimento da economia mundial, a começar dos Estados Unidos.

Como o ano de 2008 deverá registrar o fim do mencionado ciclo de crescimento do mundo desenvolvido, o comportamento econômico do país, nos dois últimos anos do segundo mandato do governo petista permitirá uma avaliação conclusiva em relação a esse aspecto.

Aumento da carga tributária e desperdício no uso de recursos

Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o governo, a carga tributária correspondia a 29% do PIB. Ao longo do primeiro mandato, conseguiu

reduzi-la a 27% (resultado de 1997). Em compensação, no segundo mandato não só voltou ao patamar que encontrara como o superou. Em 2002, chegou a 33%.

Em que pese o combate cerrado que a Oposição desenvolveu contra o aumento de impostos, o governo petista conseguiu elevá-la sucessivamente. Já em 2004, equivalia a 36%, chegando a 37,4%, em 2005 e 39,9% em 2007. Nesse particular, cabe registrar que o IBGE fez uma revisão do PIB a partir de 1996, o que reduziria os níveis da incidência dos tributos. Ainda assim, não se trata de nada substancial, situando-se em torno de dois pontos percentuais.

Em alguns setores, a incidência de impostos é verdadeiramente absurda. Os serviços telefônicos pagam, globalmente, 44% enquanto, no sub-grupo celulares, passa de 50%. Correspondem a 30% das receitas das operadoras, enquanto, no Japão, oscila em torno dos 5%.

Do que precede, vê-se claramente onde reside a causa das taxas medíocres de crescimento, conforme demonstrado a partir do confronto com os outros países emergentes.

A Associação Comercial de São Paulo desenvolveu uma grande campanha de esclarecimento da população acerca do problema. Tomando-se os bens industriais de consumo, a incidência dos impostos nos preços dos principais desses produtos corresponde ao seguinte: geladeira, 49%; automóvel, 46%; calçados, 47%; sabão em pó, 42%; gasolina, 53%; cerveja, 56%; cigarros, 56%. Veja-se a quanto se elevam sobre os gêneros de consumo básicos: pão, 43%; carne, 47%; açúcar, 40,5% e assim por diante.

Essa campanha ensejou grande movimentação da opinião pública e da mídia contra a continuidade da prorrogação da CPMF, conhecida como “imposto do cheque”. Começou como IPMF, que correspondia a Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira. O governo transformou-o em Contribuição a fim de evitar que parte da arrecadação viesse a ser transferida para os outros níveis da administração. E a eternizou. A última prorrogação terminava no exercício de 2007. Valendo-se do chamado “rolo compressor” o governo conseguiu aprová-la na Câmara. A tramitação no Senado foi acompanhada vivamente pela televisão e terminou, espetacularmente, com a derrota do governo. Em flagrante desrespeito à opinião pública que, segundo pesquisa aprovou em grandes proporções a ação parlamentar, decidiu recriá-la, rebatizando-a como imposto destinado à saúde. Aprovado na Câmara, acredita-se que voltará a ser rejeitado pelo Senado.

Mais grave é que o governo petista acentuou grandemente a tendência do Estado brasileiro de encaminhar os recursos arrecadados, preferentemente, para as atividade-meio.

Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu, a União contava com 998 mil servidores. Em razão das medidas racionalizadoras incluídas na Reforma Administrativa --denominada justamente de “reforma do aparelho do Estado”--, aquele efetivo reduziu-se a 810 mil. Em março de 2008, divulgou-se balanço oficial indicando que o funcionalismo público da União alcançava a marca de um milhão. Assim, o governo petista, até aquela data, havia contratado 190 mil novos servidores. Paralelamente, o Brasil batia o recorde em matéria de peso, no PIB, dos dispêndios exigidos por essa rubrica. Alcançava 2,7%, enquanto nos Estados Unidos corresponde a 1,2%. O grave é que não se tem notícia de que a burocracia brasileira seja mais eficiente. O que se sabe é precisamente o contrário.

Suspensão do programa de privatização

Embora o PT, chegando ao governo, haja retirado a ameaça, sucessivamente repetida, de fazer uma devassa nas privatizações, com a intenção de anulá-las, suspendeu a continuidade do programa e, mais que isto, onde foi possível, reverteu a situação. Exemplo expressivo reside no fato de que a Petrobrás, em sucessivas aquisições, passou a deter 63% do setor de petroquímica. Os estatutos da empresa foram alterados a fim de facultar-lhe a efetiva gestão das empresas onde tem investimentos. O propósito claro corresponde a retomar a liderança da petroquímica brasileira.

Os Correios foram autorizados a criar uma subsidiária para cuidar do transporte aéreo de correspondência. Com a providência, pretende brevar a expansão das empresas internacionais que prestam esse serviço. Trata-se de grande retrocesso. A empresa vinha sendo enxugada através da terceirização das agências. Apanhada a diretoria em flagrante de corrupção, esse fato daria margem à criação de Comissão de Inquérito no Parlamento.

A interrupção da privatização do setor elétrico, se não for retomada, muito provavelmente irá proporcionar outro “apagão”. Foram privatizadas as empresas de distribuição, permanecendo a geração em mãos do Estado. São vultosos os investimentos requeridos a fim de assegurar a normal expansão da oferta. Como as

empresas estatais não têm condições de arcar com esse encargo, introduziu-se a prática dos leilões, aberto às empresas privadas, destinados à sua efetivação. Acontece que o Ministério atribuiu-se a prerrogativa de fixar a base tarifária admissível. Como os limites oficiais não permitem retorno compensador, os investidores potenciais se omitem. Há casos de leilões que deixaram de ser realizados pela ausência de proponentes. Criou-se, assim, o pretexto para participação das estatais que, têm assumido compromissos aos quais não poderão atender.

Outro caso emblemático é o das rodovias. A operação dos trechos com elevada densidade de tráfego vinha sendo privatizada com sucesso. O governo petista interrompeu o processo, a pretexto de que disporia de um novo modelo, denominado PPP-Participação Público-Privada. Acontece que, na prática, a pretensão consiste em que o setor privado coloque, nesse ou naquele empreendimento, 49% dos recursos exigidos, entregando-os de “mão-beijada”, como se diz, para a gestão estatal. Diante do desinteresse, depois de atrasar a continuidade do procedimento anterior, no setor rodoviário, por cerca de dois anos, o governo acabou capitulando. Em grande medida, o recuo se deve ao estado de deterioração a que chegaram as estradas na maior parte da malha, ainda sob responsabilidade federal.

Desmonte das inovações da reforma e instrumentalização do Estado

A Reforma Administrativa aprovada no Governo Fernando Henrique Cardoso constitui instrumento adequado para enterrar o nosso passado patrimonialista e corporativista, dotando o país de autêntico Estado Moderno.

Em conformidade com a própria formulação da justificativa oficial que a instruíra, o objetivo central “seria reformar um governo burocrático e insatisfatório diante das novas exigências, o que provocava uma combinação perversa entre serviços de baixa qualidade e alto custo”. Formalmente foi batizada de Reforma do Aparelho do Estado.

A diretriz básica assumida pela Reforma Administrativa consistiu em estabelecer que não faz parte do compromisso fundamental do Estado a realização, dentro de seu aparato, de todas as funções necessárias para a prestação dos serviços demandados pela sociedade. O Estado deixa de ser executor ou prestador direto de serviços.

No que respeita ao desenvolvimento econômico-social, a Reforma Administrativa apresenta uma visão inteiramente renovada da tradição precedente. Assim, refere expressamente que sua incumbência na matéria resume-se ao seguinte: I) aumentar a sua capacidade de formulação, controle e avaliação de políticas públicas; II) adotar novos modelos de gestão na prestação de serviços estatais e, mais importante que tudo, III) o novo papel do Estado será de caráter regulatório e articulador dos agentes econômicos, sociais e políticos. De seu integral cumprimento deveria resultar a retirada completa do Estado das atividades de produção para o mercado

A legislação aprovada dotou a União de diversos dos instrumentos requeridos pelo seu fiel cumprimento. Lamentavelmente não se conseguiu introduzir a figura do denominado Núcleo Estratégico, estável e permanente, altamente qualificado, circunstâncias de que se valeu o PT para instrumentalizar a burocracia da União, conforme se indicará.

O quantitativo de denominação de cargos, que girava em torno de 1500, teria que se reduzido a apenas 100.

No tocante à máquina administrativa propriamente dita, a grande novidade veio a ser a transformação de autarquias e fundações públicas em agências autônomas, de dois tipos. As primeiras seriam Agências Executivas, que se relacionariam com o Estado através de contratos de gestão. Podem transformar-se nesse tipo de agência instituições que prestam serviços tais como arrecadação de impostos, seguridade social básica, garantia de segurança pública ou fiscalização e controle de determinações legais. O segundo tipo é constituído pelas Agências Reguladoras cujos dirigentes são detentores de mandato e têm sua indicação aprovada pelo Congresso Nacional.

Criou-se ainda uma entidade para facilitar parceria com organizações sociais que poderiam assumir o controle e a administração de atividades e órgãos públicos.

Como se vê, trata-se de mudança radical. Pressupunha, naturalmente, que se diligenciasse no sentido de criar uma nova mentalidade do servidor público. Tendo presente a circunstância, a Reforma Administrativa introduziu a obrigatoriedade do treinamento e da formação de quadros.

Para que surgissem condições propícias à sua efetiva institucionalização, algumas providências precisariam ser ultimadas, notadamente no que se refere à reconceituação dos Ministérios, extinguindo os que seriam substituídos por Agências

Reguladoras, bem como conduzir a bom termo o processo de privatização. E até mesmo o organograma dos que, devendo sobreviver, teriam que ter suas dimensões reduzidas para dar lugar às referidas agências executivas. Era perfeitamente previsível a resistência que tais providências iriam provocar. Contudo, sem empreender os passos essenciais, seu destino poderia ser posto em causa.

O governo Fernando Henrique Cardoso encontrou pela frente toda sorte de dificuldades na efetivação dos mencionados passos decisivos. No final de contas, acabou vendo-se constrangido a interrompe-la a meio caminho. Contudo, tratando-se de disposições legais em plena vigência, o plausível seria que, a nova Administração, qualquer que fosse, estivesse obrigada a dar-lhe continuidade.

Assumindo o poder, a postura inicial do Partido dos Trabalhadores, no que se refere à Reforma Administrativa, permitiu prever o que adviria.

Em sua pregação tradicional, o PT nunca escondeu que seu propósito consistia em substituir o sistema representativo por um regime afeiçoado às denominadas democracias populares do Leste Europeu, onde os órgãos dirigentes constituíam-se por cooptação da elite do poder. Devido a isto, tecnicamente é sempre referido como sistema cooptativo. Na reviravolta programática que empreendeu, no próprio curso da campanha eleitoral de 2002, o PT assumiu o compromisso claro de aceitar as instituições do sistema representativo, o que corresponde aliás a imperativo constitucional. Contudo, tão logo empossado, o novo governo começou a organizar Conselhos que, na prática, deveriam assumir funções atribuídas ao Congresso Nacional. Como o ambiente não lhes era propício, acabaram se transformando em mais alguns cabides de emprego.

Os cargos até então comissionados, no âmbito da União, chega à espantosa cifra de 22 mil. O PT os absorveu todos, sem atentar para as requeridas qualificações.

A União precisaria de, no máximo, doze Ministérios, para atender aos seus encargos. A Administração do PT começou por ampliar o número encontrado, já de si excessivo, elevando-o para **trinta e seis**, numa flagrante violação ao princípio em vigor, antes referido, de que ao Estado não compete efetivar diretamente todos os serviços requeridos pela sociedade. Seguiu-se o ataque às Agências Reguladoras, empenhando-se em transformá-las em simples Agências Executivas, dependentes da pasta correspondente.

A esse propósito, transcreve-se adiante artigo da festejada colunista de **O Globo**, Miriam Leitão, a propósito do escândalo relacionado à venda da VARIG, tradicional empresa aérea que, devido à má gestão, acabou falindo. Podendo o seu patrimônio ser aproveitado, coube à Agência Reguladora da Aviação Civil (ANAC) liderar a operação. Veio a público mais um ato de corrupção, de que resultou polpudas comissões para um advogado dispendo de estreita ligação com o Presidente da República.

Segue-se a transcrição do artigo, que apareceu na edição de 07/06/2008.

O erro original

Miriam Leitão

A impressão digital neste novo escândalo do governo Lula já pode ser identificada. Ele nasceu do fim da independência das agências reguladoras. Desde o primeiro dia, o governo mostrou não entender a razão de as agências serem independentes. Houve todo tipo de interferência; nomeações políticas, aparelhamento. O PT confundiu com perda de poder o que era modernização do aparelho do Estado.

Logo que começou o primeiro mandato, foi aberta a temporada de caça à independência das agências. O presidente Lula definiu a nova ordenação — que não entendeu — como "terceirização" do poder. Demitiu ou enfraqueceu quem entendia o que é uma agência, retirou poderes delas, nomeou para os cargos de direção políticos derrotados nas eleições, indicados políticos, pessoas valorizadas por suas carteirinhas ideológicas. Com atos como esses, preparou o terreno para todo tipo de impropriedade e improbidade. Assim surgem distorções econômicas, incerteza regulatória, interferência para atender a grupos políticos e interesses privados. Assim surgem os intermediários e suas nebulosas transações. Tudo passa a ser possível quando órgãos que regulam sofrem esse grau de desidratação de suas prerrogativas; esse grau de aparelhamento.

Todos os males sofridos pela Anac vieram desse erro original. A ex-diretora Denise Abreu, que tanta polêmica provocou, era considerada "do grupo de José Dirceu". O também controverso ex-presidente da Anac Milton Zuanazzi era "do grupo de Dilma Rousseff". O outro ex-diretor Leur Lomanto era um político sem mandato. Foi o caso também do atual diretor geral da Agência Nacional do Petróleo, que se qualificou para o cargo por ser ex-deputado sem mandato do PCdoB, partido da base aliada.

O governo Lula transformou as agências em apêndices dos ministérios. Ao fazer isso, produziu um recuo no tempo. Voltou-se aos departamentos anexos aos ministérios que decidiam preços dos serviços públicos; como o departamento de águas e energia elétrica, o dos combustíveis, entre outros, de viva memória e nenhuma saudade. Foi para substituir esses apêndices que surgiu a moderna regulação.

A agência é um órgão de Estado, e não do governo. A idéia é que seja um organismo independente de todas as pressões. Defende o mercado da ingerência indevida do governo; defende a sociedade das distorções criadas pelo mercado; defende as empresas participantes do abuso de poder de mercado de empresas dominantes.

As agências existem em setores regulados pois trata-se de concessionários de serviço público; por estarem em área na qual o mercado sozinho cria distorções. Uma empresa que controle uma via única de acesso — seja oleoduto, estrada ferroviária, linha de transmissão — pode impor esse poder através do veto à passagem. A agência garante o direito de passagem a todas as companhias e assim garante a competição.

No caso de haver uma empresa com poder dominante no mercado, a regulação independente dará a garantia aos grupos que queiram entrar no mesmo setor de que eles não estarão submetidos ao poder excessivo da empresa dominante. Ao regular as ações potencialmente conflituosas entre as companhias, as agências dão garantia ao próprio mercado para investir; ao combater conluio entre empresas, dão garantias ao consumidor desses serviços ou produtos. Não são agências de defesa do consumidor propriamente ditas, como os procons, mas, ao garantirem o funcionamento do mercado, acabam protegendo os interesses e direitos do consumidor.

Seus dirigentes têm mandato e contas a prestar à sociedade. Elas têm que estar protegidas da pressão política, cujos interesses são sempre temporários e mutantes. Têm que estar blindadas contra o risco de serem capturadas pelas empresas que atuam neste mercado. O maior desafio da ANP, quando foi criada, era ser independente em relação ao enorme poder da Petrobras. No começo, até conseguiu isso, porém, no governo Lula, foi gradualmente perdendo essa função até cair naquilo que é uma das distorções clássicas: um regulador controlado pela empresa que deveria regular.

Foi neste ambiente que ocorreram as transações para a compra da tradicional, admirada, mas financeiramente arruinada, Varig. Ela estava falida, mas tinha ativos valiosos. Pagar a dívida e resgatá-la era um modelo velho, que o governo sabiamente rejeitou. No entanto, se interferiu da forma como a ex-diretora da Anac está dizendo, cometeu o pior de todos os erros. O caso é grave, precisa ser apurado. A ex-diretora ficou estigmatizada por seus

atos e palavras, mas agora está cumprindo o papel de trazer a público diálogos e atos inaceitáveis. O pior que o país pode fazer é não dar atenção, achando que se trata apenas de uma vingança pessoal ou de mais uma das muitas brigas intestinas do PT. Ao falar, ela está correndo riscos. Tendo provas e indícios do que relata, precisa ser levada a sério para que se façam as investigações e apurações necessárias. Já há outros depoimentos validando parte do que ela disse; existem fatos dando consistência a certos aspectos do que revelou. Existe, sobretudo, o terreno propício a distorções nesta relação, sem transparência e limites institucionais, entre o governo e as agências reguladoras.

Corrupção como estilo de governo

Num balanço como o que estamos efetivando --da trajetória da organização do sistema representativo no Brasil--, cabe registrar que o fenômeno da corrupção governamental acha-se associado ao agigantamento do Estado. Na República Velha, os grupos estaduais que se apossavam dos governos locais o fizeram reproduzindo o tipo patrimonialista de exercício do poder. Consiste numa das mais velhas tradições, proveniente de nossas origens lusitanas, essa privatização do poder. Tal concepção traduzia-se numa frase atribuída a políticos da Primeira República segundo qual a prerrogativa consistia em “nomear, demitir e prender”. Vale dizer, não havia grandes negócios, como passou a ocorrer sobretudo a partir dos anos cinqüenta, quando o Estado assume a tarefa de carrear recursos para industrializar o país, exigente de grandes obras de infra-estrutura.

É daquele tempo o aparecimento da consigna “rouba mas faz”, atribuída ao então governador de São Paulo, Ademar de Barros (1901/1969). Chegando ao poder na condição de vice eleito na chapa oposicionista --que a legislação da época facultava--, João Goukart oficializaria essa prática. A prova de que correspondia a uma novidade consiste no fato de que o combate à corrupção tornou-se um dos principais vetores da Revolução de 64.

Conseguiram os governos militares eliminar esse tipo de corrupção goevrnamental? A resposta é claramente não, inclusive naquele próprio ciclo. Por uma razão muito simples: sobreviverá enquanto o Estado, ao invés de deixar que a própria sociedade se incumba do processo produtivo, retire-lhe recursos com os quais se proporá dar conta daquele processo. Nessa circunstância, uma parcela será, **inevitavelmente**, desviada. Assim, a privatização é a maneira eficaz de acabar com a corrupção governamental. A Reforma do Aparelho do Estado, referida precedentemente, atende a tal imperativo mas, como vimos, não está sendo aplicada.

A novidade trazida pelo PT corresponde a ter transformado aquela prática num estilo de governo. O símbolo mais expressivo corresponde ao **mensalão**, embora não se reduza a este os sucessivos escândalos vivenciados por esse governo.

É certo que não foi o governo do PT, mas o governo FHC, que descobriu ficaria com maior liberdade de ação se constituísse a sua base de governo sem institucionalizar a negociação com os partidos, como se dava no início do seu primeiro mandato. Transferiu para uma negociação a varejo, inclusive a partir de questões tópicas. Caberia ao PT “aprimorá-lo”, inclusive efetivando ostensivamente pagamentos mensais a parlamentares isolados ou a siglas de aluguel.

Dada a soma de poderes enfeixadas pelo Presidente da República, poderia exercer uma forte influência no sentido de fortalecer as agremiações partidárias que venham comprovando a sua viabilidade. Em que pese a permissividade do sistema eleitoral, alguns partidos têm conseguido obter resultados mais ou menos estáveis.

Se excluirmos os resultados de 1986, quando o PMDB beneficiou-se unilateralmente das conquistas democráticas pós-85 – obtendo 53,4% das cadeiras, tendo o PFL alcançado a segunda colocação, com 24,2% -- os maiores partidos registram este desempenho:

Câmara dos Deputados- Distribuição das cadeiras

(em %)

	1990	1994	1998	2002
PMDB	21,5	20,9	16,2	14,6
PFL	16,5	17,3	20,5	16,4
PSDB	7,6	12,1	19,3	13,6
PP	8,3	10,1	11,7	9,6
PDT	9,1	6,6	4,9	4,1
PT	7,0	9,6	11,5	17,7
Sub- total	70,0	75,6	84,1	76,0
PL	3,2	2,5	2,3	5,1
PSB	2,2	2,9	3,5	4,3
PTB	7,6	6,0	6,0	5,1

Sub- total geral	83,0	87,0	95,9	90,5
Outros	17,0	13,0	4,1	9,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: TSE

Em 2002, a rubrica “outros” compreendia oito agremiações. Deste modo, tinham assento na casa 18 agremiações, verdadeiro disparate em termos de funcionamento do governo representativo. Quanto à sigla PP, não se trata de inovação; resulta das sucessivas alterações de denominação do antigo PDS, sustentáculo dos governos militares, sendo a terceira mudança.

Nas eleições de 2006, o PMDB continuou como a principal agremiação, desta vez seguida de perto pelo PT, de que resultou a redução das bancadas do PFL e do PSDB. Embora a bancada do PDT se haja reduzido a 4,7%, os seis partidos do topo da lista (além, dos citados, o PP), continua mantendo proporções assemelhadas (72% da representação).

Se o Presidente da República se depuser a obter o compromisso de uma parte dessas agremiações em torno de um programa concreto, de conhecimento público, certamente irá forçar os partidos a buscar esse mínimo de coerência. FHC começou adotando esse estilo. Supõe-se que a obsessão pela reeleição o terá induzido a substituir esse esquema por um recrutamento no varejo. Não há provas de que haja recorrido à compra de votos. Mas troca de favores terá ocorrido.

A novidade introduzida pelo governo petista reside em ter institucionalizado essa prática de modo tão ostensivo que tornou possível a uma Comissão de Inquérito Parlamentar reconstituí-lo integralmente. Agora não se trata de comissões sobre obras nem “rouba mas faz”. Polpudas verbas foram repassadas a empresa de publicidade que utilizou tais recursos para fazer pagamentos regulares a parlamentares.

A Comissão de Inquérito em apreço apresentou seu relatório final no dia 4 de abril de 2006. A comprovação da denúncia foi encaminhada à Procuradoria Geral da República que, por sua vez, apurou os fatos e submeteu o correspondente processo ao Supremo Tribunal Federal. O STF aceitou a denúncia em agosto de 2007. O relator usou a expressão “formação de quadrilha” para qualificar os indiciados. Entre estes o poderoso ministro da Casa Civil de Lula, José Dirceu, e aquele que era igualmente membro do Ministério, como uma espécie de “ministro da propaganda”, Luiz Gushken. Seguiu-se toda a cúpula do Partido dos Trabalhadores, a começar do Presidente, José Genuíno, e do

Tesoureiro, Delúbio Soares e mais os diversos secretários. Desse conjunto somente José Dirceu havia sido cassado pela Câmara. Os demais, que exerciam mandatos, voltaram ao Parlamento, na eleição de 2006 (Transcrito do Curso Autônomo do Instituto de Humanidades intitulado GOVERNO REPRESENTATIVO NO BRASIL).